UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA ATIVIDADE FÍSICA

EVANDRO BRANDÃO SECCO

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e a promoção do lazer: um estudo de caso no Centro Esportivo do Jardim Lavínia no município de São Bernardo do Campo

São Paulo

2019

EVANDRO BRANDÃO SECCO

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e a promoção do lazer: um estudo de caso no Centro Esportivo do Jardim Lavínia no município de São Bernardo do Campo

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Atividade Física.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 08 de abril de 2019. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de Concentração:

Atividade Física para a Promoção do Lazer

Orientador:

Prof. Dr. Edmur Antonio Stoppa

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)
CRB 8 - 4936

Secco, Evandro Brandão

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e a promoção do lazer: um estudo de caso no Centro Esportivo do Jardim Lavínia no município de São Bernardo do Campo / Evandro Brandão Secco ; orientador, Edmur Antonio Stoppa. – 2019.

263 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Atividade Física, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo
Versão corrigida

1. Lazer - Aspectos sociais - São Bernardo do Campo. 2. Políticas públicas - São Bernardo do Campo. 3. Participação comunitária - São Bernardo do Campo. 4. Programa Esporte e Lazer da Cidade - São Bernardo do Campo. I. Stoppa, Edmur Antonio, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 306.4812098161

Nome: SECCO, Evandro Brandão.

Título: O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e a promoção do lazer: um estudo de caso no Centro Esportivo do Jardim Lavínia no município de São Bernardo do Campo

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Atividade Física.

Área de Concentração:

Atividade Física para a Promoção do Lazer

Aprovado em: 08/04/2019

Banca Examinadora

Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha

Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades

Prof. Dr. André Chabaribery Capi

Universidade Metodista de Piracicaba.

Prof. Dr. Pedro Paulo Maneschy

Universidade Federal do Grande ABC

*Dedico o presente trabalho a todas as pessoas que escolheram transformar o mundo.
A todos aqueles que se entregam em tudo que fazem. Aos que se envolvem e empreendem com
amor a transformação social.*

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, por me proporcionar totais condições de viver, conviver, aprender e participar de tudo que uma existência pode oferecer.

Agradeço aos meus pais, por me entregarem tudo aquilo que eu precisava e preciso, e até o que não precisava e não preciso, por amor.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Edmur Antonio Stoppa pelas contribuições, pela simplicidade de ser e por me acolher na Universidade para a realização desse trabalho.

Agradeço ao amigo e Prof. Dr. André Chabaribery Capi, por conduzir minha trajetória no PELC e me estimular a realizar esse trabalho.

Agradeço ao amigo e Professor Francisco Carlos Moreira (Chiquinho do Lazer), que me apresentou o Lazer ainda nos anos de 2000 e me permitiu coordenar o o Projeto Ruas de Lazer no município de Mauá.

Agradeço aos meus amigos e Professores Luis Carlos Dantas (*in memoriam*), Cleide Rocha e Meire Marchi Dantas, por me acolherem na Secretaria de Esportes e Lazer de São Bernardo do Campo e me convidarem para coordenar, em 2010, o núcleo do PELC, no Centro Esportivo do Jardim Lavínia, oferecendo totais condições para meu crescimento profissional.

Agradeço aos amigos Saul Lino, Ceará e Nilton, que estiveram comigo durante bons anos de trabalho no Centro Esportivo do Jardim Lavínia, me ensinando sobre a vida.

Agradeço a Alex Mognon, Secretário de Esportes e Lazer, por acreditar no meu trabalho e no trabalho do PELC no município de São Bernardo do Campo.

Agradeço aos professores e colegas de trabalho da Secretaria de Esportes e Lazer de São Bernardo do Campo pela parceria diária e companheirismo.

Agradeço, por fim, a todos os agentes sociais, coordenadores, gestores, voluntários e amigos que atuam na Secretaria de Esportes e Lazer, em especial, àqueles que participaram e participam ativamente da vida do Centro Esportivo do Jardim Lavínia, transformando-o em um espaço de convivência e aprendizado, um espaço de transformação de vidas.

RESUMO

SECCO, Evandro Brandão. **O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e a promoção do lazer**: um estudo de caso no Centro Esportivo do Jardim Lavínia no município de São Bernardo do Campo. 2019. 263 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Versão Corrigida.

O presente estudo teve por objetivo geral analisar o desenvolvimento de uma política pública de lazer e esporte recreativo de abrangência nacional, o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), promovido pelo então Ministério do Esporte, atual Secretaria Especial do Esporte, em parceria com o município de São Bernardo do Campo, São Paulo, no Centro Esportivo do Jardim Lavínia. Tal pesquisa se justificou mediante a necessidade de se estudar e compreender o desenvolvimento dessa política pública enquanto e sua relação com a promoção do lazer e do esporte recreativo enquanto direitos sociais. A escolha do espaço se deu pelo fato do mesmo ter recebido três edições do programa, inclusive com a realização de uma dessas edições, acontecendo concomitantemente ao desenvolvimento da presente pesquisa. Os objetivos específicos da pesquisa compreenderam a análise das diretrizes e princípios do programa, relacionando-os com a execução das atividades em um núcleo de atividades previamente escolhido. Buscou, ainda, verificar a aplicabilidade desses princípios e diretrizes, assim como, identificar possíveis impactos promovidos pelas ações do programa na percepção dos beneficiários e gestores envolvidos com a sua execução. Em relação à metodologia, foi um estudo qualitativo, realizado mediante a combinação das pesquisas bibliográfica, documental e empírica. Com o propósito de investigar os princípios e o desenvolvimento do PELC, realizei uma pesquisa documental sobre os documentos que fundamentam o programa, assim como o levantamento bibliográfico dos estudos relacionados ao campo do lazer e das políticas públicas. Em relação à pesquisa de campo, optei pelo estudo de caso, utilizando a observação participante como instrumento principal de coleta de informações, devidamente complementadas por entrevistas centradas com os gestores do programa e semiestruturadas com os beneficiados. Entre os principais resultados que podem ser apontados na pesquisa de campo são que muitos dos princípios e diretrizes previstos nos documentos que fundamentam o programa se efetivam na prática junto à comunidade. Depoimentos dos beneficiados salientam que eles percebem as diferenças do PELC em relação a outros programas e iniciativas semelhantes, assim como associam a frequência nas oficinas e eventos promovidos pelo programa a momentos de prazer e satisfação pessoal. Também observei a prevalência dos interesses físico-desportivos do lazer na estruturação e oferta das oficinas, no entanto, bem como o atendimento aos princípios da valorização da cultura corporal local, intergeracionalidade, autonomia e gestão participativa nas ações do programa. Percebi, ainda, o alinhamento dos gestores e agentes sociais com os objetivos e diretrizes do programa, assim como uma boa relação entre o PELC e os demais projetos promovidos no equipamento esportivo. Entretanto, ainda existe possibilidade de ampliação dos conteúdos do lazer a serem desenvolvidos, além da apropriação do espaço pela comunidade nos finais de semana e a possibilidade da oferta de oficinas e eventos que contemplem a faixa etária de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Atividades de lazer. Política pública. Participação da comunidade.

ABSTRACT

SECCO, Evandro Brandão. **The City Sports and Leisure Program (PELC) and the promotion of leisure**: a case study at the Jardim Lavinia Sports Center in the municipality of São Bernardo do Campo. 2019. 263 p. Dissertation (Master of Science in Physical Activity Sciences) – School of Arts, Sciences and Humanities. University of São Paulo, São Paulo, 2019. Corrected Version.

The objective of this study was to analyze the development of a public policy of leisure and recreational sports of national scope, the City Sports and Leisure Program (PELC), promoted by the then Ministry of Sports, the current Special Secretariat of Sport, in partnership with the municipality of São Bernardo do Campo, São Paulo, at the Lavinia Garden Sports Center. Such research was justified by the need to study and understand the development of this public policy while and its relation to the promotion of leisure and recreational sports as social rights. The field for space was due to the fact that it received three editions of the program, including the accomplishment of one of these editions, concomitantly to the development of this research. The specific objectives of the research included the analysis of program guidelines and principles, relating them to the execution of activities in a previously chosen core of activities. It also sought to verify the applicability of these principles and guidelines, as well as to identify possible impacts promoted by the actions of the program in the perception of the beneficiaries and managers involved in its execution. Regarding methodology, it was a qualitative study, carried out through a combination of bibliographical, documentary and empirical research. With the purpose of investigating the principles and the development of the PELC, I carried out a documentary research on the documents that underlie the program, as well as the bibliographical survey of the studies related to the field of leisure and public policies. In relation to the field research, I chose the case study, using participant observation as the main instrument of information collection, duly complemented by interviews focused with the program managers and semi-structured with the beneficiaries. Among the main results that can be pointed out in the field research are that many of the principles and guidelines provided in the documents that underlie the program are effective in practice with the community. Testimonials from the beneficiaries point out that they perceive the differences of the PELC in relation to other similar programs and initiatives, as well as associate the frequency in the workshops and events promoted by the program to moments of pleasure and personal satisfaction. I also observed the prevalence of physical and sporting interests of leisure in the structuring and supply of workshops, however, as well as compliance with the principles of valorization of local body culture, intergenerationality, autonomy and participatory management in the actions of the program. I also saw the alignment of managers and social agents with the objectives and guidelines of the program, as well as a good relationship between the PELC and other projects promoted in sports equipment. However, there is still scope for expanding the content of leisure to be developed, as well as the appropriation of space by the community on weekends and the possibility of offering workshops and events that contemplate the age range of children and adolescents.

Keywords: Leisure activities. Public policy. Community participation.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	Idade dos Participantes.....	159
FIGURA 02	Nível de escolaridade dos participantes.....	160
FIGURA 03	Há quanto tempo frequenta o Centro Esportivo?.....	162
FIGURA 04	Quantas vezes na semana utiliza o Centro Esportivo?.....	164
FIGURA 05	Quais atividades você participa.....	166
FIGURA 06	O PELC é diferente dos outros programas?.....	176

LISTA DE SIGLAS

ASC	Animação Sociocultural
ASCap	Agente Social de Capoeira
ASD	Agente Social de Dança
ASR	Agente Social de Recreação
CF	Constituição Federal da República
CN	Coordenador de Núcleo
CP	Coordenador Pedagógico
CREC	Centro Recreativo, Esportivo e Cultural
CRI	Centro de Referência do Idoso
DeCS	Descritores em Ciências da Saúde
GC	Gestora de Convênios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
ME	Ministério do Esporte
PELC	Programa Esporte e Lazer da Cidade
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PVS	PELC Vida Saudável
SBC	São Bernardo do Campo
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SESP	Secretaria de Esportes e Lazer
SICONV	Sistema de Convênios
SNDEL	Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer
SNELIS	Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 METODOLOGIA	17
2.1 Os caminhos metodológicos percorridos	17
3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O LAZER	24
3.1 O lazer enquanto manifestação social histórica	24
3.2 O lazer enquanto objeto de estudo.....	32
3.3 O duplo aspecto educativo do lazer e a possibilidade de transformação social	37
4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O LAZER	42
4.1 Breve histórico das políticas públicas de lazer no Brasil.....	43
4.2 O Direito social ao lazer na Constituição Federal de 1988.....	51
4.3 Elementos para uma política pública de lazer	55
4.4 A formação de agentes de lazer	60
5 O PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE - PELC	69
5.1 PELC: uma política pública de promoção do lazer	69
5.2 As diretrizes do PELC	74
5.3 A formação e a transformação social no PELC	78
6 O PELC NO JARDIM LAVÍNIA: A PROMOÇÃO DO LAZER EM SÃO BERNARDO DO CAMPO.....	85
6.1 O Município de São Bernardo do Campo	88
6.2 O Centro Esportivo do Jardim Lavínia: do terraço ao Centro de Referência	97
6.3 Entrando em campo:	105
6.3.1 As oficinas de dança	106
6.3.2 As oficinas de Caminhada, Ginástica e Alongamento.....	118
6.3.3 As oficinas de capoeira	130
6.3.4 A oficina de Artesanato e o Conselho Gestor	135
6.3.5 Os eventos do núcleo	146
6.3.6 A “voz” dos participantes	157
6.3.7 A “voz” dos gestores	181
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
REFERÊNCIAS	201
APÊNDICE A – ROTEIRO DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	207
APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA COM FREQUENTADOR DO NÚCLEO.	209
APÊNDICE C – ENTREVISTA CENTRADA COM A GESTORA DE CONVÊNIOS	210

APÊNDICE D – ENTREVISTA CENTRADA COM A COORDENADORA PEDAGÓGICA	213
APÊNDICE E – ENTREVISTA CENTRADA COM A COORDENADORA DE NÚCLEO	219
APÊNDICE F – ENTREVISTA CENTRADA COM O AGENTE SOCIAL DE RECREAÇÃO	223
APÊNDICE G – ENTREVISTA CENTRADA COM O AGENTE SOCIAL DE DANÇA	226
APÊNDICE H – ENTREVISTA CENTRADA COM A AGENTE SOCIAL DE CAPOEIRA	232
APÊNDICE I – REGISTRO FOTOGRÁFICO DE EVENTO – PELC ALEGRIA	235
APÊNDICE J – REGISTRO FOTOGRÁFICO DE EVENTO - SARAU	241
APÊNDICE K – IMAGENS DA REFORMA DO CENTRO ESPORTIVO	252
APÊNDICE L – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	256
APÊNDICE M – CARTA DE APRESENTAÇÃO AO COMITÊ DE ÉTICA	257
ANEXO A – CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA	258
ANEXO B – PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA	259
ANEXO C – MAPA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	263

1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo retorno à universidade e a vontade de ingressar no curso de pós-graduação surgiram, no ano de 2015, no Seminário de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, promovido pela Secretaria de Esportes e Lazer do Município de São Bernardo do Campo, quando, durante a apresentação de um trabalho desenvolvido a partir do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), em uma comunidade do município, um dos mediadores da mesa, Prof. Dr. André Chabaribery Capi, ressaltou a importância de se estudar com maior profundidade e rigor científico o PELC, enquanto política pública de promoção do lazer e do esporte recreativo.

Conversando pessoalmente, este professor indicou a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo como referência nos estudos do Lazer na região. A partir daí, busquei maiores informações, optando por ingressar inicialmente como aluno especial no segundo semestre de 2015, podendo, assim, amadurecer meu projeto de pesquisa, buscar maiores conhecimentos e, posteriormente, pleitear uma vaga no curso de pós-graduação. Ainda no final de 2015, finalizei o projeto, participei do processo seletivo e fui aprovado, indicando como orientador o Prof. Dr. Edmur Antonio Stoppa.

Posso afirmar com segurança que, embora minha relação profissional com o Lazer não tenha se iniciado a partir do contato com o PELC, a possibilidade de atuar nesse programa interferiu decisivamente na minha trajetória enquanto profissional de Educação Física. Quando estudante da graduação, fui estagiário do Departamento de Lazer da Prefeitura do Município de Mauá, cidade localizada na região metropolitana de São Paulo (conhecida como Grande ABC), e, nessa oportunidade, tive o primeiro contato com a metodologia de ação comunitária em lazer, proposta por Marcellino (1994) para a capacitação de animadores socioculturais. Naquele momento, além do trabalho como monitor de atividades recreativas nos projetos “Domingo no Paço” e “Comunidade Ativa”, arrisquei os primeiros passos como coordenador e agente de transformação social no Projeto “Ruas de Lazer”.

Ainda jovem, e iniciando minha trajetória profissional, me encantei com a possibilidade de motivar e mobilizar uma comunidade, fortalecendo e implementando diferentes programações de atividades recreativas, quase sempre vinculadas aos jogos, esportes e brincadeiras, de forma rotineira e autônoma. Lembro que o primeiro grande desafio profissional surgiu com o convite de meu chefe de departamento para promover um grande encontro de Ruas de Lazer, contemplando atividades recreativas em forma de gincana, para as doze ruas cadastradas e ativas no projeto. O trabalho de mobilização para o grande evento, que culminaria, também, com o fim do meu contrato de estágio, me motivou imensamente, e com

certeza essa motivação se multiplicou em cada uma das pessoas residentes nas Ruas de Lazer da Cidade de Mauá. O evento aconteceu contando com a participação dos representantes de todas as ruas cadastradas e marcou um momento especial na minha história junto ao Lazer.

Anos mais tarde, já como professor efetivo do quadro da Secretaria de Esportes e Lazer do Município de Mauá, recebi o convite para construir, em conjunto com outros profissionais, uma proposta de trabalho para o desenvolvimento do Departamento de Lazer da Cidade. Resgatei a bagagem adquirida dos tempos de estagiário e a vivência em outras áreas da Educação Física, tais como a educação física escolar, para retomar o projeto “Domingo no Paço”, promovendo atividades recreativas para crianças e adolescentes, com ênfase nos interesses físico-desportivos, culturais e artísticos do lazer. Criamos também o projeto “Baú do Lazer”, com a proposta de oferecer atividades recreativas nos diferentes bairros da cidade, respeitando os princípios de estimular a autonomia da comunidade frente ao exercício do lazer.

O “baú” do lazer na realidade era um caminhão que se transformava em palco, proporcionando diferentes atividades e intervenções de monitores, contemplando, especialmente, os interesses físico-desportivos, manuais e artísticos do lazer. A escolha das regiões a serem contempladas pelo projeto teve como ponto de partida as ruas de lazer estruturadas no município, porém, procurou-se ampliar gradativamente o atendimento, abrangendo diferentes grupos organizados, tais como associações comunitárias de bairro, organizações não governamentais e grupos de interesse locais.

Tenho total clareza de que as ações desenvolvidas nos diferentes programas citados tiveram como subsídio os pressupostos da ação comunitária (MARCELLINO 1994, 2008), sempre defendendo a participação e a tomada de decisões de forma coletiva, na direção da autonomia frente ao desenvolvimento do exercício do lazer. Infelizmente, os projetos se encerraram no final de 2010 e, em virtude de uma mudança política, a estrutura do Departamento de Lazer foi alterada. Gradativamente, a proposta inicial foi perdendo força e o trabalho passou a ser realizado com objetivos diferentes dos inicialmente propostos.

Ainda em 2009, ingressei como professor de Educação Física no município de São Bernardo do Campo, reencontrando uma das pessoas que conduziram o trabalho na cidade de Mauá, o saudoso professor Luiz Carlos Dantas que, naquele momento, ocupava a posição de diretor de esportes e lazer. Em meados do ano de 2011, recebi o convite para assumir a coordenação de um núcleo do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), promovido pelo Governo Federal.

Até então, não tinha a menor ideia da existência dessa política pública que, posso afirmar sem sombra de dúvida, me proporcionou um crescimento profissional e pessoal sem

tamanho. A partir do trabalho de coordenação de núcleo desenvolvido na comunidade do Centro Esportivo do Jardim Lavínia pude exercer diferentes papéis dentro de um processo de intervenção no campo do lazer, incluindo desde o oferecimento de oficinas e atividades práticas como ginástica e recreação até o trabalho de mobilização e organização coletiva da comunidade, sem esquecer o compromisso de efetivar a cultura da construção coletiva de valores e conhecimento, especialmente a partir da implantação de um conselho gestor do equipamento esportivo.

Desse modo, entre os anos de 2011 e 2012, a atuação nessa comunidade junto com um grupo de profissionais do PELC e também professores da Secretaria de Esportes e Lazer, dialogando permanentemente com as lideranças locais e agentes políticos, possibilitou uma ressignificação do espaço esportivo, favorecendo a democratização do acesso ao local, e permitindo que diferentes grupos sociais pudessem usufruir do equipamento autonomamente e respeitando as diferenças. Participar dessa experiência contribuiu significativamente com a minha trajetória profissional e, tenho clareza, do poder de transformação do lazer na vida das pessoas.

Penso que o lazer e, especialmente o PELC enquanto política pública de lazer, devem ser estudados a luz das suas possibilidades educativas e de transformação. Nesse sentido, pretendo relatar no presente trabalho, parte dessa experiência prática vivida e observada, procurando identificar as diferentes contribuições do PELC na comunidade do Jardim Lavínia. A relevância do trabalho se expressa no fato de que, além da intervenção em que atuei como coordenador de núcleo nos anos de 2011 e 2012, o Centro Esportivo do Jardim Lavínia ainda recebeu mais duas edições do PELC: no biênio 2014-2015, com a proposta “Vida Saudável”, e atualmente, no biênio 2017-2018, com a edição PELC “Urbano”.

Em todas as suas edições o programa conseguiu mobilizar a comunidade e promover a participação nas atividades propostas. A avaliação das atividades sempre rendeu resultados positivos, tanto no aspecto quantitativo, atendendo as exigências de público previstas no plano de operação, quanto no aspecto qualitativo, rendendo elogios, seja dos frequentadores do espaço, seja dos gestores de esporte e lazer do município. Por esse motivo é que vamos buscar entender um pouco mais sobre o desenvolvimento desse trabalho a partir da presente pesquisa.

Considerando o PELC como uma política pública de acesso e democratização ao lazer e entendendo a promoção do lazer enquanto um direito social, acredito ser relevante investigar e promover a reflexão e a discussão do desenvolvimento dessa política pública na prática, junto à comunidade. Ante o exposto, o problema da pesquisa foi saber em que medida, uma política

pública de promoção do lazer, que se instala dentro de uma comunidade, é capaz de produzir os efeitos e atender aos objetivos propostos em suas diretrizes.

Neste sentido, o objetivo geral do estudo consistiu em levantar informações e analisar o trabalho desenvolvido pelo PELC no município de São Bernardo do Campo, em específico no núcleo do Centro Esportivo do Jardim Lavínia, avaliando os impactos gerados pela implantação dessa política, mantendo um diálogo constante com o observado em campo com a produção teórica da área, sempre no sentido de compreender o desenvolvimento específico dessa política pública de promoção do lazer.

Os objetivos específicos da pesquisa foram: analisar as diretrizes do programa por meio dos documentos publicados pelo Ministério do Esporte, registros de experiências e orientações governamentais; relacionar os princípios de promoção do lazer previstos nos documentos e sua possível aplicabilidade nas atividades e no modo de organização sugerido pelo Ministério; identificar os possíveis impactos das ações desenvolvidas no núcleo e a percepção dos beneficiários do programa sobre as intervenções.

Ante tais considerações e, entendendo o PELC como uma política pública de promoção do lazer, pretendi levantar e discutir conceitos e informações sobre a implantação de um núcleo de atividades, sua operacionalização, princípios, atuação dos agentes sociais e dos gestores públicos, buscando investigar contribuições, avanços e dificuldades, assim como, identificar e conhecer melhor a dinâmica de atuação do programa, e suas implicações na vida dos beneficiados.

Em relação ao desenvolvimento da dissertação, na seção 2 apresento os caminhos metodológicos adotados na presente pesquisa, a opção pelo estudo de caso e os instrumentos adotados para a investigação.

Na sequência, apresento revisão bibliográfica sobre o campo de estudo do lazer, identificando suas particularidades enquanto manifestação social e histórica, presente em nossa sociedade. Apresento também o entendimento de lazer que vai conduzir o presente trabalho, assim como, considero o duplo aspecto educativo do lazer e a possibilidade de transformação social que o mesmo pode possibilitar.

Na terceira seção examino o lazer enquanto direito social, verificando o histórico das políticas públicas de lazer desenvolvidas em nosso país, assim como, apresento a partir da contribuição de pensadores da área os subsídios para a implementação de uma política pública de lazer alinhada com o entendimento adotado, considerando como fundamental a formação de agentes multiplicadores.

Continuando a análise das políticas públicas e do acesso ao direito social ao lazer, na próxima seção, apresento o PELC – Programa Esporte e Lazer da Cidade, promovido pelo Ministério do Esporte, com o objetivo de promover o lazer e o esporte recreativo a partir de diretrizes e objetivos que serão explorados no presente texto, valorizando o compromisso do programa com a transformação social.

A sexta seção apresento os resultados específicos da pesquisa de campo, discorrendo sobre o estudo de caso realizado no Centro Esportivo do Jardim Lavínia, localizado no município de São Bernardo do Campo, região metropolitana de São Paulo, equipamento este que recebeu três convênios do PELC desde a sua reinauguração, sendo a primeira ainda no ano de 2011, e a última se encerrando no final de 2018.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, foram realizadas a observação participante e entrevistas com os gestores do programa, profissionais e beneficiados, buscando estabelecer um diálogo constante entre os textos e documentos do programa com o observado em campo.

Acredito que o presente estudo possa contribuir com a compreensão dessa política pública específica que é o PELC, assim como, possa oferecer subsídios para se pensar e implementar novas políticas públicas relacionadas ao tema, tanto na própria cidade de São Bernardo do Campo, quanto em outras cidades. Espero que tal conhecimento seja relevante e nos possibilite a reflexão sobre as possibilidades que o lazer tem a oferecer enquanto manifestação humana com rico potencial educativo e de transformação social.

2 METODOLOGIA

Ainda que os caminhos percorridos e as escolhas feitas revelem uma relação direta entre o pesquisador e sua atuação profissional em determinado momento histórico, busquei, a todo momento, assegurar o distanciamento necessário para o bom desenvolvimento da investigação proposta. A seguir, apresento a metodologia escolhida, assim como seus respectivos fundamentos científicos, mencionando também a motivação de cada uma das escolhas.

Por se tratar de uma dissertação de mestrado, o método e os instrumentos aplicados no campo foram aqueles aprovados no exame de qualificação, no entanto, não é possível ignorar a complexidade que se apresenta no momento em que se está em contato direto com seu objeto de estudo. Por esse motivo, coube a mim, enquanto pesquisador, recorrendo às contribuições de Stoppa (2005) a partir de Diógenes (1998), ficar atento e aproveitar as diferentes possibilidades reveladas pelas observações e entrevistas realizadas.

É importante ressaltar que essas categorias foram delimitadas como “pistas” iniciais, para guiar o olhar e os esforços do pesquisador em meio às pessoas que foram o objeto da pesquisa. Em momento algum, essas categorias foram entendidas e utilizadas como “camisa de força”, de modo que pudessem engessar as possibilidades criativas do pesquisador [...] (STOPPA, 2005, p.76, grifo do autor).

Assim, pretendo apresentar as escolhas metodológicas, os instrumentos e os critérios para definir o objeto de pesquisa e as respectivas amostras. Ressalto que a busca por extrair o máximo de detalhes em cada situação observada, que é um conceito particular à pesquisa de cunho qualitativo, permeou o presente trabalho em todas as ações por mim analisadas ao longo do texto.

2.1 Os caminhos metodológicos percorridos

Por se tratar de uma pesquisa no campo das ciências sociais, optei por um afastamento do excessivo rigor metodológico característico das pesquisas oriundas das ciências naturais, permitindo, assim, maior abrangência e flexibilidade dos mecanismos de interpretação, no intuito de se extrair de cada aspecto e informação levantados, relações e possíveis inferências com o objeto de estudo (GIL, 2008).

Minayo (1994) afirma que o desenvolvimento da pesquisa nas ciências sociais apresenta um nível de complexidade que dificulta a pura e simples aplicação do método científico tradicional. As inúmeras particularidades que se apresentam nesse tipo de estudo fazem com que ele assuma um caráter “essencialmente qualitativo” (MINAYO, 1994, p.14), uma vez que a riqueza da realidade social dificilmente será apresentada em números, imagens ou valores. Assim, é preciso apresentar e discutir os símbolos e também os seus significados a partir da representação social recortada.

Peres (2010), avaliando as contribuições das ciências sociais nos estudos do lazer, também aponta as diferenças entre os tipos de pesquisa, especificando a concepção tradicional de ciência, que atende as demandas das ciências da natureza, mas não pode atingir os objetivos da pesquisa no campo das ciências sociais.

As Ciências Sociais, em certo sentido, são diferentes do que geralmente concebemos como o procedimento das ciências ensinadas na escola. Em geral, estamos acostumados a pensar pela lógica da univocidade do conhecimento e que ele é construído linearmente “por etapas”: uma teoria é mais “verdadeira” que a outra e esta última, portanto, deve ser rechaçada em detrimento da primeira, até que surja uma nova teoria capaz de desmentir a anterior e assim sucessivamente (PERES, 2010, p.168, grifo do autor).

Outro aspecto fundamental a ser considerado pelo pesquisador do campo social consiste no entendimento de que um objeto de estudo será sempre “histórico, com consciência histórica, e com identidade entre sujeito e objeto” (MINAYO, 1994, p.12-13), ou seja, a pesquisa e seu objeto fazem sentido dentro de um contexto social e histórico, vinculado aos sujeitos que existem nesse contexto, sendo fundamental a existência de uma relação entre o pesquisador e o objeto de estudo, a fim de se estabelecer uma relação onde os significados possam ser interpretados e revelados.

Neste sentido, o pesquisador deve ter clareza de que seu estudo será sempre “intrínseca e extrinsecamente ideológico” (MINAYO, 1994, p.13), ou seja, precisa admitir que uma pesquisa qualitativa não consegue cumprir um papel totalmente neutro em termos ideológicos, especialmente pelo fato de que existe uma relação histórica entre pesquisador e campo de estudo. Importante ressaltar que esta relação, que prevalece no âmbito das ciências sociais, não permite, em hipótese alguma, que o pesquisador justifique, oculte, distorça ou até crie situações ou hipóteses que fujam da realidade concreta observada no campo. Assim, diante das condições de trabalho especificadas, tornou-se natural a escolha da pesquisa no campo das ciências

sociais, especialmente em virtude da necessidade de buscar a construção de um diálogo entre o conhecimento produzido historicamente e a realidade do desenvolvimento de um programa de intervenção social na esfera do lazer, no caso, o PELC.

Assim, trata-se de uma opção capaz de articular os saberes que emergem da realidade local, em interação com os saberes produzidos historicamente, em relação dialética, na constante busca por extrair a riqueza de significados e símbolos sociais atribuindo-lhes categoria científica. Em conclusão, a opção metodológica coerente com as ponderações até então realizadas, aplicada ao presente trabalho, corresponde ao princípio teórico da *abordagem qualitativa*.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p.21).

Cabe lembrar, no entanto, que a opção pela pesquisa qualitativa não exclui o levantamento de dados e as contribuições que os elementos de uma pesquisa quantitativa podem oferecer; ao contrário, como vamos observar no presente texto, a mensuração e a quantificação de dados extraídos da realidade concreta possibilitaram ampliar o leque da investigação e, especialmente, forneceram elementos para qualificar a reflexão e o entendimento de diferentes aspectos que surgiram durante a atuação em campo.

Frente a essas considerações, nunca é demais lembrar que a particularidade da pesquisa em ciências sociais reside na forma de se perceber e lidar com os dados colhidos em campo, valorizando também aspectos que nem sempre são expressos em números ou porcentagens, ainda que não se possa ignorar a importância dessas variáveis, que sempre revelam elementos importantes para a reflexão e o estudo.

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região "visível, ecológica, morfológica e concreta", a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia (MINAYO, 1994, p.22).

Em relação ao método de pesquisa, optei pelo estudo de caso, pois permite extrair o máximo de informações referentes à implantação e ao desenvolvimento de um núcleo de atividades do PELC, no caso específico, o núcleo localizado no Centro Esportivo do Jardim Lavínia.

Um grande número de pesquisas estão fundadas no estudo em profundidade de casos particulares, isto é, numa análise *intensiva*, empreendida numa única ou em algumas organizações reais. O estudo de caso reúne informações tão numerosas e tão detalhadas quanto possível com vistas apreender a totalidade de uma situação. Por isso ele recorre a técnicas de coleta das informações igualmente variadas (observações, entrevistas, documentos) [...] (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991, p. 224).

A justificativa para a escolha do local enquanto objeto de estudo, passa pela relação pessoal do pesquisador com o equipamento esportivo, mas, também, apresenta outras características que permitem conferir relevância à pesquisa. Dentre elas, destaco o fato de que o município de São Bernardo do Campo já pactuou diferentes convênios para a implantação de núcleos de esporte e lazer do PELC, inclusive, no atual momento, existe um convênio em vigência atendendo a dez núcleos de atividade, sendo um deles, o local escolhido para a pesquisa.

Além disso, conforme será detalhado posteriormente, o equipamento esportivo passou por uma reforma e foi totalmente requalificado e entregue à população junto com o início dos trabalhos de uma equipe do PELC, coordenada naquele momento, por este pesquisador. Após essa primeira intervenção, duas outras ainda foram realizadas no espaço, possibilitando, assim, uma relação próxima da comunidade com os princípios e diretrizes do programa.

Verificar a aderência e a permanência dos valores preconizados pelo PELC é, de fato, um dos objetivos deste trabalho, porém, ressalto que o objetivo principal reside na investigação do impacto da atual intervenção do programa na rotina do equipamento esportivo, avaliando as relações que se estabelecem no local, através da pesquisa de campo, que compreendeu uma observação participante e entrevistas com gestores e beneficiados.

Após definir o objeto de estudo e o caminho metodológico, o próximo passo foi estabelecer, com clareza, os limites da atuação do pesquisador, especificando a abrangência da pesquisa e sua operacionalização.

A especificação do objeto da pesquisa e sua operacionalização são indissociáveis do campo da análise empírica e de seus modos de investigação. Estes constituem os meios de abordagem do “real”, fixam o quadro instrumental da apreensão dos dados e devem, por conseguinte, concordar com as técnicas de sua coleta” (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991, p. 223).

A opção por combinar a observação participante e o levantamento de dados a partir de questionários e entrevistas, interpretando a realidade observada à luz dos conteúdos discutidos na pesquisa bibliográfica e documental, segue as orientações peculiares à pesquisa descritiva que, conforme apresenta Gil (2008), tem o compromisso de descrever determinada realidade. O autor alerta ainda, que nessa modalidade de pesquisa, torna-se fundamental dedicar especial atenção à padronização dos instrumentos de coleta de dados.

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 2008, p. 28).

Em relação às técnicas da pesquisa de campo, entendidas como “procedimentos mais restritos que operacionalizam os métodos, mediante emprego de instrumentos adequados” (SEVERINO, 2007), optei pela observação participante (Apêndice A), pressupondo observação direta e convívio com as pessoas a serem observadas por meio de diário de campo, considerando o observador enquanto conhecido do grupo, com o objetivo de extrair a natureza dos fatos, tais como eles são, para os sujeitos observados, atentando ainda, para fatos e situações que escapam aos olhos do senso comum, mas se configuram como fundamentais para o exame e análise do pesquisador (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991, p.213).

Enquanto recurso complementar à observação foram realizadas junto aos profissionais vinculados ao programa e aos gestores públicos envolvidos, entrevistas centradas ou focalizadas (Apêndices C a H), nas quais os entrevistados puderam descrever livremente suas experiências e conhecimentos, a partir da apresentação, pelo pesquisador, de determinado assunto/tema (THIOLLENT, 1987, p. 35).

Quanto aos frequentadores do espaço público inscritos no programa, que são os usuários do equipamento de lazer, foi realizada a entrevista semiestruturada (Apêndice B), que se estabelece a partir de um roteiro predeterminado, elaborado pelo pesquisador com base no

referencial teórico e com a particularidade de permitir que, durante a entrevista, novas hipóteses possam ser elaboradas a partir das respostas do entrevistado (TRIVIÑOS, 1987).

Cabe lembrar ainda que, a pesquisa empírica foi precedida de um estudo bibliográfico e de outro documental (SEVERINO, 2007). Isso possibilitou o diálogo permanente com os dados coletados pela observação e pelas entrevistas, especialmente, esclarecendo pontos relevantes a serem abordados.

A pesquisa bibliográfica, fundamental na primeira etapa do trabalho, foi desenvolvida a partir do levantamento de informações em diferentes obras produzidas no campo dos estudos do lazer, identificando o trabalho com os seguintes termos-chave, a partir dos Descritores da Saúde (DeCS): atividades de lazer, política pública, participação da comunidade. A bibliografia foi levantada no Sistema de Bibliotecas da USP e UNICAMP, bem como em sites específicos de busca no sistema de computadores da rede mundial, tais como *Google Scholar*, banco de Teses da CAPES, entre outros.

Após essa primeira etapa, as obras foram selecionadas e a leitura aprofundada pelas análises textuais, temáticas, interpretativas e problematização (SEVERINO, 2007). No decorrer da pesquisa, outras obras foram estudadas e novas contribuições foram incorporadas, na medida em que apresentaram considerações relevantes ao tema estudado, sempre no intuito de oferecer subsídios para se discutir os conceitos de promoção do lazer, política pública e PELC.

A pesquisa documental (SEVERINO, 2007) foi realizada de modo a identificar elementos relacionados ao tema nos textos governamentais, em específico no âmbito federal, tais como as diretrizes do PELC, os documentos institucionais que fundamentam as ações do programa e, também, as recomendações para implantação, execução e avaliação da política pública. Entre os documentos avaliados, considere como essenciais, a Constituição Federal de 1988, o documento que implementa a Política Nacional de Esporte e as Diretrizes do PELC.

A combinação das pesquisas bibliográfica, documental e empírica, buscando a maior quantidade possível de informações e dados sobre o tema, possibilitou melhor entendimento e compreensão do fenômeno social em foco. Todo o processo realizado, remete às contribuições de Triviños (1987), que apresenta a técnica de triangulação na coleta de dados, e como ela pode ser relevante em estudos como este:

A técnica da triangulação tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macro realidade social. Tais

suportes teóricos, complexos e amplos, não tornam fáceis os estudos qualitativos (TRIVIÑOS, 1987, p. 138).

A interpretação dos dados obtidos se estruturou com base nas contribuições de Bardin (2011), que pressupõe a técnica de análise de conteúdo, organizando o conhecimento em três etapas fundamentais: a pré-análise dos dados, ou seja, sua organização, escolha e classificação; a exploração do material, que consiste em aplicar ao conteúdo coletado a análise predeterminada; e por fim, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação dos mesmos, confrontando e buscando validar ao máximo todas as informações resultantes.

Frente aos dados coletados, busquei categorizá-los a partir das discussões realizadas na revisão de literatura e pesquisa documental. Neste sentido, as categorias de análise definidas para a discussão e interpretação dos dados compreenderam: (a) o entendimento do lazer e suas possibilidades educativas e de transformação social; (b) o entendimento do lazer enquanto política pública, abordando as relações de utilização do espaço, democratização do acesso, validade e efetividade das iniciativas governamentais; (c) percepção e valorização do lazer enquanto direito social; (d) desenvolvimento do PELC, seus objetivos e diretrizes, assim como sua forma de desenvolvimento; e, (e) percepção dos gestores e beneficiados sobre o desenvolvimento do programa, suas características e sua relação com a promoção do lazer.

A análise do conteúdo obtido a partir do registro no caderno de campo, entrevistas realizadas e a pesquisa bibliográfica, foi organizada dentro de uma ordem cronológica de observação e coleta e sistematizada dentro dos princípios e diretrizes presentes nos documentos norteadores do PELC, procurando extrair os diferentes significados extraídos das ações e fala dos beneficiados e gestores a partir das ações desenvolvidas no núcleo estudado.

A definição de amostra de pesquisa deu-se de forma não probabilística, intencional, em relação ao local a ser estudado, aos documentos analisados, assim como os profissionais e gestores públicos selecionados para as entrevistas, a partir dos critérios de representatividade e acessibilidade (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991). Para a realização da entrevista semiestruturada com os frequentadores do espaço público inscritos no programa, a definição de amostra se deu por saturação (MAGNANI, 2003).

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O LAZER

Estudar o lazer enquanto manifestação social histórica, assim como identificar as implicações do mesmo na vida das pessoas, pressupõe um estudo dedicado e amplo. Sabendo disso, e entendendo que esse não é o objetivo do presente estudo, pretendo apresentar neste capítulo considerações sobre o contexto histórico que proporcionou o surgimento do lazer enquanto manifestação cultural e social tal qual a conhecemos nos dias hoje, suas origens e as implicações de cada manifestação histórica no entendimento do fenômeno nos tempos atuais.

Pretendo também discutir o conceito do tempo destinado ao exercício do lazer e sua estreita relação com o tempo destinado ao trabalho, especialmente em sua configuração na atual sociedade, que adota um modelo de organização social, onde o trabalho é o motor que impulsiona todas as relações pessoais. Nesse sentido, pretendo apresentar considerações sobre como a organização social do trabalho interfere na organização e no exercício do tempo e das práticas de lazer.

Convém lembrar, porém, que a perspectiva de lazer que se pretende apresentar neste estudo está vinculada à sua manifestação nas sociedades da cultura ocidental capitalista, na qual estamos inseridos. Por se tratar de um tema complexo e amplo, as considerações enunciadas neste capítulo não se propõem como verdade absoluta em relação ao surgimento ou mesmo ao entendimento do lazer, mas sim, como instrumento capaz de contribuir para subsidiar as discussões que são suscitadas no decorrer da pesquisa.

Por fim, apresento também o entendimento do lazer enquanto objeto de estudo para nortear as discussões estabelecidas no presente trabalho, assim como os caminhos possíveis na perspectiva de se pensar o lazer enquanto instrumento de transformação social a partir da premissa do seu potencial educativo, considerando as possibilidades da educação *para e pelo* lazer.

3.1 O lazer enquanto manifestação social histórica

Em termos históricos, diferentes autores apresentam concepções particulares sobre o surgimento do fenômeno lazer como manifestação social e humana. Camargo (1998) que aponta a civilização greco-romana como berço do surgimento do lazer tal qual conhecemos em nossa sociedade ocidental. O autor lembra que, naquele momento histórico, já era possível observar uma divisão de classes capaz de interferir na organização do tempo e nas atividades realizadas individualmente. O cidadão livre dedicava a maior parte do seu tempo aos exercícios

físicos, às artes, às letras, à filosofia, entre outras atividades, enquanto o destino dos servos e os escravos era a realização dos trabalhos braçais, considerados de menor relevância e valor social.

Essa civilização [greco-romana] inventou a cultura do lazer, mas não soube nem quis democratizá-la. Eram sociedades escravagistas e, como tais, desprezavam os trabalhos manuais e mesmo o comércio. A economia da época, rudimentar, não permitia que nem mesmo os homens mais progressistas [filósofos e pensadores em geral] pudessem conceber aqueles benefícios estendidos ao conjunto da população, e que para tanto fossem criados tempos de trabalho e de lazer para todos, em vez de apenas tempo de lazer para uns poucos e tempos de trabalho para a maioria (CAMARGO, 1998, p.28, grifo nosso).

Bacal (2003), ainda sobre o surgimento do fenômeno lazer, e ao estudar suas relações com o tempo livre e a concepção do ócio na Antiga Grécia e no Império Romano, amplia essa discussão e identifica aspectos que aproximam e afastam, ao mesmo tempo, as duas culturas. Enquanto para o povo grego, o ócio tinha maior valor social que o trabalho, sendo algo permitido apenas a alguns privilegiados, que exerciam atividades de contemplação e desenvolvimento pessoal, para os romanos, a ideia de ociosidade e tempo livre surge em oposição ao trabalho, ao negócio. A autora lembra ainda que, em ambas as culturas, todo o trabalho que demandava esforço físico não era considerado algo de valor, ao contrário, deveria ser realizado pelos escravos e/ou aqueles que não pertenciam às classes privilegiadas daquela sociedade.

Werneck (2000), em estudo sobre o Lazer, Trabalho e Educação, ao abordar o surgimento do lazer na civilização grega, destaca que este se manifestava sob uma perspectiva diferente daquela que conhecemos hoje, prevalecendo naquela cultura um sentido de realização do ser humano em seu tempo livre. A autora aponta também, naquele contexto, a existência de vivências distintas do lazer nos diferentes grupos de pessoas dentro da mesma sociedade. Na prática, para os gregos prevalecia a ideia de lazer como manifestação ligada ao ócio, à contemplação e à reflexão, sendo algo a ser usufruído apenas pelos homens livres, já que aos escravos e aos serviçais, somente a realização do trabalho braçal era permitida.

Importante destacar nesse ponto o fato de que, mesmo observando-se, atualmente, práticas corporais associadas aos momentos de lazer que possam ter origem nas primeiras organizações sociais, fica evidente que o sentido primitivo de realização dessas práticas dificilmente se conserva nos dias de hoje. O ideal de cultura corporal preconizado pelas elites, na Antiguidade, sofreu modificações de forma gradativa, em especial, a partir do fortalecimento

do cristianismo no mundo ocidental. O pensamento que prevalece a partir do século IV d.C. defende cada vez mais o trabalho como valor fundamental para a organização social, seja no sentido de que somente através do trabalho o homem se afasta dos pecados e se aproxima da salvação, no pensamento católico medieval, seja pelo entendimento de que somente através do trabalho seria possível alcançar a prosperidade e a riqueza material que a nova sociedade industrial apresentava como ideal de vida, na ideologia protestante moderna (CAMARGO, 1998).

Ainda sobre a transição entre a Idade Média e a Idade Moderna, merece destaque a influência do crescimento das relações comerciais entre os países da Europa, África e Ásia, na organização social que se estabelecia. Esse novo contexto social que nasce a partir das grandes navegações e colonizações impulsiona o surgimento de novas formas das pessoas se relacionarem. Essas novas relações sociais estimulam cada vez mais a inteligência e os velhos dogmas, especialmente os sustentados pela Igreja, passam a perder poder de influência na sociedade. Os conceitos e paradigmas medievais, gradativamente, sucumbem ao diálogo e ao poder de convencimento, e os poderes político e econômico passam a estabelecer um novo momento de organização social.

O comércio acarretou traços significativamente novos às mentalidades dos indivíduos. Dentre os mais marcantes, um foi a necessidade da resolução de problemas por via racional, e que teve como resultado o desenvolvimento das faculdades superiores do homem, tanto as intelectuais quanto as cognitivas. Isto porque as fórmulas antigas não mais se ajustavam aos problemas. O novo contexto força o desenvolvimento da racionalidade, pois a esfera da crença não proporciona recursos para o equacionamento e a solução dos problemas emergentes (BACAL, 2003, p.53).

Werneck (2000) destaca as duas grandes vertentes que, apoiadas nos princípios do cristianismo, buscam estabelecer caminhos para que o homem moderno possa se adaptar as novas concepções de trabalho e de lazer que se consolidavam na sociedade ocidental. A primeira vertente, relacionada à dogmática do catolicismo, defende o trabalho com grande conotação moral sob a ótica de que o homem precisa trabalhar para cumprir seu dever perante Deus. Nessa perspectiva, não cabe ao homem acumular riquezas, somente exercer seu ofício para sua subsistência. Quanto ao lazer, somente lhe é permitido usufruir dentro dos princípios da Igreja e aos olhos de Deus, por este motivo, naquele momento histórico, são comuns as grandes celebrações temáticas e os grandes festejos religiosos católicos que ainda permeiam boa parte da cultura ocidental moderna.

Uma segunda vertente, alinhada à ideologia protestante, concebe a relação do homem com o trabalho sob uma perspectiva em que o acúmulo de bens e riquezas, fruto do trabalho honesto, deve ser valorizado e bem visto socialmente. Em contrapartida, quando o assunto é lazer, prevalece ainda o entendimento de que o mesmo remete à ideia de preguiça e maior disponibilidade para a aquisição de vícios, neste caso, o bom homem protestante deve evitar o lazer que apresenta riscos ao trabalho produtivo (WERNECK, 2000).

Não devemos ignorar as diferentes manifestações e indícios da existência do fenômeno lazer ao longo da história da humanidade, entretanto, acredito na perspectiva defendida por Dumazedier (2008) que entende que o lazer, enquanto manifestação cultural e social no formato que conhecemos nos dias de hoje, somente passa a existir quando a sociedade e os trabalhadores passam a ter maior controle sobre o tempo de suas vidas, ou seja, o lazer só pode ser considerado uma real manifestação social humana, passível de estudo e observação, a partir do momento em que o homem passa a dividir as 24 horas do seu dia em diferentes partes, sendo uma parcela considerável desse tempo dedicada ao trabalho, outra, ao descanso e à recuperação das energias para suprir o tempo voltado ao labor e, por fim, uma pequena parte dedicada a outros interesses que não se enquadram no trabalho nem no descanso.

Dumazedier (2008) salienta que, antes desse momento histórico, o trabalho da maioria das pessoas era totalmente destinado à sobrevivência, ocupando, assim, quase que a totalidade do tempo de suas vidas, excetuando-se apenas os raros momentos de descanso, que serviam para melhorar a condição do próprio trabalho. Mesmo em dias de festa e outras ocasiões em que as pessoas não estavam trabalhando, ressalta o autor, nas sociedades antigas e medievais não se perdia o sentido de cumprimento das obrigações.

Nessa direção, entende o sociólogo que o lazer somente passa a se configurar enquanto fenômeno real a partir do momento em que se tem clara a distinção entre tempo livre e tempo de trabalho, um em oposição ao outro, conseqüentemente, acabando por desconstruir as demais hipóteses sobre o surgimento do lazer.

[...] não acreditamos que a *ociosidade* dos filósofos da antiga Grécia ou dos fidalgos do século XVI possa ser chamada de *lazer*. Estes privilegiados da sorte, cultos ou não, faziam pagar sua ociosidade com o trabalho dos escravos, dos camponeses ou dos valetes. Essa ociosidade não se define em relação ao trabalho. Ela não é nem um complemento nem uma compensação; é um substituto do trabalho (DUMAZEDIER, 2008, p.27, grifo do autor).

Mesmo defendendo que o lazer é um fenômeno contemporâneo, Dumazedier (2008) reconhece a importância das contribuições culturais ao longo da história da humanidade, tanto na Antiguidade quanto na Idade Média, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento de práticas que, muitas vezes, são realizadas nos dias de hoje em momentos de lazer. Mas, o autor deixa claro que tais vivências se restringiam a uma pequena quantidade de pessoas e que somente podemos considerar o surgimento do fenômeno lazer para a classe trabalhadora a partir do momento em que se configuram duas grandes condições na sociedade.

Com efeito, nossa hipótese é que a produção do lazer é o resultado de dois movimentos simultâneos: a) o progresso científico-técnico apoiado pelos movimentos sociais liberando uma parcela do tempo de trabalho profissional e doméstico; b) a regressão do controle social pelas instituições básicas da sociedade (familiares, sócio espirituais e sócio-políticas) permite ocupar o tempo liberado principalmente com atividades de lazer (DUMAZEDIER, 2008, p.55, grifo do autor).

Ao afirmar que o homem passa a organizar e controlar o tempo do seu dia, sendo possível, então, usufruir de um “tempo liberado” das suas obrigações, com certa liberdade para utilizá-lo da melhor forma que entender, inclusive, com atividades de lazer, Dumazedier (2008) apresenta o primeiro ponto de reflexão determinante para o entendimento do nosso tema, isto é, que para compreender o lazer é preciso compreender a relação que o indivíduo estabelece com o tempo para a realização de determinadas práticas consideradas como práticas de lazer.

Esse tempo, que Dumazedier (2008) chama de “liberado”, é um conceito também explorado por outros autores, ora como “tempo livre”, ora como “tempo disponível”, conforme veremos mais adiante. Importante salientar, no entanto, que, quando falamos em “realizar determinada prática de lazer”, devemos ter a clareza de que nem sempre isso corresponde à necessidade de realizar positivamente gesto ou ação, visto que a opção pelo lazer também compreende a escolha de não executar “ação alguma”, ou seja, fazer a opção pelo descanso ou pela contemplação.

Outro aspecto apresentado nas contribuições de Dumazedier (2008) diz respeito ao impacto social frente ao exercício do lazer resultante da formação das cidades ou dos grandes aglomerados urbanos, como o autor prefere denominar, geralmente localizados em regiões próximas a grandes indústrias. Neste sentido, é determinante o fato de que a crescente industrialização e a regulação do tempo de vida em conformidade com o relógio da fábrica

solidificaram inúmeros hábitos da sociedade atual, inclusive, interferindo na parcela de tempo que a pessoa dedica ao lazer.

Padilha (2000), ao estudar o tempo livre do trabalhador no capitalismo, a partir das contribuições marxistas, ressalta a influência do sistema e da ideologia capitalista enquanto elementos determinantes no vínculo do operário com o trabalho e, por consequência, no seu momento de não labor, onde se manifesta o lazer. A autora lembra que, o entendimento do trabalho enquanto empreendimento de realização pessoal e/ou garantia da sobrevivência vai gradativamente se perdendo com o advento do fenômeno da remuneração pela força de trabalho. Esse efeito, característico do sistema capitalista, somado ao incremento da mais valia, implica no fato de que o trabalhador passa a produzir bens que não tem condições de obter imediatamente, pois, em muitos casos, sua remuneração não é suficiente para lhe permitir que adquira o bem produzido, fato que suprime do trabalho seu caráter de realização pessoal.

Durante todo o processo de desenvolvimento da humanidade, a atividade produtiva se transformou, traçando diferentes perfis para aqueles que vivem do trabalho. Mas foi a sociedade contemporânea que mudou a forma de produzir mercadorias, modificando também as maneiras de o homem se relacionar com a natureza. A força de trabalho foi proletarizada e se tornou motor da "racionalidade" que rege toda a produção industrial (PADILHA, 2000, p.34, grifo do autor).

A ideia de racionalidade do trabalho demonstrada por Padilha (2000) é o motivo dele se tornar abstrato e distanciar-se do sentido de satisfação pessoal. Isso leva ao surgimento de uma sensação de vazio interno, pois afasta do mundo do trabalho a potência de realização pessoal inerente ao ser humano. Sem o sentido de realização do indivíduo no trabalho, cada qual tende a buscá-la em outras possibilidades que a vida oferece, como, por exemplo, no exercício da religiosidade, da vivência em família, na vida política, no relacionamento interpessoal, nos momentos de lazer, entre outros.

Ocorre que, em virtude da força do discurso da produção e crescimento econômico, buscar a realização pessoal em algo que não colabore com o sistema capitalista também passa a ser alvo de críticas, visto que o discurso social vigente, alinhado ao pensamento capitalista, prevê o aproveitamento total de todo o tempo e esforço no sentido de melhorar e aperfeiçoar o sistema (PADILHA, 2000).

Com a expansão do sistema capitalista em diferentes regiões do mundo, observa-se também o crescimento e a consolidação do modelo industrial de produção e de consumo. Esse

sistema, no entanto, apesar de promover grandes avanços científicos e tecnológicos capazes de melhorar muito a qualidade de vida dos seres humanos, acaba por esquecer aqueles que o criam, de modo que, com a mesma velocidade em que a tecnologia e a ciência avançam, especialmente no último século, crescem, também, de forma considerável, as desigualdades sociais resultantes do capitalismo, evidenciando as inúmeras falhas que ele ainda não foi capaz de superar. Neste sentido, em oposição ao modelo de organização social capitalista, várias são as críticas existentes à sua excessiva exploração da força de trabalho bem como ao estímulo ao consumo.

Werneck (2000) destaca que, junto com as duas grandes revoluções que foram a Industrial e a Francesa, cresceu o movimento dos trabalhadores organizados em busca dos seus direitos e melhores condições de trabalho. Essa mobilização contribuiu para a efervescência social a partir do século XVIII, levando, também, pensadores e filósofos da época a discutir os problemas e as múltiplas possibilidades de desenvolvimento tanto do trabalho quanto do lazer. As extensas jornadas laborais que já apresentavam queda significativa de eficiência, assim como o crescimento da mobilização operária reivindicando melhorias trabalhistas e mais tempo livre favoreceram um cenário de mudanças sociais significativas naquele momento histórico, culminando em avanços na forma de organização do regime de horas a cumprir nas indústrias.

A percepção de que a exploração do trabalho humano em busca de maior produtividade já não garantia mais os mesmos resultados, somada ao questionamento e à inquietação das classes menos privilegiadas, entre outros fatores importantes, desencadearam um movimento que, de certa forma, atendeu tanto aos anseios dos trabalhadores, que reivindicavam mais tempo livre e melhores condições no chão da fábrica, quanto dos donos dos meios de produção, que viram o poder de consumo da sociedade aumentar.

[...] Houve redução no número de horas de trabalho, sem que houvesse igual redução no salário real do trabalhador. Pelo contrário, ocorreu um constante crescimento do poder aquisitivo dos assalariados, o que assegurou a indispensável expansão do consumo. Na medida que aumentam, concomitantemente, o poder de consumo e o tempo livre disponível, que é em si o tempo ideal de consumo, amplia-se o mercado consumidor, aumenta a produção como resposta imediata, e o aumento da produção, por sua vez, aumenta o mercado de trabalho que, conseqüentemente, fará crescer o número de consumidores (REQUIXA, 1974, p. 11).

Padilha (2000) destaca, por outro lado, que essa relação entre o aumento do tempo de lazer e o sucesso da sociedade de consumo favoreceu o surgimento do discurso funcionalista do lazer, qual seja, um discurso alinhado com o modelo capitalista da sociedade de consumo,

associando o exercício do lazer a algo capaz de compensar o esforço realizado no mundo laboral, garantindo, assim, ao trabalhador, uma compensação “necessária” pela exploração de sua força.

Os autores funcionalistas enfatizam a importância do lazer como forma de oferecer compensações às restrições e descontentamentos do trabalho, contribuindo para que o lazer seja nada mais que um apêndice do trabalho. Concebe-se então o lazer como algo dotado de poderes mágicos capazes de solucionar ou acabar com as frustrações das desagradáveis condições de vida, principalmente do trabalhador (PADILHA, 2000, p.60).

Essa perspectiva funcionalista de lazer e sua estreita relação com o fortalecimento do modelo capitalista de sociedade também é criticada por Castellani Filho (2006), que pondera o fato de que grande parte das discussões ao longo do século XX foram fundamentadas a partir do entendimento do lazer enquanto elemento capaz de contribuir com o bom funcionamento da sociedade, em especial, a capitalista, ignorando, assim, a possibilidade de se conceber um significado próprio para o lazer. Neste sentido, os conteúdos e as vivências historicamente construídos e associados ao lazer nas diferentes sociedades acabaram por se tornar quantificáveis e valoráveis como as demais manifestações humanas dentro do contexto capitalista. No caso específico do lazer, observou-se uma tendência a aproximá-lo ao conceito de “entretenimento”, acessível somente àqueles que possuem condições financeiras de adquiri-lo (CASTELLANI FILHO, 2006).

Bacal (2003), em estudo sobre o tema na sociedade moderna, verifica que, nos dias atuais, o lazer influencia e é influenciado por três principais elementos que lhe conferem significado: a industrialização, a influência dos meios de comunicação de massa e o processo de urbanização. Para a autora, o fenômeno da industrialização permite que se exija cada vez menos esforço físico do trabalhador e, em contrapartida, o esforço mental e as pressões psicológicas aumentam cada vez mais, juntamente com os níveis de stress e das doenças relacionadas a esse distúrbio.

O resultado desse fenômeno conduz a sociedade a buscar no exercício do lazer uma alternativa para reencontrar o equilíbrio e um real sentido para a vida, ou seja, o lazer cada vez mais se consolida como uma ‘válvula de escape’ para as dificuldades da vida moderna. Concomitantemente a isso, cresce a indústria do entretenimento digital bem como a associação do lazer aos pacotes turísticos de viagens, reduzindo-se, assim, uma manifestação humana complexa a algo que se pode explorar comercialmente (BACAL, 2003).

No que diz respeito à influência dos veículos de comunicação de massa, Bacal (2003) ressalta que eles acabam por interferir diretamente no entendimento dos conceitos de lazer e ócio no senso comum. Quanto ao entendimento do lazer, prevalece sua divulgação como prática relacionada ao movimento, ao dinamismo, às atividades físicas, ou seja, relacionada a uma postura ativa do praticante. Já em relação ao termo ócio, prevalece a reprodução que o situa como algo muito próximo a um momento reflexivo, contemplativo, no sentido da espiritualidade.

Por fim, o terceiro elemento capaz de influenciar o desenvolvimento do lazer na sociedade moderna é o processo de urbanização que promove nas grandes cidades uma redução gradativa dos espaços de convivência e interação coletiva, cedendo lugar a empreendimentos que oferecem uma gama enorme de possibilidades de lazer a serem desfrutados individualmente. Essa tendência, lembra a autora, geralmente não atende as classes sociais menos privilegiadas que continuam a se acomodar nas periferias dos grandes centros urbanos, desprovidas de qualquer condição digna de lazer ou acesso aos direitos sociais básicos (BACAL, 2003).

Neste sentido, acredito ser fundamental como primeiro fator importante para o entendimento do fenômeno lazer, identificar a forma de organização do tempo de cada pessoa em seu contexto social, assim como as possibilidades de cada um para distribuir o tempo do seu dia, destinando uma parcela para o exercício do trabalho e outra para o exercício do lazer. Tal entendimento não pode dissociar o fenômeno em questão do momento histórico em que ele está inserido, visto que, por se tratar de uma manifestação humana, assume particularidades específicas do contexto em que se manifesta.

Assim, ante essas primeiras considerações apresentadas, podemos observar que conceituar e tentar compreender o fenômeno do lazer na sociedade contemporânea não é tarefa simples, porém, as contribuições e considerações sobre a história da sociedade e o pensamento dos diferentes autores sobre as manifestações associadas a ele se mostram como elementos capazes de apresentar possíveis caminhos para sua compreensão. No próximo tópico, vamos avaliar, na perspectiva de diferentes autores, as especificidades do nosso objeto de estudo, suas características e particularidades.

3.2 O lazer enquanto objeto de estudo

Alguns teóricos buscaram, nos últimos anos, elaborar conceitos capazes de produzir um entendimento do fenômeno social “lazer” mesmo reconhecendo que tal apreensão nem

sempre pode ser expressa facilmente em palavras, já que se trata de um tema complexo e diretamente relacionado a inúmeras variáveis. Entre as diferentes obras¹ que abordam o assunto, pretendo, neste tópico, apresentar a concepção que vai conduzir os trabalhos da presente pesquisa, além de outros aspectos importantes à compreensão do lazer como objeto de estudo.

Dumazedier (2008) alerta, em suas análises, para três possibilidades incompletas de entendimento do lazer. A primeira concepção limitada está ligada ao fato de considerar o conceito apenas a partir da observação de uma prática, sem avaliar a motivação da pessoa frente à atividade que realiza. Outra falha é a restrição do lazer a tudo o que é realizado no tempo oposto ao tempo dedicado ao trabalho, ignorando, assim, o vínculo que cada pessoa estabelece com as atividades domésticas, familiares, sociais, políticas, religiosas, entre outras. Por fim, ocorre a mesma limitação conceitual quando se considera essas atividades familiares, políticas, religiosas, domésticas etc. exclusivamente como obrigação, porque, ao contrário, elas também podem ser vivenciadas por algumas pessoas como lazer.

Camargo (1986) aponta, ainda, dificuldades para estabelecer uma definição única para o conceito. Uma delas é que comumente as pessoas associam o lazer à simples prática de determinadas atividades como esporte, música, viagens, ou descanso, por exemplo. Ante essa percepção, o autor adverte que é fundamental levar em consideração os aspectos que motivam o indivíduo a realizar determinada atividade considerada lazer, assim como é importante avaliar o nível de escolha pessoal, a gratuidade na execução, o prazer e a satisfação com a prática, entre outros aspectos. Além do mais, no que diz respeito ao envolvimento do indivíduo com determinada atividade ligada ao lazer, o autor ressalta que, embora a sociedade influencie, determinando e orientando as escolhas das pessoas, condicionando e direcionando as vontades para necessidades que são criadas por essa mesma sociedade, com o objetivo de alimentar, entre outras coisas, a lógica de consumo, ainda assim, quando uma pessoa faz a opção por realizar algo em tempo oposto ao de trabalho, sem almejar remuneração e livre das obrigações de cunho familiar ou social, podemos considerar esta opção como uma escolha pelo lazer (CAMARGO, 1986).

Marcellino (1983) traz para o debate outro aspecto fundamental: a transição da sociedade tradicional-rural para a sociedade urbano-industrial, quando o tempo passa a ser controlado e dividido socialmente, ou seja, quando todos passam a obedecer a uma divisão da

¹ O presente estudo procurou extrair elementos chaves presentes nas obras de três autores, considerados como referências e citados em grande parte dos estudos na área do lazer nos últimos anos: Dumazedier (2000, 2008), Camargo (1986, 1998), e Marcellino (1983, 1987, 1996).

atividade social entre período de trabalho e de lazer. Esse processo, aliado à influência dos meios de comunicação de massa e à uniformização dos costumes, favorece o que o autor denomina percepção superficial e restrita do lazer. Essa percepção, presente no senso comum, tende a vincular a palavra lazer ao exercício de atividades específicas como a prática de esportes, as viagens ou a participação em grandes eventos culturais. Outro aspecto que favorece essa percepção é a promoção de grandes eventos por iniciativa de instituições públicas e/ou privadas que, a partir da venda de grandes pacotes de atividades, realizados em ações pontuais, contribuem para reproduzir no imaginário coletivo um entendimento raso e superficial do conceito de lazer (MARCELLINO, 1987).

A partir das contribuições desse autor, para superar as visões distorcidas e superficiais do fenômeno lazer e buscar compreendê-lo enquanto manifestação humana com sentido próprio, entendo que se deva considerá-lo como:

[...] a cultura - compreendida em seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída) no ‘tempo disponível’. O importante como traço definidor, é o caráter ‘desinteressado’ dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela própria situação. A ‘disponibilidade de tempo’ significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa (MARCELLINO, 1987, p. 31, grifo do autor).

É consenso entre os autores citados que qualquer definição de lazer deverá considerar como relevante o tempo em que ele se manifesta. Dumazedier (2008) destaca a dificuldade de estabelecer uma regra rígida para definir qual seria realmente o tempo exato destinado ao exercício do lazer e lembra que isso implica diretamente no entendimento que se tem dele. Considera que tal categoria se realiza no tempo livre da pessoa e que este é cada vez mais dependente do modo de organização da sociedade, a qual, por sua vez, estando em constante evolução, vem permitindo que as pessoas cumpram suas diferentes obrigações e ainda disponham de um tempo para realizar algo que lhes ofereça certo prazer.

Camargo (1998) também entende que o tempo livre é fruto das conquistas sociais dos trabalhadores, assim como resulta do avanço da tecnologia da produção do mundo do trabalho. No entanto, destaca que, apesar da sociedade moderna já ser a que mais assegura tempo liberado do trabalho em relação às sociedades antigas, esse tempo geralmente acaba sendo utilizado em atividades domésticas, dentro de casa, dedicado à interação com a televisão, videogames, ou ainda, ao desfrute esporádico de pacotes turísticos ou roteiros de viagens comerciais.

Ao discorrer sobre a variável tempo, Marcellino (1996) considera fundamental diferenciar, de imediato, as duas possibilidades de seu entendimento: a primeira, associada ao conceito de “tempo livre”, e uma segunda, que adota a expressão “tempo disponível”. Para o autor, ainda que o senso comum considere iguais as duas definições, deve se levar em conta que, avaliando o contexto histórico social, nenhum tempo é livre das normas e coações de conduta, razão por que ele prefere adotar a expressão “tempo disponível” para delimitar o período que a pessoa destina para vivenciar o lazer.

Além da opção pelo termo “tempo disponível”, Marcellino acredita ser fundamental considerar o fato de que a variável tempo não pode ser estudada de forma isolada, visto que é necessário identificar se determinada opção associada ao exercício do lazer corresponde também a uma atitude do praticante condizente com a escolha. O autor afirma que essas duas variáveis, tempo e atitude, devem ser estudadas em um movimento dialógico, uma interação constante, negando taxativamente a ideia de se conceber ambas como conceitos estanques e isolados.

Conforme já verificamos anteriormente, a consideração dos aspectos tempo e atitude é fundamental para o entendimento do âmbito do lazer. Já colocamos, inclusive, que essa consideração não deve ser isolada num único desses aspectos, mas sim combiná-los, uma vez que o simples isolamento de cada um pode provocar uma série de equívocos, decorrentes de situações nebulosas (MARCELLINO, 1996, p. 10).

Outro ponto relevante diz respeito às atividades e/ou conteúdos comumente associados ao lazer. Dumazedier (2008) faz uma significativa contribuição ao propor a organização desses conteúdos e atividades a partir de cinco interesses culturais, a saber, relacionados à prática de atividades físicas (e esportivas), artesanais ou manuais, intelectuais, artísticas e sociais. Elencando esses interesses, sistematizou um rol de atividades reconhecendo a limitação desse modelo em virtude da complexidade do fenômeno envolvido e admitindo que essa organização varia de acordo com a cultura de cada sociedade, e considera ainda que é fundamental observar a característica cultural central de cada ação para definir seu enquadramento.

Ampliando essa classificação, Camargo (1986) vai na mesma direção do autor e apresenta as seguintes considerações:

Baseado no princípio do interesse cultural central de cada atividade de lazer, ele [Dumazedier] as classifica em físicas, manuais, intelectuais, artísticas e

sociais. Esta classificação também não é perfeita. Como, aliás, felizmente, nenhuma o é, já que a realidade é sempre mais complexa que a capacidade de análise dos cientistas. Por esse motivo, seria conveniente acrescentar mais uma área de interesse cultural no lazer, o turístico (CAMARGO, 1986, p.18, grifo nosso).

Concordo com a presente classificação e pondero, a partir das contribuições de Marcellino (1996), que, além de se considerar as relações que os conteúdos e os interesses estabelecem entre si, é preciso buscar a compreensão de cada manifestação em sua singularidade sem esquecer o contexto social complexo em que a manifestação acontece. Neste ponto, o autor sugere que o estudo dos interesses presentes em cada ação de lazer deve se fundamentar na predominância da opção da pessoa quando busca determinada atividade, lembrando que a opção por não realizar nenhuma atividade pode também ser considerada como uma atividade de lazer, desde que seja uma decisão pessoal.

[...] Embora os campos abrangidos sejam de difícil demarcação, a separação pode ser estabelecida em termos de predominância. [...] Os vários interesses que as aspirações pela prática do lazer envolvem, formam um todo interligado e não constituído por partes estanques. A distinção só pode ser estabelecida em termos de predominância, representando escolhas subjetivas, o que evidencia uma das características das atividades de lazer – a opção (MARCELLINO, 1996, p.17-18).

Considerando seu potencial educativo, Marcellino (1996) ressalta que, em um contexto ideal, seria interessante que as pessoas pudessem vivenciar todos os conteúdos do lazer, porém, na prática isso não acontece. Ainda que se considerem as inúmeras possibilidades, interesses e conteúdos, nem sempre eles estão acessíveis a todos. Neste ponto, o autor reforça a importância de estabelecer na sociedade brasileira uma nova concepção que promova uma imediata e necessária educação para o lazer, capaz de garantir às pessoas oportunidades para aprender sobre os diferentes conteúdos e interesses e, a partir da vivência, usufruir ao máximo todas as possibilidades que o exercício do lazer oferece, inclusive, combinando mais de um interesse ou conteúdo durante o seu tempo de lazer.

Entendemos, em consonância com os estudos de Marcellino (1983, 1987, 1996) e Camargo (1986, 1998), que o lazer tem, sim, um potencial educativo capaz de promover transformações na vida das pessoas e, por consequência, na sociedade. Razão pela qual torna-se relevante estudar a capacidade transformadora de políticas públicas e programas como o PELC, que se propõem a modificar a sociedade a partir do lazer. Ainda que se considere o fato

de que nem sempre essa mudança é instantânea e, na maioria das vezes não é, considero importante compreender o desenvolvimento dessas intervenções, entendendo os motivos e fundamentos de sua concepção e das suas ações, à luz da teoria e das correntes de pensamento dedicadas ao assunto.

3.3 O duplo aspecto educativo do lazer e a possibilidade de transformação social

Tratando da necessidade de compreender o lazer enquanto um fenômeno social e cultural amplo, Marcellino destaca, em sua obra *Lazer e Educação* (1987), a importância de considerá-lo como um instrumento capaz de superar a estrutura social de desigualdades imposta pela sociedade capitalista. Para o autor, é fundamental que o lazer caminhe no sentido oposto a qualquer motivação que o aproxime de um simples assimilador de tensões ou injustiças sociais, assim como é necessário negar qualquer concepção que contribua para a reprodução de uma sociedade desigual e com forte tendência ao consumo.

O autor reconhece a existência do duplo aspecto educativo do lazer, considerando-o tanto como um veículo quanto como objeto de educação, porém, afirma que é preciso superar o entendimento funcionalista de inúmeras teorias que defendem o potencial educativo do lazer, mas não atacam os elementos sociais e as ideologias que interferem nas suas práticas, ignorando, assim, a necessidade de superar as desigualdades sociais de acesso e permanência ao lazer (MARCELLINO, 1987).

Neste sentido, Marcellino (1987) adverte que o lazer deve ser considerado como um instrumento de hegemonia e, por consequência, de contra hegemonia. Assim, ao se definir uma proposta de intervenção no campo do lazer, todo profissional deve ter clareza de que o mesmo possui um potencial de reprodução dos valores presentes e/ou de produção de novos valores na sociedade.

Trata-se de uma relevante ponderação, pois, com o notável aumento das desigualdades sociais, fruto da diferença de acesso aos benefícios promovidos pelo capitalismo, assim como com o crescimento do “produto” lazer, no mercado, reduzindo esse fenômeno a práticas específicas, passíveis de serem exploradas comercialmente, verifica-se que as desigualdades nas várias esferas passam também a se manifestar no lazer, já que este, transformado em mercadoria, deixa de ser algo inerente ao ser humano e torna-se acessível apenas àqueles que têm condições financeiras de comprá-lo (MARCELLINO, 1983).

Outro aspecto apontado por Marcellino (1983) diz respeito à interferência de inúmeras barreiras sociais, como por exemplo, a dificuldade que as mulheres encontram para acesso ao

lazer em virtude de sua jornada dupla de trabalho; as limitações ao lazer vivenciadas pelas crianças na escola e no espaço urbano; o campo restrito de oferta aos idosos, os quais, em função da falta de oportunidade, na juventude, para o aprendizado sobre a utilização do tempo livre; e em virtude da dedicação de toda a sua vida ao trabalho, quase sempre não dispõem de conhecimento e autonomia para utilizar o tempo livre da aposentadoria em benefício próprio, entre outros obstáculos.

Essas e outras barreiras que não só impactam o exercício do lazer, mas também impedem o acesso aos demais direitos sociais e humanos, infelizmente, se fazem constantes em nossa sociedade. Bonalume (2007) lembra que uma alternativa para superar esses impeditivos corresponde ao investimento na formação e na reflexão, considerando ambas enquanto atitudes permanentes necessárias a todos aqueles que estão envolvidos diretamente com o tema. Além disso, a adoção por parte dos gestores públicos de políticas participativas tende a reverter o quadro de exclusão social presente nos países em desenvolvimento, tal qual o Brasil.

Existem barreiras à participação que impedem a acessibilidade, principalmente dos setores populares mais carentes e menos organizados, que têm dificuldades em participar. Para superá-las, é preciso investir no cidadão, construir formas de ação que facilitem a participação dos que mais precisam dela, combater os fatores que são indicados como nocivos à democracia: a burocratização, o clientelismo, a instrumentalização partidária, a manipulação das pessoas e/ou instituições participantes (BONALUME, 2007, p. 213).

Ainda quanto às barreiras de acesso ao lazer, Marcellino (1983) apresenta um debate interessante sobre a importância da democratização do espaço urbano. Para o autor, não se pode falar em uma sociedade em que o lazer se manifeste em sua plenitude se o debate sobre o uso do espaço urbano não for feito à luz de sua apropriação pelas pessoas. Assim, faz-se necessário refletir e reconsiderar a influência do mercado e da especulação imobiliária na construção das grandes cidades, por exemplo. É fundamental também oportunizar espaços de convivência para além das áreas nobres, em toda a cidade, assim como dar novos significados e usos para locais já existentes, como as escolas e as ruas, principalmente nas regiões onde seja difícil construir novos espaços específicos² para lazer.

² Marcellino (1983) considera como espaços específicos destinados ao lazer aqueles que foram concebidos e construídos especificamente para esse fim, tais como os parques, clubes, praças, quadras etc. Em relação aos espaços não específicos, são aqueles que exercem finalidade distinta em determinado momento, mas que podem ser aproveitados como espaço de lazer quando não estão cumprindo sua finalidade principal, tais como escolas, igrejas, bares, e até a própria residência de uma pessoa.

Ressaltando, também, a importância da valorização da cultura local enquanto patrimônio histórico, o autor enfatiza a necessidade de preservação, rompendo com a tendência da constante substituição pelo “novo”, modelo considerado como ideal para o mercado capitalista e para a cultura de massa. Marcellino (1983) destaca o papel da ação cultural para romper com o conformismo presente na sociedade moderna, surgindo como possibilidade de resgate e fortalecimento dos valores próprios de cada sociedade.

A ação cultural, assim como a valorização e aumento do tempo dedicado à vivência do lazer, somadas à democratização e multiplicação dos espaços disponíveis, são os elementos que podem contribuir para a verdadeira efetivação do lazer enquanto instrumento de transformação social. Em uma perspectiva democratizadora, considerando o duplo aspecto educativo do lazer, essa ação cultural tem por objetivo anular e/ou minimizar a tendência do sistema em criar barreiras, assim como combater a força do mercado no sentido de impor a todos, indistintamente, comportamentos e práticas pretensamente ideais, promovendo, ao contrário, o desenvolvimento pessoal e social (MARCELLINO, 1983).

Ao discutir o lazer enquanto elemento capaz de estimular mudanças tanto na cidade quanto no cidadão que a habita, Melo (2007), por sua vez, destaca o potencial da animação cultural no processo de transformação e construção das cidades assim como os impactos significativos no desenvolvimento do lazer. Para o autor, as diferenças sociais e estruturais de cada bairro ou agrupamento de pessoas interferem significativamente nas manifestações culturais de uma comunidade, em cada uma das quais a cultura produzida por eles se apresenta de modo diferente, mesmo tendo em vista que a indústria cultural é uma realidade e a massificação de hábitos e costumes também.

A difícil situação que se apresenta negativamente frente a esse contexto é o fato de que as diferenças econômicas acabam por interferir, também, na qualidade de acesso e produção das práticas e bens culturais presentes nas cidades e grupos sociais. Ainda que se entenda que essa multiplicidade de culturas é importante, na prática, o que se observa é uma relação direta do poder econômico com a ocorrência das barreiras de acesso aos conteúdos e conhecimentos produzidos nas cidades e, por consequência, aos espaços, equipamentos e possibilidades que o lazer oferece.

Podemos elencar pelo menos três dimensões de grande importância no que se refere ao acesso aos equipamentos e bens da cidade, inclusive os culturais: o aspecto físico (se há equipamento propriamente dito); o aspecto financeiro (se o valor cobrado e os gastos adicionais são acessíveis); e o aspecto relacionado à formação/predisposição (se há estímulo e intervenção pedagógica,

mediação, que possibilite a compreensão dos significados das diversas manifestações culturais). Não adianta a cidade possuir uma infinidade de equipamentos públicos se as pessoas não são estimuladas a frequentá-los (MELO, 2007, p. 80-81, grifo do autor).

Em locais menos privilegiados economicamente, a carência de espaços para a prática esportiva, cultural ou de lazer, em regra, é uma realidade e, quando eles existem, quase sempre estão deteriorados ou são espaços privados. Assim, quando uma política pública se prontifica a desenvolver atividades de lazer de cunho educativo nas regiões mais pobres, é fundamental que se estruture a partir de uma problematização e sensibilização anteriores, sob pena da intervenção não atingir seus objetivos.

Assim, ante as considerações apresentadas, é clara a urgência de se minimizar as inúmeras barreiras de acesso ao lazer, como também se vê que é fundamental uma ação (ou animação) cultural, dentro do campo do lazer, com o objetivo de transcender a simples prática de determinada atividade ou reprodução de um conteúdo relacionado ao lazer, é preciso que o mesmo contribua para a transformação social e a redução das desigualdades de acesso ao seu conteúdo cultural. Marcellino (1996), atento a essa necessidade, lembra que a compreensão do lazer enquanto fenômeno da sociedade moderna pressupõe o seu entendimento a partir do exercício da cidadania, a qual, por seu turno, ele vincula ao conceito de participação cultural.

Entendo por participação cultural a atividade não conformista, mas crítica e criativa de sujeitos historicamente situados. Entendo ainda, a participação cultural como uma das bases para a renovação democrática e humanista da cultura e da sociedade, tendo em vista não só a instauração de uma nova ordem social, mas de uma nova cultura.

Isso não significa o isolamento do plano cultural do social, mas tão somente que não cabe justificar o imobilismo pela existência de uma ordem social adversa (MARCELLINO, 1996, p.4).

Neste sentido, quando falamos em políticas públicas de lazer, não podemos esquecer que a participação ativa de todos os envolvidos é fundamental, afastando o conceito que defende a recepção passiva de uma proposta, pensada e implementada sem dialogar com a cultura e a realidade do local onde será desenvolvida.

Tudo isso amplia ainda mais o leque das discussões do papel da administração pública, com relação a formulação de políticas de lazer, e que vêm se manifestando, na maioria das nossas cidades, pela ausência de explicitação,

ou falta de identidade, sendo substituídas pelos “Calendários de Eventos” ou “pacotes baixados por gabinetes técnicos” (MARCELLINO, 2008, p.14).

Portanto, é necessário fomentar a discussão sobre a elaboração e efetivação das políticas públicas no campo do lazer, superando o entendimento associado ao simples calendário de eventos, considerando o lazer enquanto instrumento de mobilização e participação cultural, valorizando assim seu entendimento amplo em relação aos conteúdos e interesses, considerando a existência de barreiras de acesso e, efetivamente, valorizando o seu duplo aspecto educativo.

Tendo em vista a presente necessidade e, analisando as diretrizes do PELC, considero que ele se apresenta como uma política pública capaz de proporcionar a ampliação do acesso aos diferentes conteúdos culturais que o lazer pode oferecer, assim como estimular a participação crítica e transformadora, proporcionando situações que desenvolvam a autonomia e o combate às desigualdades sociais, dentro de uma perspectiva que valoriza a ideia de democratização do lazer.

No entanto, não se deve ignorar que o PELC, enquanto política pública de promoção do lazer e do esporte recreativo, representa interesses e peculiaridades pertinentes ao contexto político em que está inserido. Portanto, para sua compreensão e contextualização é necessário estudar os principais aspectos e diferentes papéis que as políticas públicas, especialmente as de lazer, vêm desempenhando no Brasil ao longo dos últimos anos, assim como buscar extrair dos documentos que fundamentaram essas políticas os interesses que cada momento e cada projeto buscou atender. Essa análise é apresentada no próximo tópico.

4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O LAZER

A elaboração de políticas públicas pelos governantes, além de respeitar a legislação vigente, tem relação direta com o programa de governo eleito e defende os interesses do grupo político legitimado no sistema democrático. Desse modo, ao avaliarmos a história das intervenções nesse campo, tornam-se evidentes a perspectiva e o entendimento do conceito defendido pelo governante em cada momento histórico, assim como os interesses e o destinatário final que elas pretendem atender.

Neste capítulo, procuro apresentar uma síntese histórica das políticas públicas de lazer desenvolvidas em nosso país, partindo do início do século passado até culminar com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que passou a ser o documento mais significativo a tratar da temática até então, assegurando ao lazer o *status* de direito social.

Após a Constituição de 1988, uma série de desdobramentos puderam ser extraídos para a elaboração de diretrizes institucionais no nosso campo de análise, entre esses, os elementos necessários à construção e implementação de ações no campo do lazer. Destacam-se, nesse ponto, a participação popular e o incentivo à formação de agentes multiplicadores, que são elementos considerados de fundamental importância para a consolidação e o acesso ao direito social ao lazer.

Relevante, no entanto, antes de investigar o presente tema, recorrer as contribuições de Ruas (2014) para diferenciar os conceitos de política pública (*policy*) e política (*politics*). Nos traz a autora o entendimento de que a política corresponde a atividade dos representantes políticos eleitos pelo povo, nos espaços específicos, tais como câmaras, assembleias, dentre outros. Os resultados dessa atividade é que vai resultar na escolha, construção e implementação das políticas públicas que, segundo a autora, é considerada como

[...] a formulação de propostas, tomada de decisões e sua implementação por organizações públicas, tendo como foco temas que afetam a coletividade, mobilizando interesses e conflitos. Em outras palavras, *policy* significa a atividade do governo de desenvolver políticas públicas a partir do processo da política (*politics*). (RUAS, 2014, p.19).

Outro aspecto a ser apontado diz respeito ao fato de que, o desenvolvimento de uma política pública compreende um ciclo, que se inicia na atividade política e se completa na sua avaliação. Frey (2000, p.226, grifo nosso) aponta que as fases desse ciclo partem da “[...] percepção e definição dos problemas pelos governantes, ‘agenda-setting’ (discussão com a

sociedade), elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e, finalmente, a avaliação de políticas e a eventual correção da ação.

Sabendo que o presente estudo deverá se preocupar em estudar uma política pública, ou seja, uma ação do governo, um segundo aspecto a ser considerado corresponde ao entendimento da diferença entre análise e avaliação das políticas públicas. Serafim e Dias (2012) nos orientam para o fato de que, a avaliação corresponde ao monitoramento realizado para avaliar o resultado da intervenção política, enquanto a análise da política pública é mais ampla, e compreende os inúmeros fatores e elementos que dialogam desde a identificação do problema ser atacado com a criação da política, passando pela sua formulação, implementação e avaliação.

Entendo que a competência para a avaliação efetiva da política pública em questão, no caso o PELC, seja do órgão que a implementa, no caso o Ministério do Esporte, atual Secretaria Especial do Esporte, neste sentido, pretendo realizar no presente estudo, uma análise da política pública PELC, buscando identificar elementos que perpassaram desde o surgimento do problema que mobilizou a classe política a criar o programa, até a sua execução em um núcleo de atividades.

4.1 Breve histórico das políticas públicas de lazer no Brasil

No Brasil, assim como em grande parte dos países do mundo ocidental, após a Revolução Industrial, na transição do século XIX para o XX, passou a ser cada vez mais frequente a organização dos indivíduos nos grandes aglomerados urbanos conhecidos como cidades, propostos para estruturar a vida das pessoas essencialmente a partir do tempo da indústria, que cada vez mais ditava o ritmo de toda a sociedade. Ainda que o tempo individual destinado ao trabalho naquele momento fosse quantitativamente maior do que o dedicado nos dias de hoje, foi com a independência do homem frente ao tempo imposto pela natureza, experimentada especialmente nas grandes cidades, que surgiu a possibilidade do indivíduo usufruir de uma pequena parte do tempo que sobrava do seu dia para realizar atividades que não estavam ligadas ao trabalho, entre elas, a busca por melhores condições de exercício do próprio trabalho, e também de buscar, com maior liberdade, outras situações diferentes que pudessem lhe oferecer prazer e satisfação.

Por esse motivo, ao pensarmos a organização e o desenvolvimento das políticas públicas de lazer no Brasil, é necessário entender o vínculo delas com a formação das cidades, principalmente, considerando o lazer como algo diretamente vinculado ao desenvolvimento do

trabalho e da economia brasileira. Assim, é possível observar que a história das políticas públicas de lazer no Brasil se constrói em relação direta com os movimentos trabalhistas e econômicos, que se sucederam, em nosso país, ao longo do século XX.

Em relação a uma organização didática da história das políticas públicas de lazer no Brasil, alguns autores apresentam percepções e tratamentos específicos. Longe da pretensão de aprofundar e estabelecer um novo paradigma sobre o tema, busco apresentar nesse tópico algumas considerações que abordam tanto o movimento político dos governos para promover o lazer da população, quanto os ‘possíveis’ e reais interesses que cada um deles representa, crescendo-se, também, a forma como eles se articularam e se efetivaram ao longo do tempo.

Pinto (2008), ao estudar a história das ações do governo brasileiro em relação ao trabalho e ao lazer, destaca a existência de quatro grandes momentos que possuem relação direta com as importantes modificações sociais que aconteceram, de modo geral, em boa parte dos países ocidentais de economia capitalista no século passado. A organização temporal proposta pela autora será observada neste trabalho associada às contribuições de Mascarenhas (2007) e Castellani Filho (2007). Essa organização compreende, em um primeiro momento, os movimentos sociais e políticos que marcaram as décadas de 1930 e 1940, resultando na promulgação da legislação trabalhista que permaneceu vigente em nosso país até os dias atuais; um segundo momento é marcado pelos movimentos nos anos de 1960 e 1970, que incentivavam a prática do lazer, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, direitos sociais eram violados pelo regime militar; o terceiro momento, que é marcado pela redemocratização do país e abertura comercial, na transição entre os anos 1980 e 1990; e, por fim, um quarto período, que compreende a consolidação do neoliberalismo e a implementação de diferentes políticas sociais, inclusive de lazer, a partir dos anos 2000 até os dias atuais.

O primeiro momento relevante dessa história surge com as grandes revoluções sociais por melhores condições de vida e de trabalho, nas décadas de 1930 e 1940, que levaram o governo a atender as necessidades e reivindicações dos trabalhadores. Seu ponto culminante ocorre com a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas, a CLT, em 1943. Pinto (2008) lembra que o pano de fundo do atendimento às reivindicações dos trabalhadores tem relação direta com a necessidade de promover o crescimento econômico no país, propagando, assim, a imagem de uma sociedade atenta às questões relacionadas ao desenvolvimento do trabalho e do trabalhador.

Apesar de considerar fundamentais esses avanços, a autora apresenta algumas críticas ao modelo de divisão do tempo de trabalho e, por consequência, do tempo de não trabalho, formalizado a partir da CLT.

Do meu ponto de vista, o tempo de não-trabalho nos moldes das Constituições de 1934 e 1937, assim como pela CLT de 1943, é compreendido como sobre o tempo social considerado útil (o do trabalho). O tempo é aí valorizado como recompensa do trabalho ou redenção dos problemas sociais, e não como direito, necessidade e vontade coletiva (PINTO, 2008, p. 82, grifo do autor).

A percepção da autora remete à ideia de que o legislador pouco estava preocupado com o tempo de não trabalho do trabalhador, sua intenção era implementar um tempo mínimo destinado ao exercício do trabalho e assegurar que abusos e excessos não fossem cometidos. Em relação ao tempo de não trabalho, o que se percebe é um movimento de empregadores e governo preocupados em cuidar para que esse tempo não interferisse negativamente no tempo de trabalho. Nesse contexto é que temos o nascimento da política de lazer de cunho assistencialista, ou seja, a simples ideia de oferecer ao trabalhador uma ‘recreação’ capaz de ocupar seu tempo livre e ainda contribuir para o seu bom desempenho profissional (PINTO, 2008).

Mascarenhas (2007) lembra que essa fase também é marcada pelo surgimento e fortalecimento de diferentes entidades sociais e recreativas como o SESI (Serviço Social da Indústria) e o SESC (Serviço Social do Comércio), que, a partir de subsídios do poder público e incentivo da iniciativa privada, passam a assumir cada vez mais a responsabilidade pela ocupação do tempo de não trabalho do indivíduo.

Portanto, o par representado pelo SESI e pelo SESC, evidentemente auxiliado por sindicatos, entidades recreativas de classe e mais algumas entidades privadas, materializou-se como o principal responsável pela difusão e implementação das ações de lazer desenvolvidas no Brasil (MASCARENHAS, 2007, p.22).

Um aspecto relevante e observado por Pinto (2008) consiste no surgimento, já nesse contexto histórico, das primeiras desigualdades em relação ao acesso ao direito ao lazer. Como o poder público passa a dividir a responsabilidade com as entidades privadas promovidas pela indústria e pelo comércio, que atendiam, assim, aos trabalhadores empregados no seu ramo de atividade econômica, um vazio se formava em relação a todas aquelas pessoas que não estavam empregadas nem na indústria nem no comércio. Exemplo de uma categoria que ficou excluída desse movimento foi o trabalhador rural, que somente foi contemplado pelo legislador na

década de 1960, época em que a autora assinala o surgimento de um segundo grande momento histórico das políticas públicas de lazer no Brasil.

Situado entre os anos de 1960 e 1970, esse período corresponde a uma nova conjuntura política nacional, aquela em que o autoritarismo dos governos militares no Brasil identifica no esporte e no lazer elementos que poderiam contribuir com a estabilidade social e política necessária à construção de um modelo de sociedade adequado ao regime. Nessa etapa histórica, Pinto (2008) ressalta uma aproximação do lazer ao conteúdo esportivo e também à educação física escolar, ambos considerados elementos fundamentais na disseminação de práticas recreativas e esportivas na sociedade brasileira. Os municípios passam a assumir papel importante na disseminação dessas práticas através dos programas de *ruas de lazer*, ou *ruas de recreio*, que promoviam um modelo de atividade que prevalece até hoje em muitas cidades brasileiras.

Alinhada a essa estratégia [ruas de lazer], resalto a aliança entre as políticas de esporte, educação física e lazer que, no meu modo de ver, constituiu um segundo fato histórico decisivo nos desenhos das políticas de lazer nas décadas de 1960 e 1970. [...] Aliança consolidada nas secretarias municipais e estaduais de Esporte e Lazer, consagrando o campo da Educação Física como principal difusor das políticas públicas de lazer no Brasil. Essa estratégia política foi fundamental ainda para promover a educação corporal pactuada com educação para o lazer e orientada pelas necessidades do sistema capitalista (PINTO, 2008, p. 84, grifo nosso).

Essa aproximação do lazer ao esporte também é observada por Mascarenhas (2007) quando cita um grande programa promovido pelo governo federal na década de 1970, o *Esporte para Todos* (EPT), que difundia as práticas esportivas buscando sua massificação e o aproveitamento do tempo livre dentro de um contexto educativo. O autor lembra que a promoção do esporte, assim como da cultura e da assistência social pelo governo nesse momento histórico tinha como principal objetivo disseminar valores e hábitos considerados ideais para a sociedade que se buscava construir, especialmente, de modo a ser forte e competitiva no mercado industrial.

[...] Desse modo, sob o pretexto da democratização e universalização das atividades físicas e desportivas, o direito ao esporte e o direito ao lazer apresentavam-se como importantes instrumentos de controle e garantia da chamada paz social, além de começar a forjar novos hábitos de consumo entre os adeptos dessa campanha (MASCARENHAS, 2007, p.23).

O autor lembra ainda que, o Estado começa a incorporar o papel de liderança na formação dos indivíduos, potenciais trabalhadores, assim como passa, cada vez mais, a buscar exercer o controle sobre todo o tempo disponível da população. Despesas com saúde, educação, assistência social, entre outras, são consideradas como uma contribuição do Estado, uma espécie de segundo salário, desonerando as grandes empresas e criando condições favoráveis para o trabalhador reverter a maior parte de seu salário em consumo interno, alimentando a lógica do sistema capitalista (MASCARENHAS, 2007).

Com o passar dos anos, o inchaço da máquina pública e o enfraquecimento do poder coercitivo do Estado militar, o surgimento dos movimentos sociais por mais direitos e um contexto histórico de abertura dos mercados consumidores, conhecido como neoliberalismo, percebe-se um novo momento das relações do poder público e da iniciativa privada frente à promoção do lazer. É o que se convencionou entender como o terceiro grande momento das políticas públicas de lazer em nosso país que se efetiva com a promulgação da Constituição Federal de 1988, e traz em seu bojo certa contradição, visto que, ao mesmo tempo que garante ao povo uma série de direitos sociais, caminha na direção de redução do tamanho do Estado.

Assim, o projeto de desenvolvimento alçado ao modelo estatizante-intervencionista que vigorava até então cede lugar ao discurso modernizador-privatizante do Estado Mínimo; e as premissas liberalizantes da reforma administrativa passam a subordinar explicitamente as regras da política às leis de mercado, buscando reconfigurar toda a estrutura de gestão organizacional e institucional do antigo aparelho social (MASCARENHAS, 2007, p.25).

Mascarenhas (2007) aponta uma progressiva redução de investimento nas áreas sociais, somada a uma política de promoção de subsídios para a iniciativa privada, interferindo significativamente nas opções de lazer. Cita o surgimento do fenômeno que denomina *mercolazer*, no qual as práticas oferecidas pelo mercado passam a ser extremamente valorizadas, potencializando a percepção social de que somente existe um caminho para a vivência no tempo de lazer, aquele que pode ser comprado ou reproduzido a partir das possibilidades oferecidas pelo mercado, seja nos grandes parques temáticos, seja nos jogos eletrônicos, brinquedos ou pacotes de viagens comercializados.

Pinto (2008) também considera esse contexto de abertura do mercado e garantia do direito social ao lazer, no final dos anos 1980, como um terceiro grande momento histórico das políticas públicas de lazer no Brasil. Salienta a autora, porém que, mesmo considerando uma

série de fragilidades e questionamentos acerca da forma como o conceito foi concebido no texto da Carta Constitucional de 1988, principalmente em relação ao caráter assistencialista que o termo carrega, o registro histórico representa um grande avanço social.

Mesmo com os limites apontados, a inclusão do lazer nos direitos constitucionais inaugurou um fato novo nas nossas experiências políticas. Ele deixa de ser considerado um benefício social concedido apenas aos trabalhadores, passando a ser tratado no conjunto de medidas políticas necessárias à melhoria da qualidade de vida de todos. Esse fato passou a desafiar governantes e a sociedade no sentido da elaboração e implementação de políticas que pudessem reconhecer e proteger tal direito (PINTO, 2008, p. 86).

Por fim, logo após a promulgação da Constituição Federal e os primeiros anos de política neoliberal, chegamos ao quarto e último momento histórico relevante em relação às políticas públicas de lazer no Brasil, que compreende o final da década de 1990 e os anos 2000. Nesse período, Pinto (2008) destaca as contradições entre a lei e a influência do pensamento neoliberal, que resultam na diminuição da participação do governo na promoção dos direitos sociais.

Ainda que a previsão legal do §3º do artigo 227 da Constituição Federal estabeleça explicitamente para o poder público o papel de incentivar o lazer enquanto forma de promoção social, o legislador constituinte, em diversos momentos, adverte que a efetivação dos direitos sociais deve ser resultado de um esforço coletivo entre o poder público, o poder privado e a sociedade. Essa previsão, em certa medida, é uma das características do pensamento neoliberal que busca, em especial, estimular a responsabilidade social das empresas, a participação popular nas políticas públicas e o fortalecimento do terceiro setor enquanto responsável pelo bem-estar social (PINTO, 2008).

Analisando o século passado sob outra perspectiva, Castellani Filho (2007) identifica apenas dois grandes movimentos políticos, na medida em que foram eles que resultaram em uma produção legislativa capaz de fornecer subsídios para a consolidação de duas linhas mestras de atuação governamental no campo do lazer. A primeira, que ele chama de conservadora, fundada a partir da lei 3.199/41, é a que defende um Estado intervencionista e propõe disciplinar o esporte brasileiro, à luz da Constituição de 1937, preconizando espírito cívico e patriótico, à semelhança do governo instaurado. Essa tendência se apresenta novamente na lei 6.251/75 e no decreto 80.228/77, que promovem pequenas alterações na lei de 1941, mas

mantêm a característica de vinculação do Estado enquanto elemento responsável pela organização do sistema esportivo e de lazer no Brasil.

Uma segunda linha de intervenção estatal ocorre a partir da influência do pensamento neoliberal em nossa legislação. Ao promulgar a lei 8.672/93 (Lei Zico) e a lei 9.615/98 (Lei Pelé), o estado brasileiro passa a dividir a sua responsabilidade com o mercado e a iniciativa privada, especialmente no tocante à transformação da organização e à modernização da estrutura esportiva, com o objetivo de adequar a legislação ao novo contexto que se consolidava no mundo. Na prática, segundo o autor, ambos os caminhos se mostraram deficientes na efetivação do exercício pleno do direito ao esporte e ao lazer.

O que se pôde observar, a partir dessas recentes mudanças na legislação, foi o aumento dos investimentos no esporte de alto rendimento e no esporte educacional, em contrapartida, para o lazer e o esporte recreativo, consolidou-se a lógica da sociedade de consumo, prevalecendo a ideia de momento destinado ao entretenimento, alinhada aos princípios neoliberais de consumismo e mercantilização. Em resposta a esse cenário em que predomina o entendimento do lazer como entretenimento e/ou mero produto de consumo é que nasce o PELC, como política pública federal, em meados dos anos 2000.

Pois foi com a consciente e explícita intenção de reverter a lógica encontrada, que o Programa Esporte e Lazer da Cidade, partindo do reconhecimento do lazer como direito social – e o que faz dele questão de Estado –, buscou expressar a vontade política de dar à ação governamental o sentido e a direção de materialização do direito social aludido, oferecendo respostas à necessidade social por política de lazer apoiada no projeto histórico de emancipação humana (CASTELLANI FILHO, 2007, p. 7).

A criação do PELC pelo ME, ainda que possa ser considerada como um movimento inovador na política brasileira, infelizmente, não conseguiu alterar o déficit histórico de investimentos no lazer e no esporte recreativo e de participação. Almeida e Marchi Junior (2010), ao avaliarem o financiamento dos programas federais para a área, nos anos de 2004 a 2008, identificaram algumas situações interessantes.

A primeira delas diz respeito ao fato de que, ainda que se tenha investido consideravelmente em programas de esporte de participação e no esporte educacional, o total dos valores destinados a esses últimos é mínimo se comparado à aplicação no esporte de alto rendimento. Apesar da discrepância, de fato, o que se percebeu, no plano geral, foi um crescente aumento de investimentos em todas as áreas relacionadas ao campo do esporte e do lazer. Essa

ascensão ocorreu especialmente após a criação do ME, quando foi possível aumentar a destinação de recursos para a pasta, no entanto, a maior parte dos investimentos preferiu o desporto de alto rendimento ao recreativo e de lazer (ALMEIDA; MARCHI JUNIOR, 2010).

Almeida e Marchi Junior (2010) identificaram ainda que esse aumento significativo dos investimentos em esporte de alto rendimento se deu a partir de recursos oriundos do próprio ME, principalmente com a efetivação dos Jogos Pan-americanos “Rio 2007”. Em contrapartida, o movimento inverso foi observado no que diz respeito ao esporte educacional e ao esporte de participação, cujo aumento nos níveis de recursos deve ser creditado a outros ministérios, como o da Educação, Justiça e Desenvolvimento Social, enquanto que a destinação do ME manteve-se em padrões mínimos.

Ainda sobre esse tema, os autores identificaram que o instrumento mais utilizado pelo Governo Federal para realizar os investimentos nesse período histórico foi a transferência de recursos da união para os estados e municípios, a partir da celebração de convênios. Sobre esse novo modelo, eles fazem as seguintes ponderações:

Como ponto positivo, vemos uma liberdade aos estados e municípios investirem conforme as especificidades da região, ainda que dentro das diretrizes dos programas federais. Mas, como ponto negativo, essa descentralização pode causar mudanças nos objetivos dos programas idealizados pelos técnicos do ME, já que a responsabilidade na administração dos recursos não é mais do gestor federal. Nesse sentido, vemos a possibilidade de investimentos para atender perspectivas de promoção político-partidárias em determinada região, por exemplo, com investimentos em infraestrutura e equipamentos esportivos (ALMEIDA; MARCHI JUNIOR, 2010, p. 85).

Essa liberdade de atuação dos estados e municípios na utilização dos recursos também está presente no PELC, no entanto, o programa apresenta uma série de diretrizes que condicionam a liberação das verbas. Ainda assim, podemos considerar o PELC como uma inovação no campo do lazer, visto que, até então, historicamente, as políticas buscavam reproduzir somente os interesses dos governantes que a implementavam. No caso do PELC, a transferência de recursos oferece subsídios para aquele que recebe desenvolver as ações a partir da sua realidade local.

Importante ressaltar que a viabilização dessa política só foi possível a partir do momento em que a vontade política encontrou um respaldo legal condizente com o seu desenvolvimento, no caso, a Constituição Federal de 1988. É possível ainda arriscar o palpite

de que foi a previsão constitucional que, ao considerar o lazer um direito social, impôs ao poder público a necessidade de criar políticas capazes de atender a esse direito.

Lembro que a Constituição Federal impõe ao governo e à sociedade inúmeras responsabilidades e metas para a nação, entre elas, a inclusão da democratização do acesso ao lazer, no rol desses direitos, permitiu, além da criação das políticas públicas, um aprofundamento do debate sobre o lazer, tanto no campo político, quanto no campo acadêmico. Assim, na próxima seção, pretendo explorar o papel da CF no desenvolvimento do direito social ao lazer.

4.2 O Direito social ao lazer na Constituição Federal de 1988

Constituição Federal da República Federativa do Brasil

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

§3º. O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, apresenta no seu texto uma série de princípios e fundamentos que devem nortear a organização da sociedade brasileira. No que se refere ao lazer, nos artigos 6º e 217, a Carta Magna apresenta o lazer enquanto direito social e delega ao Estado o dever de fomentá-lo e incentivá-lo enquanto elemento de promoção social. Além dos dispositivos supracitados, a Constituição, em seu artigo 227, determina como dever da família, da sociedade e do Estado, a garantia do direito ao lazer à criança e ao adolescente.

Importante salientar, no entanto, a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos³, datada em 1948, que possibilitou uma mudança gradativa, especialmente nas sociedades ocidentais, no que diz respeito a ampliação dos direitos sociais. Destaco ainda, a citação do direito ao lazer em seu artigo XXIV, assegurando a todo ser humano o direito ao lazer, às férias, e uma jornada de trabalho limitada.

³ Documento elaborado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>.

Ainda que alinhada com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a CF ao assegurar ao lazer o *status* de direito social, acaba por não apresentar, de imediato, uma regulamentação capaz de possibilitar sua implementação. Isso se deve ao fato de que, o lazer, assim como outros direitos sociais, para sua efetivação, depende fundamentalmente de políticas públicas e estas se estruturam e se consolidam a partir das escolhas realizadas nos momentos eleitorais ou pela mobilização da sociedade em torno dos interesses que ela julga como relevantes.

Em certo sentido, tal situação, pode até ser considerada um ponto capaz de dificultar a efetivação do direito ao lazer, pois, em uma sociedade que ainda não consegue atender os direitos básicos como o acesso à saúde, à educação e à segurança, como mobilizar as pessoas para cobrar um direito que corresponde a uma satisfação não tão emergencial quanto a necessidade de subsistência.

No entanto, não podemos esquecer que o caminho histórico que possibilitou a promulgação dessa Constituição, que contempla inúmeros direitos sociais e define um projeto de país que se almeja, tem relação direta com a história da efetivação dos direitos fundamentais no Ocidente. Segundo Bobbio (2004), trata-se de um movimento que se consolidou de forma gradativa, tendo seu início após a Revolução Francesa, no final do século XVIII. A transição do sistema feudal, caracterizado por ser um poder instituído por uma elite que arrecada impostos para manter privilégios para si mesma, para um sistema onde prevalece a ideia de arrecadar impostos para devolver benefícios à sociedade, se inicia com o crescente fortalecimento desse novo modelo de Estado, considerado enquanto ente que deve articular e organizar as demandas dos diferentes grupos existentes dentro de uma mesma sociedade (BOBBIO, 2004).

De um modo geral, a evolução da conquista dos direitos sociais pode ser entendida, segundo Bobbio (2004), em três gerações que, apesar de corresponderem a etapas diferentes em cada sociedade, dentro de uma perspectiva histórica, acabam por respeitar uma mesma hierarquia de acontecimentos. A primeira grande sistematização de direitos que o Estado vai oferecer aos seus tutelados diz respeito aos direitos básicos relacionados à liberdade individual de cada pessoa contra eventuais abusos do poder público.

Em um segundo momento, surgem os chamados direitos de segunda geração, que vão oferecer ao indivíduo uma série de garantias sociais que regulamentarão as relações de trabalho, de lazer, de saúde, os direitos políticos, entre outras. Por fim, após a efetivação desses direitos, surge uma terceira geração, conhecida como a dos direitos difusos, que, direcionados à coletividade como um todo, e voltados às futuras gerações, buscam a proteção do meio ambiente, a paz, os patrimônios culturais e históricos, entre outras garantias (BOBBIO, 2004).

Podemos dizer que o direito ao lazer, apesar de situado na segunda geração dos direitos fundamentais, em uma sociedade em desenvolvimento como a brasileira, tende a ser contemplado concomitantemente com os direitos de terceira geração. Isso ocorre pelo fato de que existe geralmente demora no atendimento de necessidades básicas como saúde, educação, segurança, trabalho, entre outras. Desse modo, as reivindicações sobre esporte, cultura e lazer, por exemplo, acabam ficando em segundo plano e, por fim, na maioria das vezes, até mesmo alguns direitos de terceira geração vêm a ser contemplados antes deles.

Um ponto importante a ser considerado quando tratamos do processo de efetivação de um direito constitucional, é a sua condição de aplicabilidade. Diante dos inúmeros direitos e deveres elencados na Carta Constitucional, convém lembrar que, parte deles tem eficácia imediata, ou seja, passa a vigorar assim que é promulgada a Constituição, em 1988. Desse modo, a partir dessa data, normas que regulamentam direitos ou deveres dessa natureza passaram automaticamente a regular as relações sociais e a vida das pessoas. Um exemplo de norma com eficácia imediata é a proibição de penas de caráter perpétuo no país. Neste caso, o legislador deixa claro que, independente do crime que venha a ser cometido, a partir do momento em que a Constituição entra em vigor, nenhuma punição alcançará regime perpétuo (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2010).

Essa clareza e eficácia imediatas, próprias do exemplo citado, nem sempre tocam aos temas abarcados pela Constituição. No que tange aos direitos sociais, a complementação quase sempre é necessária. Por vezes, ela é atendida no próprio texto constitucional, que oferece caminhos para a efetivação do direito, como em alguns casos relativos à educação, à saúde e até mesmo ao esporte. No entanto, em relação ao direito ao lazer, como aponta Menicucci (2006), a Carta não faz essa complementação, sendo necessário suprir essa falta por meio de políticas públicas específicas.

Diferentemente dos outros direitos, na CF/88 não foram definidos princípios, diretrizes, objetivos, os mecanismos e regras institucionais que deveriam orientar a concretização do direito ao lazer. Mas, como os direitos sociais, diferentemente de outros que compõem a noção moderna de cidadania, demandam para sua efetivação a ação ativa do Estado por meio de políticas públicas, o desafio posterior a ser a definição mais precisa do lazer enquanto direito e, conseqüentemente, a construção de uma política voltada para sua efetivação (MENICUCCI, 2006, p.137).

Pintos et.al. (2016), ao discutir o direito ao esporte e ao lazer no contexto da Política Nacional do Esporte, também considera a importância da implementação de políticas públicas para assegurar a efetivação do direito social ao lazer.

Do ponto de vista da legislação, contamos com instrumentos legais em diferentes âmbitos que certamente representam conquistas históricas em cada uma dessas áreas. Contudo, cabe refletir se esse aparato legal tem sido suficiente para garantir a concretização do direito social aludido. Percebe-se que, à medida que o esporte e o lazer são reconhecidos como direitos sociais, torna-se necessária a definição de políticas sociais que os concretize. E, portanto, espera-se pelo protagonismo do Estado e da sociedade civil na garantia da sua efetivação (PINTOS et al; 2016, p. 40).

Como já abordado anteriormente, a preocupação em efetivar um direito social a partir da implementação de uma política pública específica compreende o surgimento do PELC, que traz em seu bojo a preocupação e o compromisso de inserir a sociedade civil na construção e efetivação da sua proposta. Capi (2016), ao estudar o processo de formação de formadores dos agentes sociais de esporte e lazer desse programa, ressalta uma ligação importante entre o seu processo de formação e o protagonismo da sociedade contribuindo com a consolidação do direito em questão.

A formação ao ser inserida como um eixo central de uma política pública, que se constitui como uma política social, também passa a ser reconhecida como um instrumento que contribui com a conquista do acesso dos cidadãos aos direitos sociais. Especificamente na formação disseminada no programa investigado, é possível perceber que as estratégias de ação se desenvolvem com o objetivo de valorizar a participação das pessoas, do reconhecimento da cultura local e do envolvimento do grupo nas ações do convênio. Ao considerar os saberes dessas pessoas no processo de formação oportuniza-se a elas o exercício da cidadania no sentido de provocá-las a reivindicar, conquistar e garantir o acesso aos direitos (CAPI, 2016, p.54-55).

A participação das pessoas nas decisões que compreendem aspectos relacionados à sua vida, em especial, quando se trata de direitos em diferentes situações, inclusive em relação ao direito ao acesso e permanência ao lazer, só pode ser possível dentro de um contexto social em que a participação popular é assegurada, neste sentido, a contribuição da CF88, possibilitando um cenário democrático e que privilegia a participação popular, somado às políticas públicas que preconizam esse princípio, favorecem o surgimento de um espaço que prevalece a

liberdade de ideias, assegurando a construção do conhecimento mediante o diálogo de diferentes sujeitos com diferentes percepções e opiniões.

Na próxima seção, pretendo identificar os elementos que podem subsidiar o desenvolvimento de uma política pública de lazer na perspectiva defendida pela Constituição Federal, documento que norteia todas as ações do poder público em nosso país, apresentando os princípios e diretrizes legais que devem ser respeitadas durante todo o processo de implementação de uma política.

4.3 Elementos para uma política pública de lazer

Ainda que o texto constitucional se apresente como documento maior do Estado Brasileiro e, sabendo que é fundamental a observância de todos os preceitos nele contidos, em se tratando de direitos sociais, como vimos anteriormente, pelo fato de reunirem aspectos subjetivos e de difícil mensuração, o simples registro legal não assegura sua real efetivação. Sendo assim, é preciso um movimento em conjunto dos governantes e da sociedade civil, durante a elaboração e implementação dessas políticas públicas, para assegurar e garantir o efetivo acesso aos direitos referidos.

Sobre a concepção de política pública, recorro às contribuições de Menicucci (2006) ao considerar que:

Em uma definição bastante simplificada, uma política pública diz respeito à ação das autoridades públicas na sociedade, referindo-se àquilo que os governos produzem, para alcançar determinados resultados, através de alguns meios. Nessa concepção, políticas públicas remetem a um conjunto de ações para implementar aquelas decisões (p.137).

Segundo Marcellino (2008), embora a garantia do lazer enquanto direito social, resguardada na Constituição Federal, seja significativa, ela ainda carrega uma série de vícios assistencialistas que permearam os governos ao longo dos anos no Brasil. O autor lembra um aspecto que ainda interfere negativamente no desenvolvimento de uma política pública de lazer no país, qual seja, o fato de que o lazer sempre teve seu espaço vinculado e dependente de outros setores, como por exemplo, esporte, cultura, assistência, segurança, entre outras. A falta de autonomia e de autossuficiência para dialogar em igualdade de condições com as demais esferas do serviço público conferiu-lhe um caráter essencialmente funcionalista.

Para o autor é indispensável que, além de fundamentada na Constituição Federal, uma política pública de lazer seja construída de forma autônoma, interdisciplinar e, principalmente, valorize a intersetorialidade e a integração com as diferentes áreas de atuação do serviço público. Marcellino (2008) acrescenta ainda que é necessário ampliar o entendimento do lazer, recebendo contribuições de outros setores da sociedade. Neste sentido, aponta para a importância dos municípios na construção desse novo entendimento do lazer.

Tudo o que dissemos aponta para a necessidade de o poder público municipal estabelecer – em conjunto com os executivos estaduais e federais – políticas setoriais de lazer, valendo-se da ampla discussão com setores representativos da população, convivendo com e valorizando iniciativas espontâneas, privadas e de setores públicos não governamentais. Conviver e valorizar não significam institucionalizar, o que na maioria das vezes, representa a assinatura de atestados de óbito (MARCELLINO, 2008, p.26).

Em estudo específico sobre as políticas públicas de lazer, Menicucci (2006) entende que sua não regulamentação expressa na Carta Constitucional abre um campo enorme de possibilidades para a forma de seu desenvolvimento, em outras palavras, a inexistência de regras preestabelecidas dá margem à construção de uma política pública alinhada com as necessidades sociais locais, respeitando, assim, o interesse de cada região / comunidade.

A indefinição constitucional, ao deixar em aberto a questão da regulamentação do direito ao lazer por meio de uma não decisão, tem fortalezas e debilidades, pois ao mesmo tempo que gera ambiguidades e diferenciações nas ações governamentais voltadas para o lazer que estão sendo desenvolvidas, propicia, por outro lado, um amplo espaço para criatividade e inovação (MENICUCCI, 2006, p.160).

Ao discutir o papel da gestão municipal frente à construção de políticas públicas de lazer, Castellani Filho (2006) destaca o princípio da inclusão para assegurar o acesso ao direito ao lazer e lembra que se faz necessário também considerar os aspectos históricos, sociais e econômicos de cada comunidade para não reproduzir as práticas funcionalistas alinhadas com a lógica da sociedade de consumo capitalista. Neste sentido, salienta:

[...] a necessidade de se elaborar e desenvolver política de lazer centrada no *princípio da inclusão* que o resgatasse como direito social inalienável de um povo e, como tal, merecedor de políticas públicas que garantissem acesso a

ele com qualidade social, independente do poder aquisitivo inerente a cada um (CASTELLANI, 2006, p. 125, grifo do autor).

Marcellino (2008) apresenta os subsídios para a construção de uma política pública de lazer, ressaltando a importância de considerar os diferentes aspectos que estão associados ao tema, especialmente, a necessidade de partir do entendimento amplo do lazer, assim como considerar o seu duplo aspecto educativo, suas possibilidades enquanto instrumento de participação cultural, levando em conta, também, as barreiras socioculturais que se opõem a ele, bem como os limites da administração pública governamental.

Além disso, Marcellino (2006) sugere como aspecto fundamental que se estabeleçam laços entre as políticas públicas e a sociedade. Para o autor, uma política de lazer não pode ser desconectada da realidade, deve perceber os interesses e construir possibilidades de transformação social. Neste sentido, ao discutir a gestão dos espaços e equipamentos, ele ressalta a importância da intersetorialidade para o sucesso dela.

Para sua efetivação é imprescindível a articulação do setor público governamental, com os setores públicos em geral, corporativo e privado, com a articulação também entre equipamentos não específicos e específicos, e se possível, com o funcionamento dos equipamentos em rede (MARCELLINO, 2006, p.87)

Ao discutir os subsídios para se pensar uma intervenção no campo do lazer, Marcellino (1996) recorre ao passado, apontando valores que não devem servir de parâmetro para realizar novas ações na área. Neste sentido, o autor busca elementos ao longo da história do lazer no Brasil, e constata um padrão presente em diferentes momentos históricos, aproximando as intervenções realizadas, tanto por iniciativa governamental, quanto da iniciativa privada. O autor identifica a existência de algo que vincula todas as ações até então desenvolvidas, o não enfrentamento de questões sociais e desigualdades presentes na sociedade. Por esse motivo, todas as abordagens padecem do mesmo mal: são “funcionalistas”, ou seja, conservadoras e colaboram para manter o *status quo* vigente e, por esse motivo, servem apenas como parâmetro do que não deveria ser adotado como modelo de intervenção.

Em todas essas abordagens – romântica, moralista, compensatória e utilitarista, pode-se depreender uma visão “funcionalista” do lazer, altamente conservadora, que busca a “paz social”, instrumentalizando o lazer como recurso para o ajustamento das pessoas a uma sociedade supostamente

harmoniosa, ou fator que ajuda a suportar a disciplina e as imposições sociais e a ocupar o tempo com atividades equilibradas e corretas do ponto de vista “moral” (MARCELLINO, 1996, p.48, grifo do autor).

Sendo assim, em conformidade com a crítica de Marcellino (1996) o presente trabalho defende a urgência de pensar o lazer para além de uma abordagem funcionalista e conservadora, que tende à reprodução das desigualdades sociais. Por entendê-lo como um espaço fértil para a realização humana, capaz de ressignificar valores e práticas culturais e morais, é preciso desenvolver uma política pública que facilite o acesso das pessoas às diferentes possibilidades e interesses que o lazer oferece, compreendendo a sua magnitude, defendendo o exercício da autonomia da decisão e liberdade de escolha de cada pessoa, em oposição ao poder coercitivo existente em qualquer sociedade.

Contrapõe-se a essa visão do lazer como instrumento de dominação, aquela que o entende como fenômeno gerado historicamente e do qual emergem valores questionadores da sociedade como um todo, e sobre o qual são exercidas influências da estrutura social vigente. Assim, a admissão da importância do lazer na vida moderna significa considerá-lo como um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuem para mudanças na ordem moral e cultural. Mudanças necessárias para a implantação de uma nova ordem social (MARCELLINO, 1996, p.48).

Sabe-se, no entanto, que a busca pela transformação da ordem social é algo que deve ser construído de forma lenta e gradativa e que, para se chegar ao lugar desejado, é preciso primeiramente saber o lugar em que se está, e, assim, traçar o caminho na direção de onde se pretende chegar. Neste sentido, Bacal (2003), ao refletir sobre a manifestação do fenômeno lazer na sociedade atual, em especial na sociedade brasileira, lembra a existência de três elementos que produzem e sofrem influência no atual momento histórico, quais sejam: o processo de urbanização, industrialização e comunicação de massa.

Sobre a influência desses fatores na disseminação das atividades de lazer nos tempos atuais, a autora alerta para a tendência do mercado a promover alternativas para o exercício do lazer a partir de práticas preestabelecidas e comercialmente viáveis, o que impede o homem moderno de vivenciá-lo a partir de uma perspectiva de realização pessoal, e deixa de lado o trabalho na direção dos reais interesses e valores presentes em cada atividade ou momento de lazer.

É até possível que o homem não saiba como utilizar esse tempo livre para se realizar como ser humano, tornando-o apenas um tempo de consumo e arcando com todos os prejuízos inerentes a essa atitude. Em relação a isso, também é preciso temer a indústria dos lazeres, que utiliza a valorização das atividades de lazer como meio para obtenção de lucro e, como se sabe, a exploração comercial é um condicionante que poderá converter as atividades de lazer em atividades estandardizadas, estereotipadas e pré-fabricadas, que, de fato, respondem mais as necessidades daquela indústria do que aos reais desejos e exigências das pessoas (BACAL, 2003, p. 92).

Ante as considerações apresentadas é possível inferir que em nossa sociedade, salvo algumas exceções, prevalece uma perspectiva de lazer que não contempla a realização pessoal e a transformação social e, por esse motivo, a busca de alternativas a essa realidade é urgente. Neste sentido, acredito que a democratização do acesso ao lazer enquanto manifestação humana é o caminho a ser percorrido a fim de efetivar o direito social previsto na Constituição Federal.

Assim, estudar e refletir sobre as diferentes concepções e conceitos, tanto no campo ideológico, quanto na prática, é uma tarefa a ser desenvolvida não só por estudiosos, mas também por todos aqueles que se propõem a fomentar e promover políticas públicas de lazer. Um aspecto fundamental, que não se pode subtrair a esse debate, diz respeito à importância da promoção de processos educativos que possibilitem a democratização cultural do lazer, a partir do aprendizado dos seus diferentes conteúdos e da reflexão sobre suas diversas peculiaridades.

Assim, é importante que as pessoas possam desenvolver suas ações no lazer, vivenciando experiências nos diferentes conteúdos. No entanto, para a democratização cultural do lazer, é necessário o desenvolvimento de processos educativos junto aos indivíduos, de modo que possam servir de estímulo e aprendizado para os mesmos, ofertando melhor conhecimento dos conteúdos culturais do lazer, desenvolvendo as atividades no tempo disponível, aumentando a possibilidade de livre escolha, uma vez que, quanto maior o grau de conhecimento capaz de permitir a opção, mais verdadeira essa opção será (STOPPA, 2011, p.23).

Ainda que a Constituição Federal indique uma responsabilidade compartilhada quanto ao direito ao esporte e ao lazer, concordo com Capi (2016) que a responsabilidade primeira pela implementação desses processos educativos ainda é do Estado, que deve assumir o papel de liderança na universalização de programas que efetivem os direitos sociais para todos os seus tutelados, em oposição à lógica do sistema que subtrai os direitos dos menos favorecidos.

[...] Entendo que o papel da política pública ao ser tratada como política social é de consolidar a cidadania, cujos objetos são os direitos sociais, que, diferentemente dos direitos civis e políticos, somente são efetivados por meio da ação positiva do Estado em direção da universalização dos programas de ação sem privilegiar os grupos detentores do poder (CAPI, 2016, p.61).

Por fim, acredito que o Estado, no que tange ao desenvolvimento das políticas públicas de lazer, deve considerar os elementos específicos do conteúdo lazer e esporte recreativo, mas deve, também, assegurar a autonomia e a participação dos envolvidos, assim como promover a interdisciplinaridade e a intersetorialidade, atuando de forma integrada com as demais áreas do conhecimento, assegurando o princípio da inclusão, fundamentando suas ações a partir do duplo processo educativo do lazer e almejando a transformação na direção da ampliação do acesso e permanência ao direito social ao lazer.

Observo que é ponto de convergência para diferentes autores a importância e a relevância do processo da formação inicial e continuada dos agentes públicos que vão atuar e multiplicar os conteúdos, implementando as ações no campo do lazer. Cabe ainda, dentro desse processo de formação, clarificar o objetivo de todas as ações desenvolvidas por cada um desses agentes, estabelecendo as finalidades e as diretrizes dessas ações, respeitando sempre os princípios relacionados ao exercício da participação crítica, autônoma, inclusiva e transformadora.

Passo, assim, à próxima seção, que faço considerações sobre o processo de formação dos agentes públicos e comunitários que pretendem atuar no campo do lazer, assim como apresento as contribuições que o PELC tem oferecido à sociedade ao longo dos últimos anos.

4.4 A formação de agentes de lazer

Ao discutir a formação de profissionais de lazer, Isayama (2010) aponta as diferentes mudanças na sociedade, assim como a necessidade de formar um novo perfil de profissional para atuar nesse campo. O autor observa, ainda, que uma proposta de formação bem-sucedida, deve primar pela valorização de contribuições de diferentes disciplinas e áreas do conhecimento.

O superado entendimento de que um profissional de lazer já “nasce pronto”, ou ainda a equivocada ideia de que para se ter um bom profissional basta oferecer ao interessado uma capacitação específica, repleta de conteúdos essencialmente práticos, já não é mais suficiente para atender as demandas sociais. Uma capacitação nesses moldes, ainda que relevante, não se

justifica mais quando realizada de forma isolada e descontextualizada de outros problemas e questões inerentes à vida em sociedade. É cada vez mais necessário entender as práticas relacionadas ao lazer dentro de um contexto onde também se estuda seu desenvolvimento nos aspectos da massificação cultural, passando pela compreensão do fenômeno do lazer enquanto objeto de consumo, entre outras coisas.

Apesar das críticas efetuadas sobre a tradicional visão de recreação e de recreador, ressalto a importância de diferentes práticas culturais disseminadas até mesmo nessa perspectiva para a compreensão de seu processo de construção. Penso, entretanto, ser necessário buscar um entendimento ampliado sobre essas práticas, por meio de análises dos significados sociais, pedagógicos e culturais por elas incorporados em nossa realidade (ISAYAMA, 2010, p.11).

Historicamente, a formação de profissionais de lazer no Brasil se estruturou em duas grandes vertentes, uma considerada mais técnica / prática, que privilegiou o aperfeiçoamento de técnicas de atuação apenas pela sua realização, exigindo do profissional pouca ou nenhuma reflexão ou contextualização social, e não só ignorando a necessidade de interferir na realidade como buscando a técnica no sentido inverso, isto é, para aperfeiçoar as condições já existentes e postas. A segunda vertente se consolidou a partir dos princípios da animação sociocultural, privilegiando o conhecimento interdisciplinar, a cultura, a investigação, a crítica, buscando atuar e transformar a realidade (ISAYAMA, 2010).

A temática da animação sociocultural (ASC) é objeto de estudo de diferentes autores que abordam os diversos aspectos e tendências do assunto, em vários locais do mundo. Bernet (2005), ao estudar o tema, identifica uma grande variedade de definições e conceitos relacionados à animação sociocultural, porém, procura realizar uma síntese a partir do levantamento de diferentes estudos, propondo-se a apresentar um possível conceito para o estudo da animação sociocultural que, na sua concepção, compreende:

O conjunto de ações realizadas por indivíduos, grupos ou instituições em uma comunidade (ou num setor da mesma) e dentro do âmbito de um território concreto, com o objetivo principal de promover nos seus membros uma atitude de participação ativa no processo do seu próprio desenvolvimento, quer social, quer cultural (BERNET, 2005, p.26, grifo do autor).

Entendendo a intervenção do animador sociocultural como um processo educativo em essência, principalmente através da atuação no âmbito cultural, Bernet (2005) ressalta a dificuldade inicial de se estabelecer limites claros e aspectos precisos para essa atuação, tanto em razão da diversidade cultural humana, quanto pelo fato da animação sociocultural ser considerada como um elemento pertencente ao processo de educação não formal. Além disso, lembra o autor que a animação sociocultural é marcada por adotar uma metodologia própria, tendo como base a defesa dos interesses sociais da comunidade em que está inserida.

[...] a ASC [animação sociocultural] pode considerar-se dentro do setor não formal do universo educativo. Além disso, as peculiaridades processuais e institucionais da ASC concordam muito bem com as características que os programas educativos não formais costumam ter: dar atenção às necessidades e aos interesses concretos das populações receptoras, utilização de metodologias ativas e participativas, escassas ou nulas de exigências acadêmicas e administrativas para a inclusão de atividades, conteúdos geralmente muito contextualizados, pouca uniformidade quanto a espaços e tempos etc. (BERNET, 2005, p.33, grifo do autor).

Também considerando as características da educação não formal, Gohn (2010) afirma que ela se desenvolve nos diferentes espaços e ações coletivas do cotidiano das pessoas, em que o educador é sempre o outro, dentro de um processo de interação e integração mútua, que se ensina e se aprende junto. Sobre o objetivo da educação não formal, a autora ressalta que seu principal papel é contribuir para formar cidadãos, fortalecendo as relações sociais e os valores de igualdade e justiça social.

O lazer é um campo fértil para o desenvolvimento de práticas educativas a partir da interação e da integração, assim como permite o trânsito por diferentes temas e conteúdos culturalmente estabelecidos. Além da ampliação cultural dos envolvidos e a formação dos cidadãos, outro aspecto importante que também deve permear esse campo é a reflexão sobre os conceitos e valores que vão fundamentar a atuação profissional do animador sociocultural, considerando o contexto onde o trabalho será desenvolvido e estabelecendo o ponto de partida e os limites da sua atuação e sua contribuição, sem nunca esquecer que o papel do animador deve conservar sempre o sentido da transformação social (MELO; ALVES JÚNIOR, 2003). Esses autores acreditam no desenvolvimento do processo educativo dentro do tempo de lazer, tomando o princípio de ampliação cultural, considerando cultura no sentido amplo, ou seja, enquanto elemento capaz de compreender as diferentes manifestações humanas presentes na sociedade.

Um outro exemplo de política pública que também pressupõe a participação ativa do sujeito dentro do seu processo de desenvolvimento pessoal e que, em determinado momento, se alinha com a perspectiva da promoção do lazer promovida pelo PELC, é o trabalho desenvolvido na área de promoção da saúde. Estruturado a partir de princípios como a intersetorialidade, o próprio PELC, na modalidade “Vida Saudável”, aproxima o trabalho do agente social de esporte e lazer àquele desenvolvido pelo agente comunitário de saúde.

O conceito de promoção da saúde, hoje bastante difundido, tem sua origem nas discussões que se iniciaram nos anos de 1960, ganhando corpo na década seguinte com as contribuições da Organização Mundial da Saúde, somadas às primeiras intervenções ocorridas com a abertura da China nacionalista e o movimento desencadeado pelo Relatório *Lalonde*, que apresentou ao mundo uma série de informações relevantes sobre o sistema de saúde no Canadá (BRASIL, 2002, p. 7). Toda essa mobilização traz em comum a crítica a ideia de que as políticas de saúde deveriam ligar-se apenas ao controle das enfermidades, pensamento vigente até então, impondo ao poder público e aos demais setores da sociedade, em concorrência com o indivíduo, a responsabilidade pelo cuidado com a saúde individual e coletiva.

A promoção à saúde desponta como “nova concepção de saúde” internacional em meados dos anos 70, resultado do debate na década anterior sobre a determinação social e econômica da saúde e a construção de uma concepção não centrada na doença (HEIDMANN, 2006, p. 353).

Cabe lembrar que o primeiro e significativo avanço aconteceu em 1946, com a criação da Organização Mundial da Saúde, que, em seus documentos, supera o entendimento simples de saúde como apenas a ausência de doença, passando a compreendê-la como um estado de perfeito bem-estar biológico, psicológico e social.

Foi a primeira vez que saúde se definiu pelo seu aspecto positivo e não como a ausência de algo (doença). Todavia, essa definição da OMS ainda estava carregada de forte conotação utópica: ao se referir à saúde como um “estado de perfeito bem-estar”, pensa-se que ela é um ideal a ser atingido, algo a que devemos aspirar ao longo de uma trajetória, um estado perfeito (ANDRADE; ANDRÉ; WESTPHAL, 2014, p.25, grifo do autor).

O ponto culminante e fundamental dessa mudança de pensamento, porém, só foi atingido com a publicação da Carta de Ottawa, no Canadá, no ano de 1986, a partir da realização da Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. A Carta de Ottawa é um

documento que apresenta uma série de intenções que reforçam o conceito que já havia sido discutido na Conferência Internacional de Saúde de Alma-Ata, ocorrida no ano de 1978. Essa conferência teve como lema o termo *Saúde para Todos no ano 2000*, apontando como eixo fundamental para o sucesso de uma política de saúde o envolvimento da população (ANDRADE; ANDRÉ; WESTPHAL, 2014).

Pressupondo a importância da participação efetiva da população, considerada como agente responsável e atuante no âmbito da promoção à saúde, a Conferência propõe o princípio de “promoção da saúde”, desenvolvido a partir da ideia de *empowerment*, em português, *empoderamento*, no sentido de que as pessoas se “empoderem” dos conhecimentos e informações sobre a saúde, transformando-os em atitudes saudáveis (BRASIL, 2002). Assim, na Carta de Ottawa, elaborada em novembro de 1986, adota enquanto conceito de promoção da saúde, o “nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo maior participação no controle desse processo” (BRASIL, 2002, p.19).

Nesse sentido, a Carta propõe cinco estratégias que, de forma sucinta, compreendem: a implementação de políticas públicas saudáveis, em conformidade com a ideia de que a saúde deve ocupar lugar de prioridade nas ações dos políticos e dirigentes em todos os níveis e setores; a criação de ambientes favoráveis a saúde protegendo e conservando os recursos naturais; a reorientação dos serviços de saúde, priorizando a saúde, e não a doença; o reforço da ação comunitária possibilitando o *empowerment* comunitário; e, por fim, o desenvolvimento das habilidades pessoais, possibilitando a aprendizagem e os conhecimentos necessários a cada etapa da vida do indivíduo (HEIDMANN, 2006).

Os conceitos e propostas defendidos na Carta de Ottawa aparecem, com frequência, nas ações dos governantes até os dias de hoje, e as cartas e documentos posteriores aperfeiçoaram muitos conceitos presentes na primeira carta, possibilitando sua maior compreensão e aplicabilidade em outros setores da ação governamental.

A promoção da saúde também está presente no texto da Política Nacional do Esporte: quando esta entende a prática esportiva dentro de uma perspectiva mais ampla, a partir do viés recreativo, o esporte pode também ser considerado como elemento capaz de agregar valor à saúde do indivíduo.

A partir do entendimento presente nesta Política [Nacional do Esporte], as práticas corporais são expressões individuais e coletivas advindas do conhecimento e da experiência do jogo, da dança, do esporte, da luta, da

ginástica e outros. Com essa compreensão, o “campo da atividade física” amplia as possibilidades de organização e escolha das práticas corporais, entendidas como benéficas à saúde de sujeitos e coletividades, constituindo mudanças nos modos de produção da saúde, tanto nas unidades que compõem o SUS quanto nos núcleos de esporte e lazer integrantes dos projetos sociais fomentados pelo Ministério do Esporte (BRASIL, 2005, p.25, grifo nosso).

Podemos observar que o texto é ousado e sugere que as práticas corporais, esportivas e de lazer sejam capazes de modificar a estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS). Embora, em um primeiro momento, pareça algo inviável ao olhar de muitos, a política destaca que isso é possível atendendo-se à necessidade de efetivar a estratégia da intersetorialidade e da participação social enquanto instrumentos fundamentais para o desenvolvimento da promoção da saúde.

A intersetorialidade é um dos conceitos que tem aparecido com frequência tanto nas discussões e estudos da promoção da saúde quanto do lazer, em especial quando se trata da animação sociocultural. A busca pela autonomia, a gestão comunitária e o respeito à diversidade local são, entre outras coisas, conceitos e metodologias de trabalho que acabam por aproximar essas duas esferas de atuação do agente público que visa transformar uma realidade. Pretendo apresentar, posteriormente, que as diretrizes do PELC absorvem muitos dos conceitos e procedimentos presentes nessas duas áreas de conhecimento, sem esquecer a necessidade de pensar o processo de formação de agentes sociais de lazer e esporte como um processo contínuo e permanente.

Dentro dessa perspectiva, a partir das contribuições relativas à animação sociocultural e da promoção da saúde, retomamos o pensamento de Isayama (2010) sobre a formação dos profissionais de lazer, e lembramos que o autor apresenta quatro pontos fundamentais a serem observados numa proposta de formação: (1) a busca pela unidade entre a teoria e a prática; (2) a ideia de pensar lazer enquanto campo multidisciplinar; (3) a necessidade de oferecer uma sólida formação teórica e cultural; e, por fim, (4) a importância de valorizar a formação continuada (ISAYAMA, 2010).

Ressalta o autor que, alguns desses aspectos destacados como, por exemplo, a necessidade de oferecer ao futuro profissional uma formação cultural ampla e sólida, tanto na teoria quanto na prática, nem sempre poderão ser contemplados a partir da formação geral oferecida nas universidades. É preciso uma ampliação desse conhecimento e, nesse ponto, a formação em serviço se torna fundamental, tanto por proporcionar um espaço rico em reflexões

sobre o saber profissional quanto para combater a massificação cultural que se multiplica na sociedade.

[...] o processo de formação continuada em lazer deve acontecer por uma perspectiva que focalize três eixos: o espaço de intervenção deve ser o lócus privilegiado de formação; a formação continuada tem de ter como referência fundamental o saber profissional, o reconhecimento e a valorização desse saber; as diferentes etapas do desenvolvimento profissional do projeto precisam estar presentes para que ele se dê adequadamente, já que não podemos tratar do mesmo modo o animador em fase inicial do exercício profissional e aquele que já se encaminha para a aposentadoria (ISAYAMA, 2010, p.17).

A valorização do saber profissional, a atuação no lócus da intervenção, o diálogo multidisciplinar, a importância de uma formação cultural ampla, entre outras necessidades apontadas por Isayama (2010), em certa medida, presentes nas orientações dos trabalhos em animação sociocultural e na promoção da saúde, são verificadas também nas orientações para o desenvolvimento das formações dos trabalhadores do PELC a partir de uma metodologia que prioriza a ampliação cultural e valorização da cultura local, acreditando no potencial transformador do agente social

As diretrizes e os documentos que fundamentam o PELC apresentam uma preocupação considerável com a formação e a qualificação de agentes e gestores públicos, especialmente para atuar no campo das políticas públicas de lazer e esporte recreativo:

O PELC nasceu em 2003 com forte compromisso com a formação de agentes comunitários do lazer, tendo na proposta de formação a grande estratégia de difusão e fomento de uma concepção de gestão de políticas públicas pautadas em princípios estruturantes de participação popular e controle social, gestão democrática, auto-organização comunitária e intersetorialidade (EWERTON, 2016, p. 51-52).

Idealizado a partir de experiências anteriores em alguns municípios e governos estaduais, entre as estratégias para a efetivação do Programa foi dado destaque a relação com outros programas e ministérios⁴, universidades, organizações não governamentais, estados e

⁴ Ewerton (2016, p.53) destaca a relação com o Ministério da Justiça através do PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania), Ministério da Educação (Programa Mais Educação), Ministério da Saúde (Programa Academia da Saúde) e da Secretaria Nacional da Juventude (Plano Juventude Viva).

municípios. Além da intersetorialidade, a formação de agentes e gestores públicos é fator determinante do sucesso do Programa, que recebe inúmeros elogios e se tornou referência de elaboração de política pública participativa (EWERTON, 2016).

O processo de formação inicial e continuada do PELC está diretamente ligado aos princípios de participação popular, respeito à diversidade, valorização dos conhecimentos locais, educação e transformação social, intersetorialidade e autonomia local. Secco e Stoppa (2017), em estudo sobre a formação profissional de agentes sociais de esporte e lazer do PELC, salientam a importância dessa formação nos documentos que fundamentam as ações do Programa.

Importante destacar que a preocupação com o processo de formação dos agentes, gestores e lideranças comunitárias, além de ser um dos objetivos específicos do PELC, também recebe status de uma iniciativa fundamental na busca por atingir o conjunto de objetivos e proposições do programa. Considerar a formação como um objetivo e também como uma iniciativa consolida a importância da mesma dentro do processo de intervenção social (SECCO; STOPPA, 2017, p.9).

Assim, ao assumir como objetivo e iniciativa fundamental a formação inicial e continuada, o PELC passa a ser considerado como uma política pública relevante e alinhada com o previsto na Constituição Federal de 1988 e, também, se aproxima das contribuições dos pesquisadores que defendem uma ação no campo do lazer capaz de superar o entendimento meramente funcionalista.

Lembro que, ampliar as discussões sobre o acesso e a permanência aos direitos sociais faz parte do processo de intervenção do PELC, cujo caminho escolhido é o da inclusão dos diferentes atores presentes na comunidade que recebe o programa.

Por fim, o documento novamente reforça o compromisso e a vontade de ampliar a política de formação de agentes sociais de lazer para além dos agentes sociais contratados para o desenvolvimento do programa, multiplicando o acesso aos conteúdos e possibilidades de formação para as lideranças locais, os administradores públicos, legisladores e demais parceiros envolvidos com o desenvolvimento do esporte e do lazer na cidade (SECCO; STOPPA, 2017, p.9).

Examinarei, então, no próximo capítulo, os documentos que fundamentam o PELC, assim como as contribuições de diferentes autores que estudam o programa, os impactos que já

provocou e os que ainda pode suscitar na sociedade brasileira. Lembro que o PELC é uma política pública promovida pelo Governo Federal, através do Ministério do Esporte, mas executada por outros entes públicos ou instituições privadas sem fins lucrativos, o que possibilita que um mesmo programa assuma diferentes características em cada local de execução. Ainda assim, pode-se extrair de seus documentos legais, diretrizes, iniciativas e objetivos que revelam seu viés ideológico, quais interesses e perspectiva de lazer ele defende.

5 O PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE - PELC

O PELC é uma política pública de lazer e esporte recreativo desenvolvida pelo governo federal, por intermédio do Ministério do Esporte, que prevê a destinação de recursos financeiros e conhecimento técnicos para demais entes governamentais, instituições públicas ou privadas, sem fins lucrativos. Foi criado no ano de 2003, com o objetivo de suprir a carência e a desigualdade de acesso ao direito social ao lazer e ao esporte recreativo vivenciadas por grande parte da população brasileira.

Ao longo de sua existência, o PELC apresentou diferentes formatos e possibilidades de desenvolvimento, mas, ainda assim, manteve em todas as edições um conceito que é a sua marca, a presença de diretrizes e objetivos bem definidos. Outro aspecto determinante dessa política pública é a preocupação em fomentar uma ação educativa com o compromisso de promover a transformação social a partir das manifestações que comumente ocorrem nos momentos de lazer, nas mais diferentes comunidades do nosso país.

Neste capítulo abordo as principais características do PELC, seus objetivos, diretrizes e demais aspectos que fundamentam as ações nos núcleos de atividade. As discussões serão pautadas pelo edital mais recente do programa, publicado em 2017, porém, eventualmente, para enriquecer as reflexões recorri aos editais anteriores e também dialoguei com as contribuições relevantes de estudiosos que produziram conhecimento sobre o programa nos últimos anos.

5.1 PELC: uma política pública de promoção do lazer

O PELC, promovido pelo Ministério do Esporte, desenvolve atividades de lazer, com intuito de promover a inclusão social e a democratização do acesso aos espaços e práticas de esporte recreativo e de lazer. Assim, o PELC se caracteriza como uma política pública que tem por objetivo geral “Democratizar o lazer e o esporte recreativo” (BRASIL, 2017, p.6).

Criado no início da década de 2000, o PELC foi uma das primeiras ações empreendidas pela então Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer (SNDEL), do recém-criado Ministério do Esporte. Em consonância com a estrutura sugerida pelas Conferências Nacionais de Esporte e Lazer⁵, que entenderam a manifestação do esporte sobre as perspectivas

⁵ Foram realizadas nos anos de 2004, 2006 e 2010, respectivamente, três Conferências Nacionais do Esporte que contaram com a participação de diferentes setores da sociedade, e cada uma delas elaborou um documento para contribuir com o desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. A íntegra desses documentos

do alto rendimento, educacional e de participação, coube ao PELC, dentro da estrutura da SNDEL,

[...] o desafio de ampliar o acesso de crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência ao lazer e ao esporte recreativo, tendo em vista o enfrentamento a desigualdade na concretização desse direito social por contingentes significativos da população brasileira (SILVA; GOMES, 2017, p.15).

A preocupação em ampliar o acesso ao direito ao lazer possibilitou ao programa configurar parcerias com diferentes entes e entidades, públicos e privados, para descentralizar recursos e beneficiar pessoas em todo território nacional. Para assegurar esse atendimento defendeu o aprimoramento da intersetorialidade e o do controle social, considerando como principal justificativa para o seu desenvolvimento:

[...] a conscientização por parte das entidades parceiras acerca da importância do investimento nas políticas públicas de esporte e lazer, no sentido de contribuir para que elas avancem do atual estágio de política de um Governo para a dimensão mais ampla - a de política de Estado (BRASIL, 2017, p.5).

O trabalho com as entidades parceiras e o desenvolvimento descentralizado do lazer são objetivos específicos do programa que, apesar de sofrer atualizações para atender às necessidades e desafios que se apresentavam a cada edital, manteve uma estrutura consistente com diretrizes gerais bem definidas.

- Nortear ações voltadas para públicos diferenciados (faixa etária, gênero, raça, etnia, e orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros) nos núcleos de lazer e esporte recreativo;
- Estimular a gestão participativa entre os atores locais direta e indiretamente envolvidos;
- Estimular a implementação de metodologia participativa e democrática para o desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais de lazer e esporte recreativo;
- Promover a formação inicial e estimular a formação continuada dos agentes sociais e gestores municipais de lazer e esporte recreativo;

- Valorizar e fortalecer a cultura local na apropriação do direito ao lazer e ao esporte recreativo;
- Promover a ressignificação e a qualificação de espaços e equipamentos públicos de lazer e esporte recreativo;
- Democratizar o acesso ao lazer e esporte recreativo, principalmente às comunidades menos favorecidas; (BRASIL, 2017, p. 6);

Esse rol de objetivos específicos apresentados, assim como seu objetivo geral, pretende ser alcançado mediante a realização de três iniciativas fundamentais, que abordarei ao longo do texto com maior atenção: (1) a implementação e desenvolvimento dos núcleos de esporte recreativo e lazer; (2) a formação continuada de gestores de esporte recreativo e lazer; e (3) o monitoramento e avaliação da política de esporte e lazer de forma continuada (BRASIL, 2017, p.7).

Cabe ressaltar que o PELC é uma política pública, desenvolvida pelo governo federal, em parceria com os estados, municípios e Distrito Federal, assim como com instituições de ensino superior e entidades privadas sem fins lucrativos.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) é executado pela União, sob a responsabilidade do Ministério do Esporte em articulação com os órgãos federais, em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios, instituições de ensino superior e entidades privadas sem fins lucrativos, cuja natureza seja vinculada à garantia de acesso à prática, ao conhecimento ou a formação nos campos do esporte recreativo e do lazer de cunho social (RODRIGUES, 2011, p.10).

O PELC tem por principal característica promover o lazer a partir do desenvolvimento de seus diferentes interesses e conteúdos culturais, como os físico-desportivos, por exemplo, com a difusão de práticas corporais como ginástica, caminhadas, alongamentos; dos interesses sociais por meio de rodas de conversa, práticas coletivas; dos interesses intelectuais, a partir de rodas de leitura, jogos de mesa, palestras, entre outras possibilidades; assim como dos interesses manuais e artísticos, que são abordados a partir da implementação de atividades e oficinas diversificadas, como as de artesanato, dança, sustentabilidade, entre outras (BRASIL, 2013).

Para executar essa parceria com o Ministério do Esporte, os interessados devem acompanhar a publicação dos editais de chamamento no Diário Oficial da União e, no prazo determinado pelo edital, apresentar uma proposta de realização de convênio. Nessa proposta, que deve ser inserida no Portal Nacional de Convênios, o SICONV, entre os inúmeros dados do interessado, devem constar também os locais (núcleos) onde o programa será desenvolvido,

as formas de contratação de pessoal, a previsão e a forma de aquisição de materiais necessários para o desenvolvimento do programa, informações sobre o perfil da comunidade a ser beneficiada, entre outros requisitos para a implantação⁶.

No que diz respeito à implementação dos núcleos de esporte recreativo e lazer, o PELC sugere que estes são os locais onde o trabalho dos agentes públicos e as diretrizes do programa vão ao encontro da população e, por consequência, o núcleo é considerado o ambiente onde a articulação dos diferentes saberes e vivências práticas se efetivam. Neste sentido, o edital deixa claro que:

Os núcleos são espaços de convivência social, onde as manifestações esportivas e de lazer são planejadas e desenvolvidas. As praças, as quadras, os salões paroquiais, os ginásios esportivos, os campos de futebol, os clubes sociais são exemplos de espaços destinados aos núcleos. Nesses, as atividades físico-esportivas, socioculturais, artísticas, intelectuais acontecem tendo como princípio a gestão participativa e democrática (BRASIL, 2012, p.7).

Ao longo de quinze anos, o PELC apresentou editais com diferentes versões de funcionamento dos núcleos de atividades, cada uma com uma proposta diferente de atuação. Dentro de uma perspectiva intersetorial e com o objetivo de atuar no campo do esporte e lazer em comunidades em situação de extrema vulnerabilidade social, o edital com a proposta PELC/PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania), promovido pelo Ministério da Justiça, propôs atividades, especialmente para jovens com idade entre 15 e 24 anos, com grande exposição à violência e ameaça de exclusão social, estimulando a prática da atividade física e, também, a formação de gestores e lideranças comunitárias (BONALUME, 2010, p.46).

A versão “Todas as Idades”, prevista nos primeiros editais de chamamento, e atualmente concebida como PELC “Urbano”, tem por característica a formação de núcleos de lazer e esporte recreativo com atividades sistemáticas (oficinas) e assistemáticas (eventos) com o objetivo de democratizar o esporte e o lazer para pessoas de todas as faixas etárias, incluindo aquelas com deficiência, priorizando a inclusão e o desenvolvimento social (BRASIL, 2012).

⁶ O acompanhamento da publicação dos Editais pode também ser feito mediante acompanhamento da página do Ministério do Esporte na internet. Especificamente em relação ao PELC, o edital mais recente foi publicado em 2017 e pode ser consultado através do link: http://www.esporte.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=50018 acessado em 02/06/2018.

A estrutura de um núcleo de trabalho na modalidade PELC “Urbano” compreende uma equipe com um coordenador de núcleo, geralmente com formação em Educação Física e/ou Lazer, e seis agentes sociais, sem obrigatoriedade de formação escolar mínima, pois o que se espera do agente social é que ele tenha afinidade com alguma das áreas de atuação relacionadas ao esporte recreativo e ao lazer. Além disso, capacita-se o agente social a desenvolver diferentes oficinas relacionadas aos conteúdos culturais do lazer através de uma formação inicial oferecida pelo programa. Assim, é possível que o agente social se torne uma liderança no âmbito do esporte recreativo ou do lazer, desde que apresente capacidade para desenvolver as oficinas que o programa propõe.

O PELC apresenta ainda outras versões, como os núcleos de trabalho destinados aos “Povos Tradicionais e as Comunidades Indígenas”. Neste caso, a atuação dos agentes envolvidos, além de buscar a democratização do acesso aos conhecimentos e práticas de esporte e lazer enquanto direito social, têm por finalidade contribuir para que os grupos culturalmente diferenciados possam se reconhecer como tal, fortalecendo suas possibilidades de organização e ocupação territorial. Em essência, essa modalidade do PELC se destina aos diferentes povos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, populações rurais, entre outras (BRASIL 2012).

Uma outra modalidade que compõe as possibilidades de atuação do PELC é o “Vida Saudável”, que tem seu enfoque no atendimento às pessoas com mais de 45 anos de idade e se propõe a estimular possibilidades específicas ao público adulto e idoso, respeitando os princípios e diretrizes do programa e estimulando a participação e a convivência social.

O Programa Vida Saudável, na sua essência, visa oportunizar a prática de exercícios físicos, atividades culturais e de lazer para o cidadão idoso, estimulando a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direito de todos (BRASIL, 2013, p.7).

A proposta do PELC “Vida Saudável” apresenta particularidades em relação à configuração do trabalho nos núcleos, visto que defende a promoção do lazer enquanto direito social e busca conduzir o trabalho em consonância com os princípios da promoção da saúde. Essa relação entre a promoção do lazer e a promoção da saúde é observada no documento que fundamenta o programa, que cita a Carta de Ottawa como referência de atuação dos agentes, sem esquecer, porém, de deixar claro seu objetivo central, que consiste em democratizar o lazer

e o esporte recreativo para promover a saúde e o envelhecimento bem-sucedido. Além dessa relação, essa versão mantém o respeito às diretrizes como a intersetorialidade, a descentralização, a auto-organização comunitária, a valorização dos saberes dos idosos, o trabalho coletivo e o respeito à diversidade (BRASIL, 2013).

Lembro que o estudo dos objetivos e diretrizes de cada uma das versões do PELC, publicadas nos editais desde 2003, é fundamental para o entendimento da transformação do programa ao longo dos anos, em especial, quanto à sua relação dialógica com cada comunidade onde foi implantado. Além disso, os editais orientam o funcionamento dos núcleos de atividade e, sem a clareza do papel e dos caminhos a serem trilhados, todo o trabalho deixaria de ter a validade e a relevância que se espera de uma política pública de tamanha grandeza e abrangência.

O PELC possui um elenco de objetivos de longo alcance, social e político. Nesse conjunto de ações, estão presentes tanto a democratização do acesso a políticas públicas de esporte e lazer, reconhecendo e tratando o esporte e o lazer como direitos sociais, quanto o fomento e a implementação de instrumentos e mecanismos de controle social, orientando a estruturação e a condução de políticas públicas de esporte e lazer nos poderes públicos municipais e estaduais. Em contrapartida, o programa pretende articular ações voltadas para públicos diferenciados nos núcleos de esporte e lazer, a fim de privilegiar a unidade conceitual do programa – consolidação do esporte e do lazer como direitos sociais e, portanto, como políticas públicas de Estado –, difundindo a cultura do lazer por meio do fomento a eventos construídos e realizados de modo participativo com a comunidade, ressignificando espaços esportivos e de lazer que respeitem a identidade esportiva e cultural local e regional (AMARAL, 2016, p.123).

Essa abrangência de objetivos e ações, peculiares ao PELC e que permitem, ao mesmo tempo, realizar diferentes ações para públicos diversificados sem prejudicar, no entanto, a essência do programa, deve-se, em especial, à vinculação de todas as ações a um rol de diretrizes que conduzem o trabalho dos agentes sociais nos núcleos. Essas diretrizes devem ser respeitadas durante toda a execução do convênio, inclusive na fase de elaboração da proposta de trabalho, sempre com o compromisso de assegurar o bom desenvolvimento dessa política pública.

5.2 As diretrizes do PELC

Os editais que subsidiam o trabalho a ser desenvolvido pelo PELC sempre deixam bem claro suas diretrizes e objetivos, o papel de cada um dos agentes, os critérios para escolha e

formação dos núcleos, entre outros. O programa pode estabelecer, assim, um caminho a ser percorrido para atingir seu propósito geral, que consiste em democratizar o lazer e o esporte recreativo.

O PELC tem por meta garantir o acesso às práticas e aos conhecimentos sobre o esporte e lazer a todos os cidadãos brasileiros por meio de ações educativas na perspectiva da emancipação humana, do desenvolvimento comunitário; valorizando a diversidade cultural e as práticas esportivas e de lazer, em especial as de criação nacional (BRASIL, 2016, p.6).

Ao estabelecer como método as ações educativas, o programa tem necessidade de apresentar o processo pedagógico que vai nortear essas ações. Este último não é introduzido, no entanto, como se fosse um manual ou uma cartilha de recomendações, ao contrário, para defini-lo, o PELC opta por adotar uma série de diretrizes que devem conduzir o trabalho nos núcleos:

Nesse sentido, possui enquanto diretrizes norteadoras dos processos pedagógicos:

- Auto-organização comunitária;
- Trabalho Coletivo;
- Intergeracionalidade;
- Fomento e difusão da cultural local;
- Respeito à diversidade (cultural, sexual, étnica e religiosa);
- Intersetorialidade;
- Municipalização / Institucionalização do Setor; (BRASIL, 2017, p.7)

Ciente da complexidade e da dificuldade implicadas no fomento ao acesso ao esporte e lazer no Brasil, o PELC procura estabelecer nas suas diretrizes os princípios que fundamentam as políticas públicas de esporte e lazer em nosso país. Amaral (2016) destaca a importância de observar a aplicação dessas diretrizes em todas as ações do programa, desde a formação dos agentes sociais de esporte e lazer, passando pelo trabalho com os gestores públicos e, principalmente, nas atividades desenvolvidas nos núcleos do programa.

Os princípios norteadores das políticas de esporte e lazer são amplos. Esses princípios definem necessariamente a universalização e a inclusão social, tendo como foco minimizar a vulnerabilidade social por meio de processos de democratização da gestão e da participação. Ou seja, viabilizar esses princípios somente será possível à medida que as ações estejam pautadas na auto-organização comunitária, no trabalho coletivo, na intergeracionalidade,

no fomento e na difusão da cultura local, no respeito à diversidade e sobretudo na intersectorialidade (AMARAL, 2016, p. 122).

As diretrizes devem ser observadas e valorizadas individualmente, porém, deve-se priorizar o constante diálogo e articulação entre elas, visto que, ainda que todas possuam peculiaridades distintas e possam ser desenvolvidas de forma isolada, para alcançar os objetivos do programa, elas devem ser trabalhadas concomitantemente em todas as ações nos núcleos de atividade.

Um exemplo a ser considerado reside na aproximação de duas diretrizes, a auto-organização comunitária e o trabalho coletivo. Ewerton, Mattos e Ferreira (2007) identificam uma relação de proximidade entre essas diretrizes, especialmente, quando o desenvolvimento dos trabalhos nos núcleos de atividades organiza sua grade de oficinas a partir da cultura lúdica e esportiva da comunidade. Outro momento em que essas diretrizes dialogam é por meio da inserção da comunidade em todos os momentos da realização de um evento, desde sua organização, passando pela execução, até a avaliação.

Ferreira (2016), estudando a origem da política pública PELC, ressalta que o motivo para a inserção dos princípios de auto-organização comunitária e trabalho coletivo é a relação direta deles com a capacidade dos indivíduos para impulsionar a transformação social e buscar estabelecer meios para que todos os integrantes possam desenvolver a faculdade de conhecer e transformar, com criatividade e criticidade, a partir do lazer.

Ao destacar outra diretriz do programa, a intergeracionalidade, o autor vincula-a ao desafio de superar a tendência em nosso país a pensar políticas e intervenções sempre de forma segmentada.

Intergeracionalidade, talvez o princípio mais desafiador para a construção de uma política pública de esporte e lazer, dado o caráter de superação das ações segmentadas (projetos para crianças, para jovens, para idosos etc.), e cujo oposto, a bem da verdade, era a principal herança das políticas públicas de esporte e lazer Brasil afora (FERREIRA, 2016, p. 44-45).

O fomento e a difusão da cultura local, assim como o respeito à diversidade em todas as suas esferas, também são marcas do programa e se efetivam a partir do momento em que o PELC busca se estabelecer a partir da participação de todos os envolvidos em todas as etapas do processo, do planejamento à execução e à avaliação das atividades. Para isso, torna-se fundamental que todos entendam e respeitem as diretrizes do programa, desde o momento em

que se escreve a proposta até aquele em que os trabalhos vão se iniciar nos núcleos, especialmente, no que diz respeito ao processo de seleção dos profissionais que vão atuar no programa.

A preocupação com a integração de políticas públicas aparece nos documentos que fundamentam o PELC e também, de forma explícita, nas suas diretrizes, quando propõe a intersectorialidade, entendida enquanto um fundamento educativo das ações. Bonalume (2011) constata que, embora a importância do direito ao esporte e ao lazer já seja reconhecida na sociedade, em contrapartida, no que diz respeito ao papel da intersectorialidade, ainda existe muito a ser feito, pois a tendência do poder público a promover ações isoladas com características funcionalistas ainda é muito presente.

No geral, as experiências históricas que, na maioria das vezes, constituíram as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, caracterizaram-se por serem seletivas, fragmentadas, excludentes, setorializadas e, especialmente, desenvolvidas em forma de assistência e benesse [...] Poucas parecem ter sido iniciativas do poder público no sentido de desenvolver, em sua totalidade, programas, projetos e ações, cujo objetivo central fosse garantir o acesso ao esporte e ao lazer, pautados como direitos sociais e focados no desenvolvimento humano (BONALUME, 2011, p.3).

Além disso, Bonalume (2011) adverte que é fundamental recusar a hipótese de simples financiamento e/ou transferência de recursos sem o devido acompanhamento de sua utilização. É preciso compreender a intersectorialidade como elemento indispensável para democratizar o acesso ao direito social, possibilitando ao poder público escutar e também construir sua intervenção a partir dos elementos que a sociedade lhe apresenta. É nesse contexto que a autora destaca a importância das Conferências Nacionais do Esporte, realizadas nos anos 2000, para contribuir e consolidar políticas e programas como o PELC.

Em relação à diretriz que prevê a municipalização e a instituição de um setor responsável pelo desenvolvimento dessas políticas públicas nos municípios, Ferreira (2016) faz algumas ponderações significativas, tanto em relação à dificuldade de manter as mesmas diretrizes apresentadas pelo PELC implantado nas cidades, quanto à particularidade da criação de um setor de lazer em cada um dos municípios. O autor avalia que a perspectiva de trabalho de uma repartição de lazer alocada dentro de uma Secretaria de Esportes tende a ser diferente de outra, instalada em uma Secretaria de Educação ou de Turismo, por exemplo. Além disso, ressalva:

[...] o processo de municipalização de uma política nacional não garante, por si só, a internalização de diretrizes e/ou princípios dessa política, não em um país em que as fronteiras políticas (que regem o entendimento do papel do Estado e do capital na gestão pública) são profundas e em que a política de esporte e lazer ainda tem um longo caminho a percorrer para deixar de ser tratada como troca de favores entre siglas, entre comunidades, entre interesses privados e necessidades públicas, e passa a ser compreendida como política de Estado (FERREIRA, 2016, p. 48).

Lidar com diferentes modelos de organização em cada um dos municípios em que vai atuar faz parte da proposta do PELC, visto que ele pressupõe o respeito à diversidade local. A isto se associa, de qualquer forma, independentemente do perfil de atuação de cada município para seu desenvolvimento, seja uma atuação mais voltada às artes ou à educação, ou até à prática esportiva, a exigência de permanecer atento para saber se as diretrizes e objetivos estão se efetivando na prática, assim como se estão asseguradas a participação popular e a autogestão, procurando afastar definitivamente, desse campo, a política de troca de interesses e a alienação.

Por fim, acredito serem de fundamental interesse o legado e a possibilidade de transformação social que se apresentam a partir do desenvolvimento do PELC. Essa possibilidade de mudança, que pode se efetivar de várias formas em cada um dos entes que recebem o programa, pode acontecer dentro do próprio setor de lazer municipal, no modo de organização dos espaços públicos, nos procedimentos de atendimento à comunidade, entre outras, mas sempre buscando descobrir, junto aos usuários, a melhor maneira de utilização do espaço, democratizando o acesso e fortalecendo a autonomia e a gestão comunitária.

Dentro dessa perspectiva de atuação é que podemos entender o lazer enquanto elemento potencial de formação de novos valores das pessoas e, por consequência, da sociedade. Formar e transformar pessoas, contribuindo para a multiplicação de valores educativos, a partir do lazer é um dos objetivos do PELC que pretendo abordar no próximo tópico.

5.3 A formação e a transformação social no PELC

A partir das diretrizes acima apresentadas, o programa se articula em três eixos centrais, conforme aponta Rodrigues et al (2011): (1) **a criação de núcleos de esporte recreativos e de lazer**, para efetivar a garantia de acesso pela maior quantidade possível de pessoas; (2) **criação de uma rede de estímulo e fomento à produção e à difusão dos**

conhecimentos científico-tecnológicos voltados à qualificação das práticas adotadas, e; (3) **a formação continuada dos envolvidos no programa**, tais como gestores, agentes, lideranças, pesquisadores, entre outros (RODRIGUES et al, 2011).

Sem desmerecer a importância e relevância de cada um dos eixos para a evolução do programa, e sabendo que, neste texto, eles aparecem sob diferentes olhares, pretendo dedicar maior atenção ao desenvolvimento do programa a partir da implementação de atividades e da formação inicial e continuada dos agentes envolvidos, respeitando o papel do eixo que prevê a criação de uma rede de fomento e difusão de conhecimentos, temática que deve ser estudada a fundo em novas pesquisas na área.

Assim, a organização dos núcleos deve considerar todos os aspectos previstos na concepção da política pública para assegurar-lhe o bom incremento, permitindo que atinja sua finalidade, qual seja, efetivar a democratização do direito social ao lazer e ao esporte recreativo.

A metodologia intervencionista do programa preconiza a implantação e o funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer, com atendimento intergeracional, incluindo o atendimento a pessoas com deficiência, em atividades sistemáticas esportivas, culturais e de lazer, como as práticas esportivas, a dança, a ginástica, o teatro, a música, a capoeira e outras dimensões da cultura local, bem como a organização e a participação popular na realização de atividades assistemáticas – eventos esportivos, culturais e de lazer em geral (SILVA; GUALBERTO; CUNHA JUNIOR, 2016, p. 158).

O trabalho a se executar nos núcleos de atividades, passando pelas oficinas e eventos temáticos, deve ter um sentido muito claro para o gestor: a completa democratização e transformação do local. Acrescente-se que, para realização do programa, nem mesmo é necessária a existência de um equipamento específico, pois também é função do PELC buscar uma resposta para a inexistência de espaço de lazer na comunidade, transformando, para isso, uma área alternativa.

A proposta estabelecida para os espaços coletivos no cenário do PELC é a ressignificação de espaços e equipamentos existentes e a busca de espaços alternativos, nos quais as comunidades alijadas das possibilidades de acesso ao esporte e ao lazer, justamente pela inexistência de espaços e equipamentos convencionais para tais vivências, possam ter assegurado seu direito. Acreditamos que a efetivação e o fortalecimento dessa política pública favoreçam a auto-organização das comunidades, na busca não apenas da ocupação, mas, sobretudo, da apropriação desses espaços para além da realização de práticas esportivas, culturais e de lazer, constituindo-se, de fato,

como centros de convivência (SILVA; GUALBERTO; CUNHA JUNIOR, 2016, p.158).

Em relação ao agente social do PELC, que é considerado o ator mais importante no processo de intervenção na comunidade, pode-se dizer que ele é o responsável pela implementação das atividades sistemáticas e assistemáticas que compõem o programa. As atividades sistemáticas são aquelas desenvolvidas com regularidade, ou seja, são as oficinas temáticas que tendem a contemplar ao menos um dos conteúdos culturais do lazer. Já as atividades assistemáticas são os eventos, realizados pelos agentes junto com a comunidade, a partir do planejamento coletivo, envolvendo os interesses da comunidade e promovendo a integração de diferentes conteúdos do lazer.

Nesse sentido, o papel do agente social compreende a figura capaz de ser o elo entre os princípios do programa e a possibilidade de transformação social em direção ao cumprimento dos objetivos esperados. Sendo assim, o perfil desse agente deve estar em consonância com alguns princípios.

O PELC tem como princípio o trato intergeracional, o trabalho coletivo, o planejamento participativo, o resgate e fortalecimento da cultura popular nacional e a gestão participativa. O programa se utiliza do esporte e lazer como fator de convivência comunitária, superação de dificuldades individuais e coletivas, prevenção e diminuição da violência nos territórios de coesão social. Esses fatores direcionam para a definição do perfil do agente social PELC (RAMOS, 2011, p. 9).

Convém lembrar que toda intervenção do agente nos núcleos deve respeitar as diretrizes e os objetivos do programa, dentro de uma perspectiva dialógica e transformadora. Além disso, o programa também tem por característica abranger na condição de agente social de esporte e lazer não apenas aqueles especificamente contratados para isso, mas incluir, também, nesse papel todos aqueles vinculados à execução do programa e comprometidos com a mudança social.

O PELC conta com o agente social de esporte e lazer como ator de intervenção social e pedagógica. Eles devem compor o quadro interdisciplinar e multiprofissional com articulação coletiva para a construção e intervenção dos saberes populares e saberes acadêmicos, com vistas a tratar o esporte e o lazer como direitos sociais. São os mediadores para elaboração e efetivação das ações, pautadas no princípio da gestão participativa. Nesse sentido, podem ser considerados agentes: gestores, professores de Educação Física, educadores

populares e comunitários, demais profissionais de áreas afins ao lazer e envolvidos diretamente na execução do Programa (BRASIL, 2012, p.10).

É no desenvolvimento do trabalho nos núcleos que se pode estimar os progressos realizados pelo programa. O monitoramento e a avaliação da intervenção do agente social podem ser mensurados tanto pela participação e envolvimento da comunidade, quanto pelos indicadores de proximidade com as diretrizes do programa, obtidos nos encontros de formação em serviço que devem ser organizados e monitorados pelo município que implanta o projeto.

O PELC prevê alguns módulos de formação e avaliação obrigatórios a todos os envolvidos na sua realização. O Edital de 2014 apresentou, com maiores detalhes, os módulos de formação Introdutório I e II, que deviam ser cursados, respectivamente, antes do início do programa e no seu 2º mês de desenvolvimento. Nesses encontros, deviam estar presentes todos os agentes sociais, coordenadores, gestores públicos e frequentadores do espaço inscritos no programa. Tais módulos tinham a duração de 24 horas (3 dias de atividades) e foram ministrados por formadores indicados pelo Ministério do Esporte (BRASIL, 2014). No 10º e 20º mês de andamento das atividades, ocorreram, respectivamente, os módulos de avaliação I e II, também realizados por um formador indicado pelo ME, mas com uma duração menor por encontro, totalizando 16 horas de atividade cada um. Além das modalidades presenciais de formação e avaliação, coube à entidade que executou o programa realizar, semanalmente, reuniões de formação em serviço com os agentes sociais de esporte e lazer e coordenadores de núcleos.

O objetivo dessa formação em serviço pressupôs o aprofundamento dos conteúdos relacionados ao desenvolvimento do esporte recreativo e do lazer e, também, ao estímulo à construção e aplicação de instrumentos de planejamento participativo nas oficinas. Além disso, as reuniões também foram fundamentais para organizar e qualificar os registros, relatórios, pesquisas de campo, entre outras ações que compõem a rotina de trabalho. Em relação aos conteúdos a serem desenvolvidos na formação semanal, a diretriz do programa sugere que

[...] sejam abordados conteúdos gerais como gênero, etnia e igualdade racial, meio ambiente, violência, inclusão social, intergeracionalidade, práticas corporais, atividades físicas, saúde e qualidade de vida, ludicidade, jogos, esportes, danças, linguagens artísticas, instrumentos didático-metodológicos, integração com as outras políticas sociais, bem como conteúdos diretamente ligados a demandas e necessidades de aprofundamento de determinados temas do Programa (BRASIL, 2014, p.24).

Uma alternativa recente e muito interessante para contribuir com a formação dos agentes sociais é a formação a partir do Ensino a distância⁷ (EAD), realizada em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A formação em EAD do PELC apresenta uma série de cursos que podem ser realizados tanto pelos agentes sociais contratados, quanto pelos próprios beneficiários e demais agentes que compõe o trabalho, contribuindo assim para a qualificação do programa.

Em um estudo que avaliou a formação dos agentes do PELC no Distrito Federal e seu entorno, Figueiredo e Almeida (2010) identificaram uma série de características positivas presentes na formação dos agentes sociais do PELC, especialmente no que diz respeito aos princípios que o norteiam como política pública de acesso e promoção do lazer. Entretanto, os autores também apontaram um aspecto que dificulta a necessária ampliação dos limites do programa para transformá-lo, efetivamente, em uma política pública de grandes dimensões.

No PELC, existe a intenção de se contrapor à concepção mercadológica de lazer, criando um mecanismo para a materialização de um Sistema de Formação. Essa questão desdobra-se no reconhecimento e legitimação da figura do agente comunitário como trabalhador do lazer, mas a questão orçamentária é um grande empecilho para a transformação do PELC em uma política de Estado (FIGUEIREDO; ALMEIDA, 2010, p.115).

Na perspectiva dos autores, ainda que a criação de um sistema nacional de formação continuada de gestores de esporte e lazer seja difícil de efetivar-se no atual momento, em contrapartida, em relação à formação *in loco*, que é implementada nos núcleos a partir das diretrizes do projeto, é uma alternativa viável e possível. Neste sentido, a busca da consolidação da autogestão dos núcleos de esporte recreativo e de lazer, estimulada a partir da ideia de controle social, deve ser considerada como um elemento diferencial, possibilitando que o trabalho iniciado pelo PELC tenha prosseguimento através das lideranças comunitárias em relação direta com os agentes públicos, numa perspectiva de ação e transformação social.

Bonalume (2007), ao tratar do conceito de controle social nas políticas de esporte e lazer, destaca a importância do PELC enquanto espaço de participação e exercício da autonomia, na medida em que prioriza a participação ativa da população; valoriza e busca

⁷ Os módulos de formação continuada do PELC (BRASIL, 2018b) podem ser consultados no portal: <http://projetos.eeffto.ufmg.br/eadpelc/>.

ampliar qualitativamente as manifestações esportivas e de lazer de nossa cultura; efetiva a apropriação das práticas e garante “o esforço de mobilização, organização e capacitação da população em busca da cogestão entre grupos comunitários e grupo gestor, na prática de lazer e, conseqüentemente, da autonomia” (p.14).

Assim, o PELC prevê a criação, em cada núcleo de atividade, de um grupo composto por agentes sociais contratados, frequentadores do espaço público inscritos no programa, gestores e lideranças locais, que devem dialogar sobre as ações a serem desenvolvidas. Esse grupo deve participar ativamente da execução do programa, assim como, caso haja, no município, mais de um núcleo de atividade, todos devem se reunir periodicamente para compor um grupo ainda maior, chamado de *Conselho Gestor*:

Trata-se de uma instância de gestão do Programa, com caráter consultivo, deliberativo e executivo, composta por representantes dos diversos segmentos envolvidos no desenvolvimento das ações dos núcleos de Esporte e Lazer [...] O grupo gestor reúne-se sistematicamente para: acompanhar, fiscalizar e monitorar as ações do Convênio, na busca de alternativas para superação de dificuldades, visando à qualificação da execução do Programa (BRASIL, 2016, p. 12).

Esse grupo, no entanto, além de promover o diálogo e a construção coletiva entre os participantes dos diferentes núcleos de atividades, tem a função de receber e dialogar com outras entidades de referência no município ou região, entre as quais deve haver ao menos uma entidade de controle social, pressupondo-se, além disso, a presença obrigatória de gestores públicos, que têm a responsabilidade de acompanhar e colaborar com o bom funcionamento dos trabalhos nos núcleos de atividades.

A ideia do programa é que essa instância de gestão compartilhada possa assumir um caráter formal e, gradativamente, contribua na consolidação das referidas políticas no município. Observa-se que o grupo gestor também estimula a intersetorialidade através da determinação da presença de uma *entidade de controle social*, legalmente constituída, com o compromisso de fiscalizar a execução do convênio e acompanhar as atividades desenvolvidas. Para garantir que a entidade exerça com isenção seu papel de fiscalização, ela não deve ter vínculo direto com o município que executa o PELC, sendo recomendada pelo ME a indicação de um conselho municipal ou estadual, legalmente constituído há pelo menos um ano (BRASIL, 2016, p.12).

Em síntese, a participação ativa dos envolvidos é considerada um diferencial do PELC e garantia de que a política seja construída buscando modificações na realidade local e, por consequência, na sociedade.

A inserção de sujeitos coletivos no processo de construção/realização transforma o lazer em veículo e objeto da cidadania, conquista e vivência do espaço público compartilhado, quando permite aos mesmos desvelar condições possíveis para superar a visão de lazer como produto de consumo, meio de conformismo e instrumento de alienação (BONALUME, 2007, p. 213-214).

Silva et al (2011a) também destaca o compromisso do programa com a transformação social, na medida em que ele se afasta do entendimento do lazer enquanto mero elemento de consumo ou alienação. De fato, o fundamento do programa é que todo o trabalho, discussões e ações, tanto no conselho gestor, quanto nos grupos gestores dos núcleos, sejam orientados:

[...] pelo entendimento amplo do lazer, em termos de conteúdo sócio cultural; pela consideração de seu *duplo aspecto educativo*, levando em conta além de suas possibilidades de descanso e divertimento, também as de desenvolvimento pessoal e social, e as de instrumento de mobilização e participação cultural (SILVA et al, 2011a, p.21-22, grifo nosso).

Por fim, cabe ressaltar que, além do acompanhamento e da participação social dos gestores, agentes e frequentadores do espaço público inscritos no programa, em todas as ações é obrigatória a transparência e publicidade em todos os atos e realizações do PELC. Todas as operações financeiras ficam à disposição no Portal Nacional dos Convênios – SICONV, e os editais propiciam ampla divulgação das atividades nas diferentes mídias de comunicação.

6 O PELC NO JARDIM LAVÍNIA: A PROMOÇÃO DO LAZER EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

Pretendo, neste capítulo apresentar todo os dados coletados a partir da minha inserção no campo de pesquisa, ou seja, no núcleo de atividades do PELC localizado no Centro Esportivo do Jardim Lavínia. No entanto, antes de iniciar a análise dos dados obtidos nas observações e entrevistas realizadas, introduzo, em um primeiro momento, as informações sobre o município de São Bernardo do Campo, seus aspectos históricos e as peculiaridades dos convênios firmados pela Secretaria de Esportes e Lazer do Município (SESP) com o Ministério do Esporte (ME) no âmbito da Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social (SNELIS).

Apresento, ainda, informações relevantes colhidas com personagens que participaram da história do núcleo escolhido, o antigo campo de terra do Jardim Lavínia que, através de uma emenda parlamentar, passou por um processo de reforma e requalificação do espaço, adquirindo o *status* de Centro Esportivo, e recebeu uma equipe de agentes sociais, vinculada ao Programa Esporte e Lazer da Cidade, com o compromisso de efetivar a democratização do equipamento esportivo.

Após as primeiras informações históricas e depoimentos sobre o espaço físico, apresento os dados colhidos na observação participante. Esses dados dizem respeito ao funcionamento do espaço, à organização e planejamento das intervenções; à quantidade e à distribuição das oficinas oferecidas, assim como à diversidade de conteúdos e materiais utilizados; à assiduidade, participação e envolvimento dos frequentadores do espaço público inscritos no programa; à relação entre o agente social de esporte e lazer e os usuários inscritos, a saber, ao relacionamento, acolhimento e abertura para participação; e aos demais elementos importantes, tais como a presença do gestor público junto às atividades, bem como eventuais ocorrências extraordinárias.

O período de observação teve duração de seis meses, de novembro de 2017 a abril de 2018, contemplando as oficinas em diferentes momentos, além de dois eventos realizados no núcleo neste período. Minha postura enquanto pesquisador foi procurar interferir o mínimo possível no andamento das oficinas. Chegava bem cedo, antes do início da oficina, sentava no canto do salão, ligava o notebook, realizava as observações e registrava os acontecimentos. Sempre de modo discreto e com a autorização do agente social, fazendo questão de avisá-lo previamente, sobre os dias em que eu estaria presente. Durante esses momentos, em poucas situações fui abordado pelos participantes e acredito que foi possível extrair o máximo de cada uma das situações.

Nos dois eventos promovidos pelo programa, a participação já não aconteceu nos mesmos moldes, já que, devido ao fato de mobilizar-se um clima de maior agitação, não consegui manter o mesmo padrão de comportamento verificado nas oficinas. Procurei registrar com fotos, em aparelho celular pessoal, os principais momentos da atividade, gravando em áudio as principais intervenções e acontecimentos. Ao final do evento, imediatamente ao chegar em casa, realizei o relatório para não perder a riqueza de detalhes observados.

Em relação ao processo de colhimento das entrevistas com os frequentadores do espaço e participantes das oficinas, a participação se deu mediante iniciativa dos próprios frequentadores, após convite do agente social e também do pesquisador, informando os beneficiários sobre o conteúdo da pesquisa e solicitando a colaboração voluntária dos interessados.

Ao todo, foram realizadas setenta e seis entrevistas com os beneficiários do programa, colhidas em diferentes momentos, a maior parte, realizada durante o período de observação, após o desenvolvimento de cada uma das oficinas, com aqueles que se dispunham a ficar um tempo extra para participar do estudo. Outras, porém, foram realizadas após o término do período de observação, entre maio e julho de 2018, utilizando-se sempre o mesmo instrumento de pesquisa, em todos os momentos, para manter o padrão de respostas e conteúdo.

No que toca ao conteúdo busquei extrair dos entrevistados informações sobre eventuais mudanças na relação do usuário com o espaço público a partir da implementação e desenvolvimento do PELC, avaliando aspectos sobre o espaço físico, a ligação pessoal do usuário com o local, a frequência de utilização, as atividades realizadas, impressão quanto à maior ou menor utilização do espaço a partir da intervenção do PELC, percepção pessoal das diferenças entre o PELC e demais programas que ocorrem na cidade e, por fim, modificações percebidas, em função do trabalho do PELC, no funcionamento do centro esportivo e também na vida pessoal do frequentador.

Realizei entrevistas com os profissionais contratados pelo programa, a saber: três agentes sociais de esporte e lazer, responsáveis pelas oficinas de ginástica, alongamento, caminhada, capoeira e dança; a coordenadora de núcleo; e a coordenadora pedagógica. O conteúdo da conversa com os profissionais, quando relevante para as discussões, foi transcrito literalmente ao longo do texto, conforme o decorrer da exploração do tema, buscando estabelecer relações diretas com os conteúdos identificados na observação.

Quanto ao conteúdo das entrevistas com os profissionais contratados procurei investigar sua relação pessoal com o PELC e com o lazer, os procedimentos e atitudes relacionados ao cumprimento das diretrizes e princípios do programa, o papel do PELC

enquanto elemento capaz de democratizar o espaço público, a percepção do lazer enquanto direito social, a percepção de validade da política pública e, por fim, o diferencial do PELC comparativamente a outros programas e intervenções.

Nas entrevistas realizadas com os agentes sociais de esporte e lazer do núcleo, o conteúdo explorado versou sobre os aspectos concernentes às situações observadas nas oficinas, assim como informações sobre a organização e planejamento das mesmas, controle de frequência, acompanhamento dos beneficiados, participação e envolvimento, entre outros. Para os coordenadores, os aspectos investigados permearam as discussões conceituais do programa, diretrizes, ações e desenvolvimento das atividades nos núcleos.

As entrevistas foram realizadas somente após o término das observações e, por esse motivo, podem abordar conteúdos relacionados ao que foi encontrado no campo, por exemplo, questões e situações suscitadas nas oficinas e nos eventos; sempre respeitando a história e o profissionalismo de cada um dos envolvidos, não obstante, sem perder o objetivo de compreender melhor diferentes acontecimentos considerados relevantes e passíveis de reflexão a partir do tema de estudo.

Enquanto conteúdo complementar, optei por entrevistar a professora de Educação Física que coordenou e implementou os convênios anteriores do PELC, assim como as atividades realizadas no Centro Esportivo do Jardim Lavínia, redigindo, inclusive, trabalho de conclusão de curso de Especialização *Latu Sensu* sobre o processo de implantação do PELC no Centro Esportivo do Jardim Lavínia.

Ressalto que toda a participação em entrevistas aconteceu de maneira consensual e esclarecida, inclusive, todos os participantes assinaram o Termo de Livre Consentimento Esclarecido (TCLE), cujo modelo consta em Apêndice L. Lembro ainda que a presente pesquisa foi devidamente autorizada pelo gestor municipal (Anexo A) e teve parecer de aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa conforme documento em Anexo B.

Por fim, em relação às informações sobre o município de São Bernardo do Campo e suas estruturas físico-administrativas foram consultados o portal oficial do município na internet, os sumários de dados realizados e publicados pelo município e, para as informações referentes à Secretaria de Esportes e Lazer, como existe uma carência de documentos e registros sobre a história e modelo de organização, por vezes, foi necessário recorrer a conversas informais com profissionais, aposentados e na ativa, da Secretaria.

6.1 O Município de São Bernardo do Campo

O marco inicial da história do município de São Bernardo do Campo data do ano de 1553, com o surgimento oficial da *Villa de Santo André da Borda do Campo*. Essa Villa que, anos mais tarde, seria transferida para o *Pátio do Colégio*, em São Paulo, mas deixaria a estrutura de um povoado, foi ao longo dos anos de 1700 se estruturando e crescendo ao redor de uma capela construída pelos monges beneditinos. Em 1812, o pequeno povoado é elevado à condição de freguesia e, em 1877, a fazenda que abrigava a Capela e o povoado foi desapropriada para receber os primeiros imigrantes italianos, surgindo, assim, o Núcleo Colonial de São Bernardo (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2012).

Em 12 de março de 1889 a freguesia ascende à condição de município e, gradativamente, as primeiras indústrias moveleiras começam a se instalar em seu território, que passa a ocupar extensão equivalente a todo o restante dos municípios do grande ABC. Em 1925, a represa Billings, hoje considerada como grande reserva de água potável da região metropolitana, começa a ser construída e, em 1939, inicia-se a construção da via Anchieta, com o compromisso de ligar o município de São Paulo ao porto de Santos (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2012).

No âmbito político-administrativo, em 1938, o município é rebaixado à categoria de distrito de Santo André, porém, em 1944, já recuperara sua autonomia administrativa e em 1º de janeiro de 1945 o município tem seu primeiro prefeito nomeado, Wallace Cockrane Simonsen, tendo início, assim, inúmeras transformações que promoveram, gradativamente, o progresso na cidade, elevando-a a um grande polo industrial da região metropolitana de São Paulo (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2012).

Em 1947 a rodovia Anchieta, que liga São Paulo a Santos, é inaugurada e, em 1952, a primeira montadora de veículos é instalada no município. Em 1955, é criada a Comarca de São Bernardo do Campo e em 1964 é fundada a Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Outro ponto relevante na história do município é o fato de ser considerado o berço do movimento sindical metalúrgico, que se iniciou em meados dos anos de 1970 e perdurou pela década de 1980, contribuindo com o movimento de redemocratização do país (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2012).

O crescimento populacional do município foi muito grande na segunda metade do século passado, especialmente, devido aos fatores logísticos, como a localização privilegiada entre a capital e o porto de Santos e os incentivos fiscais concedidos às empresas estrangeiras que se dispunham a se instalar na cidade. Além disso, o movimento de migração de pessoas

de várias regiões do país possibilitou uma expansão muito grande da população e da indústria local.

Rapidamente, a pequena vila do início do século XX se transforma em uma grande metrópole: entre 1950 e 2000, o número de habitantes saltou de 30 mil para 700 mil. Como resultado da expansão populacional, boa parte das áreas verdes cedeu espaço a novos loteamentos, que fizeram bairros antigos crescerem, e bairros novos surgirem (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2009, p. 22).

Esse crescimento industrial e populacional significativo, impactou negativamente a qualidade de vida de grande parte dos habitantes do município, especialmente pelo fato de que, como a maior parte do território de São Bernardo do Campo encontra-se em área de proteção de manancial, restringindo sua utilização e ocupação, muitos núcleos de urbanização precária se instalaram nas periferias do município.

Geograficamente, o município possui um território de 408 km² (ANEXO C), sendo que 54% desse território, 219 km², estão inseridos na Área de Proteção e Recuperação de Mananciais do Reservatório da Billings, que possui um espelho d'água com extensão de 76 km². O marco zero de São Bernardo do Campo se situa a 21,7 km do marco zero da Capital e o município faz parte da região metropolitana de São Paulo, mais conhecida como Grande ABC (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2012).

Ainda sobre os dados populacionais, o último levantamento do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2011, registrou 770.253 pessoas morando no município. No entanto, estimativas atualizadas do próprio instituto, consideram que a população estimada em 2017⁸ chegou a 827.437 pessoas. Importante destacar que, nos últimos anos, o ritmo de crescimento populacional diminuiu e, hoje, já é menor do que as médias de crescimento estadual e federal. Em relação à idade média da população, o município apresenta características similares ao que acontece na maior parte das cidades brasileiras, demonstrando queda nos níveis de fecundidade e aumento da expectativa de vida (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2012).

Economicamente, o município é conhecido por receber instalações de grandes montadoras de veículos multinacionais e, também, por ter uma atividade comercial consistente.

⁸ Consulta realizada no portal do IBGE em 30 de maio de 2018 às 9:30 horas. Endereço virtual: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-bernardo-do-campo/panorama>

Em 2010, o setor de comércio e serviços representou 48% da criação de valor agregado ao município, enquanto a indústria representou 45% de uma economia que movimentou cerca de 28 milhões de reais (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2012). Segundo dados do IBGE referentes ao ano de 2015, a cidade apresentava cerca de 37% da sua população ocupada, com salário médio mensal dos trabalhadores formais em cerca de 4,3 salários mínimos.

No âmbito da educação formal, ainda com base nos dados do IBGE do ano de 2015, o município apresentou 97.059 matrículas no ensino fundamental e 36.096 matrículas no ensino médio. São registrados 198 estabelecimentos de ensino fundamental e 99 de ensino médio. Em relação ao IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), para os anos iniciais, o município registrou a nota média de 6,8, ficando em 2º lugar na sua microrregião, e em 76º lugar no estado de São Paulo. Para os anos finais, o índice foi de 4,6, posicionando-se em 5º lugar na sua microrregião, que compreende 8 municípios, e ocupando a 467ª posição, no âmbito estadual, com 645 municípios.

No plano da saúde pública, o município possui uma rede composta por 32 unidades básicas de saúde, 09 unidades de pronto atendimento, 04 policlínicas que prestam atendimentos específicos e 05 hospitais municipais, além de serviços e programas de promoção da saúde e internação familiar. Um dos programas municipais relevantes denomina-se “De bem com a vida”⁹, e promove atividades físicas para os usuários das unidades básicas de saúde, beneficiando mais de mil pessoas com a prática de caminhada, ioga, danças circulares e relaxamento.

Sobre a infraestrutura esportiva da cidade, no que diz respeito aos equipamentos públicos, a população dispõe de 48 campos de futebol, 23 centros esportivos, 01 estádio municipal, 01 ginásio poliesportivo, um complexo de atletismo, ginástica artística e handebol, além de 04 parques e 280 praças. Ainda no âmbito esportivo, destacam-se os eventos: Copa Cidade São Bernardo do Campo (futebol amador), Copa Verão de Futebol Amador (clubes não filiados), jogos escolares, meia maratona, Circuito de Corrida de Rua da Cidade de São Bernardo do Campo, festivais e torneios Inter-CRECs, encontros dançantes, entre outros.

A Secretaria de Esportes e Lazer atualmente conta com cerca de 230 servidores, sendo aproximadamente 120 profissionais de Educação Física. Entre os programas desenvolvidos pela Secretaria, destacam-se os projetos de educação e formação esportiva, que atendem cerca de 12 mil pessoas, entre crianças, adultos e idosos, os cursos de iniciação esportiva e atividade física

⁹ Informações retiradas do portal institucional do município em 30 de maio de 2017, às 11:30 horas, link: <http://www.saobernardo.sp.gov.br/web/sbc/de-bem-com-a-vida>

para adultos e os programas desenvolvidos pelo departamento de lazer, em especial, o programa “Ruas de Lazer” e o “Giro São Bernardo”, que promovem atividades recreativas aos finais de semana.

Relativamente ao histórico de convênios pactuados com o ME para o desenvolvimento do esporte e do lazer, nos últimos anos, o município executou quatro propostas distintas em relação ao PELC. No triênio 2009/2010, aconteceu o convênio PELC/PRONASCI; nos anos de 2011/2012, o convênio PELC “Todas as Idades”; nos anos de 2014/2015, o convênio PELC “Vida Saudável”; e, por fim, a edição PELC Urbano¹⁰, iniciado em novembro de 2016 e encerrado em novembro de 2018. A gestão dos três primeiros convênios ficou sob a responsabilidade de uma professora efetiva de Educação Física, da Secretaria de Esportes e Lazer do município, que será referida aqui como Gestora dos Convênios (GC) e que nos relata um pouco desse processo:

Eu tive experiências com o PELC PRONASCI, PELC Todas as Idades, PELC Vida Saudável e PELC Urbano. O PELC PRONASCI foi uma proposta escrita na gestão anterior à gestão do prefeito Luiz Marinho (2009-2016). Quando assumimos a gestão, o recurso estava na conta e a gente teve que executar sem saber muito bem o que estava fazendo porque não foi a gente que escreveu, tivemos que fazer algumas alterações, foi bem conturbado o desenvolvimento do PRONASCI. Mas, enfim, foi uma experiência válida que nos inspirou a escrever juntos o PELC “Todas as Idades” e o PELC “Vida Saudável” que, estes sim, foram executados durante a gestão Luiz Marinho. O PELC “Urbano” foi uma proposta escrita na gestão Luiz Marinho, porém, executada na atual gestão, como aconteceu com a gente no PRONASCI. Então, essa é a “nossa” experiência programas (Entrevista de Campo – GC, 2018).

A primeira experiência, na modalidade PRONASCI, aconteceu em quatro núcleos localizados em bairros de extrema vulnerabilidade social, com atividades desenvolvidas nas escolas municipais, contemplando, essencialmente, as atividades físico-desportivas para adolescentes e jovens de 15 a 24 anos. O segundo convênio realizado pelo município, foi o convênio “Todas as Idades”, que aconteceu em seis núcleos de atividades, todos com subnúcleos, totalizando doze espaços contemplados. Entre esses espaços, estavam centros esportivos, centros culturais e escolas municipais. Essa modalidade contou com a participação

¹⁰ As informações sobre os convênios citados podem ser obtidas no Portal de Convênios do Governo Federal – SICONV (BRASIL, 2018a) no endereço: www.convenios.gov.br. Para a consulta utilizamos os números de convênio: 700488/2008 (PELC/PRONASCI), 771729/2010 (PELC Todas as Idades); 774094/2012 (PELC Vida Saudável) e 817878/2015 (PELC Urbano). A última consulta aconteceu em 19/09/2018 às 10:00.

de um coordenador e cinco agentes sociais em cada um dos núcleos e, no que diz respeito à execução pedagógica, já apresentou maior diversificação dos conteúdos oferecidos pelas oficinas, como, por exemplo, oficinas de teatro, artesanato, dança, entre outros. O terceiro convênio executado pelo município foi o PELC “Vida Saudável” (PVS), que aconteceu em cinco núcleos e com uma proposta diferente das demais, visto que as atividades foram direcionadas especificamente ao público adulto, com idade acima de 45 anos, e para o público idoso. A composição dos grupos de trabalho também se modificou, cada núcleo contou com um coordenador, formado em Educação Física, e dois agentes sociais, estudantes da mesma área.

Em respeito à legislação federal, todas as oficinas de atividades corporais foram desenvolvidas pelos coordenadores, cabendo aos agentes apenas acompanhar as atividades e tentar desenvolver os demais conteúdos culturais do lazer. Por contar apenas com profissionais e estudantes de Educação Física, o conteúdo desse convênio novamente ficou restrito aos interesses físico-desportivos.

No entanto, em estudo relacionado ao desenvolvimento dos trabalhos realizados no PELC Vida Saudável, em São Bernardo, Capi e Assis (2017) identificaram pontos importantes em relação ao desenvolvimento do convênio e o seu impacto na estrutura da Secretaria de Esportes da cidade.

Em São Bernardo do Campo, observamos a sensibilização de um grupo de quatro gestores de carreira da Secretaria de Esportes e Lazer que, a partir da experiência com o convênio PELC/PVS, vem buscando alternativas para ampliar a proposta de ação dos programas de esporte recreativo e lazer desenvolvidos pelo município, no sentido de dialogarem com alguns princípios do PELC/PVS (CAPI; ASSIS; 2017, p.74).

Os impactos dos convênios na gestão municipal podem ser verificados não somente ao final de cada edição, mas, também, já no momento em que se escreve uma proposta. Nessa etapa, devem ser considerados os interesses da gestão municipal naquele contexto, assim como as peculiaridades que vão determinar as escolhas dos núcleos, a aquisição de materiais, entre outras. Não se deve ignorar, ainda, as características de cada edital, visto que, a cada nova versão, o programa se apresenta de modo diferente. De acordo com uma GC

A gente (Secretaria de Esportes e Lazer) sempre procurou seguir as diretrizes do Ministério, então, os processos de implantação foram diferentes em cada

um dos três programas, porque o Ministério muda, altera, e entendo que sempre para melhor. Aquilo que “você” fez no programa anterior quando “você” está implementando um novo programa, aparecem mais detalhes, mais atenções para serem executadas antes de ordem de início e, isso aí veio caminhando e eu respeito muito esse trabalho que vem sendo monitorado e avaliado pelo Ministério, acreditando que sempre, sempre tem um jeito de se melhorar o programa. E nós vivenciamos, vamos dizer, três processos de implantação e desenvolvimento do convênio e nenhum deles foi igual ao outro. Claro, tinham semelhanças, mas sempre com mais detalhes e mais aferição, né, realizado pelo Ministério (Entrevista de campo – GC, 2018).

Conforme já mencionado anteriormente, desde o seu lançamento em 2003, o PELC apresentou diferentes editais, com características próprias em cada um deles, mas a essência do programa, seus objetivos, diretrizes e eixos estruturantes, se mantiveram para assegurar a permanência da política pública. Além disso, não se pode esquecer que fazem parte de suas diretrizes e processos pedagógicos, a municipalização e o respeito à diversidade local, o que permite e estimula essa variedade de propostas apresentadas e executadas pelo município (BRASIL, 2017, p.7).

Outro aspecto que marca o programa diz respeito à implantação e ao desenvolvimento das atividades nos núcleos de esporte e lazer, porém, o processo de escolha dos locais onde serão desenvolvidos esses núcleos, ainda que o ME apresente os requisitos¹¹, é uma escolha muito particular da gestão e, nesse aspecto, recorro novamente às contribuições da GC para relatar as características peculiares a esse processo:

O PRONASCI tinha uma proposta de ser realizado nos campos de futebol e nós mudamos os núcleos, transferimos para as escolas públicas municipais, localizadas em bairros vulneráveis e com a questão da violência muito acentuada. Em relação ao PELC Todas as Idades, escolhemos locais onde existia a necessidade de uma ação pública, uma ação do governo e, como nos centros esportivos a Secretaria já oferecia atividades, a nossa opção foi implementar em escolas públicas, associações de bairro, buscando sempre ir nos locais onde o município não recebia essa assistência do Estado, vamos dizer do governo, em relação ao esporte e lazer. E no terceiro programa, que foi o Vida Saudável, também escolhemos locais onde se fazia necessário uma ação e a gestão achava isso superimportante (Entrevista de campo - GC, 2018).

¹¹ Os núcleos do PELC devem ser espaços de convivência social onde seja possível a ocorrência das manifestações esportivas e de lazer, assim, podem ser considerados como núcleos em potencial as praças, as quadras, campos de futebol, clubes sociais, entre outros. (BRASIL, 2017).

A partir das contribuições da gestora dos convênios é possível verificar uma tendência da municipalidade a ampliar o acesso ao direito social ao lazer e ao esporte recreativo com base nesses convênios, contemplando os objetivos do programa. A decisão de aumentar a quantidade dos locais de atendimento, oferecendo atividades em lugares que, até então, não tinham acesso, ao mesmo tempo em que permite a novas comunidades usufruir do direito, implica também em uma posterior necessidade de municipalização dessas atividades, para não reduzir a política pública somente à atuação do governo federal.

Sobre a municipalização e a continuidade das ações após o término dos convênios, a gestora faz as seguintes considerações:

Sobre a continuidade das ações, é o que eu já disse anteriormente, pelas escolhas dos locais, dos núcleos, serem locais mais afastados, onde a Secretaria de Esportes não está lá ainda, onde a secretaria não alcança ainda esses locais, então, nós estivemos lá enquanto programa em associações de bairro e nas escolas públicas nos horários noturnos, com o objetivo de estar podendo levar essa possibilidade do Esporte e do Lazer para essas Comunidades. Então, “a gente” conseguiu muito pouco e ter o programa desenvolvido, ou melhor, ter a continuidade do programa com os professores da própria secretaria. Os programas têm começo meio e fim e “a gente” não consegue dar continuidade sem interrupção. Algumas ações foram feitas através de professores nossos, funcionários públicos contratados pela Secretaria de Esportes, para estar assim dando continuidade às ações do PELC, mas foram, vamos dizer assim, em 25% dos espaços, não se compara ao atendimento do programa como um todo. Mas foi uma opção, a partir do momento que eu desenvolvo um programa dentro de um espaço esportivo que já tem o professor, que já oferece atividades para os munícipes, quando o programa deixa a cidade, nada se interrompe, o professor da gestão, da Secretaria de Esportes continua lá trabalhando né, então não “morre” o programa, porém, a gente deixa de atender quem nunca foi atendido. Mas são as decisões da gestão (Entrevista de campo, - GC, 2018).

Dessa fala podemos extrair contribuições importantes, a primeira diz respeito à opção de cada gestor em seu respectivo momento político-administrativo da cidade. Fica evidente, na fala da entrevistada, que a descentralização dos locais destinados aos núcleos do PELC visava possibilitar o acesso aos conteúdos oferecidos pelo programa para aquelas pessoas que não podiam frequentar os cursos regulares oferecidos pelo município. Cabe lembrar que São Bernardo do Campo possui uma estrutura esportiva considerável, porém, a maior parte dos espaços públicos estão localizados em regiões centrais da cidade.

A descentralização dos núcleos representa então, uma opção por levar o conteúdo lazer e esporte recreativo para os locais mais periféricos. As implicações dessa escolha também são

expostas pela gestora, visto que, por se tratar de locais mais afastados, na maioria dos casos, a gestão municipal não consegue manter as atividades após o final do convênio. Ainda assim, os formadores responsáveis pelo convênio PELC Vida Saudável, realizado no município nos anos de 2014/2015, apresentam algumas considerações importantes em artigo publicado em revista da área sobre os impactos do desenvolvimento desse convênio no sentido de municipalizar as ações do programa.

Entre elas, apontamos para a construção da proposta para a constituição de um conselho local para os centros esportivos do município com representatividade dos moradores da comunidade e a estruturação do edital do último concurso público visando a contratação de 18 professores de Educação Física para o quadro efetivo de profissionais da Secretaria, com o perfil para atuar com programas de esporte recreativo e lazer. Destaca-se, ainda, a realização de dois Seminários de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, com o apoio da câmara de vereadores, para debater as demandas de esporte e lazer para o município (CAPI; ASSIS; 2017, p.76).

Neste ponto, ainda que a gestora de convênios revele a impossibilidade de manter todas as atividades nos núcleos, percebo que existiu um movimento no sentido de municipalizar algumas ações a partir do convênio PELC, entre elas, considero como significativa a contratação de novos profissionais efetivos alinhados com os princípios e diretrizes do programa.

A grande questão, no entanto, reside na possibilidade de se mensurar efetivamente a continuidade das ações após o término do convênio. Nesse particular, a própria gestora reconhece que é difícil estabelecer concretamente os impactos e o legado que os convênios celebrados deixaram para o município, porém, sua fala aponta que o primeiro convênio estimulou o desenvolvimento dos demais e, por consequência, cada convênio estabeleceu novas raízes, resultando, em determinado momento histórico, no ato concreto de se contratar através de concurso público novos profissionais dentro de uma perspectiva atenta à política de esporte e lazer desenvolvida pelo PELC.

Recentemente São Bernardo do Campo desenvolveu a 4ª experiência com o PELC, agora na modalidade “Urbano”. Nesse convênio, foram pactuados dez núcleos de atividade com três subnúcleos e, diferente dos convênios anteriores, no processo de definição dos núcleos, optou-se pela execução nos próprios centros esportivos do município. Essa escolha teve por principal objetivo utilizar a tecnologia do PELC para ressignificar os espaços públicos da

cidade, tradicionalmente vinculados às práticas esportivas coletivas, com grande ênfase na história do desporto de alto rendimento da cidade.

O último convênio realizado, objeto do presente estudo, recebeu o nome de PELC “Urbano” e contou com uma equipe de trabalho por núcleo composta por um coordenador e seis agentes sociais que podem desenvolver oficinas relacionadas à recreação, às práticas esportivas, às artes marciais e/ou capoeira, à dança e/ou ritmos e também oficinas de artesanato. O processo seletivo para a contratação dessa equipe, para atuar especificamente no programa, priorizou a experiência profissional dos interessados em cada uma dessas áreas do conhecimento.

A organização dos agentes sociais em cada um dos núcleos buscou contemplar os diferentes interesses culturais do lazer mencionados acima, além disso, diferentemente do que ocorria nas modalidades anteriores, no PELC Urbano, o coordenador de núcleo não ministra oficinas, mas exerce apenas esse papel. A proposta de trabalho foi enviada conforme as diretrizes estabelecidas no Edital de 2013, porém, o convênio foi assinado em dezembro de 2015 e o início efetivo das atividades nos núcleos se deu em janeiro de 2017.

Durante todo o ano de 2016 realizaram-se ajustes na proposta de trabalho, a aquisição dos materiais e serviços destinados ao programa, além do processo seletivo para a contratação do pessoal e do respectivo módulo de formação inicial, promovido pelos agentes do ME. Esse longo intervalo de tempo entre o envio da proposta e o efetivo início das atividades nos núcleos, cerca de quatro anos, revela uma fragilidade do programa que dificulta em muito o planejamento dos gestores municipais.

Um dos núcleos contemplados no convênio PELC Urbano foi o Centro Esportivo do Jardim Lavínia, que recebeu, assim, uma terceira edição do programa. Ainda que a gestora dos convênios anteriores tenha mencionado a prioridade da gestão em desenvolver os programas em locais periféricos, este não é o caso específico do Jardim Lavínia, bairro em que se situa o Centro Esportivo, localizado, ao contrário, em uma região de fácil acesso e com uma total infraestrutura já consolidada, sem mencionar sua proximidade a dois outros centros esportivos, nos bairros do Jardim do Lago e Jardim Jerusalém. Alguns fatores foram determinantes para a implementação do programa nesse espaço esportivo localizado em uma região privilegiada, entre eles, a vontade de se implementar um novo conceito de trabalho, diferente do tradicionalmente realizado nos demais centros esportivos da cidade. Além disso, como se tratava da inauguração de um novo equipamento, não havia um corpo de profissionais lotados no espaço.

Sobre essa escolha, a gestora dos convênios realizados no local afirma a preocupação da administração em implementar uma proposta inovadora no Jardim Lavínia e lembra que participou de todo o processo, desde a escolha do local até a efetivação do trabalho com o núcleo PELC Todas as Idades.

Esse foi um local que eu estive lá antes da reforma do espaço, era um campo de terra, com um matagal em volta, trave enferrujada, um espaço com lixo no entorno, muito ruim e, quando a gestão fez a reforma do campo e a gente inaugurou o campo, automaticamente iniciou o PELC naquele espaço, acredito que tenha sido um presente para comunidade em vários aspectos né, além do espaço físico estrutural, o programa ele veio sem vícios, não existia nada lá antes e foi totalmente inovador, entendo que a comunidade abraçou o programa, conseguiu se identificar com programa, conseguiu se ver como representante do bairro dentro do centro esportivo, ajudando a decidir, participando, criando ações eu achei que foi muito feliz a escolha PELC, ou de um dos núcleos do PELC nesse espaço, que foi o Todas as Idades e, teve um retorno bem interessante (Entrevista de campo – GC, 2018).

Iniciar um trabalho de intervenção social como o PELC aproveitando um evento significativo como a entrega de uma reforma e qualificação de um espaço público, com certeza, facilita muito o sucesso da empreitada. Porém, cabe mencionar que, se o trabalho realizado não corresponder aos anseios da comunidade contemplada, ao mesmo tempo que os benefícios de uma reforma são elogiados, a falta ou oferta de atividades não condizentes com as necessidades e a cultura local pode esvaziar a ação inicial e prejudicar a configuração da área enquanto um espaço público de promoção do lazer.

Verificar se as contribuições dessa ação inicial e das seguidas intervenções do PELC, especialmente a atual, na modalidade “Urbano”, mostram-se eficientes enquanto política pública de promoção do lazer é o que pretendo fazer nos próximos tópicos, baseado nas experiências vivenciadas na observação participante e no conhecimento compartilhado nas entrevistas realizadas com os variados atores que escrevem diariamente a história do local.

6.2 O Centro Esportivo do Jardim Lavínia: do terraço ao Centro de Referência

Ainda que, como profissional, tenha estabelecido, em determinado momento, uma relação de proximidade com o local escolhido para a pesquisa, especialmente por participar do processo de implementação de um núcleo do PELC e atuar na gestão dele durante um período de tempo considerável, ao assumir o papel de pesquisador, desde o primeiro momento, procurei

assegurar o compromisso de zelar pelo distanciamento de valores pessoais e afetivos referentes ao objeto, estabelecendo, assim, um olhar de investigador em todas as ações deste estudo.

Um aspecto que contribuiu para esse distanciamento foi a lacuna temporal de cerca de cinco anos entre a primeira intervenção do PELC, então coordenado por mim, e o atual convênio em vigência, objeto do presente estudo. A busca constante por manter claro que toda a história vivida anteriormente deveria apenas contribuir para elucidar aspectos relevantes ao objeto da pesquisa foi um esforço permanente do pesquisador.

Após essas primeiras considerações, cabe ressaltar que a escolha do Centro Esportivo do Jardim Lavínia não se deu apenas pela proximidade do pesquisador com tal objeto de estudo, mas, principalmente, ao fato de que o espaço eleito se tornou uma referência de equipamento esportivo, sendo considerado como modelo de trabalho para as demais reformas realizadas nos campos de futebol da cidade.

Tanto o modelo de construção, quanto o modelo de gestão implementada no local, em certa medida, foi gradativamente permeando as ações em outros equipamentos esportivos da cidade. Em relação ao espaço físico, dois novos campos de futebol com espaços multiuso foram construídos, quanto à gestão do espaço, a implementação de Conselho Gestor de equipamento esportivo já se disseminou em outros três espaços na cidade.

Antes do fechamento para a reforma, em meados de 2009, o espaço tinha uma utilização restrita, pois tratava-se de um campo de futebol de terra, com estrutura mínima de vestiários e uma lanchonete e que recebia, em grande parte, crianças e adolescentes nos cursos de iniciação à modalidade de futebol durante a semana e adultos, durante jogos recreativos e competições amadoras, com a quase a totalidade desse público vinculada à modalidade do futebol. O campo era administrado somente pela diretoria do time de futebol, com recursos próprios, adquiridos através de locação do campo, dos recursos da lanchonete e das festas e festivais realizados pela diretoria do clube.

A proposta da administração municipal, naquele momento, consistia em democratizar o espaço público esportivo e por esse motivo, a reforma não se contentou apenas com a instalação do gramado sintético, mas, também, promoveu a construção de uma sala multiuso com 500 m² para o desenvolvimento das diferentes oficinas, contemplando outros conteúdos culturais do lazer. Foi construída também uma pista de caminhada aberta ao público, ao redor do campo, com o intuito de transformar o que, anteriormente, era um campo destinado ao futebol de várzea em um Centro Esportivo.

Após a reforma, o espaço passou a ser gerenciado pela Secretaria de Esportes em parceria com o time de futebol e com a comunidade. O novo modelo de gestão implicou na

indicação de dois funcionários remunerados pelo município para exercer as funções de administração do espaço, além de uma equipe para limpeza e guarda patrimonial.

Em entrevista com o agente social de dança (ASD), que é morador do bairro e foi atleta amador do time de futebol, obtive algumas informações relevantes sobre a história do campo, em especial, as primeiras intervenções do município, ainda na década de 1980, para cercá-lo e possibilitar que o time local pudesse ‘mandar’ os seus jogos em casa.

[...] O Lavínia não mandava jogos do campeonato na sua casa, nós mandávamos jogos no campo do Jerusalém, porque o nosso campo não era cercado, era de terra e era todo aberto, só tinha o vestiário e uma casinha, e aí os jogos eram disputados tudo lá no Jerusalém (Entrevista de campo – ASD, 2018).

O agente relata que acompanhou o crescimento do time e, por consequência, a valorização do respectivo campo de futebol. Lembra o ex-atleta que, no ano de 1985, o time do Lavínia conseguiu o acesso para a 2ª divisão do futebol amador do município e recebeu uma primeira intervenção da gestão municipal para a implantação de alambrados e vestiários. Inclusive, na inauguração do espaço, aconteceu a entrega da faixa de campeão da 3ª divisão pelo prefeito, além de uma situação inusitada, relatada pelo entrevistado.

[...] Em 85, o Lavínia subiu pra 2ª divisão, teve até um jogo interessante que eu até comentei com você, na época o prefeito acho que era o Walter Demarchi e aí foi a entrega de faixa do Lavínia contra o 13 de Agosto, que era um time da mesma rua e foi um jogo que antecedeu a abertura do campeonato da 2ª divisão, aí, nós juvenis, jogamos lá, ganhamos de 4 a 1, fiz os 4 gols e uma coisa que marcou muito é que o Demarchi estava com uma calça branca, e tinha chovido muito e o campo estava com muita lama, e aquela bola bateu na calça dele e ele ficou bravo e foi embora, manchou a calça dele toda (Entrevista de campo – ASD, 2018).

Após a experiência enquanto atleta das categorias de base do time o agente relata que ainda jogou em outras equipes, mas como começou a trabalhar, acabou se afastando um pouco da rotina de campeonatos de várzea. Não deixou, porém, de acompanhar o time onde iniciou a prática esportiva, especialmente pelo fato de que, na vida adulta, passou a morar em um conjunto de prédios vizinho ao campo.

Sim, lembro desde o primeiro alambrado, quando cercou a primeira vez e aí o Lavínia começou a mandar jogos dentro de casa, eu também estava lá, aí

depois me afastei, fui pra treinar em outros times, segui a vida, deixei o Lavínia, mas continuei acompanhando, até que acabei vindo morar atrás do campo, nos prédios, e aí minha sacada ficava aqui de fundo para o campo do Lavínia. Então, eu mesmo sem jogar, todo domingo de manhã eu tinha que acordar e acompanhar os jogos, os festivais, os fogos, muita disputa, eram muitos jogos que mandavam ali (Entrevista de campo – ASD, 2018).

Vizinho e frequentador das atividades desenvolvidas no campo, o agente social relata que acompanhou todo o processo de reforma do espaço, inclusive, registrando em fotografias os diferentes momentos da obra. Muitos desses registros ele afirma ter perdido com o tempo, porém, resgatou algumas imagens e disponibilizou para o presente trabalho, conforme consta em apêndice K.

E até que, não lembro o ano, se foi 2010, que começou a reforma, e aí eu vi que começou a desmanchar o campo do Lavínia e ia haver a reforma. Aí eu pensei, eu vou acompanhar a reforma e apesar de eu trabalhar na Volkswagen até às 17 horas, eu via a evolução da construção do novo CREC¹² do Lavínia. Então eu pensei, vou tirar foto e filmar, e pensei, um dia alguém vai precisar dessas fotos, porque minha visão era privilegiada né. E toda vez que tinha alguma movimentação, alguma mudança brusca eu registrava, foram 10 meses de construção mais ou menos, foi 2010, 2011 acredito. E aí eu chegava do serviço à tarde e começava a tirar foto, tirando a foto da terraplanagem, da marcação, aí foi que as pedras chegaram, material chegando, a evolução toda. Toda semana eu ia lá e filmava até o dia da inauguração que teve a festa e eu peguei o finalzinho da festa (Entrevista de campo – ASD, 2018).

A transformação ocorrida no antigo campo de futebol aconteceu mediante emenda parlamentar do deputado federal Paulo Teixeira, do Partido dos Trabalhadores, porém, foi necessário aporte de recursos municipais para completar o projeto, além disso, foram realizadas também obras de combate a enchentes no local, por se tratar de um espaço próximo a várzea de um dos rios que cortam o bairro.

O agente social, que acompanhou todo esse processo, nos relatou sua percepção sobre as mudanças que aconteceram no local após a obra de reforma e qualificação do espaço público.

Bom, melhorou muito, inclusive eu até esqueci de colocar que eu voltei antes a jogar no campo de terra como veterano, eu saí como juvenil e voltei como

¹² É tradicional a adoção perante os munícipes de São Bernardo do Campo da nomenclatura CREC (Centro Recreativo, Esportivo e Cultural) para se referir aos Centros Esportivos da Cidade.

veterano. Foi aí que eu fiquei sabendo da reforma. No período da reforma os veteranos começaram a jogar fora, e aí quando teve a inauguração, mudou radicalmente pra melhor, não tem nem como falar, vestiário, virou CREC, salão de festas, salão de ginástica, o pessoal que frequentava que continuou jogando depois no gramado, que é outra coisa, você deixar de jogar na terra pra jogar num gramado oficial sintético não tem nem comparação, a organização ficou bem melhor, tem o espaço do presidente do Lavínia e também tem o espaço do administrador do CREC, os dois se conversam, são pessoas que acompanharam também a história do Lavínia, tem a ver. A prefeitura também agregou muitas coisas boas lá, muitos jogos de final de campeonato tá sendo lá, é, juvenil, copa São Paulo de Junior, os times de fora vão lá treinar, fazer aquecimento, treinamento, então tem muita coisa acontecendo depois da reforma, ginástica, aula de dança, depois entrou o PELC agregando mais ainda ao lazer (Entrevista de campo – ASD, 2018).

Além de todas essas mudanças, o entrevistado também cita a presença do PELC que, após a reforma do espaço, passou a se tornar constante na vida daqueles usuários. A primeira intervenção do PELC no Centro Esportivo do Jardim Lavínia, especialmente no salão de atividades, ocorreu desde a reinauguração do espaço, em agosto de 2011, até dezembro de 2012, por meio do convênio “Todas as Idades”, com a equipe composta por cinco agentes sociais e um coordenador de núcleo, na época, função exercida por mim. As oficinas desenvolvidas naquele período foram: ginástica, dança, yoga, caminhada, recreação e artesanato.

No ano de 2013, o trabalho foi desenvolvido somente por profissionais da Secretaria de Esportes, ainda sob a minha coordenação, mantendo as atividades de ginástica, caminhada, dança, yoga e artesanato. Posteriormente, no ano de 2014, a comunidade foi novamente contemplada com o convênio “Vida Saudável”, que teve início em julho do referido ano, permanecendo até novembro de 2015. Neste convênio, foram contratados dois estagiários de Educação Física e um coordenador de núcleo. Iniciei o processo de transição passando as funções de coordenação para o profissional contratado pelo convênio, afastando-me do local e assumindo funções administrativas na Secretaria de Esportes. As atividades desenvolvidas nesse período foram ginástica, alongamento, *tai chi chuan*, dança, artesanato e caminhada.

No início de 2016 o trabalho começou sem a presença de um coordenador de núcleo, com as atividades mantidas por funcionários de carreira da Secretaria nas modalidades de ginástica, alongamento e dança. Já a modalidade de artesanato sempre aconteceu com a participação de voluntários. No final desse ano, exatamente a partir de novembro, uma nova equipe do PELC assumiu, agora em uma terceira edição, na modalidade PELC "Urbano", com a presença de um coordenador de núcleo e seis agentes sociais de esporte e lazer.

Nas edições “Todas as Idades” e “Urbano”, o trabalho foi realizado em conjunto, na perspectiva de núcleo e subnúcleo. Em ambos os casos, o núcleo central era o Lavínia e os subnúcleos situaram-se, respectivamente, na primeira edição, no bairro do Jardim do Lago, e na última, no bairro Jerusalém. Ambos os bairros são bem próximos ao Lavínia e, nos dois casos, os subnúcleos correspondiam a ginásios poliesportivos.

Essa divisão foi necessária para contemplar características comuns a ambas as edições, cuja meta de atendimento do programa correspondia a 400 pessoas de todas as idades. Ocorre que, no Lavínia, a maior parte dos atendimentos era para a população adulta e idosa, visto que já existia, anteriormente, um projeto de iniciação esportiva para crianças e adolescentes na modalidade de futebol, impossibilitando o desenvolvimento concomitante de dois programas para o mesmo público.

O trabalho desenvolvido ainda hoje na iniciação esportiva da modalidade futebol de campo é vinculado a um programa que gerencia as tradicionais escolinhas de futebol que funcionam nos campos de futebol de várzea da cidade de São Bernardo do Campo. No Centro Esportivo do Jardim Lavínia, nos primeiros anos após a inauguração, o público atendido de crianças e adolescentes de 07 a 17 anos passava de 400 alunos matriculados e contava com 2 instrutores contratados pelo time de futebol profissional da cidade. Atualmente, o projeto ainda continua em funcionamento, com a mesma estrutura, porém, somente com recursos oriundos da lei de incentivo ao esporte.

A procura pela iniciação esportiva no futebol no Centro Esportivo do Jardim Lavínia sempre foi muito grande, especialmente pelo fato de que o local foi o primeiro campo de grama sintética da cidade a contar com iniciação esportiva de forma gratuita e aberta ao público. Com o passar dos anos a procura foi diminuindo, pois, no próprio município de São Bernardo do Campo, foram reformados outros quatro campos, entregues com características semelhantes, além de duas quadras em formato *society*, em grama sintética, disponíveis para o atendimento à comunidade de forma gratuita.

Por esse motivo, a atuação do PELC no espaço acabou priorizando o atendimento ao público adulto e da terceira idade, porém, algumas oficinas como a de recreação, artesanato, capoeira e dança, sempre tiveram características intergeracionais, possibilitando a participação de pessoas de todas as idades. Esse é um ponto que sempre diferenciou o PELC dos demais programas e ações da Secretaria de Esportes, visto que, nos cursos ministrados por seus profissionais efetivos prevalecia, ao contrário, até pouco tempo, a classificação por faixa etária como critério para participação nas modalidades. Um impacto positivo do PELC na cidade foi

a gradativa desconstrução do discurso de que a oferta de atividades físicas deve respeitar, rigorosamente, uma divisão por faixas etárias.

Em relação aos cursos esportivos regulares oferecidos pelo município é importante lembrar que, a cada gestão política, novos nomes e formas de organização das atividades são implementados, mas, em essência, pouco se modifica em relação ao trabalho final junto à comunidade. Por exemplo, um programa tradicional desenvolvido pelo município é destinado a crianças e adolescentes de 07 a 17 anos de idade; no período de 2009 a 2016, recebeu o nome de "Esporte e Cidadania", atendendo a diferentes modalidades esportivas coletivas como o futsal, vôlei, basquete e handebol, cujo conteúdo e conhecimentos são organizados em conformidade com as diferentes faixas etárias, incluindo ações que vão desde a vivência lúdica dos jogos e brincadeiras, até a participação em campeonatos e festivais internos de modalidades específicas. Esse programa, a partir de 2017, passou a se chamar "Hora do Treino", sofrendo mínimas alterações em sua estrutura. Os cursos desse programa nunca foram desenvolvidos no Jardim Lavínia, pelo fato de que, no salão de atividades, a programação sempre foi dedicada, quase que exclusivamente, ao atendimento ao público adulto e idoso, já as atividades para crianças e adolescentes, exceto iniciação esportiva no futebol, foram oferecidas somente enquanto havia uma equipe do PELC no local.

Para atendimento ao público adulto, o programa desenvolvido pela Secretaria de Esportes, no período de 2009 a 2016, era o “MovimentoAção”, direcionado para mulheres com idade entre 18 e 59 anos. Para o público idoso, as atividades eram desenvolvidas pelo programa "Idoso Ativo". Ambos os programas se apresentavam com o objetivo de desenvolver atividades físicas sistemáticas com a finalidade de promover a saúde. Na atual gestão, os dois programas foram unificados e deram vida ao "Corpo em Ação". Relativamente aos conteúdos e atividades pouco se modificou, no entanto, a divisão inicial por faixas etárias foi suprimida no texto que fundamenta o programa. Ao mesmo tempo, algumas turmas ainda mantêm o atendimento por faixa etária.

Interessante ressaltar que, ainda que se alterem os nomes dos programas a cada mudança de administração, os relatos e observações que obtive ao longo desses últimos anos de trabalho na Secretaria de Esportes, especialmente no convívio com os professores com mais tempo de casa, apontam o fato de que a estrutura e o funcionamento dos cursos esportivos de atendimento à comunidade pouco se alterou ao longo dos anos.

A Secretaria oferece, tradicionalmente, mediante atuação dos seus profissionais efetivos de Educação Física, os cursos de iniciação esportiva nas modalidades esportivas coletivas e natação para crianças e adolescentes, além das aulas de ginástica, dança,

alongamento, hidroginástica e afins para adultos e idosos. Nos cursos destinados ao público adulto e idoso, a perspectiva de trabalho tem por finalidade promover a saúde, a melhora do condicionamento físico dos participantes. Os discursos dos professores, a organização das aulas e dos eventos, tais como apresentações de coreografias de ginásticas, corridas e caminhadas, circuitos de atividades, sempre priorizam as atividades físicas em todos os momentos. Ainda assim, na concepção e no texto que fundamentava o Programa MovimentoAção, defendia-se a ideia de propor nas aulas de ginástica, momentos de reflexão sobre a prática e sobre temas transversais; objetivo que, conforme os próprios gestores do programa relatam, nunca foi alcançado.

No Lavínia, por ocasião da inauguração, pensou-se em oferecer apenas a oficina de ginástica vinculada ao PELC; ainda em 2011, porém, como a procura foi muito grande, a Secretaria de Esportes e Lazer, naquele momento, destinou uma professora vinculada ao projeto MovimentoAção para desenvolver aulas de ginástica no local. Enquanto as oficinas de ginástica do PELC funcionavam no período da manhã, duas vezes na semana, as aulas de ginástica promovidas pelo programa MovimentoAção aconteciam no período da tarde, também duas vezes na semana. A convivência entre os dois programas, no centro esportivo, sempre foi muito tranquila e proveitosa. Apesar do desenvolvimento das aulas e oficinas apresentarem grande diferença em relação ao conteúdo e intensidade das ações, a comunidade e os profissionais envolvidos sempre entenderam a diferença das propostas. Com o tempo, acabou se consolidando uma procura maior dos idosos pelas oficinas do PELC, que desenvolvem exercícios físicos com menor intensidade e com mais ênfase na participação do que na execução, enquanto nas turmas de ginástica do MovimentoAção, foi mais frequente o público de mulheres com idade entre 30 a 50 anos, dentro do perfil de realizar atividades com maior intensidade e complexidade de movimentos.

Assim, acolhendo diferentes programas ao mesmo tempo, trazendo um novo conceito de equipamento esportivo, localizado estrategicamente em uma região com grande densidade populacional, cortada por duas grandes avenidas que recebem as linhas de transporte coletivo que atendem praticamente um terço da população do município, o Centro Esportivo do Jardim Lavínia passou a ser considerado, naquele momento histórico, um centro esportivo de referência para as demais políticas do município.

O conceito da construção foi replicado em mais dois outros campos de futebol da cidade, e a perspectiva de permitir o diálogo entre diferentes programas dentro de um mesmo espaço, posteriormente, foi estimulada em outros centros esportivos da cidade. Com o sucesso do trabalho no Lavínia, revelando a participação dos representantes da comunidade enquanto

vozes na organização do espaço, implementando um conselho gestor do espaço público (questão a ser explicitada mais à frente neste estudo), somado à possibilidade de se oferecer novos conteúdos culturais do lazer, tais como a dança, o artesanato e a capoeira, a gestão municipal, informada sobre a autorização de um novo convênio com o ME, o PELC Urbano, decidiu implementá-lo somente em centros esportivos da cidade com o objetivo de ampliar o acesso e democratizar o uso dos equipamentos.

Essa decisão se fundamentou tanto na possibilidade de ampliar o atendimento quanto na possibilidade de aproveitar a tecnologia social do PELC, através das suas diretrizes e princípios, para construir um novo conceito de política pública de esporte e lazer no município. Além disso, por acreditar que a intervenção experimental no Centro Esportivo do Jardim Lavínia tenha apresentado resultados significativos e relevantes, defendeu-se a adoção dos mesmos princípios nos demais espaços esportivos da cidade.

Por fim, pretendo, nas próximas páginas, investigar a atual intervenção do PELC no local que já recebeu outros dois convênios, buscando estabelecer um diálogo entre o passado, o presente e o futuro, sempre no sentido de avaliar se essa política pública vem cumprindo seu papel de democratizar e garantir o acesso e a permanência ao lazer e ao esporte recreativo.

6.3 Entrando em campo:

Conforme já salientado anteriormente, procurei realizar as observações sempre com uma postura discreta, buscando um espaço dentro do salão de atividades sem interferir no desenvolvimento da oficina. Tentei não me manifestar durante o desenvolvimento das atividades, salvo quando convidado pelo agente ou coordenador ou quando algum usuário dirigia a palavra a mim. Realizei as observações e registrei os aspectos relevantes em um *notebook*, por esse motivo, estava sempre sentado em um canto do salão, observando e relatando.

O período de observação teve início em novembro de 2017 terminando em abril de 2018. Foram acompanhadas as diferentes oficinas desenvolvidas no local, nos períodos da manhã, tarde e noite. A rotina de investigação compreendeu de uma a duas visitas semanais, em horários e dias diferentes, buscando contemplar as várias oficinas oferecidas, nas modalidades de dança, ginástica, caminhada, alongamento, capoeira e artesanato.

Acompanhei também o desenrolar de dois eventos realizados no núcleo (Apêndices I e J), registrando as impressões a partir do roteiro inicial apresentado no apêndice A, porém, sempre atento para flagrar outros momentos e situações relevantes que serão compartilhadas no

presente texto, quando tais informações forem capazes de remeter significativamente ao tema da pesquisa. Nos meses de maio a julho de 2018, efetuei aproximadamente metade das entrevistas com os beneficiados e com os profissionais ligados ao programa.

Na construção do texto procurei detalhar aspectos relevantes sobre os acontecimentos extraídos do campo, e vinculá-los aos dados obtidos nas entrevistas com agentes, gestores e beneficiados, sempre em constante interação com o referencial teórico discutido na primeira parte do texto. A organização e apresentação dos dados se inicia pelas observações das oficinas, na sequência os dados das entrevistas com os participantes e, por fim, as entrevistas com os coordenadores, pedagógico e de núcleo.

6.3.1 As oficinas de dança

As oficinas de dança aconteciam às segundas e sextas-feiras, no período da noite, às quintas-feiras, no período da manhã e aos sábados, no período da tarde. Só foi possível acompanhar os trabalhos nos meses de novembro e dezembro de 2017 e janeiro de 2018, pois o agente social de dança solicitou desligamento do programa no decorrer da observação e a substituição somente aconteceu após o final desse período.

Sobre a oficina, a temática desenvolvida foi muito vinculada ao estilo musical sertanejo e *country* americano. O agente social sempre comparecia para a oficina vestido a caráter e a trilha sonora da oficina contemplava, em sua quase totalidade, músicas nacionais e estrangeiras vinculadas a esse estilo. Presenciei apenas uma vez a reprodução musical de um samba, ainda assim, no decorrer da música, a coreografia desenvolvida permaneceu no estilo *country*/sertanejo.

Esse é um primeiro ponto que merece reflexão, pois as diretrizes do programa defendem a diversificação de atividades com o intuito de garantir a ampla participação dos diferentes públicos (BRASIL, 2017, p.10). Ao adotar apenas um estilo musical para o desenvolvimento da oficina, é possível que parte do público com afinidade pelo conteúdo dança, mas sem interesse pelo estilo sertanejo, sinta-se desmotivado a participar das oficinas. Não é possível garantir que a participação seria maior se o agente trabalhasse com outros estilos musicais, no entanto, pode-se afirmar que a proposta da oficina não contempla a diversificação necessária, recomendada pelas diretrizes do PELC, bem como por diversos autores da área do lazer como Marcellino (1987; 1996; 2008), Isayama (2010), Melo e Alves Junior (2003), entre outros.

Em relação à organização do espaço, verifiquei que o agente social não utilizava nenhum material alternativo, apenas um equipamento de som. Às segundas e sextas-feiras existiam duas turmas, a primeira, com início às 19 horas, recebia o nome de “aula aberta”. Nessa oficina pude perceber em todas as datas, as pessoas dançando as coreografias apresentadas pelo agente, de forma individual, cada uma no seu tempo e ritmo. Essa turma tinha duração de uma hora e em todas as datas verificadas, iniciou e terminou pontualmente, contando com a presença média de quarenta a quarenta e cinco pessoas de diferentes idades, sendo em sua maioria, mulheres.

A segunda turma iniciava-se às 20 horas e acontecia em outro formato, dentro do qual o agente organizava os participantes em duplas e atribuía à oficina o nome de “vanerão”. Nessa segunda oficina, percebi a participação de um número menor de pessoas e pude constatar que eram trabalhados exercícios mais complexos e vivências em duplas. O público desta turma nunca excedeu a dezesseis pessoas. Aos sábados, a organização se repetia, porém, no período da tarde, com a primeira turma, às 16 horas, e a segunda, iniciando às 17 horas. A frequência de participantes era menor, cerca de metade dos frequentes às oficinas semanais.

O controle de assiduidade dos integrantes dessas oficinas era realizado mediante lista de presença, uma folha de sulfite deixada sobre uma mesa no fundo do salão, na qual cada pessoa, ao ingressar na sala, assinava seu nome completo. Sobre o processo de inscrição e o controle de frequência, que é obrigatório no PELC, o agente social de dança (ASD) apresentou as seguintes considerações:

Sim, através do PELC nós tínhamos primeiramente, que fazer um cadastro no CREC Lavínia, onde a pessoa escolhia a aula e o dia que queria fazer, que era disponível, e sobre o limite de alunos por turma, nós tínhamos 90, chegamos a ter 100 alunos por turma porque o espaço permitia e a aula é aberta, então nós tínhamos controle de presença de alunos, todos os alunos diariamente nós tínhamos controle de presença, e semanalmente nós fazíamos um relatório sobre as aulas e acontecimentos da aula, e mensalmente, nós fazíamos um relatório geral (Entrevista de campo – ASD, 2018).

As orientações sobre o controle de frequência dos participantes não aparecem nos documentos legais do PELC, mas as recomendações são transmitidas pelos técnicos e formadores. Existe um formulário padrão elaborado pelo ME em forma de lista de chamada, destinado a cada uma das turmas e que deve ser preenchido mensalmente. No caso do agente e da oficina em questão, foi adotado outro procedimento, solicitando aos participantes que

anotassem o nome em uma folha de sulfite em branco e, com base nos nomes relacionados, o agente preencheria o documento emitido pelo ME.

Quanto à quantidade de participantes, acompanhei os números de inscritos nas turmas e, realmente, logo no início do programa, a adesão à oficina foi muito grande, porém, com o passar do tempo, a procura e a participação diminuíram bastante. Acredito que a opção por apenas um estilo musical e a falta de diversificação nas coreografias e ações do agente tenham contribuído para a queda na participação.

Ainda que os conteúdos da oficina de dança não tenham apresentado a diversidade necessária e em conformidade com as diretrizes do programa, em relação aos aspectos quantitativos de participantes não se pode falar o mesmo. Considerando a meta de atender 200 pessoas no núcleo de atividades, pode-se perceber que, apenas nas turmas de dança, já se atingia pouco mais da metade desse quantitativo.

Um ponto positivo verificado na oficina diz respeito ao atendimento de pessoas de diferentes idades em uma mesma turma, aspecto que também é mencionado pelo agente social.

São públicos diferentes, tínhamos turmas muito grandes de manhã, com o pessoal de mais idade, que eles não saíam à noite para fazer aula, eles preferiam de manhã, então a aula tinha que ser específica para o pessoal da terceira idade, uma aula mais leve, de semana; à noite era o pessoal mais jovem, e eram pessoas que só trabalhavam, saíam do trabalho e iam fazer aula, então era um outro público, era uma aula mais dinâmica e cheia também, no final de semana; e outro diferencial, eram pessoas que, ou trabalhavam e estudavam à noite, e então não podia vir de manhã porque trabalhava e não podia vir à noite porque estudavam, ou vice versa, então, elas preferiam vir no sábado, também no sábado a frequência era muito grande (Entrevista de campo – ASD, 2018).

A preocupação em oferecer diferentes horários para a prática de determinado conteúdo/oficina, encontra-se em consonância com as diretrizes do programa (BRASIL, 2017, p.10). Por se tratar de uma intervenção no campo do lazer, é fundamental considerar, como se pode notar na fala do agente social, o horário de trabalho das pessoas participantes do programa, a participação em outros compromissos sociais, e, até mesmo, a própria opção da pessoa por realizar as oficinas em horário alternativo.

Outro aspecto importante, que se revelou na fala do agente social foi o fato de que as oficinas oferecidas no período da manhã receberam pessoas com mais idade, e isso, dentro da perspectiva do agente social, se deu mediante ao fato de que essas pessoas têm maior dificuldade de sair de casa no período noturno. Lembro que é papel da equipe de trabalho

organizar uma proposta de grade horária em conformidade com as necessidades locais e o perfil dos profissionais, apresentando essa grade à comunidade, dialogando e aceitando sugestões necessárias para mudanças (BRASIL, 2017, p.10).

A oferta das oficinas de dança em diferentes horários possibilitou o atendimento de diversas demandas da realidade local, inclusive, a preocupação da equipe em oferecer a oficina no sábado revela o interesse em atender ao público que não tem disponibilidade durante a semana. Outro ponto significativo diz respeito ao fato de que, por se tratar de uma oficina de livre participação, era possível que um grupo de pessoas frequentasse todas as opções de horário, sem haver controle ou impedimento, como salienta o agente social, fundamentado nos objetivos do PELC.

Então, como o intuito do PELC é o lazer, nós não bloqueávamos, não proibíamos de fazer uma aula, ou duas aulas, mas tinham grupos, dessas 300 acho que 30 pessoas, 10% delas, que faziam todos os dias, de manhã à noite e de sábado, e quando eu faltava algum dia as pessoas reclamavam, queriam ter reposição de aula se por ventura não tivesse (Entrevista de campo – ASD, 2018).

Importante salientar que, ainda que o programa não impeça que uma mesma pessoa participe de diversas atividades ou oficinas, a recomendação prevê a participação em oficinas com conteúdos distintos, e frequência mínima de três vezes por semana. Outro cuidado presente nas diretrizes e também observado na fala do agente é a preocupação em estabelecer as oficinas de forma diversificada, de modo a atender públicos distintos, inclusive pessoas com deficiência.

[...] tínhamos alunas mesmo com deficiência, elas ficavam sempre perto da gente, claro que elas sempre estavam acompanhadas com um adulto, com a mãe ou alguém responsável, pois eu não ficava responsável diretamente pela pessoa, mas o seguimento da aula, eu mantinha normal, não ficava me prendendo muito a eles, pra deixar eles à vontade, e não expor eles a nenhuma situação difícil, então eles iam lá e dançavam do jeito deles, e as músicas eram músicas que eles conheciam e eles cantavam juntos, e teve depoimento de mães que dizem que melhorou muito a coordenação, eles ficavam mais calmos e melhorou muito depois da dança (Entrevista de campo – ASD, 2018).

O agente não relatou nesse caso uma preocupação em adaptar o conteúdo da oficina ao participante, como salientam as diretrizes do programa, porém, em outro caso,

especificamente em relação à faixa etária dos participantes, ele faz considerações sobre a sua postura, conteúdos e forma de organização das oficinas.

Por exemplo, na parte da manhã que era um pessoal de mais idade, o estilo sempre foi o sertanejo e o *country*, não tinha forró, não tinha chá-chá-chá, não era dança de salão. E o estilo da dança, sempre foi passos livres, não foi de casal, então era mais pra se movimentar, como eu percebi que o pessoal de manhã era de mais idade, eu mudava um pouco os passos que eu criava, tirava giros, deixava com menos giros para que as pessoas não ficassem girando tanto e atacasse a labirintite né, não ficasse tonto, e a escolha das músicas, como era o pessoal mais antigo, eu pegava o sertanejo dos anos 90, anos 2000, que era as músicas do Bruno e Marrone, Rio Negro e Solimões, são músicas que o pessoal viveu aquela época. E a parte da noite como era um pessoal mais jovem, mais dinâmico, aí eu colocava uma dificuldade maior e umas músicas mais atuais, que eram onde o pessoal tá vivendo que é o Jorge e Matheus, Thaeme e Thiago, que são os sertanejos mais modernos (Entrevista de campo – ASD, 2018).

Essa tentativa de adequar o andamento da oficina ao público-alvo é também percebida quando o agente aponta que, após determinado tempo de funcionamento da oficina, ele percebeu que parte do grupo apresentava maior facilidade para realizar as coreografias, enquanto outras pessoas ainda tinham dificuldades. Diante disso, ele explica que organizou as turmas em dois horários, um primeiro, para os iniciantes e pessoas com mais dificuldade, e um segundo horário, para as pessoas que já apresentavam alguns avanços na realização de movimentos mais complexos.

Percebo nesse recurso um afastamento dos princípios do programa, visto que, em nenhum momento, deve-se promover a seleção de participantes pela capacidade técnica, mas ao contrário disso, agregar as diferenças é ponto crucial tanto para crescimento coletivo do grupo, quanto individual de cada participante. Em relação a esse aspecto, o agente apresenta as seguintes considerações:

Lá chegou um momento, depois de uns 4 meses, toda turma tem um pessoal que evolui mais, e outros tem mais dificuldade de aprender, então, pra não ficar uma aula repetitiva, eu sempre voltando ao começo, eu comecei a separar por turmas, e coloquei um horário como turmas iniciantes, e outro como turma intermediária, então aquelas turmas iniciantes, eu poderia repetir o movimento quantas vezes fosse preciso, não teria problema, porque a pessoa estaria fazendo àquela hora, sabendo que eram passos fáceis, e depois na aula intermediária eu poderia puxar um pouco mais, passos com mais dificuldade, porque justamente a pessoa estava ali querendo sempre aprender mais. Mas as pessoas podiam participar das 2 aulas, mesmo que ela tem dificuldade, mas

queria fazer a aula mais intermediária, sem problemas nenhum, podia fazer, só que aí a atenção ia ser diferenciada com as pessoas mais avançadas, não podia ficar tendo o mesmo tratamento, e a pessoal mais intermediária podia fazer a aula iniciante também, sem problema nenhum (Entrevista de campo – ASD, 2018).

Na prática, essa divisão acabou se modificando ao longo do convênio e, no final do ano, quando acompanhei algumas aulas, a divisão no período noturno correspondia apenas às duas oficinas com configurações diferentes, sendo a primeira com movimentos livres e praticados individualmente e a segunda realizada em duplas.

Outra dinâmica a que recorre o agente social, e mencionada por este, consiste no fato de que sempre que ingressa um novo participante, a sugestão é que a pessoa inicie na primeira turma, onde a dança é individual, para avaliar seu grau de conhecimento e, se for o caso, o próprio agente transfere o interessado para a segunda turma, que demanda mais habilidade, pois os movimentos são mais complexos.

Ao entrevistar o agente pude perceber sua estreita relação pessoal com o mundo do esporte e da dança profissional, o que poderia indicar o desenvolvimento de uma oficina onde a cobrança por gestos técnicos seria uma constante. Não foi isso que observei ao presenciar as oficinas desenvolvidas. Ainda que, em alguns momentos, o agente repetisse uma sequência de gestos, estimulando todos a reproduzir da forma mais semelhante possível, não presenciei cobrança excessiva, nem advertência em caso de erro. Em contrapartida, em alguns momentos, ele chegava até a desligar a música para reproduzir apenas os gestos e movimentos, tentando extrair mais atenção dos participantes.

Apesar de não encontrar esse viés competitivo nas oficinas, na entrevista, o agente relatou que essa condição pessoal de ex-atleta e ex-dançarino profissional. Interessante observar o relato das mudanças que o PELC operou na sua trajetória profissional e no desenvolvimento das suas oficinas.

Então, no começo, com a dança, eu tive que desconstruir para construir, porque, como eu fui dançarino profissional, além de jogador, como dançarino profissional eu dancei em vários eventos, shows, rodeios, televisão, depois eu virei professor coreógrafo, também profissional, competição, campeonatos de dança, então sempre foi competição, quando eu entrei na prefeitura, que eu entrei no PELC e era um negócio totalmente oposto, pra mim foi muito difícil no começo, por que eu ia exigir das pessoas que realizassem o movimento corretamente, mas aí eu lembrava das diretrizes, aí eu falava, não eu preciso mudar, aí eu comecei a entender as pessoas e deixar elas fazerem à vontade, mas várias vezes eu virava as costas e ficava me remoendo, porque tinha o

sentido de competição e não era, e aí com o decorrer do PELC eu fui me reconstruindo (Entrevista de campo – ASD, 2018).

Sua fala aponta que o agente teve contato com as diretrizes do PELC e procurou organizar sua oficina a partir delas, porém, no que diz respeito à diversidade de oferta de estilos musicais, não observei a preocupação em abrir novas possibilidades. Uma perspectiva já citada e que merece destaque é a participação de pessoas de diferentes idades nas oficinas. Ainda que o agente tenha relatado anteriormente uma divisão por habilidades, atento às diretrizes do programa, ele descreve suas ações para assegurar o princípio da intergeracionalidade nas suas turmas.

Lá também não dividíamos por idade, dividimos por aprendizagem, mas não por idade. E aí, eu percebia que, no dia se tivesse pessoas de muita idade, eu colocava passinhos mesclados mais fáceis, e eu mesclava também as músicas, então de acordo com o dia a dia é que eu colocava nos passos a dificuldade, mas sempre lembrando pra eles que o importante pra eles era se divertir e se mexer, não precisava dar giro, pular igual nós fazemos, igual alguns conseguiam fazer, pois cada um tinha o seu limite e tinha que se sentir à vontade (Entrevista de campo – ASD, 2018).

Mesmo revelando a tendência em organizar as oficinas pela competência técnica dos participantes, a percepção de que o PELC é um programa de desenvolvimento do lazer se mostra presente em seu discurso, especialmente, quando questionado se ele considera sua oficina como um momento de lazer. É fato, no entanto, que sua percepção e entendimento do lazer ainda carece de mais aprofundamento, pois ele tende a associar o lazer somente a algo agradável e prazeroso, na medida em que justifica sua afirmação de que a oficina que ministra pode, sim, ser considerada um momento de lazer, pelo fato de que, durante sua realização, as pessoas demonstram satisfação em participar dela.

Sim, [a oficina] é um momento de lazer e você reconhece isso quando chega o horário de terminar a aula e o pessoal não quer ir embora, quer continuar lá, e ficam sempre pedindo que querem mais dias, e mais dias (Entrevista de campo – ASD, 2018).

No acompanhamento das oficinas, em diferentes momentos pude presenciar a reação de prazer e satisfação dos participantes. Muitos elogiam, aplaudem, outros conversam, sorriem e acabam manifestando certo prazer em participar das atividades. Essas manifestações

acontecem em diferentes momentos, especialmente nos intervalos para troca de música, que é comum os participantes aplaudir a evolução da coreografia e durante a conversa sobre os gestos executados.

Outro aspecto anotado, foi a liberdade de participação e livre circulação dentro da oficina, por vezes, vi pessoas que, ao se sentirem cansadas, paravam de dançar e sentavam nos bancos dispostos no salão. Em outros momentos, as pessoas interrompiam os movimentos para conversar, ir ao banheiro, tomar água etc.

Essa liberdade de participar das oficinas sem preocupação excessiva com a realização dos gestos, para o agente, consiste em um elemento motivador do ingresso e permanência dos beneficiados. Conforme ele explica, a participação nas oficinas conta com ingredientes que vão além da simples realização do gesto coreográfico, incluindo o momento de integração social e, especialmente, a possibilidade do participante escolher se quer ou não estar presente. Essas particularidades, na concepção dele, são consideradas elementos diferenciais do programa.

Penso que é a liberdade que eles têm de lazer, por exemplo, lá o PELC deixa bem aberto e não há obrigação de você estar lá, e você seguir uma competição, lá é lazer, você vai lá pra dançar não pra se tornar um dançarino profissional, mas você vai lá pra se divertir, ouvir uma música que você gosta, ver a família, e conversar com os amigos (Entrevista de campo – ASD, 2018).

Um fato interessante é que a porta de entrada do salão de atividades permanece aberta durante todo o tempo da oficina. Pude observar que algumas pessoas chegavam atrasadas, mas participavam normalmente, enquanto outras, por sua vez, saíam mais cedo da oficina, também sem interferência do agente. Uma ocorrência curiosa, consequência da porta sempre mantida aberta, foi a presença de algumas pessoas do lado de fora, principalmente homens que aguardavam para jogar futebol no campo, observando a oficina e até, em alguns momentos, dançando do lado de fora do salão.

Em entrevista, o agente social mencionou, ainda, uma possibilidade de participação que ele convencionou como um momento em que os próprios beneficiados poderiam usufruir do espaço para desenvolver os conteúdos vivenciados de forma autônoma, através da troca de experiências. Esse momento era oferecido uma hora antes do início da primeira oficina da noite e o espaço ficava aberto para a livre participação. Nas datas observadas, não presenciei pessoas nessa turma, mas ele afirmou que, no início dos trabalhos do PELC, essa turma funcionou bastante.

Eu comecei o seguinte, eu criei uma turma, um horário, que era de monitores, ou seja, eles mesmos vinham em horário antes e treinavam os passinhos que eles aprendiam, só que quem passava, eram eles mesmos, eu só colocava a música e olhava, então isso dá uma autonomia pra eles, mesmo um aprender com outro a fazer os passos, inclusive para descobrir novos professores né, durante a aula, porque quem sabia bastante, era como se fosse um merecimento, um reconhecimento do que ele tá aprendendo na aula, e o pessoal ia lá e fazia a aula deles. Outro ponto, é que nós fazemos saídas de lazer, por exemplo, ir em um lugar, fazer um churrasco, tipo “Pousada dos Pescadores”, fazer um aniversário, e no bailão de música ao vivo, eles se divertem, nesse momento que eles tão se divertindo, eles estão memorizando os passos, e em casa, nas festas deles em família eles ficam memorizando também, então eles ficam mais soltos, foi assim que fomos trabalhando (Entrevista de campo – ASD, 2018).

Em relação aos eventos promovidos na oficina, pude acompanhar a realização de uma festa marcada para encerrar as atividades do ano de 2017. Segundo informações colhidas nas conversas com o agente social, a realização desses pequenos eventos internos partia da solicitação dos próprios participantes, que entendiam esses momentos enquanto possibilidade de convidar pessoas diferentes para conhecer o trabalho.

A organização [do evento] acontecia no decorrer das aulas, pois, nós percebemos o destaque de algumas lideranças de alunos, de frequentadores da aula. Então você começa passar pra eles informações pra eles aprender a organizar um evento, por exemplo, na parte de colaborar com comida, bebida, alguma coisinha, então eles vão trabalhando entre eles, conversando entre eles, e nós só vamos dando as ideias, por exemplo, pode ser legal isso, legal aquilo, e eles vão se organizando e aí a ideia foi colocar uma iluminação e um DJ, foi legal, eles gostaram, então eles viram, arrecadaram o pagamento de DJ, fizeram tudo entre eles, e nós ficamos de fora só observando e dando guia para eles (Entrevista de campo – ASD, 2018).

É possível identificar dois aspectos relevantes nas últimas transcrições da fala do agente social. O primeiro, relacionado à autonomia para que a pessoa possa participar da oficina enquanto aprendiz e também enquanto “professor”, transmitindo aos colegas aquilo que aprendeu. O segundo aspecto, diz respeito ao estímulo da capacidade dos participantes frente à possibilidade de se organizar um evento de dança, prevendo, inclusive, medidas como a contratação de banda, equipamentos, entre outras.

Essa autonomia aparece nos documentos que fundamentam o PELC a partir das suas diretrizes, em especial, a orientação que trata da *auto-organização comunitária* (BRASIL,

2017, p.7). Essa diretriz se volta para o estabelecimento de um viés educativo no programa, cuja finalidade é contribuir para que o grupo possa resolver desafios coletivamente a partir da intervenção do agente social.

Nesse sentido, as atividades desenvolvidas no PELC devem se voltar para a organização de grupos, a partir de suas afinidades com atividades lúdicas, de esporte recreativo e de lazer. Esses grupos debatem e discutem coletivamente suas metas e, assim, buscam alcançá-las com a participação do agente social. Nesse processo, o agente social tem papel fundamental. Ele é responsável pela formação do grupo e pelo seu reconhecimento dentro da comunidade. Junto com o grupo, ele detecta os problemas da realidade social e traça estratégias para a busca da superação desses problemas (SILVA; GOMES, 2017, p.54)

Quando recuperamos, no entanto, as reflexões de Silva e Gomes (2017), vemos que o PELC, enquanto programa de promoção do lazer e do esporte recreativo, pode assumir também um papel de transformar a realidade em que ele está inserido. Evidentemente, ao mesmo tempo em que é possível buscar uma mobilização para se resolver um problema local de considerável gravidade, como por exemplo, pessoas da comunidade envolvidas com drogas, é possível, também, que um grupo escolha, como desafio, organizar eventos recreativos para seu próprio usufruto.

Nesse ponto, lembramos as asserções de Marcellino (1987; 1996) quando aborda a questão do duplo aspecto educativo do lazer, que compreende a educação pelo lazer e para o lazer. O autor também nos remete à necessidade de considerar o lazer e seu processo educativo como elemento de hegemonia e, por consequência, de contra hegemonia. No entanto, no caso em questão, acredito que a possibilidade de os participantes vivenciarem, além do aprendizado dos movimentos da dança, a organização de pequenos eventos para usufruir do conteúdo dança, contemple, ao mesmo tempo, as diretrizes do PELC e o duplo aspecto educativo do lazer.

Em relação ao evento organizado pelos alunos, acompanhei todo o desenvolvimento e o clima do espaço foi organizado de modo semelhante a uma casa de *shows*, inclusive, com algumas pessoas trajadas em uniformes de "comitivas", especialmente de uma comitiva designada "Oklahoma", da qual o próprio agente social faz parte. As comitivas são grupos organizados de pessoas que se reúnem para participar de festas sertanejas e *country*. Como o agente social faz parte desse grupo de dança, possivelmente, ele também estimulou a adesão dos participantes das oficinas a esse grupo. Ainda assim, observei no espaço pessoas com uniformes de outras comitivas.

Nem durante as oficinas, nem durante a festa, percebi qualquer diferenciação, no coletivo, entre as pessoas que estavam com uniforme de comitiva e as que não estavam uniformizadas. É fato, porém, que os grupos organizados acabavam por ficar mais tempo dançando juntos. Mas isso também foi percebido em pequenos grupos de pessoas sem uniformes que se formavam no espaço. Tanto nas oficinas, quanto no evento, pude perceber a tendência das pessoas a se aproximarem para dançar juntas, elaborando coreografias e conversando.

Um aspecto importante é a mudança de comportamento das pessoas na oficina e no evento. Na primeira, todos seguem os movimentos apresentados pelo agente social, sem a liberdade de criação. No segundo, não existe o direcionamento e cada pessoa ou grupo de pessoas escolhe o gesto e a coreografia que vai realizar. Assim, observei a formação de pequenos grupos, organizando-se ora em filas, ora em círculos, ora agrupados sem forma definida.

Não identifiquei bebida alcoólica na festa, até mesmo pelo fato de que, segundo a legislação municipal, o consumo de álcool é proibido nos ambientes públicos, ainda que, dentro do espaço, exista uma lanchonete que vende bebidas nos jogos dos finais de semana.

O evento teve início por volta das 19 horas e, cerca de uma hora depois, percebi um movimento próximo ao palco com a chegada de duas pessoas com equipamentos de um artista *country*, amigo do agente social, que faria uma apresentação para a turma. Antes do artista iniciar sua apresentação, o agente social chamou todos os presentes para se aproximarem do palco, apresentou o artista e sugeriu a todos que aproveitassem bem a noite. A primeira música contou com a participação de todos bem próximos ao artista e cantando, logo na sequência, com duas músicas internacionais, algumas pessoas começaram a se afastar do palco, ou para ir ao banheiro, ou para tomar uma água ou refrigerante, ou apenas para dançar mais longe.

No decorrer do *show*, as pessoas começaram a se dispersar, ainda que continuassem realizando movimentos ao ritmo da música, voltaram a se organizar nos mesmos moldes que se organizam nas oficinas, espalhadas pelo espaço e em pequenos grupos. Pude perceber, após alguns minutos, que o público estava dividido no salão, haviam dois grandes grupos, um realizando os movimentos bem junto ao palco e outro, próximo ao fundo da sala. Acredito que o próprio cantor também percebeu isso, pois, ao final da música, convidou todos a se aproximarem do palco e propôs uma música mais lenta, chamando o agente para realizar a coreografia. Pelo microfone, estimulou as pessoas a dançarem.

Na sequência, um fato curioso aconteceu, o artista convidou todos os participantes para uma gravação ao vivo para sua rede social, uma *live* para o *Facebook*. A maioria das pessoas

aderiu à ideia, mas cerca de dez pessoas permaneceram conversando no final da sala. Após o momento registrado na internet, o artista passou a cantar diferentes sequências musicais, com séries de três a quatro canções internacionais e depois nacionais. Aparentemente, durante a sequência de músicas nacionais, a participação foi mais intensa, inclusive com pessoas cantando parte das músicas.

Novamente o grupo se dividiu. Percebi que metade do grupo fica bem em frente ao palco dançando constantemente, já outra metade fica mais ao fundo e passa mais tempo conversando, observando, comendo etc. Às 21 horas, na sequência nacional, algumas pessoas que estavam mais ao fundo da sala começaram a dançar em duplas, enquanto o grupo localizado próximo ao palco permaneceu realizando fielmente a sequência coreografada sem pausa, demonstrando até certa autonomia frente ao estilo musical desenvolvido na festa.

Por volta das 21h20, começou a chover muito forte e o barulho da água no telhado de zinco atrapalhou a apresentação do artista. Nesse momento, ele aproveitou para divulgar suas redes sociais e quando o barulho da chuva no telhado diminuiu, informou que cantaria sua última música, de autoria própria. Nesse momento, muitas pessoas já deixavam o local e, por volta das 22 horas, quando restavam no espaço apenas alguns participantes, o agente social, o artista e seus auxiliares, o evento foi encerrado.

De modo geral, pude observar no evento e também nas oficinas, a prevalência de um modelo semelhante a uma aula de dança tradicional. Percebi, também, durante a entrevista, que o agente tem dificuldade em utilizar o termo oficina, como determinam as diretrizes do programa, ele tende a utilizar o termo “aula”. Ainda assim, alguns aspectos se mostram positivos no andamento dessa oficina, especialmente, em relação ao respeito à diversidade e às características de cada um dos participantes.

Ainda que algumas atitudes do agente privilegiem o desenvolvimento de aspectos essencialmente técnicos e seletivos, em nenhum momento presenciei que ele cobrasse resultados ou desempenho dos participantes. Ocorre, sim, uma valorização daqueles que apresentam movimentos mais “corretos” quando o agente os estimula a assumirem a função de auxiliar, ou até de “professor” voluntário. No entanto, acredito que isso não seja capaz de descaracterizar a oficina o suficiente para torná-la inadequada a um programa de promoção de lazer e esporte recreativo, nos termos propostos pelo PELC.

Mesmo percebendo nas turmas um considerável número de pessoas de idades diferentes, um ponto negativo a se levantar é a ausência de crianças. Lembro que a intergeracionalidade é uma das diretrizes do PELC (BRASIL, 2017, p. 7), ou seja, o programa defende que se estruture as oficinas e os eventos dentro de uma perspectiva que possibilite a

participação de pessoas de diferentes idades. Nesse aspecto, faz-se necessário repensar o modelo da atividade para adequar a proposta às diretrizes do programa.

6.3.2 As oficinas de Caminhada, Ginástica e Alongamento

No processo de observação dessas oficinas, procurei diversificar os momentos acompanhados, ora comparecendo às oficinas no período da manhã, ora, no período da tarde. Optei por sintetizar as informações das três modalidades no mesmo tópico pelo fato de serem ministradas pelo mesmo agente social, professor de Educação Física, contratado para atuar como agente social na modalidade de recreação (ASR).

A decisão de adotar a nomenclatura "Agente Social – Modalidade Recreação" procura dar conta de incorporar ao PELC um profissional capaz de atuar com as práticas corporais e recreativas sem ter a necessidade de apresentar, como pré-requisito, formação superior em Educação Física. No caso de oficinas de práticas sistematizadas de exercícios físicos, é necessária a devida habilitação no conselho profissional, já para atividades lúdicas e recreativas, a legislação não obriga o registro.

No caso das oficinas de ginástica e alongamento realizadas no núcleo, faz-se obrigatória a presença de um profissional de Educação Física devidamente registrado, e o agente social atendia essa necessidade, apresentando os requisitos de graduação em curso de bacharelado na área e registro no CREF (Conselho Regional de Educação Física).

É relevante apresentar essas considerações porque, como as turmas de ginástica e alongamento apresentam um grande número de participantes, especialmente pessoas de terceira idade, que buscam a prática de atividade física regular no intuito de melhorar suas condições de saúde, é fundamental que o programa ofereça uma atenção especializada e capacitada para garantir o atendimento adequado a cada um dos beneficiados.

Penso que esse é um traço positivo a favor do gestor municipal, visto que, nas diretrizes e documentos estruturantes do PELC, não se observa claramente a obrigatoriedade de se contratar um profissional de Educação Física com devido registro no Conselho para exercer as atividades do programa.

Essa não obrigatoriedade do profissional registrado se deve, principalmente, à intenção de permitir que atuem e sejam valorizadas as lideranças locais que, mesmo não tendo um curso de graduação em Educação Física, demonstrem capacidade para promover o esporte e a recreação na sua comunidade. Lembro ainda que a formação de agentes sociais de esporte e lazer é um dos eixos estruturantes do programa, ou seja, ainda que o líder comunitário não

apresente a formação adequada, durante o processo de implantação do PELC, ele deverá receber formação apropriada para atuar junto a sua comunidade (BRASIL, 2017).

Após essas primeiras reflexões, pretendo abordar os aspectos relevantes para o desenrolar das oficinas de ginástica, alongamento e caminhada, todas ministradas pelo mesmo agente, que organizou as turmas também em um único dia, pois, no mesmo espaço, existe a oferta de turmas de ginástica e alongamento pelo programa de promoção de atividades físicas da Secretaria de Esportes e Lazer do município.

O programa promovido pelo município é chamado "Corpo em Ação" e oferece aulas de ginástica, alongamento e *tai chi chuan*, todas as quartas e sextas-feiras, das 7h30 às 17h30, sendo seis aulas com a duração de 1h10 minutos cada. Essas aulas são ministradas por um professor efetivo da Secretaria de Esportes. No período noturno, às terças e quintas-feiras, outra professora efetiva da Secretaria ministra duas aulas de ginástica e uma aula de alongamento, também com a duração de 1h10 minutos.

A participação nessas aulas oferecidas pela Secretaria de Esportes é gratuita, porém, no que diz respeito ao processo de inscrição, existem algumas diferenças em relação aos procedimentos adotados pelo PELC. A primeira divergência reside na existência de um prazo determinado para realizar a inscrição nas turmas oferecidas pelo município, enquanto nas oficinas do PELC o ingresso pode se dar a qualquer tempo, desde que existam vagas disponíveis.

Outro fator que distingue os dois programas, mencionado como um elemento positivo do PELC, tanto pela coordenadora pedagógica, quanto por muitos dos participantes entrevistados é o fato de que no PELC não existe divisão das turmas por idade, diferentemente do modelo oferecido pela Secretaria de Esportes e Lazer, que organiza as turmas de ginástica em duas modalidades, uma direcionada para adultos com idade entre 18 e 59 anos e outra direcionada para idosos com idade igual ou superior a 60 anos.

A programação do PELC no Jardim Lavínia acontece às terças e quintas-feiras, iniciando-se às 7 horas da manhã, com uma oficina de caminhada, realizada dentro do campo de futebol. Essa oficina divide espaço com um treinamento de goleiros que também ocorre simultaneamente ali, mas não tem nenhum vínculo com o PELC, nem com a Secretaria de Esportes e Lazer; de fato, trata-se de um horário de treino estabelecido pelo goleiro do time do Jardim Lavínia, em relação direta com o time.

O campo de futebol é um espaço bem convidativo para a caminhada, pois sendo uma área de grama sintética, não existe a possibilidade de sujar os calçados com terra, por exemplo. Outro aspecto interessante e estimulador da caminhada no campo é que, periodicamente, são

espalhadas microesferas de borracha, que servem para reduzir o impacto com o solo durante os jogos de futebol, o que torna o piso mais agradável e menos agressivo às articulações dos caminhantes. Um aspecto negativo diz respeito à condição do tempo, visto que, quando está muito frio, a participação diminui bastante e, com tempo chuvoso, a oficina é cancelada.

A caminhada monitorada dentro do campo de futebol acontece somente nesse horário, sob a supervisão do agente social do PELC, no entanto, existe a possibilidade de realizar a caminhada livre no campo, todos os dias das 06 às 08 horas da manhã. É possível ainda, durante o dia todo, realizar a caminhada na pista de brita que circunda o campo e possui extensão aproximada de 150 metros.

Em relação ao desenvolvimento dessa primeira oficina, a estrutura se mostrou semelhante em todas as oportunidades observadas. O agente social chegava por volta das 7 horas da manhã e caminhava um pouco com os participantes. Por volta das 7h20, ele chamava os participantes para perto dele e desenvolvia uma pequena sequência de alongamentos e exercícios educativos durante aproximadamente vinte minutos. Após essa orientação, liberava as pessoas para realizarem a caminhada livremente no espaço. Nesse momento, algumas pessoas optavam por realizar uma corrida.

A maior parte do grupo frequentador da oficina de caminhada também estava inscrito na oficina de ginástica, com início às 8 horas. Lembro que, segundo as diretrizes do programa, é interessante estimular as pessoas a participarem de mais de uma oficina, no entanto, é fundamental considerar também, a diversidade de conteúdos e interesses (BRASIL, 2017, p.9). No caso em questão, ainda que as pessoas estivessem matriculadas e participassem de oficinas com conteúdos diferentes, prevaleciam os interesses físico-desportivos em ambas.

No núcleo em foco, percebi a participação das pessoas em até três oficinas no mesmo dia, inclusive no mesmo período, pela manhã, por exemplo. Isso se deve, em parte, à peculiaridade do núcleo, que oferece uma disponibilidade de horários reduzida para o desenvolvimento do programa. Outro elemento característico é a predominância dos interesses físico-desportivos sobre os demais interesses do lazer. Trata-se, no entanto, de uma situação que deveria ser observada pelos gestores e coordenadores do programa, buscando alternativas para oferecer mais opções de oficinas que contemplem as diferentes possibilidades que o campo do lazer e do esporte recreativo oferece.

Ainda sobre a participação em mais de uma oficina, o agente social apresenta algumas considerações sobre a organização adotada no local e, ao ser questionado especificamente sobre a permissão de participação das pessoas em mais de uma oficina, ele descreve o procedimento

que adota para atender a comunidade quando não existem vagas disponíveis em determinadas turmas e/ou horários de oficina.

Sim, elas podem participar de mais do que uma, até nas 3 da sequência, dependendo da quantidade de vagas, às vezes "que nem" na [oficina] de ginástica por exemplo, que a aula fica "no meio" das aulas de caminhada e alongamento, às vezes a ginástica já tá cheia, o pessoal pode participar de uma, espera, aguarda pra participar da outra, e quando tem vaga ela pode participar da sequência das 3, ficando lá direto, desde que tenha as vagas certinho né, e as pessoas vão lá, participam (Entrevista de campo - ASR, 2018).

Realmente a procura por atividades físicas é muito grande no local, por vários fatores, tais como a localização, a estrutura física, a segurança e, especialmente, a gratuidade do serviço. Os cursos esportivos oferecidos pela Secretaria de Esportes e Lazer têm a tradição de realizar inscrições anualmente, então, a procura por vagas no início do ano, ou no início de determinado projeto ou programa, sempre é maior do que no decorrer do ano. Esse aspecto também é ressaltado pelo agente quando trata do processo de inscrição na sua oficina:

As pessoas participam lá, principalmente quando abre as inscrições na época de inscrições, as vagas que ficam sobrando as pessoas vão aparecendo e vão perguntando, aí nós vamos passando as fichas pra elas, nós temos um limite de público até porque o espaço não comporta muita gente e a procura é muito grande, mas a gente tenta fazer do melhor jeito possível, atender a maior quantidade de pessoas possível né, e conforme as pessoas vão desistindo, as vezes sem justificativa muitas das vezes, aí acabamos retirando e colocando outras pessoas que estão a fim de querer participar né, e fazer (Entrevista de campo - ASR, 2018).

Essa é uma contradição que se apresenta no desenvolvimento do PELC, visto que, por ser um programa de promoção do lazer, na perspectiva de Marcellino (1987), nele deveria prevalecer o entendimento de que a pessoa opta pela prática de lazer, no seu tempo disponível, dentro de uma perspectiva desinteressada, sem a busca por uma recompensa que não seja simplesmente o prazer de realizar a atividade. No caso de um programa como o PELC, ao vincular a matrícula à assiduidade, como elemento de manutenção da pessoa na oficina, ele se afasta da concepção de lazer acima, correndo o risco de se tornar uma atividade de cunho obrigatório.

Entendo a importância e a necessidade da realização do controle de frequência para garantir a transparência, eficácia e eficiência da política pública, porém, o interessante reside

no fato de que, nos documentos oficiais do programa, pouco se trata dos mecanismos de controle de frequência e assiduidade dos beneficiados. O contraditório nesta questão é que tal situação é cobrada posteriormente pelos técnicos do ME, por ocasião do acompanhamento e prestação de contas. Acredito que os editais e os planos de desenvolvimento do programa necessitariam de melhor esclarecimento sobre esta questão

Outro aspecto pouco mencionado nos documentos oficiais é a recomendação de quantidade mínima ou máxima de pessoas em determinadas oficinas, ou até a possibilidade de se excluir uma pessoa do programa devido ao número de faltas nas oficinas. Assim como a questão anterior, o programa deveria dar maior atenção a essas questões, por vezes encontradas no cotidiano.

Essa ausência de informação é percebida somente nos documentos oficiais, pois, durante a execução do convênio, as fases de acompanhamento, monitoramento e avaliação contínua do programa, a cobrança dos técnicos responsáveis em relação à apresentação de documentos que comprovem a assiduidade e frequência nas oficinas é constante.

Formadores, técnicos pedagógicos e técnicos administrativos, em todos os momentos, manifestam a importância de se estabelecer instrumentos de controle de frequência, atualização de cadastro dos beneficiados, listas de chamada, entre outros mecanismos. Nesse sentido, perguntei ao agente social sobre a assiduidade dos participantes nas suas oficinas.

Boa parte, 80% são fieis, eles frequentam mesmo, vão em busca, não falham, montam os grupinhos deles, dificilmente faltam, com chuva até estão lá, então, são muito poucas pessoas que faltam, é uma pessoa ou outra que tem esse hábito mesmo de às vezes não voltar, não falar nada, não trazer um atestado né, some, depois de um tempo aparece falando que teve um problema pessoal mas, aí não justificou a gente acaba tendo que tirar para dar oportunidade para outras, mas, 80% do público são fieis, são frequentadores mesmo, ali, e a procura também é muito grande, então as pessoas têm aquele receio de perder a vaga por causa da procura (Entrevista de campo - ASR, 2018).

Outro aspecto que chama atenção na fala do agente social é o valor que ele atribuiu à oficina de ginástica em comparação à de caminhada, considerada como uma "preparação" para a oficina de ginástica. É possível perceber também que ele adota uma perspectiva de intervenção mais livre na oficina de caminhada, enquanto na de ginástica, a preocupação com a saúde e o condicionamento físico é mais rigorosa.

As oficinas são basicamente a parte de caminhada com o acompanhamento, porque lá "tá livre" né, o pessoal faz a caminhada, mas a gente vai acompanhando, vai passando alguma coisa de exercício, justamente para algumas pessoas já começar a entender como é que funciona a parte de ginástica né, e consequentemente eles procuram a parte de ginástica e alongamento e outras atividades, saindo daquela parte do sedentarismo né que eles se encontram ali, e acaba tendo uma evolução, vamos dizer assim, até mais por eles do que comigo, eu sou apenas uma pessoa que tá ajudando eles (Entrevista de campo - ASR, 2018).

Ao final de cada uma das oficinas de caminhada pude notar um volume grande de pessoas aguardando o agente social abrir a porta do salão para a oficina de ginástica. As pessoas aguardam, na sua maioria, sentadas nos bancos dispostos pelo espaço, quase sempre em pequenos grupos conversando entre si. O clima é sempre agradável e a maior parte do público é composta por mulheres, com idade superior a 40 anos.

Ao acompanhar os trabalhos no núcleo pude perceber que as oficinas de ginástica são realmente aquelas que atraem maior quantidade de pessoas. A estrutura das oficinas obedece a uma organização padrão, iniciando com a recepção dos participantes, respeitando uma tolerância de aproximadamente 10 minutos para que todos possam chegar e assinar uma lista de presença localizada em uma mesa plástica no fundo da sala.

Os participantes da oficina de ginástica costumam chegar ao espaço com roupas adequadas à prática de atividade física, alguns munidos de uma garrafinha plástica com água, e outros com uma toalha para higiene pessoal. Nas oficinas observadas, não presenciei o agente orientando sobre o uso desses equipamentos, mas acredito que em algum momento ele o tenha feito. Durante os 10 minutos iniciais, o agente repetia algumas vezes que as pessoas assinassem a lista e iniciassem uma caminhada leve dentro do próprio salão, com o objetivo de promover o "aquecimento" muscular, preparatório à prática do exercício físico.

Após o período destinado ao preenchimento do controle de frequência, o agente social assume o protagonismo da oficina e passa a conduzir os movimentos, apresentando aos participantes as recomendações de cada um dos exercícios a serem realizados. Nesse primeiro momento, examinei o trabalho com movimentos tradicionais de ginástica como os "polichinelos", exercícios educativos de corrida e a corrida propriamente dita, nunca passando essa primeira etapa de 10 minutos de execução. Pude perceber também, um clima agradável presente nesse primeiro momento, durante a execução dos gestos ou das corridas, quando muitas pessoas conversavam, realizavam os movimentos em duplas, trios ou pequenos grupos,

outras realizavam sozinhas. Em nenhum momento observei rigorosidade do agente em cobrar perfeita execução dos exercícios.

O desdobramento da parte principal da oficina mostrou-se uma etapa dedicada exclusivamente à prática de atividade física para a promoção da saúde. Isso é perceptível tanto na organização da oficina e dos exercícios realizados, quanto na fala do agente social e dos participantes. Em algumas das oficinas acompanhadas, o "modelo" adotado foi o da atividade em circuito, na qual a turma é dividida em pequenos grupos com cerca de oito a dez pessoas, e cada um deles deve cumprir determinados exercícios em um espaço de tempo, trocando de estação a cada voz de comando do agente.

Antes do início da execução, o agente apresentava aos participantes o esquema da oficina, geralmente com seis estações e dois a quatro exercícios em cada estação. Cada grupo em média passou duas ou três vezes em cada uma das estações. A turma parecia bem adaptada a esse modelo, tanto que bastava o agente social avisar sobre a programação do dia que os participantes já se organizavam e pegavam os materiais necessários aos exercícios propostos.

Um aspecto interessante nesse modelo de oficina, mesmo que estruturado dentro de uma perspectiva comum nas academias e centros de treinamento físico, é a adesão do grupo à participação e ao respeito à diversidade de cada integrante. Isso ocorre pelo fato de que os grupos realizam movimentos diferentes ao mesmo tempo, evitando assim uma homogeneização da turma toda realizando um único gesto.

Além disso, também não percebi, dentro dos grupos, uma preocupação em uniformizar os movimentos, mas, ao contrário, notei que cada pessoa realizava um mesmo movimento no ritmo individual, sem se preocupar com o desempenho dos demais. Durante a execução, algumas pessoas realizavam os exercícios no intervalo de tempo, outras pessoas, no entanto, paravam um pouco para descansar e/ou até conversar com os colegas.

A cada mudança de estação, o agente apresentava os exercícios confirmando se todos sabiam a execução correta. Durante a execução, ele acompanhava de perto aquelas pessoas que demonstravam mais dificuldades. A permanência do grupo em cada estação durava aproximadamente três minutos, após esse tempo, o agente determinava que elas se encaminhassem para a próxima estação. O intervalo entre as trocas variou entre um e dois minutos, dependendo do tempo dedicado a explicar os próximos exercícios.

Um segundo modelo de oficina observado também mostrou semelhança com as tradicionais aulas de ginástica localizada ministradas em clubes e academias. Nesse modelo, a maior parte do tempo da oficina compreendeu a reprodução dos movimentos apresentados pelo agente social, com os participantes repetindo da forma mais semelhante possível os gestos

demonstrados. A sequência de movimentos contemplou exercícios no ritmo da música, transferências de peso corporal, exercícios localizados com o auxílio de pesos (halteres e tornozeleiras), entre outros.

A oficina é acompanhada sempre de música de fundo, com batidas eletrônicas e cantadas em inglês. Ainda que a música servisse em alguns casos para conduzir os movimentos, não presenciei o agente social cobrando a execução perfeita dos movimentos, tão pouco que os participantes realizassem toda a sequência de exercícios. Prevaleceu nas oficinas observadas um clima agradável e convidativo à participação e à interação.

Pude perceber, também, a ocorrência de pessoas que deixam de realizar os movimentos em determinadas circunstâncias. É possível que, em uma aula tradicional de ginástica, o professor cobrasse a execução contínua e a semelhança do demonstrado, podendo até chamar a atenção das pessoas que deixam de executar o movimento com o intuito de atingir o resultado esperado. No entanto, contexto de uma oficina dentro de um programa de lazer e esporte recreativo, essa cobrança não faz sentido e não ocorreu em nenhum dos momentos observados. Pelo contrário, pude perceber o agente social orientando os participantes e corrigindo eventuais movimentos errados que pudessem oferecer riscos à saúde dos participantes.

Ainda assim, foi evidente a adoção de um modelo de atuação bem alinhado com os princípios da promoção da saúde, princípios esses que dialogam e aparecem nas diretrizes do PELC, tanto para o desenvolvimento das oficinas de promoção da atividade física, quanto também, nas sugestões de pauta e procedimentos para as reuniões de formação continuada e nas ações realizadas junto à comunidade por intermédio do Conselho Gestor (BRASIL, 2017, p.24).

O programa, no entanto, não apresenta um documento que ofereça subsídios para a atuação do agente social nessas oficinas dentro de uma perspectiva de promoção da saúde. Essa ausência de fundamentação acaba por contribuir para uma eventual dificuldade em entender as diferenças conceituais entre um programa específico de promoção da saúde e um programa de promoção do lazer com inserção no campo da saúde. Essa dúvida foi compartilhada com o agente social, questionado sobre possíveis diferenças entre o trabalho do programa de promoção de saúde desenvolvido pelo município e o trabalho vinculado ao PELC. Na sua resposta percebemos que considera não existir diferenças.

Eu acho interessante, eu acho bacana também os programas da Secretaria, eu não vejo diferença, a não ser a questão das modalidades que as oficinas oferecem, porém, a ideia é a mesma porque também as pessoas frequentam

são as mesmas. As pessoas que frequentam as minhas oficinas também frequentam outras, então, as ideias, o procedimento acaba sendo um só, eles estão ali frequentando, as propostas são iguais também, muito próxima ao trabalho do PELC com o trabalho da secretaria, e a gente trabalha junto em busca da qualidade de vida e também essa parte social também (Entrevista de campo - ASR, 2018).

Mesmo prevalecendo na conduta do agente social a intenção de demonstrar os movimentos corretos e a estruturação da oficina em perspectiva semelhante à de uma aula tradicional de ginástica, pude perceber, na sua fala e no desenvolvimento de suas ações, a preocupação em atender os princípios e diretrizes do programa. Ao ser questionado sobre a possibilidade de os participantes entenderem a oficina enquanto um momento de lazer, o agente reconheceu que, nem sempre, as pessoas chegam ao programa cientes de que vão participar de uma atividade de lazer, mas acredita que as ações desenvolvidas no dia a dia são capazes de modificar essa percepção inicial.

Sim, algumas, muitas pessoas vêm sem esse entendimento do lazer né, eles vêm com a ideia de, vamos dizer assim, de busca de resultados. Achando que ali é igual a uma academia, mas a nossa proposta ali também é ajudar a mudar esse pensamento, mostrar que o principal é a parte da socialização, do lazer mesmo e, daquela coisa de “ajuntar” e trazer todos juntos, agrupado, mas muitos vêm sem esse conhecimento e quando chega ali, começamos a explicar como funciona, eles passam a entender, entendem o contexto do programa que está ali e, também, têm essa parte de socialização que é ajudar o próximo também e acabam participando, entendendo e até nos surpreendendo porque, as vezes até eles mesmos tomam a frente de situações, e isso é muito bacana (Entrevista de campo - ASR, 2018).

O mesmo raciocínio do agente social, vinculando o lazer a um momento de socialização e integração, também aparece na fala dos beneficiados, que costumam associar a prática do lazer a uma prática prazerosa. Em relação ao documento que estabelece as diretrizes do PELC, em nenhum momento observa-se a menção ao prazer e à socialização como justificativas das ações do programa. Neste sentido, em uma análise superficial, poderíamos considerar que associar a oficina a um momento de prazer e socialização, seria aproximá-la das concepções funcionalistas apresentadas por autores como Marcellino (1987), Padilha (2000) e Castellani Filho (2006) e já discutidas neste texto, afastando, assim, o conceito de política pública que defende a transformação social, estabelecida no PELC.

No entanto, ao se avaliar a fala do agente social sobre o tema, percebemos que ele se mostra consciente e preocupado com o atendimento aos princípios e diretrizes do programa, especialmente, quando fala dos conceitos de auto-organização comunitária, autonomia e trabalho coletivo (BRASIL, 2017, p.7).

Sim, a gente organiza né, não só as oficinas, mas deixando bem claro que o espaço também é deles, e que eles podem usufruir da melhor forma possível né; já começando a conscientizar eles pra se organizarem né, em questão de eventos próprios né, naturais que ocorrem ali, tradicionais ali, para que tenham uma melhora do espaço e eles consigam evoluir em outros aspectos como organização, limpeza e fazendo outros tipos de trabalho também, paralelo a isso; porque não fica só a atividade da oficina, mas uma integração também das pessoas em prol ou causa de alguma situação como é a arrecadação de doações para asilos, de alimentos, de roupas, e assim, se torna uma coisa também integrada onde as pessoas interagem junto com a atividade em busca de qualidade de vida e também uma socialização bacana entre eles ali, ajudando também na questão social (Entrevista de campo - ASR, 2018).

Ao contrário do verificado nas oficinas de dança, o agente social de recreação demonstra preocupação em estimular os participantes das suas oficinas a se mobilizarem para identificar eventuais problemas que podem ser solucionados coletivamente através do envolvimento do grupo e do trabalho coletivo. Sobre essa questão Silva e Gomes (2017) apontam que

Nesse sentido, as atividades desenvolvidas no PELC devem se voltar para a organização de grupos, a partir de suas afinidades com atividades lúdicas, de esporte recreativo e de lazer. Esses grupos debatem e discutem coletivamente suas metas e, assim, buscam alcançá-las com a participação do agente social. Nesse processo, o agente social tem um papel fundamental. Ele é o responsável pela formação do grupo e pelo seu reconhecimento dentro da comunidade. Junto com o grupo, ele detecta os problemas da realidade local e traça estratégias para a busca da superação desses problemas (SILVA; GOMES, 2017, p.54).

É importante salientar que, nas oficinas até então observadas, ainda que o os agentes sociais apresentem, em determinados momentos, uma tendência a reproduzir os conteúdos institucionalmente estabelecidos para sua modalidade, ao longo das oficinas, eles também assumem outros papéis que transcendem essa simples reprodução de técnicas corporais. Nas oficinas de dança, o agente exerce sua liderança para conduzir o grupo na organização de festas

e eventos. Nas oficinas de ginástica, o estímulo é na direção de promover a atuação das pessoas no campo social, ajudando instituições de caridade.

Stoppa (2007), ao estudar o lazer e suas possibilidades relativas ao associativismo e à sociabilidade, destaca o papel do lazer e da participação coletiva na busca por encontrar soluções para os diferentes problemas vivenciados no cotidiano de uma comunidade.

[...] o lazer pode ser um excelente mecanismo de organicidade para a comunidade, como um momento participativo e definidor das ações que envolvem a coletividade. Assim, é entendido como direito de cidadania, podendo ser vivenciado como um instrumento de mudança, gerador de novos valores, como contraponto à problemática das políticas públicas sociais (STOPPA, 2007, p. 124-125).

Outra iniciativa prevista nas diretrizes do PELC e defendida enquanto instrumento essencial para o sucesso do trabalho nos núcleos é a realização de atividades assistemáticas e/ou eventos, que podem ser locais ou regionais, ou seja, realizados apenas no núcleo de atividades ou a partir de uma construção coletiva entre dois ou mais núcleos. Com a efetivação desses eventos, o PELC também traz à luz o princípio da cooperação e do trabalho coletivo, que possibilita aos participantes considerar o programa como um espaço de interação e a socialização.

Os eventos favorecem o diálogo entre as experiências vividas e fortalecem os laços de cooperação, de solidariedade e a capacidade de construir coletivamente um patrimônio comum. Eles devem ser compreendidos como parte integrante da execução do Programa, organizados de forma coletiva envolvendo a comunidade como um todo em diversos momentos do processo (BRASIL, 2017, p.11).

No período de observação, acompanhei a realização de dois eventos que serão explorados ainda neste capítulo, porém, aproveito o momento para introduzir a percepção do agente social sobre a importância dos eventos no andamento do programa. Novamente aparece com força a ideia de integração e socialização, como características do programa.

Sim, os eventos são bacanas, são diversificados, são cada um de um setor diferente, é muito bom, sempre estar aprendendo coisas que você não tinha vivência. "Você" passa a contribuir porque "você" participa desses eventos, de uma certa forma até ajudando e acaba entendendo de um outro parâmetro, e as pessoas também, algumas vêm com conhecimento, as pessoas quando

"você" acaba explicando, algumas pessoas nos surpreendem né, porque quando solicitados eles também passam a ajudar nós, mesmo sem ter conhecimento do que seria ali o evento, e acabam surpreendendo também, justamente por conta dessa força de união que o pessoal faz, se junta, socializa em prol do acontecimento ali, porque eles sabem que o evento não é "pro" PELC mas sim pra eles e pra comunidade (Entrevista de campo - ASR, 2018).

Por fim, é preciso registrar que o agente social desenvolve ainda duas oficinas de alongamento, sendo uma no período da manhã, logo após a oficina de ginástica, outra, no período da tarde, antes de iniciar a oficina de ginástica. Na prática, a maioria das pessoas que participam do alongamento também frequenta a oficina de ginástica, porém, pude verificar uma adesão maior de homens na turma de alongamento. Além do mais, ressalto que nas oficinas de alongamento, a rotina dos exercícios foi sempre a mesma, o agente social demonstrava e explicava os movimentos, enquanto os participantes realizavam os gestos buscando executar da maneira mais semelhante possível.

Um aspecto interessante e que merece destaque é o fato do agente social utilizar nas oficinas de alongamento exercícios comuns às modalidades de Yoga e Pilates. Em conversa informal, questionando se o mesmo tinha formação específica em Yoga ou Pilates, ele me disse que não, mas aprendeu os movimentos com uma amiga professora de Yoga. O agente informou ainda que essa amiga até já ofereceu aulas de Yoga como voluntária no próprio Centro Esportivo do Jardim Lavínia, em uma parceria com o PELC.

De um modo geral, as oficinas de caminhada, alongamento e ginástica, são desenvolvidas a partir de uma concepção geral e tradicional a cada uma das modalidades, porém, ao observar o trabalho do agente no campo, pude perceber que boa parte das diretrizes e recomendações do PELC são contempladas nas oficinas. Diga-se, a título de exemplo, que o agente flexibiliza a realização dos exercícios para atender as dificuldades individuais dos participantes, quando, dentro de uma perspectiva tradicional de “aula” de ginástica, ao contrário, caberia ao participante adaptar-se ao movimento.

Chamou atenção, também, em vários momentos da oficina, o contexto lúdico e recreativo em que ela se desenrola. É comum a utilização de brincadeiras como instrumentos pedagógicos para o desdobramento das atividades. O que vai, precisamente, em conformidade com as disposições do PELC, segundo as quais, as oficinas devem ser oferecidas de modo a contemplar a cultura corporal local, respeitando a ludicidade e os interesses da comunidade (BRASIL, 2017, p. 9).

Por fim, foi possível, também, observar a apropriação do espaço pelos beneficiários através de diferentes demonstrações de cuidado e preocupação com o espaço, inclusive, limpando e organizando seus equipamentos. Um aspecto negativo, novamente diz respeito a intergeracionalidade, que não foi contemplada nas oficinas, pois não havia oferta de atividades para crianças e adolescentes.

6.3.3 As oficinas de capoeira

As oficinas de capoeira enfrentaram algumas dificuldades na sua implantação e desenvolvimento no núcleo. A agente social que teve suas oficinas observadas iniciou os seus trabalhos apenas no mês de janeiro de 2018, em substituição a um outro agente que havia se desligado do programa ainda no primeiro semestre de 2017. Ocorre que a mudança não aconteceu de forma imediata porque a lista inicial de classificados para a modalidade havia se encerrado e foi necessário fazer um novo processo seletivo, o que deixou uma lacuna de atendimento específico da atividade.

Essa falta de continuidade no trabalho dos agentes sociais, principalmente daqueles que possuem conhecimentos específicos como judô, capoeira e dança, foi um grande problema enfrentado pelo PELC em São Bernardo do Campo. A baixa adesão ao processo seletivo, somada a um mercado de trabalho muito dinâmico, tornou difícil a manutenção dos mesmos agentes sociais durante toda a execução do programa.

A modalidade de capoeira pode ser tomada como exemplo, pois foi necessário realizar um novo processo seletivo para cadastramento de novos interessados antes mesmo de completar um ano de programa. Com certeza, essa situação impactou negativamente a formação e continuidade das turmas, como foi possível observar no núcleo do Jardim Lavínia, que ficando sem o agente social específico durante seis meses, teve todas as turmas praticamente encerradas, sendo necessário refazer todo o trabalho de divulgação dos novos horários de atendimento após a chegada da nova agente social.

Para a contratação dos profissionais do PELC, o município de São Bernardo do Campo adotou um modelo semelhante ao tradicional concurso público, realizando um processo seletivo simplificado para contratação de trabalhadores temporários. Os critérios avaliados foram para os cargos de agente social, que demanda o nível médio, questões relacionadas as disciplinas de português, matemática e conhecimentos gerais. Para os coordenadores, além das disciplinas previstas para os agentes, somou-se o conteúdo específico da área de Educação Física.

Feitas essas considerações iniciais, registro que, ao ingressar no programa, a agente social organizou suas turmas no período da manhã após a oficina de alongamento e, no período da tarde, após a oficina de ginástica, ambas turmas de terças e quintas-feiras. A proposta de intervenção previa oficinas mistas em relação ao sexo e abertas à participação de pessoas de todas as idades, inclusive crianças e adolescentes. Como a divulgação foi realizada nas próprias turmas do PELC, os primeiros participantes foram os próprios integrantes das oficinas de ginástica e alongamento. A adesão inicial foi bem pequena, com apenas alguns adultos, na sua maioria mulheres, que se somavam a algumas crianças que compareceram ao espaço.

Em relação ao conteúdo, o desenvolvimento da oficina pouco se alterou ao longo do período de observação e, em todos os encontros, a agente social, caracteristicamente, iniciava as atividades com brincadeiras e pequenos jogos, com o objetivo de estimular a movimentação e promover o aquecimento do corpo.

Na parte principal da oficina, a agente social apresentava os gestos da modalidade solicitando aos beneficiados que repetissem, corrigindo-os quando necessário. Esses movimentos, específicos da capoeira, ora se realizavam individualmente, ao som da música, ora, em duplas, ou com materiais adaptados, como, por exemplo, quando se aplicava o chute frontal elevando as pernas acima de um cone disposto na frente do participante.

O início da oficina compreendia cerca de quinze minutos, a parte principal tinha duração aproximada de trinta minutos, e a parte final durava de cinco a dez minutos. Os exercícios desenvolvidos na parte principal sempre tinham relação com os movimentos da luta, mas sempre dentro de um contexto lúdico. A maior parte dos movimentos eram estimulados a partir de desafios individuais, porém, às vezes, a agente recorria a prática em duplas.

Não tive a oportunidade de presenciar as primeiras oficinas ministradas pela agente social de capoeira (ASCap), mas na entrevista ela me relatou como desenvolveu o seu planejamento de trabalho no núcleo:

A gente começou com a construção de como foi criada a capoeira, a parte histórica, o porquê da capoeira e como a capoeira chegou, hoje, com seu contexto esportivo, cultural, desmistificando a parte religiosa que ainda é um tabu, que ainda realmente é um processo que as pessoas precisam se apropriar, conhecer, pra não prejudicar o esporte, a arte que envolve a capoeira, que isso é muito importante trabalhar com todos os alunos, que vão ser protagonistas quando se perguntar sobre a capoeira. Depois a gente inseriu a movimentação básica, né, como trabalhar com crianças, adultos e pessoal da terceira idade, com esse olhar, com essa importância de trabalhar os movimentos, mas com a percepção de atingir cada grupo com as especificidades, e que trouxesse uma melhora no dia a dia, na vida deles. E a gente foi inserindo a parte dos

alongamentos, da movimentação da capoeira, e também da parte cultural que ela é muito rica, a parte instrumental, porque a capoeira ela traz muita musicalidade, é o que diferencia ela das outras artes marciais, e o que aproxima também os adeptos (Entrevista de campo – ASCap, 2018).

A dinâmica se mostrou interessante para o desenvolvimento da oficina, visto que a maior parte das pessoas, ao realizar os exercícios, demonstravam estar felizes e satisfeitas em cumprir os desafios. Com o passar do tempo, as oficinas foram ganhando mais adeptos e o desenvolvimento da parte principal assumiu um caráter de refinamento dos movimentos. A agente social revela que o processo inicial de formação de turmas de capoeira não foi tão simples, pois existiam particularidades que, dentro da sua percepção, dificultaram a permanência das pessoas que não estavam dispostas a se dedicar aos aspectos “difíceis” da modalidade.

No início, como tudo que é novo, todo mundo se permite experimentar e a gente gosta de falar que a capoeira ela é auto seletiva, por ela ser um esporte que ela requer muita repetição, algumas pessoas se identificam e outras não, e isso acaba selecionando aqueles que realmente gostam da parte de repetição da capoeira, que envolve a parte de movimentação, a parte muscular, a parte motora, né, e algumas pessoas aderiram e realmente levaram isso como uma filosofia de vida. Algumas mães sempre comentaram que algumas crianças melhoraram muito, até seu comportamento, sua agilidade, sua flexibilidade, a partir do momento que ingressaram e estavam seguindo na capoeira, a gente teve uma boa aceitação do público em geral (Entrevista de campo – ASCap, 2018).

Essa compreensão de que a modalidade capoeira tem um viés de seletividade natural, é percebida também a partir da história de vida da agente que, apesar de possuir um currículo considerável no campo dos projetos sociais, foi atleta profissional de capoeira, sofrendo, inclusive, algumas lesões graves durante a sua carreira. Ainda assim, em nenhum momento percebi uma postura mais severa em relação à cobrança de resultados, salvo um detalhe que me chamou atenção em uma das oficinas, com a menção da agente sobre a participação dos beneficiados em um campeonato de capoeira.

Ao final de uma das oficinas, a agente social comentou com os participantes que estava definindo a data em que seria realizado o campeonato, informando que iria trazer maiores detalhes posteriormente. No entanto, cabe lembrar que a participação em campeonatos e competições não se enquadra dentro das diretrizes do PELC e, nos encontros com os formadores e técnicos do programa, esse ponto sempre é lembrado. É possível que, por ter ingressado no

meio do convênio e não ter participado do módulo inicial de formação, a agente não tenha tido acesso a essa informação. No entanto, é preciso frisar que é papel do próprio agente social ler as diretrizes e se apropriar do método de trabalho para o qual foi contratado.

Por vezes, percebe-se junto aos agentes sociais, especialmente profissionais de Educação Física que atuam com modalidades esportivas, desejo em associar a motivação e até a frequência nas turmas à participação em campeonatos e torneios. No entanto, o PELC busca, a partir das suas diretrizes, construir um entendimento de que também é possível obter do esporte prazer e satisfação a partir do envolvimento e participação, sem a obrigatoriedade de se participar de competições onde o único objetivo é alcançar a vitória no jogo.

É conteúdo das formações promovidas pelos formadores do ME e também nas formações em serviço, estimular novas possibilidades de se experimentar o conteúdo cultural esporte. Ao ser questionada sobre as diretrizes do programa, a agente social não consegue demonstrar com clareza em sua fala, as diferentes possibilidades de desenvolvimento do esporte que o PELC oferece, em especial, a relação das diretrizes do programa com a modalidade que ela atua, a capoeira.

Eu acho que elas se falam bem entre elas (as diretrizes e a modalidade) porque a capoeira também é tida como uma atividade de lazer, uma atividade que é bem vista pela comunidade, pelas pessoas que estão ociosas, e precisam de ter uma atividade dentro da sua comunidade, dentro de um espaço esportivo, então eu acho que ela atinge todas as partes, tanto da parte cultural, esportiva, acho que ela veio trazer bastante benefício para o projeto com as diretrizes do PELC (Entrevista de campo – ASCap, 2018).

Não tive a oportunidade de confirmar se o campeonato realmente aconteceu, mas acredito que, de um modo geral, a agente social deva ser valorizada por cativar e conquistar adeptos a uma prática tradicional histórica do nosso país, rompendo inúmeras barreiras que circundam a mesma. Ainda que, em determinado momento, tenha surgido um viés competitivo em suas oficinas, em outros, prevaleceu o aspecto lúdico e intergeracional, possibilitando a integração de pessoas de diferentes idades e com diferentes capacidade e habilidades.

Além do sentido lúdico que permeou todas as oficinas de capoeira, merece destaque, nesta modalidade, a ocorrência do princípio da intergeracionalidade. Para a agente social, essa possibilidade aberta pelo PELC representa um avanço significativo, ou seja, é algo que diferencia o programa dos demais projetos sociais de que ela já participou.

Eu acho que o PELC tem uma variedade e ele atinge a todos né, já trabalhei com vários projetos, projetos com idade determinada, e eu acho que a diferença do PELC é essa, tem projetos que atende crianças e adolescentes, e aí chega um momento que o adolescente não pode mais frequentar aquela atividade, por ser uma regra do projeto. E o PELC não, o PELC atinge as crianças, os jovens, adultos, a terceira idade, então existe um benefício a mais que o PELC tem de diferente dos outros projetos que eu já trabalhei (Entrevista de campo – ASCap, 2018).

Destaco como ponto negativo o curto tempo em que a agente permaneceu vinculada ao programa, pois antes mesmo de completar seis meses de atuação, ela acabou se desligando, justamente em um momento em que as turmas já tinham uma quantidade razoável de participantes. Penso que esta é a característica mais frágil do PELC, uma vez que o programa proporciona ao trabalhador apenas um vínculo temporário, de maneira que o fluxo de trocas de agentes sociais e coordenadores ocorra com frequência.

Como coadjuvante da reflexão, registro uma observação que foge um pouco do âmbito da oficina de capoeira. Trata-se do momento em que o pai de uma das crianças que participavam da oficina, sentou e começou a usufruir do espaço de leitura que existe no salão de ginástica. À luz das teorias do lazer, caberia uma reflexão sobre se o pai estava ou não em um momento de lazer. Será que ele cumpria a obrigação de levar e aguardar a filha sair da oficina? Ou será que ele aproveitava o momento para se desligar das obrigações e exercitar o lazer? De que conteúdo ele desfrutava naquele momento, visto que o ambiente de leitura estava dentro de um espaço esportivo?

Ainda que de grande relevância para o tema, avaliar esses aspectos subjetivos não nos cabe nesse momento, porém, vale a pena mencionar o fato de que, quando um equipamento específico para a prática de atividade física disponibiliza um ambiente com livros e revistas, de livre acesso aos usuários, abre a oferta de um novo conteúdo/interesse cultural do lazer, relacionado a leitura. Nesse ponto, percebo que o núcleo de atividades avança na direção proposta pelas diretrizes do programa e, por consequência, também se aproxima da perspectiva de promoção do lazer.

Por fim, perguntei à agente social sobre a possibilidade dos participantes entenderem a oficina ministrada na modalidade de capoeira como um momento de lazer. Em resposta, ela apontou como fundamental o conhecimento da prática para efetivar essa possibilidade.

Eu que acho que as pessoas ainda não têm essa percepção, até por conta da falta de conhecimento, de achar que a capoeira simplesmente é um movimento

voltado para pessoas novas, para crianças, para o jovem, né, elas colocam muitas limitações de achar que a capoeira é simplesmente um esporte né, uma arte marcial, uma luta. Eles não acham que tem como trabalhar a capoeira como um momento de lazer, trazendo benefícios para o corpo, pra mente, então ainda tem muita dificuldade para eles ligarem a capoeira como um momento de lazer, só depois que eles se permitem experimentar, né participar da atividade com outro olhar, aberto a aprender, é que eles começam a assimilar um pouquinho como um momento de lazer também (Entrevista de campo – ASCap, 2018).

Novamente, não posso deixar de citar as contribuições de Marcellino (1987; 1996), quando alerta sobre a importância da educação *para o lazer*, ou seja, ainda que o lazer possa e deva ser considerado como um veículo privilegiado de educação, não se pode ignorar o compromisso de ensinar os conteúdos privilegiados pertencentes ao lazer, efetivando assim seu duplo aspecto educativo.

[...] para a prática das atividades de lazer é necessário o aprendizado, o estímulo, a iniciação aos conteúdos culturais, que possibilitem a passagem de níveis menos elaborados, simples, para níveis mais elaborados, complexos, procurando superar o conformismo, pela criticidade e pela criatividade (MARCELLINO, 1996, p. 50).

Neste sentido, retomamos a importância da formação continuada dos agentes sociais de esporte e lazer, para que não se confunda a busca por uma elevação nos níveis de participação com a qualificação e aperfeiçoamento simples das técnicas dos movimentos. Acredito que ambas as possibilidades podem e devem caminhar juntas, porém, trabalhar somente com o refinamento dos movimentos, ou somente com o conhecimento, dificulta a efetivação do processo educativo criativo e crítico.

6.3.4 A oficina de Artesanato e o Conselho Gestor

Antes de iniciar as reflexões sobre a oficina de artesanato, seria interessante mencionar como essa turma se organizou e como se mantém de forma autônoma há praticamente sete anos, desde a reinauguração do espaço após a reforma. Evidentemente que, durante esse tempo, muitas pessoas passaram pelo lugar, algumas deixaram o grupo e outras permaneceram. Destaco, especialmente, os participantes que continuam firmes nos trabalhos a partir de um grupo inicial de senhoras que mantêm a tradição de se reunir todas às segundas-feiras, para

realizar seus trabalhos de tricô, crochê, artesanato, além de tomar o tradicional chá da tarde com bolos e bolachas, valorizando o espaço de encontro com as amigas, rigorosamente, há cerca de sete anos.

O grupo que se consolidou no Centro Esportivo do Jardim Lavínia, na realidade, surgiu de um outro grupo de senhoras, que se reuniam também às segundas-feiras, no período da tarde, na sede do Triângulo Futebol Clube, cujo campo é vizinho ao do Lavínia, cerca de dois quilômetros de distância, aproximadamente. Ainda na fase de preparação do programa, no mês de julho de 2011, ao ser convidado para ser o coordenador de núcleo do PELC, iniciei conjuntamente a cinco agentes sociais, o processo de divulgação do programa e, em consequência, o evento de inauguração do Centro Esportivo recém-reformado que receberia um núcleo do PELC.

Cerca de um mês antes do lançamento, a equipe de trabalho já estava contratada para promover essa divulgação que foi realizada através de visitas ao comércio local, clubes, igrejas, entidades etc. Foram distribuídos convites para o lançamento do programa nas residências do entorno e, durante esse processo, o programa identificou lideranças locais para contribuir na estruturação do trabalho, conforme recomendam as diretrizes do PELC (BRASIL, 2017, p.5).

As próprias diretrizes alertam para o fato de que é comum nos bairros periféricos encontrar essas lideranças comunitárias nas associações, igrejas, bares, campos de futebol. É comum, também, verificar que, na maior parte das vezes, essas lideranças são do sexo masculino. Ocorre que, para nossa surpresa, naquele momento, dentro de um campo de futebol, espaço tradicionalmente ocupado por homens, identificamos um grupo de senhoras que se mostraram de grande importância no processo de implementação e manutenção das ações do PELC no Jardim Lavínia.

Na ocasião do primeiro contato com o grupo, em meados do mês de julho, um dia de muito frio, os cinco agentes sociais do PELC e eu, pedimos licença para entrar na sala de troféus do clube Triângulo para conversar com as dez ou doze senhoras que se reuniam ali. Por cerca de uma hora aprendemos inúmeras coisas sobre o bairro, sobre o campo do Lavínia, sobre o trabalho da prefeitura, sobre política, entre outros assuntos. A ideia inicial era divulgar o lançamento do programa e convidar as senhoras para participar das turmas de ginástica, estendendo, também, o convite para que os familiares, filhos e netos de cada uma delas para se inscrevessem nas oficinas. Ocorre que, durante a conversa, algumas delas relataram a situação difícil que encontravam, ali, naquele espaço.

Entre os problemas, estavam a sujeira constante do local, as condições precárias das cadeiras escolares antigas, a ausência de um banheiro feminino local, sendo que o único

banheiro disponível ficava dentro do vestiário do campo, longe do local onde elas realizavam a oficina de troca de experiências e; além disso, existia o fato da sala de troféus ficar no 2º andar do prédio, o que obrigava a subir por uma escada estreita, sem corrimão e com degraus de altura irregular.

Ao tomar ciência desses problemas, imediatamente, convidei o grupo a se mudar para o novo espaço que seria inaugurado, com total estrutura, mesas e cadeiras, banheiros e inteiramente acessível para pessoas com dificuldades de locomoção. À primeira vista, houve um ar de desconfiança diante do convite, talvez porque as senhoras pensassem que se tratava apenas de um movimento com interesses políticos eleitorais, mas outras mostraram-se interessadas. Reiteramos o convite para a inauguração do campo e deixamos o espaço aberto para que o grupo pudesse realizar seus encontros nesse novo local.

O programa continuou com o processo de divulgação e, na ocasião da inauguração, algumas senhoras do grupo realmente compareceram ao evento. Ao conhecer o salão de atividades, mostraram interesse em transferir os encontros semanais da sede do Triângulo Futebol Clube para o Centro Esportivo do Jardim Lavínia. Desde então, as senhoras que faziam parte do grupo de artesanato se matricularam nas oficinas de ginástica e, gradativamente, assumiram posição de referência no espaço, passando a ser as lideranças comunitárias fundamentais para o desenvolvimento das ações do PELC.

Como o dia de encontro das senhoras era tradicionalmente às segundas-feiras, de imediato, houve um pequeno entrave administrativo que foi resolvido a partir das sugestões apresentadas nas diretrizes do PELC e da ação comunitária. Como o campo de futebol tem vida intensa aos finais de semana, especialmente aos domingos, nas segundas-feiras o espaço sempre foi fechado para a limpeza e manutenção, sendo restrita a entrada da comunidade.

Para superar essa dificuldade foram necessárias algumas conversas com o administrador do espaço naquele momento, oferecendo a proposta de dividir a responsabilidade da utilização do espaço com as senhoras. Como a limpeza se iniciava pela manhã e não havia atividade no período da tarde, somente o vigilante permanecia no espaço, ficando, então, convencionado que a responsabilidade de abrir e fechar a sala, assim como organizar e zelar pelos materiais, seria compartilhada com o grupo de senhoras.

Atualmente, já existe uma programação de jogos às segundas-feiras, mas o grupo permanece consciente de que o primeiro a chegar ao local tem a responsabilidade de retirar a chave da porta de entrada do salão no quadro, abrir o espaço e iniciar a organização das mesas e cadeiras, assim como cabe ao último que deixar o local, organizar os materiais e fechar a porta, devolvendo a chave.

Rodrigues (2011) destaca a gestão compartilhada como uma das estratégias do PELC, alinhadas com o Sistema Nacional de Esporte e Lazer, fundamentais para efetivar os mecanismos de controle e participação social. Para a autora, a gestão deve ser compartilhada tanto no âmbito de programas e projetos, quanto no do trabalho dos gestores, legisladores, agentes comunitários e pesquisadores, todos articulados com o objetivo principal de promover a qualificação do sistema.

Silva et al (2011a), ao abordar o controle social nas políticas públicas de esporte e lazer, em especial o PELC, ressalta a importância de se garantir a participação e a construção coletiva a partir da ação comunitária.

A inserção de sujeitos coletivos no processo de construção/realização transforma o lazer em veículo e objeto da cidadania, conquista e vivência do espaço público compartilhado, quando permite a eles desvelar condições possíveis para superar a visão de lazer como produto de consumo, meio de conformismo e instrumento de alienação.

A ação comunitária é uma alternativa operacional nas políticas de lazer, entendida como esforço de mobilização, organização e capacitação da população em busca da cogestão entre grupos comunitários e o poder público, na prática de lazer e, conseqüentemente, da autonomia (SILVA et al., 2011a, p. 38).

Um ponto considerável que representa o elevado grau de autonomia desse grupo, diz respeito ao fato de que hoje, a turma funciona sem a presença de um agente social remunerado pelo PELC, sendo a oficina conduzida apenas por membros da comunidade. Mesmo assim, essa turma fez questão de ser incorporada pelo PELC, pois, independentemente da existência ou não do programa, eles mantêm suas atividades tradicionalmente às segundas-feiras no período da tarde.

A impossibilidade de disponibilizar um agente social específico para esta oficina, no atual convênio, ocorreu pelo fato das reuniões pedagógicas e de formação do programa acontecerem também às segundas-feiras no período da tarde, tornando-se impossível delegar um agente social sem privá-lo do processo de formação continuada e das reuniões em grupo. No início dos trabalhos no núcleo essa nova equipe sugeriu a mudança de horário da turma, mas o grupo não acolheu a sugestão, preferindo manter o horário a que já estavam acostumadas.

Isso, porém, não foi impeditivo para o envolvimento das senhoras nas atividades do PELC, especialmente porque as reuniões do conselho gestor acontecem às segundas-feiras à tarde, concomitantemente à oficina de artesanato e, nos dias de reunião, as senhoras deixam

temporariamente seus afazeres para deliberar sobre os assuntos relacionados ao bom funcionamento do Centro Esportivo.

Importante destacar que, o Conselho Gestor é composto por representantes de todas as turmas/oficinas oferecidas no espaço. A coordenação procura convidar ao menos duas pessoas de cada turma para participar, no entanto, nem sempre todas as turmas estão representadas. Neste sentido, se fortalece a presença dos membros da oficina de artesanato que, além de se organizarem para promover ações no local, participam em maior número das reuniões do Conselho Gestor.

Pude presenciar e registrar a primeira reunião do conselho gestor do Lavínia, no ano de 2018, na primeira segunda-feira do mês de fevereiro. Ao chegar ao local, para então realizar a observação da oficina de artesanato, encontrei toda a equipe de trabalho do PELC, coordenadora de núcleo e agentes sociais, realizando a reunião pedagógica semanal no salão. Ao cumprimentar o grupo, fui informado de que, dentro de alguns minutos, iria se iniciar a reunião do conselho gestor e, por esse motivo, todos os agentes e coordenadora estavam ali presentes.

Além da equipe de trabalho do PELC, estavam presentes, também, dois professores efetivos do município, que ministram as aulas de ginástica e alongamento nos períodos da manhã e noite, nos horários em que não ocorre oficinas do PELC. A presença dos professores se devia ao fato de que, a partir da semana seguinte, iniciar-se-iam as inscrições para os cursos oferecidos pelo município e eles gostariam de contar com a ajuda do conselho na divulgação e, também, na organização e realização das inscrições.

Logo no início da reunião os professores se apresentaram, informaram o cronograma de inscrições, a metodologia que seria aplicada ao processo, explicando as diferenças entre o processo de inscrição do PELC e o processo de inscrição dos cursos oferecidos pelo município. Após as primeiras considerações solicitaram a colaboração dos membros do conselho na divulgação e, também, a possibilidade dessas pessoas ajudarem no processo de inscrição, visto que existe uma grande procura de pessoas e o professor da Secretaria de Esportes trabalha sozinho. O conselho não se opôs e se comprometeu a estar presente no período de inscrições.

O segundo item da pauta foi relacionado ao calendário de eventos e, nesse momento, a coordenadora de núcleo, apresentou uma sugestão de calendário elaborada para o primeiro semestre que já estava “pronta”, explicando aos presentes que havia montado esse calendário a pedido da equipe do Ministério do Esporte e, como as atividades estavam suspensas por conta do período de férias, não tivera a oportunidade de consultar o grupo. Aparentemente, não houve discordância quanto à elaboração nem quanto a proposta, percebi que os participantes acataram

a sugestão apresentada pela coordenadora, porém, notei que a própria coordenadora não se sentiu confortável com a situação, pois a participação dos conselheiros na elaboração do calendário seria fundamental para o sucesso dos trabalhos.

Na sequência da reunião alguns conselheiros solicitaram a palavra para expor certos pontos negativos que identificaram na realização dos eventos do ano anterior; especialmente, relataram a participação reduzida da equipe de voluntários na organização e desenvolvimento dos eventos, tornando assim o trabalho mais desgastante para aqueles que aderiram. Diante desse quadro, alguns dos membros revelaram certa falta de estímulo para participar das próximas ações.

A coordenadora de núcleo explicou que em alguns casos, como, por exemplo, no baile de *Halloween* que havia sido realizado no ano anterior foi necessário um esforço maior em virtude da decoração realizada no salão e reconheceu que, de fato, poucas pessoas colaboraram na organização. Em contrapartida, aproveitou para destacar os aspectos positivos do evento, especialmente a quantidade de elogios que o grupo recebeu de todos que participaram da ação.

Percebi que, neste caso, algumas pessoas ainda permaneceram descontentes com a situação, mas, ainda assim, mantiveram o compromisso em participar das próximas atividades. Já a coordenadora assumiu o compromisso de passar novamente em todas as turmas, convidando outras pessoas a compor o grupo e ajudar nas ações promovidas pelo conselho.

Após esse primeiro momento de insatisfação por parte de alguns conselheiros, a pauta passou, então, a tratar de um assunto ainda mais delicado, que provocou a insatisfação de grande parte dos presentes, relacionado às questões de manutenção e problemas estruturais do espaço. Uma das participantes pediu a palavra e começou a discorrer sobre uma série de problemas estruturais do lugar, falou sobre os ventiladores queimados, sobre o bebedouro que não funcionava, relatou o mau uso dos equipamentos de ginástica e cobrou dos professores presentes o papel de repreender os alunos que não zelam pelos materiais e pelo espaço destinado a ginástica.

Os questionamentos não pararam por aí, pois outra participante apontou que as mesas e cadeiras que foram adquiridas com recursos do PELC para as oficinas de artesanato estavam sendo utilizadas, nos finais de semana, para eventos realizados no bar anexo ao campo e relatou presenciar a utilização do salão para uma festa particular em um domingo, ressaltando que isso nunca tinha acontecido antes. Nesse momento, o clima estava bem tenso e como funcionário e representante da gestão municipal, naquele momento, tive que me posicionar sobre esses diferentes problemas que estavam incomodando o conselho.

Ao participar efetivamente da reunião enquanto funcionário da SESP, deixei por determinado momento, de exercer o papel de pesquisador, que motivou minha participação na reunião, visto que, não fui convidado a participar enquanto gestor da cidade, pelo contrário, estava apenas como observador para realizar a pesquisa. No entanto, fui instigado pelos participantes a me posicionar.

Assim, escutei as reclamações e, com ponderação, iniciei minha fala explicando sobre a importância do grupo de conselheiros para o zelo dos materiais, sobre a necessidade de se controlar a quantidade de equipamentos, informando e cobrando dos administradores quando algo for deteriorado ou destruído, inclusive, protocolando, quando necessário, reclamações formais junto à Secretaria de Esportes.

Alertei também quanto aos procedimentos para utilização do espaço e dos equipamentos que, por si só, ainda que adquiridos para o programa, desde que atendam um interesse social, podem ser utilizados por pessoas que não estão matriculadas no mesmo. Lembrei a todos que é papel do conselho gestor colaborar com a administração fiscalizando e denunciando eventual má utilização do espaço e dos equipamentos.

Sinto que acabei adotando uma postura mais política e com pouca efetividade, mas entendi que, naquele momento, seria importante acalmar os ânimos e apresentar alternativas viáveis para o grupo estruturar e efetivar suas reclamações. Sei, também, que a neutralidade científica foi rompida nesse momento, porém, acredito que o vínculo que acabei formando com aquela comunidade não me permitiria me abster de um posicionamento.

No entanto, não acredito que tive uma postura diferente daquele que teria se não ocupasse um cargo de chefia na administração. Dentro das minhas convicções, penso que o papel dos conselheiros, nesses casos, é o de formalizar uma reclamação, primeiramente, junto à autoridade local, no caso, o administrador do espaço e, posteriormente, se eventualmente as reclamações não forem atendidas, dirigindo-se às autoridades superiores. Entendo ainda que, mesmo sendo certo que grandes manifestações da vontade popular resultem em possíveis respostas imediatas dos agentes políticos, o trabalho contínuo e permanente de zelo do espaço tende a apresentar resultados mais duradouros.

Convém, no entanto, mediante o relato desse episódio, refletir sobre o compromisso daquelas pessoas com o espaço público. Observando *in loco*, percebi, na fala de cada uma daquelas representantes, a indignação com a má utilização dos equipamentos, o que revela um sentimento referente àqueles materiais semelhante ao relativo a um objeto particular, ainda que os primeiros devam ser bem utilizado por todos. Notei, ainda, um sentimento de pertencimento tal que considera aquele espaço como uma continuação da própria residência.

Penso que o empoderamento e a apropriação do espaço realmente existe nesse grupo, que está sempre disposto a denunciar, criticar e, também, a colocar a “mão na massa”, ajudando na organização dos eventos, cobrando das autoridades e orientando os demais usuários. Essa percepção também é compartilhada pela coordenadora do núcleo (CN), como se pode ver quando ela discorre sobre o papel do conselho e suas características.

Então, lá o conselho gestor é um grupo bem crítico, eles já vêm participando desde as outras edições do PELC, então é um grupo bastante crítico né, em relação aos deveres, digamos assim, a serem desenvolvidos. Chegaram pessoas novas nesse ano, por alguns membros do grupo há uma resistência em receber essas pessoas novas, mas essas pessoas que estão chegando têm agregado muito e dado um *up* assim no grupo, as propostas estão sendo bem legais (Entrevista de campo – CN, 2018).

Ainda que a coordenadora aponte certa resistência do grupo em receber novos integrantes, penso que se trata de um processo bem complexo. Algumas pessoas realmente assumem para si o papel de zelar pelo espaço e, se apresentam certa resistência em receber novas pessoas, talvez pressuponham que elas não terão o mesmo compromisso com o espaço. No entanto, há de se ressaltar que a partir do momento em que um grupo se estabelece enquanto representante de determinada comunidade, deve estabelecer critérios de participação e envolvimento, assim como mecanismos para possibilitar a participação de outros interessados. Percebi no local que, ainda que exista uma resistência, a abertura para novos componentes prevalece.

Participando das reuniões e observando os eventos realizados no núcleo percebi que o papel desse grupo chamado de conselho gestor é fundamental no desenvolvimento dessas ações e que, além disso, os conselheiros são considerados como líderes nas oficinas de que participam. Notei que essa visão também é compartilhada pela coordenadora de núcleo em sua fala sobre a atuação do conselho e sua representatividade no local:

Ele atua nas atividades, participa das reuniões, quando fazemos ações sociais, tudo fica com conta deles, então eles são referência, geralmente em cada turma do PELC, tem de 2 a 3 membros do conselho gestor, e hoje eles já são referência dentro das oficinas. As pessoas vão até os membros do conselho gestor pra perguntar algumas coisas ao invés de ir ao agente social (Entrevista de campo – CN, 2018).

Ainda sobre o papel do conselho gestor sob a ótica da coordenadora de núcleo, percebi que ela recorre com frequência a esse grupo, entendendo-o como um parceiro capaz de

colaborar com sua atuação. Penso que isso contribui para o funcionamento do programa, pois, sabendo-se de todas as dificuldades de mobilização social que se enfrenta em qualquer movimento de participação popular, é fácil imaginar que se a coordenação não escutasse e não estimulasse a participação do conselho, provavelmente esse grupo ou já não existiria mais ou estaria desmotivado e atuando apenas como coadjuvante no processo.

Bom, o conselho ele atua efetivamente desde a elaboração dos eventos até a finalização dos mesmos, então assim, eles são parte fundamental para que os eventos aconteçam, além dessa atuação dentro dos eventos, eles organizam as ações sociais, de arrecadação de alimentos, de arrecadação de agasalhos, e em uma das entregas de agasalho em um asilo, eles notaram a dificuldade do asilo em conseguir fraldas geriátricas, e aí eles já voltaram com a proposta de realizar uma campanha para arrecadar fraldas geriátricas, então, eles são bem ativos mesmos nas atividades (Entrevista de campo – CN, 2018)

Esse papel relevante no desenvolvimento das ações do núcleo também é reconhecido pela coordenadora pedagógica (CP), que destaca o papel proativo do grupo na realização dos eventos e demais ações, facilitando, assim, na opinião da coordenadora, a realização do trabalho.

O Lavínia, quando eu cheguei aqui no projeto, um dos primeiros lugares que eu fiz reunião com o conselho gestor foi no Lavínia e para minha surpresa, quando eu cheguei lá tinham 20 pessoas me esperando para participar da reunião. E assim, foi bem legal, elas adoraram a ideia do PELC estar voltando lá e começaram a contar como as coisas estavam e, aí a gente dialogou muito com eles, a coordenadora de núcleo, eu e esse conselho, aproveitando a coordenadora do núcleo lá, pra gente dar continuidade nessas ações. O Lavínia hoje e, aí com o subnúcleo do Jerusalém, mas o Lavínia especificamente, é um espaço em que as coisas acontecem e, acontecem naturalmente. E o que é legal no Lavínia, sob meu olhar, é que muitas coisas que acontecem lá partem do desejo deles, dessas pessoas, do conselho, pois, eles cobram a gente, então por exemplo, se a gente deixa às vezes de propor alguma ação, eles já vêm perguntar, “ah não vai fazer tal coisa?”, por exemplo, no caso do sarau, que eles fazem todo ano, então, quando na reunião com a gente, se a gente não tocava no assunto eles já começavam a se mobilizar, “mas e o sarau, quando nós vamos fazer?” (Entrevista de campo – CP, 2018).

É muito importante identificar o funcionamento de um conselho com efetividade nas ações do programa. Dentro dos diferentes desafios impostos pela nova configuração do estado brasileiro, pós Constituição Federal de 1988, a participação de representantes do povo, seja em grupos organizados, seja no desenvolvimento de projetos e programas como o PELC, ainda que no tocante a decisões locais, se mostra alinhada com o movimento democrático que a prioriza.

Os meios não instituídos de participação são fundamentais para a educação política da população. Ao garantirmos o direito dos agentes e usuários participarem das decisões sobre o programa, no planejamento, realização e avaliação das suas práticas, estamos contribuindo para que os participantes possam vivenciar livremente a sua vida cultural de esporte e lazer na comunidade, usufruindo dos seus benefícios com consciência da sua importância para a sua qualidade de vida (PINTO; SILVA, 2017, p.60)

Observar *in loco* as pessoas participando e se posicionando sobre diferentes assuntos, sobre a gestão do espaço, o modo de organização das ações, eventos, propondo, avaliando e se colocando à disposição para atuar voluntariamente em favor de uma causa, aponta indícios seguros de que os princípios e diretrizes defendidos nos documentos que estruturam o PELC manifestam-se naquele momento, no núcleo observado, possibilitando, assim, que se possa acompanhar a democratização do espaço público através da intervenção de uma política pública de lazer.

No caso do PELC, como uma política de esporte recreativo e de lazer, a opção pela democratização deve-se pela construção com a população das soluções e do compartilhamento dos espaços de decisão. Assim, a participação está diretamente relacionada a sua missão de democratizar o lazer. Só é possível democratizar o lazer com a participação e envolvimento efetivo das pessoas, além do compromisso com o seu próprio lazer e o de toda a comunidade. Nesse sentido, as ações do PELC não podem partir de uma perspectiva de realização de ações **sobre** as pessoas ou **para** as pessoas, mas **com** as pessoas, sendo fundamental a mobilização dos sujeitos para a participação, não só nos momentos de execução do PELC, mas também nos de planejamento e de avaliação (SILVA; GOMES, 2017, p.46, grifo do autor).

Além dessa reunião do conselho gestor local que contou com a presença de parte do grupo de artesanato tive a oportunidade de acompanhar outros encontros às segundas-feiras, onde presenciei sempre um clima amistoso e descontraído que permeia toda a oficina. O grupo que frequenta o espaço se organiza em três pequenos grupos temáticos, sendo um deles dedicado ao desenvolvimento das técnicas de tricô e crochê. Um segundo grupo explora a técnica que recebe o nome de “pedrarias”, que atua com a confecção de *souvenires* decorativos feitos com pequenas “pedras” transparentes de plásticos, unidas por uma linha de *nylon* transparente. Neste grupo participa o único representante masculino. Por fim, um terceiro grupo se concentra no desenvolvimento de uma técnica de acabamento em toalhas e tecidos, conhecida como macramê.

Essa divisão dos conteúdos desenvolvidos também se manifesta na programação de atividades e frequência ao local. Os três grupos decidiram suspender as atividades no mês de janeiro em virtude do período de férias, mas, em relação ao retorno aos encontros, cada grupo definiu uma data diferente, tanto que, na primeira oficina observada no mês de fevereiro, estava presente no local apenas o grupo do tricô e crochê.

Durante o decorrer das oficinas observadas testemunhei um clima de descontração e aprendizagem, ora as pessoas conversando entre si enquanto realizavam suas tarefas, ora trocando experiências entre pessoas de um mesmo grupo e, até, trocando experiências entre os três grupos de interesse. Um dos momentos mais interessantes da oficina, para mim, e julgo que de extrema importância para muitas das participantes, foi a hora da pausa nos trabalhos para tomar o café da tarde, organizado coletivamente.

Para compor esse café coletivo, cada pessoa trouxe de casa algo para oferecer ao grupo, podendo ser uma garrafa de café, uma jarra de suco, um bolo feito em casa ou, até mesmo, um pacote de bolacha industrializada. Cada um contribuiu com o que podia e queria oferecer e todos compartilharam entre quinze e vinte minutos de boa conversa, alegria e interação com os demais. Como os grupos de interesse possuem certa autonomia na organização do tempo, às vezes os horários de pausa para o café variam de um grupo para o outro, mas o momento de pausa é considerado pelos participantes como um momento especial da oficina, conforme relataram nas entrevistas que serão apresentadas posteriormente.

Em uma das datas de oficina pude prestigiar o aniversário de uma das participantes que celebrava os seus 91 anos de idade. A festa foi singela, mas percebi no rosto de cada um dos presentes uma satisfação imensa em compartilhar daquele momento. Por fim, é importante ressaltar o compromisso e o zelo das senhoras com o espaço, pois ao final do café sempre uma ou duas delas ficam responsáveis por recolher as sobras, organizar as mesas e cadeiras e limpar o salão de atividades, para não deixar nenhuma sujeira para o próximo grupo ou para os funcionários da limpeza.

Trata-se de um grupo que atingiu tamanho grau de autonomia, que hoje depende minimamente do poder público, com apenas da cessão do espaço. Além disso, as ações do grupo promovem o bem-estar e a multiplicação do conhecimento, de forma totalmente gratuita a qualquer interessado. Não percebi as senhoras engajadas em buscar melhorias para o grupo em relação à materiais ou equipamentos, nem tão pouco percebi alguma preocupação em ampliar o grupo ou os dias de atendimento. Por se tratar de um momento que se aproxima do lazer e do voluntariado acredito que sua ocorrência uma vez por semana atenda às expectativas do grupo.

Como boa parte desse grupo compreende também o conselho gestor do espaço, acabou se consolidando uma relação muito próxima dele com o administrador, com professores, agentes sociais e coordenadores do PELC, especialmente, pelo empenho e dedicação na elaboração e realização de um calendário de eventos que virou tradição no local. No próximo tópico pretendo apresentar os registros realizados em dois eventos que aconteceram no núcleo de atividades e contaram com a participação efetiva do grupo de artesanato e do conselho gestor.

6.3.5 Os eventos do núcleo

Além das oficinas, consideradas como atividades sistemáticas, o PELC prevê, em suas diretrizes, a realização de eventos, chamados pelo programa de atividades assistemáticas que, apesar de receberem o nome de assistemáticas, devem acontecer com uma frequência regular, e em quantidade determinada.

No PELC as atividades assistemáticas são de três tipos:

1. Evento do Núcleo: realizado mensalmente com seus participantes;
2. Evento Social: realizado trimestralmente com participantes e voltado para a socialização e produção das oficinas;
3. Evento do Programa: realizado semestralmente, com a participação de todos os núcleos e participantes do PELC; (SILVA; GOMES; 2017, p.42)

Julgo que essa “imposição” do programa em manter um calendário intenso de eventos, na prática, acaba por transformar em “sistemática” a realização dessas atividades que deveriam ser assistemáticas, no entanto, acredito que a realização periódica de eventos, quando é compartilhada com os membros da comunidade, acaba por tornar o programa diferente de outras intervenções e políticas semelhantes. Essa percepção dos eventos enquanto algo que diferencia o PELC pôde ser observada na fala de muitos beneficiados e, também, dos profissionais e gestores envolvidos.

Durante o período de observação acompanhei a realização de dois eventos considerados como “eventos do núcleo”, ou seja, são os eventos realizados apenas com os participantes matriculados no próprio núcleo, que devem acontecer com uma periodicidade mensal. De acordo com as diretrizes do PELC

Os eventos favorecem o diálogo entre as experiências vividas e fortalecem os laços de cooperação, de solidariedade e a capacidade de construir

coletivamente um patrimônio comum. Eles devem ser compreendidos como parte integrante da execução do Programa, organizados de forma coletiva envolvendo a comunidade como um todo em diversos momentos do processo (BRASIL, 2017, p.11).

Em relação à quantidade de pessoas que devem participar dos eventos, não existe uma determinação expressa nos documentos do Ministério do Esporte, porém, as orientações dos técnicos responsáveis sugerem cumprir o atendimento de no mínimo 400 pessoas nos eventos de núcleo. Em relação aos eventos sociais o atendimento mínimo deve ser de 1.200 pessoas e, neste caso, os técnicos sugerem a integração de dois ou mais núcleos para atingir esse número. Por fim, nos eventos do programa a diretriz aponta contemplar o número total de pessoas beneficiadas, que no caso de São Bernardo do Campo conta com dez núcleos de atividades e a meta de atendimento de um evento do programa em 4.000 pessoas.

Para a realização desses eventos, especialmente os de médio e grande porte, no ato da formalização da proposta de trabalho, o Ministério faculta ao proponente, no caso, o município, recursos específicos como, por exemplo, para a contratação de viagens de ônibus para a locomoção dos beneficiados, aquisição de lanche e/ou alimentação, a locação de estrutura de palco, de equipamentos de som, banheiros químicos, entre outras demandas.

No caso dos eventos de pequeno porte, realizados no núcleo, a disponibilização de recursos já não é tão simples, visto que as demandas são muito diferentes de evento para evento e de núcleo para núcleo. Como esses eventos são pensados em conjunto com a comunidade é difícil prever com antecedência os materiais e as necessidades de cada um deles. Nos eventos de núcleo por mim observados, pude constatar essa dificuldade e verifiquei que a equipe acaba recorrendo a doações dos próprios profissionais ou dos membros da comunidade, especialmente no que diz respeito aos materiais de decoração, brindes, alimentação, entre outros.

O primeiro evento que observei para a pesquisa aconteceu no dia 24 de fevereiro de 2018, um sábado, no período da tarde, das 14 horas às 18 horas. Este evento recebeu o nome de “PELC Alegria”, pela proximidade entre essa data e os festejos de carnaval, e buscou oferecer atividades recreativas para todas as idades, mas, a ação acabou, em sua maior parte, com atividades monitoradas direcionadas às crianças. Além das brincadeiras, conforme relato da coordenadora de núcleo, ficou combinado que cada um dos participantes deveria levar um prato de doce ou salgado, suco ou refrigerante, para socializar com os demais.

A proposta do evento consistia em oferecer atividades recreativas e de lazer a partir de estações dispostas no salão de atividades. Foram estruturadas cinco estações no espaço, com a primeira direcionada a todas as idades, organizada pela agente social de artesanato junto às

participantes das oficinas e tinha como tarefa confeccionar máscaras de carnaval com adultos e crianças. A estrutura da máscara, no entanto, foi feita anteriormente nas oficinas, com as pessoas escolhendo a decoração e os adereços coloridos que iriam colar na sua máscara. Essa estação funcionou durante todo o evento com boa adesão.

A segunda estação, também relacionada à temática do carnaval, realizava maquiagem e pintura de rosto. Sob o comando da coordenadora de núcleo e da agente social de capoeira, atraía principalmente as crianças que escolhiam diferentes desenhos e figuras para serem pintados no rosto ou nos braços. Uma terceira estação, que apresentou pequena adesão, oferecia adereços e fantasias de carnaval, tais como perucas, óculos coloridos, chapéus, etc. O responsável era o agente de recreação, porém, como a programação musical tocou poucas músicas temáticas, acredito que faltou estímulo para a utilização desses adereços.

Outras duas estações tinham caráter exclusivamente recreativo e funcionaram durante todo o evento. Tratava-se da cama elástica, que foi monitorada por voluntários do local, e de uma mesa de tênis de mesa que foi montada no espaço e ficou à disposição dos interessados durante o período. Nessa atividade a participação foi maior das crianças de até sete anos de idade, de ambos os sexos. A segunda estação recreativa foi o tênis de mesa, espaço em que observei, na maior parte do tempo, um grupo de meninos com idade entre oito e doze anos, que também ficaram brincando livremente, sem a intervenção de um monitor.

Além das estações recreativas existiam dois pontos de distribuição dos alimentos e bebidas que ficavam sob a responsabilidade dos voluntários, membros do conselho gestor. Ao chegar no local, cada pessoa entregava sua contribuição e coube aos voluntários organizar a distribuição dos alimentos de forma regular, para prevenir o desperdício ou o abuso do consumo, evitando que outras ficassem sem a oportunidade de comer. Pelo que observei durante o evento, o espaço funcionou com tranquilidade e organização e nenhuma pessoa se opôs a esse modelo de organização.

As atividades monitoradas estavam localizadas nas extremidades do salão permitindo que, no centro, houvesse um grande espaço livre para a circulação das pessoas e, também, uma área onde muitas crianças podiam brincar livremente. No local aconteceram, ainda, algumas intervenções da agente social de recreação e do professor de Educação Física, da Secretaria de Esportes, que participou da organização e da realização do evento.

Foram realizadas por esses profissionais algumas intervenções com diferentes brincadeiras e, no decorrer da festa, pude observar diferentes situações que marcaram a postura de cada um dos profissionais presentes na ação. A primeira situação relevante aconteceu no momento da realização de uma brincadeira de estafeta, em que o desafio consistia em cumprir

determinado trajeto com uma folha de jornal aberta, apenas encostada no peito, sem poder utilizar as mãos, sem deixar a folha cair no chão.

Os participantes, crianças com idade entre 7 a 10 anos, apresentavam certa dificuldade em cumprir a tarefa e, na maior parte das vezes, ou deixavam a folha de jornal cair no chão, ou imediatamente, seguravam a folha com as mãos. O professor diante dessa situação ressaltava no microfone as regras e a importância de cumpri-las, repetindo por várias vezes a informação de que as crianças não poderiam colocar as mãos na folha durante a corrida.

Mesmo com a insistência do professor em repetir a importância de se cumprir a regra, nenhuma criança foi desclassificada e, a cada rodada que terminava, a equipe vencedora ganhava pirulitos e a equipe perdedora ganhava balas. Sobre o desenvolvimento da atividade e da premiação, ficou evidente a ocorrência de um aspecto competitivo que, de certa forma, foi até estimulado pelos profissionais, porém, ainda assim, acredito que dentro de um contexto geral, a atividade manteve de forma predominante um caráter lúdico.

Penso que, neste caso em questão, a atividade não foi contrária às diretrizes do programa e, por se tratar de uma brincadeira popular de desafios, entendo que a ação possa ser considerada como uma atividade de lazer. No entanto, acredito que o aspecto de se oferecer premiação diferente mediante o resultado na atividade possa ser algo a ser repensado, visto que, o grupo de crianças que participavam da atividade tinham idades e características diferentes, respondendo de forma diferente ao desafio proposto. Talvez a premiação apenas pela participação no jogo pudesse exercer a mesma motivação em todos e dar conta do objetivo da atividade, sem a necessidade de se oferecer premiação diferente pelo resultado.

No decorrer da competição notei ainda uma situação interessante: a mãe de uma criança que não participava da brincadeira foi até a agente social para pedir uma bala para a sua filha. A agente, em um primeiro momento, informou que somente receberia a bala a criança que participasse da gincana e com isso a criança, imediatamente, começou a chorar. Ao ver a situação, a agente social levou uma bala e um pirulito para a criança, convidando-a para participar da próxima rodada da gincana.

A partir dessas observações, considero que uma simples brincadeira promovida dentro de um evento é capaz de desencadear diferentes reflexões sobre determinada ação, especialmente à luz dos objetivos do PELC. Obviamente que as ações elencadas acima podem até ensinar um afastamento dos princípios e diretrizes do programa, visto que, tais recomendações asseveram que as atividades não devem ter premiações na sua realização.

Entendo, porém, que é fundamental considerar o contexto e as ferramentas que cada profissional escolhe, de acordo com sua história de vida na profissão, para resolver cada

situação que se apresenta. Sugiro que, nestas questões a coordenação do programa possa rever alguns destes elementos, tais como a premiação diferenciada, de forma que as atividades possam ser desenvolvidas dentro das diretrizes do PELC, bem como respeitar as necessidades locais para a sua realização.

As gincanas de estafetas aconteceram em quatro momentos diferentes e cada intervenção durou cerca de quinze minutos. Nos intervalos, que duravam cerca de trinta minutos, o espaço ficava livre para a circulação das pessoas e, nesses momentos, foi possível observar diferentes manifestações dos participantes, seja a dança livre das crianças, sozinhas ou com os familiares, seja, por exemplo, a realização de brincadeiras.

Algo que me chamou bastante atenção foi perceber a quantidade de meninas que exploravam o espaço, de diferentes maneiras. Duas delas, estavam com um tênis que possui rodinhas, e se assemelha a um par de patins, e permaneceram brincando livremente pelo espaço durante quase todo o evento. Outras, aproveitavam para correr livremente pelo espaço, enquanto outras, ainda, deitavam no chão, rolavam, brincavam de “dar estrelinha”, entre outras ações.

Todas essas brincadeiras aconteceram de forma espontânea e autônoma, sem a intervenção dos pais ou dos agentes sociais do PELC. Isso nos permite refletir sobre a importância de se oferecer à criança espaços para exercitar sua criatividade e ludicidade. Ainda que determinado evento promova uma série de atrações direcionadas e monitoradas, as crianças, por vezes, ignoram esses espaços e exercem seu momento de lazer a partir de gestos e brincadeiras aprendidas anteriormente, de forma livre e sem necessidade de monitoramento.

Correr, saltar, rolar são movimentos naturais do ser humano, que podem ser realizados tanto em situações em que são estimulados, como no caso da competição de estafeta, quanto em momentos em que não existe estímulo externo, somente a vontade de realizar e exercitar determinado exercício, buscando a satisfação apenas na própria realização.

Por fim, lembro que esse evento contou com a presença também de adultos e idosos que aproveitaram diferentes momentos de interação com as crianças, dentro de uma perspectiva intergeracional, seja no papel de pais, mães e familiares adultos, dançando livremente no espaço com os menores, seja nas ações monitoradas pelos agentes sociais do programa, que estimulavam a participação de crianças e adultos em conjunto, o que se revela um aspecto muito positivo e alinhado com as diretrizes propostas pelo PELC.

O segundo evento acompanhado no local foi a realização de um sarau que apresentou características diferentes do evento anterior, pois sua programação foi direcionada ao público adulto e da terceira idade. Esse evento já foi realizado algumas vezes no centro esportivo e essa

edição recebeu o nome de “Sarau Viva a Diferença”. Importante destacar que a primeira edição do Sarau aconteceu ainda no final do convênio “PELC Vida Saudável”, provavelmente no final do ano de 2014, início de 2015, por iniciativa de representantes do conselho gestor, a partir da ideia de uma das participantes.

As edições do sarau não possuem frequência regular, mas, geralmente, os eventos acontecem uma ou duas vezes por ano, e contam com diferentes atrações que vão desde apresentações musicais, individuais ou em grupos, a declamação de poemas, canto coral, apresentações esportivas e coreografias, entre outras. É comum, também, no dia do evento, que os participantes colaborem com a doação de salgadinhos industrializados, sucos e refrigerantes, que são distribuídos no intervalo das apresentações.

A participação do público é sempre bem intensa, geralmente o local recebe de 80 a 120 pessoas em cada edição, e o público alvo são os adultos e idosos que participam das oficinas e aulas de práticas corporais, ginástica, dança, entre outras. Durante toda a duração do evento, os trabalhos realizados na oficina de artesanato ficam em exposição, enquanto os membros das oficinas ficam à disposição para encomendas e esclarecimentos sobre as oficinas e eventuais aquisições dos produtos.

Esse evento, diferentemente do evento de carnaval, aconteceu em um dia da semana, uma sexta-feira, com início às 18 horas. Apesar do início no período noturno, os trabalhos para a decoração do espaço se iniciaram ainda no período da manhã, com a participação dos agentes sociais do PELC, coordenadora, membros do conselho gestor e o professor de Educação Física da Secretaria de Esportes. Essa decoração envolveu a instalação de um tecido preto no fundo do salão, para produzir a impressão de um palco, semelhante ao de um teatro, servindo, por um lado, como de pano de fundo das apresentações, e por outro, como "camarim" para acolher os artistas locais antes das apresentações, assim como seus equipamentos de som.

No tecido preto que cobriu a extensão total de uma das paredes do salão, foram fixadas, com fita adesiva e alfinetes, duas árvores elaboradas pelos alunos com papel colorido, compostas de tronco e galhos fixos, apresentando os nomes e assinaturas dos participantes das oficinas, com folhas também confeccionadas em papel colorido, a partir de recortes do desenho das mãos dos participantes.

Além da decoração especial para as apresentações, foi instalado também, no local, um telão e um projetor para transmitir mensagens de respeito às diferenças, assim como a logomarca do PELC e da gestão municipal. Esse telão ficou no lado oposto do palco e do painel com as árvores e, por esse motivo, percebi que poucas pessoas acompanhavam o conteúdo transmitido nos slides.

Foram distribuídas pelo salão, mesas e cadeiras plásticas para acomodar os participantes. As mesas estavam cobertas com uma toalha amarela e todas tinham uma decoração especial confeccionada nas próprias turmas de artesanato. Cada arranjo de mesa continha três garrafas *long neck*, decoradas com um laço de fita na cor branca, com folhas verdes, feitas de plástico.

Logo na entrada do salão, havia uma mesa de recepção com três pessoas, sendo uma agente social e duas voluntárias, orientando todos que chegavam ao local a assinar um caderno de presença antes de ingressar no salão, com a finalidade de registrar sua presença. Ao final do evento, verifiquei com a coordenadora a quantidade de assinaturas registradas e ela me informou o número de 320 assinaturas, acrescentando que algumas pessoas acabaram não assinando o livro.

No evento anterior não houve esse controle de presença, que acredito ser de fundamental importância, visto que é comum ocorrerem cobranças dos técnicos do Ministério do Esporte quanto a esse tipo de realização. Assim, quando a comprovação é consumada de forma efetiva, torna-se possível a melhor compreensão das ações desenvolvidas e do comprometimento dos participantes na realização do evento. Ao assinar o livro de presença, cada pessoa que ingressava no espaço recebia um adesivo redondo, em formato de *botton*, que era colado por um dos voluntários, membros do conselho gestor, com a seguinte frase “Tudo começa pelo respeito”. Tal adesivo foi confeccionado pela Secretaria de Esportes e a ideia surgiu também na reunião de planejamento do evento realizada no conselho gestor.

A equipe de voluntários do conselho gestor também ficou responsável, como no evento anterior, por receber os salgadinhos, sucos e refrigerantes, oferecidos pelos participantes. Interessante ressaltar que os voluntários passavam de mesa em mesa, servindo todos os presentes com refrigerantes e abastecendo os pratos de salgadinhos. Frente a tal situação, me permiti uma reflexão pessoal sobre um fato que considerei relevante, a disponibilidade e o voluntarismo dos membros da comunidade trabalhando e servindo outros membros da comunidade com o objetivo de proporcionar um momento de lazer para pessoas que, por vezes, são os próprios colegas de oficina.

Em relação ao desenvolvimento do evento, as apresentações se iniciaram com a presença de um senhor, com aproximadamente 60 anos de idade, tocando violão e cantando músicas do repertório popular nacional. O músico abriu as apresentações tocando quatro canções e, quando finalizou essa primeira sessão, o professor da Secretaria de Esportes assumiu o microfone e apresentou as informações gerais sobre o evento. Durante essa primeira fala, os

integrantes da apresentação seguinte já se organizavam próximo ao palco, no caso, um grupo de dança cigana, que frequenta as oficinas realizadas em um outro núcleo do PELC na cidade.

Infelizmente, o equipamento de som utilizado no evento não tinha potência suficiente para a quantidade de pessoas envolvidas e isso prejudicou bastante que as pessoas entendessem as informações sobre o tema do evento. Ainda assim, após uma breve fala, o professor apresentou o grupo de dança cigana que realizou dois números que foram muito aplaudidos pelo público. Após as apresentações, a fala retornou ao professor que anunciou a próxima apresentação.

A apresentação que se seguiu foi a declamação de um poema por uma senhora, idealizadora do evento. A poesia escolhida retratava a vida da mulher nordestina, contando aspectos relacionados a vida de uma mulher que cria sua família sozinha na cidade grande. Nesse momento, o salão já estava muito cheio e, infelizmente, não existia silêncio no local, pelo contrário, as pessoas conversavam, crianças corriam, brincavam e falavam alto, e o equipamento de som também não ajudava. Mas, independentemente disso, a senhora manteve sua apresentação, declamando a poesia escolhida, agradecendo a todos que, ao final, aplaudiram a apresentação.

Acredito que, naquele contexto, somente com um equipamento de som mais potente é que seria possível assegurar que a mensagem escolhida pudesse chegar a todos aqueles que quisessem ouvir, visto que, como o público era bem numeroso no momento, com pessoas de diferentes idades e interesses, uma boa parte das pessoas não estava pronta para exercitar o silêncio total naquele momento.

Novamente recorremos às contribuições de Marcellino (1987;1996) sobre a importância de se realizar uma educação “para o lazer”, ou seja, garantir uma educação para que as pessoas possam usufruir de um momento de lazer, entendendo as necessidades de cada uma das manifestações, como, por exemplo, no caso específico, compreendendo a importância de se manter o silêncio para escutar com clareza a mensagem proferida.

Na sequência da poesia, a atração foi uma apresentação dos participantes da oficina de circo que acontece no local. Essa oficina é mantida por um grupo de jovens, vinculados a uma igreja evangélica da região, que solicitaram a cessão do espaço para seus ensaios. Como contrapartida, o grupo oferece vagas para membros da comunidade interessados em aprender os movimentos, que são, em sua maioria, movimentos corporais realizados em um tecido amarrado em um ponto alto, no caso, as vigas de ferro que sustentam o telhado do espaço. O número foi muito bonito, apresentaram-se três pessoas, realizando movimentos no solo e no tecido, ao som de uma trilha musical.

O local já recebia um grande número de pessoas e as cadeiras dispostas pelo espaço já estavam todas ocupadas. Nesse momento, um grupo de voluntários, sob a iniciativa da coordenadora de núcleo, começou a distribuir os *steps* de ginástica pelo espaço, empilhados uns sobre os outros, em um total de quatro, para servir de banco para os participantes. A iniciativa ajudou a atender uma boa parte das pessoas que desejavam se sentar.

A essa altura, preparava-se para iniciar sua apresentação um senhor de aproximadamente 80 anos que faria uma interpretação de voz e teclado. Porém, como o equipamento de som já não estava dando conta de atender a necessidade do espaço, ele demorou cerca de vinte minutos para começar, procurando melhorar a equalização para executar suas canções. Com muita dificuldade, ele tocou três músicas populares brasileiras, inclusive uma canção de Roberto Carlos, que animou bastante a plateia. Eram cerca de 19h50 quando a apresentação se encerrou e o músico foi muito aplaudido por todos. Nesse momento, novamente observei os voluntários passando de mesa em mesa, oferecendo os salgadinhos e, também, abastecendo os copos de refrigerante do público.

O número seguinte, novamente foi do grupo de dança cigana, mas agora, com uma nova coreografia, sendo realizada apenas por um casal, conforme mencionado pelo locutor do evento, a professora voluntária e seu filho. Após a apresentação, a coordenadora de núcleo do PELC assumiu o microfone e a locução do evento e, pelo fato de possuir melhor impostação vocal, e também pela diminuição das conversas dos participantes, sua fala foi mais audível.

A coordenadora convidou todos os agentes e professores presentes no local a se aproximarem do palco. Chamou também todos os voluntários solicitando que eles, temporariamente, deixassem de servir as pessoas para se dirigir à frente do salão. Agradeceu a todos os presentes e me convidou para o palco para representar a Secretaria de Esportes, passando o microfone para que pronunciasse uma fala sobre o evento. Como atuei no local desde a reinauguração, ressalté a importância de convênios como o PELC no local e a relevância de se desenvolver uma proposta diferenciada dentro do campo do lazer na cidade.

Novamente tive que deixar de lado por alguns instantes o papel de pesquisador e assumir o papel de gestor municipal. Particularmente, eu estava muito feliz com o desenvolvimento do evento, especialmente, por ver pessoas participando e colaborando para um bem-estar coletivo, para que todos pudessem aproveitar um momento de alegria junto aos familiares e amigos. Assim, em minha fala, agradei e parabeneizei todos os envolvidos, servidores e voluntários, destaquei a importância do PELC na vida do Centro Esportivo, especialmente pelo fato de que, parte desse grupo de voluntários, atua nos eventos e ações sociais desde a inauguração do espaço.

Ressaltei a importância dessa participação para consolidar o centro esportivo como um equipamento público esportivo aberto e democrático. Elogiei e parabeneizei todos os voluntários, mostrei minha satisfação pela quantidade de pessoas presentes e pedi desculpas, em nome da Secretaria, pelo fato de que o equipamento de som não fosse adequado ao tamanho do evento, explicando que, antes da realização dele, imaginávamos que a equipagem disponibilizada fosse suficiente.

Finalizei minha fala devolvendo o microfone à coordenadora de núcleo, que passou então a organizar as apresentações de ginástica rítmica, com as crianças e adolescentes matriculadas nas oficinas realizadas no Centro Esportivo do Jerusalém, complexo vizinho ao Centro Esportivo do Jardim Lavínia, e subnúcleo do programa, neste momento, retornei então ao meu compromisso enquanto observador do evento, registrando os acontecimentos.

A coordenadora agradeceu o empenho dos pais e responsáveis pela dedicação em acompanhar as oficinas, confeccionar as roupas e adereços para as apresentações e, também, por acreditar no trabalho do PELC. Ao todo foram quatro apresentações, cada uma com um figurino e uma sequência musical diferente. A primeira contou com algumas crianças e adolescentes apresentando movimentos mais complexos, em duplas e trios, ao som de uma música eletrônica. A segunda apresentação trouxe uma coreografia com a música do “Ursinho Pimpão” e contou com crianças com idade entre 5 e 8 anos. A terceira, com crianças de diferentes idades e um figurino na cor rosa, apresentou uma coreografia lembrando uma apresentação tradicional de *ballet*. Por fim, a última apresentação foi realizada somente com adolescentes, e teve como tema as líderes de torcida americanas, realizando movimentos com adereço (pompom) nas mãos.

O interessante foi perceber crianças e adolescentes participando juntos das coreografias, mostrando, assim, que é possível trabalhar com diferentes faixas etárias em uma mesma turma. Não percebi em nenhum momento uma cobrança excessiva, tanto por parte da agente social responsável pelas turmas, quanto dos pais, que aproveitaram o momento para tirar muitas fotografias e aplaudir os filhos. Após o término dos quatro números, a coordenadora chamou todas as crianças e adolescentes para prestigiar uma apresentação de teatro de fantoches, realizada pela agente social de artesanato.

O teatro trazia o tema do respeito às diferenças, em especial, discutindo sobre como as crianças lidam com as diferenças. Tratava-se da história de uma vaca que tinha o corpo colorido, semelhante a uma girafa, e a história contava como a vaca lidava com dificuldades de convivência que surgiam a partir da diferença da cor da sua pele em comparação à de suas

colegas. A peça foi curta, aproximadamente dez minutos, e durante a apresentação, alguns pais já deixavam o local com suas crianças.

A ineficiência do aparelho de som prejudicou bastante a apresentação, pois somente quem estava muito próximo pôde compreender as falas das personagens. Ao final da breve encenação teatral, iniciou-se uma nova apresentação de circo, agora, uma *performance* individual com acrobacias no tecido pendurado no teto.

Por volta das 21h10, com muitas pessoas já deixando o espaço, um grupo com aproximadamente vinte pessoas começou a se organizar para apresentar os trabalhos realizados nas oficinas de capoeira, sob o comando da agente social. A apresentação contou com os participantes da oficina, mas também recebeu outros praticantes com conhecimento mais avançado na modalidade, provavelmente, praticantes de oficinas de capoeira de outros locais. Os praticantes demonstraram, primeiramente, os gestos da arte marcial, somente ao som dos instrumentos musicais, sendo que, nesse momento, participavam ao mesmo tempo crianças, adultos e idosos, homens e mulheres que ora jogavam uns contra os outros, ora jogavam sozinhos. Essa intervenção durou pouco mais de dez minutos e foi precedida de uma fala da agente social que aproveitou para contar um pouco sobre a modalidade capoeira e como ela é desenvolvida no PELC, convidando, assim, mais pessoas a participar das oficinas.

Interessante relatar que, ao longo da sua fala, a agente ressaltou que se tratava de um início de trabalho, portanto, parte das pessoas que iriam se apresentar ainda não dispunham de total competência técnica para realizar todos os movimentos. Acredito que seja esse o motivo que induziu a agente social a convidar pessoas com mais experiência, mesmo não matriculadas no local, para interagir e participar com os iniciantes das oficinas do PELC.

Por volta das 21h30, iniciou-se a última apresentação, com o mesmo senhor que realizou a primeira apresentação. Pude perceber que a presença do público já era bem menor, e aos poucos, os membros do conselho gestor já começavam a organizar o espaço, arrumando as cadeiras e mesas plásticas, limpando o salão de atividades. Não houve um cerimonial de encerramento, mas ao final, a coordenadora chamou todos que ainda estavam no salão para agradecer a presença e o empenho, parabenizando pelo evento.

Percebi, acompanhando esses dois eventos, que, muitos do que se vivencia e se discute nas oficinas e nas reuniões do Conselho Gestor, acaba por se manifestar de uma forma ou de outra nos eventos. É um ponto marcante para mim o comprometimento dos participantes, dentro da perspectiva do voluntariado, com a realização e a execução dos eventos.

Ante essas considerações iniciais sobre o processo observação em campo, apresento a seguir, os registros das entrevistas realizadas com os participantes do programa, onde abordo,

dentre outros aspectos, a importância dos eventos enquanto elemento que caracteriza o PELC, especialmente pela sua capacidade de integração e mobilização da comunidade em prol de um objetivo comum.

6.3.6 A “voz” dos participantes

O processo de entrevistas com os participantes do programa foi realizado em dois momentos: o primeiro, durante o período de observação das oficinas, geralmente, ao final de cada atividade com duas ou três pessoas, para contribuírem com o trabalho; o segundo momento foi ao final do período de observação das oficinas, em que visitei o espaço somente para realizar as entrevistas.

A seleção dos participantes ocorreu por adesão voluntária, a convite do pesquisador por intermédio do agente social responsável pela oficina, que divulgava aos participantes o objeto da pesquisa, verificando a disponibilidade dos matriculados em colaborar falando sobre o desenvolvimento do programa. Assim, todos aqueles que demonstraram interesse em participar da entrevista foram selecionados e contribuíram para os dados que serão apresentados a seguir.

Na apresentação do material coletado, para efeito didático e com a finalidade de preservar os dados pessoais dos colaboradores, decidi não divulgar o nome do entrevistado, e, em seu lugar, adotar a letra “B” de **beneficiado**, seguida pelo número de ordem da entrevista, por exemplo, B 01, para representar o primeiro beneficiado que se dispôs a participar da entrevista.

Ao todo, participaram do processo setenta e seis pessoas, cada uma com história e pontos de vista específicos sobre as questões abordadas. Desse modo, apresento os dados quantitativos de cada uma das perguntas realizadas, a partir do instrumento escolhido para a pesquisa e, quando a questão permitir inferências qualitativas, transcrevo os trechos das falas colhidas em depoimento.

A primeira questão diz respeito ao perfil de idade dos participantes e é importante destacar que mais da metade dos entrevistados está entre as faixas etárias de 50 a 59 e 60 a 69 anos. Percebo, assim, uma grande concentração de pessoas na faixa que compreende o final da vida adulta e início da terceira idade, revelando que esse público é o mais contemplado nas oficinas desenvolvidas no local.

Esse é um dos aspectos que merecem ser observados e reavaliados pelos gestores do programa, visto que, em essência, o PELC deve propor atividades para todas as idades, sendo

a intergeracionalidade, um dos processos pedagógicos que fundamentam o programa e o desenvolvimento de todas as suas atividades nos núcleos (BRASIL, 2017, p.11).

Ressalto que o equipamento esportivo estudado compreende uma sala multiuso que oferece, essencialmente, atividades voltadas para adultos, pois, no núcleo do PELC, não são oferecidas oficinas específicas para crianças, salvo as de capoeira que atendem todas as idades. Ainda assim, nenhuma criança foi entrevistada pelo pesquisador.

Convém lembrar ainda que, conforme já abordado anteriormente, mesmo sabendo da existência de um outro programa específico para o futebol de campo desenvolvido no mesmo equipamento, destinado à crianças e adolescentes, é também parte das diretrizes do programa a oferta de atividades aos finais de semana.

A possibilidade de se trabalhar a intergeracionalidade aos finais de semana, seja através de oficinas específicas, seja através de eventos ou atividades especiais, permitiria a muitos adultos e crianças da mesma família interagirem juntos. Em relação aos eventos, vamos observar que os beneficiados destacam como relevantes e aprovam a realização, no entanto, quando se trata de oficinas aos finais de semana, não foi observado uma programação para o espaço, aspecto esse que deve também ser objeto de reflexão para os gestores do programa no município.

A seguir, a figura 1 abaixo relatando a quantidade de pessoas por faixa etária. Como critério didático, dividi as faixas etárias em períodos de dez anos, iniciando a partir dos 20 anos de idade.

FIGURA 01 – Idade dos Participantes

Segundo a figura, é possível observar seis pessoas com idade entre 30 e 39 anos; sete pessoas com idade entre 40 e 49 anos; vinte e quatro pessoas com idade entre 50 e 59 anos; vinte e sete pessoas com idade entre 60 a 69 anos; onze pessoas com idade entre 70 e 79 anos; e uma pessoa com idade entre 80 a 89 anos. Não foram registradas pessoas com idade inferior a 30 anos nem superior a 90 anos.

O segundo aspecto investigado na entrevista diz respeito à escolaridade dos participantes. Não foi objetivo da pesquisa relatar o ano e/ou série completa de escolaridade, nem tão pouco investigar maiores detalhes da escolaridade dos entrevistados. O objetivo é oferecer um dado a mais para reflexão, a partir da informação do último grau de instrução escolar declarado pelo participante.

FIGURA 02 – Nível de Escolaridade dos Participantes

Nesse aspecto, pode ser observado um equilíbrio na distribuição entre os três principais níveis de escolaridade, o nível fundamental, médio e superior, com uma ligeira vantagem para o último. Se comparados com a média nacional de escolaridade os números obtidos entre os entrevistados indicam um nível maior de escolarização. Como exemplo, destaco os extremos: enquanto a média nacional de pessoas sem instrução ultrapassa 10% da população, no universo pesquisado, não ultrapassa 2%. O contrário se observa relativamente àqueles que possuem nível superior, visto que na média nacional chegam a constituir 13% da população, e, no universo estudado, constituem 36% dos participantes¹³.

Outra informação levantada na entrevista, já relativa às discussões pertinentes à pesquisa, é o tempo dedicado à prática de atividades e/ou oficinas no local. Sabendo que é fundamental considerar, no entendimento do tempo dedicado ao lazer, o tempo dedicado ao trabalho, investiguei também se o entrevistado exercia ou não atividade profissional, bem como o tempo que dedicava a essa atividade laboral.

No referencial teórico, apresentei uma discussão sobre a relação histórica entre o tempo dedicado ao lazer e o tempo dedicado ao trabalho. Naquele momento, discuti as

¹³ Dados obtidos no Portal do IBGE a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do ano de 2015, disponível no link: <https://brasilensintese.ibge.gov.br/educacao/anos-de-estudo.html> Acesso em 11/07/2018.

classificações estabelecidas por diferentes estudiosos do tema, quais sejam, aquelas que distinguem o tempo de lazer como disponível, liberado ou livre. Ressalto que não foi intenção da entrevista discutir com o participante esses aspectos conceituais, mas, sim, extrair informações básicas capazes apresentar alguns indicadores do perfil dos usuários do programa naquele Centro Esportivo.

Assim, a pergunta foi realizada com o intuito de saber se a pessoa trabalha ou não. No caso de resposta positiva para o exercício laboral, indaguei, então, o horário de trabalho da pessoa. Do total de setenta e seis entrevistados, cinquenta e seis afirmaram que não exercem nenhuma atividade laboral, sendo que, deste universo, quatro se declararam desempregados, dezoito, aposentados e os demais trinta e quatro não complementaram a resposta.

Sabendo que o programa oferece a maior parte de suas atividades no período diurno, em horário comercial, é possível justificar a quantidade reduzida de pessoas que trabalham e frequentam as oficinas. Ainda assim, dos vinte entrevistados que trabalham, dez deles informaram que possuem horário flexível e quatro disseram que trabalham somente meio período, os demais relataram que trabalham eventualmente ou em casa.

Partindo de um entendimento do lazer no senso comum, em que se considera o tempo de lazer somente aquele oposto ao tempo de trabalho, poderia supor que as ações desenvolvidas no local não podem ser vinculadas a um programa de promoção do lazer, pois grande parte dos participantes não exerce atividade laboral. É óbvio que tal conclusão não se aplica, visto que, conforme já apresentado anteriormente, entendemos que o lazer se manifesta no *tempo disponível* da pessoa e a definição desse tempo se faz de forma mais complexa do que a simples oposição ao tempo de trabalho (MARCELLINO, 1996).

Além disso, entendo que o lazer se dá em estreita relação com as diferentes áreas de atuação humana, que pressupõem diversas obrigações no cotidiano, quer sejam as familiares, as políticas, as relacionadas à religião, à educação, bem como as relacionadas ao trabalho. Ou seja, a ausência de obrigações profissionais não descaracterizaria o tempo livre ou disponível das pessoas em relação ao lazer. Ao contrário disso, a estreita relação do lazer e com as demais áreas acaba por exercer influências diversas entre elas, com o tempo de lazer sofrendo influências positivas ou negativas das demais áreas, como por exemplo o tempo de lazer do desempregado.

A próxima figura apresenta a informação do tempo que o usuário frequenta o Centro Esportivo e, neste caso, a resposta não se refere à participação no programa, que acontece há pouco mais de um ano, mas, sim, ao tempo total que a pessoa frequenta o lugar. Lembro que o

local já recebeu outros projetos, como o próprio PELC, além de promover regularmente a prática de atividades físicas monitoradas, desenvolvidas pela Secretaria de Esportes e Lazer.

A fim de apresentar os dados defini três momentos significativos para organizar o grupo de repostas. O primeiro grupo corresponde a pessoas que participam do espaço há menos de um ano, compreendendo somente o período de execução do presente convênio. O segundo grupo corresponde a pessoas que frequentam o espaço de um a três anos, compreendendo o presente convênio, os cursos oferecidos pelo município e o final do convênio anterior. Por fim, defini um terceiro grupo de pessoas que afirmam frequentar o Centro há mais de três anos, no intuito de identificar os que participaram das três edições do PELC no local.

FIGURA 03 – Há quanto tempo frequenta o Centro Esportivo?

Interessante destacar que mais da metade dos entrevistados se declaram frequentadores do espaço há mais de três anos, ou seja, frequentam as atividades antes mesmo do início do trabalho da atual equipe do PELC. Das quarenta e seis pessoas que afirmam frequentar o espaço há mais de três anos, vinte e duas declaram ser frequentadoras desde a inauguração do Centro Esportivo, no ano de 2011, ou seja, há sete anos atrás.

Trata-se de um percentual considerável de pessoas que passaram por diferentes convênios e ainda continuam a frequentar o espaço. Assim, é importante lembrar que a municipalização das atividades faz parte das diretrizes do PELC, ou seja, a proposta inicial do ME consiste em fomentar a participação e o acesso às práticas do lazer e do esporte recreativo

e, ao final do convênio, transferir ao município a continuidade às ações, na medida em que a comunidade local avaliar como necessárias e houver disponibilidade de recursos municipais para custeá-las.

Com o objetivo de consolidar o PELC como um programa de Estado, é necessário que as prefeituras parceiras deem continuidade às atividades após o término do convênio com o ME. Essa continuidade deve ser realizada através da municipalização e apropriação da política de esporte e lazer. Neste sentido, o PELC é a forma que o Ministério do Esporte dá suporte financeiro e pedagógico aos municípios, para que — após os 24 meses de vigência dos convênios — possam se estruturar e conduzir suas próprias políticas públicas de lazer e esporte recreativo (BRASIL, 2017, p. 27).

Examino, agora, a questão relativa à frequência semanal do entrevistado ao Centro Esportivo. Primeiramente, saliento que, concomitantemente às oficinas oferecidas pelo PELC, também são oferecidas no espaço aulas de ginástica, alongamento e *tai chi chuan*, e é permitido aos frequentadores do espaço participar dos dois programas, tanto o do PELC, quanto o “Corpo em Ação”, que é gerenciado pela Secretaria de Esportes.

A oferta de dois programas em um mesmo espaço pode contribuir para o entendimento do porque muitos dos entrevistados reportam frequentar o local mais de duas vezes por semana, ainda que o PELC só ofereça atividades às terças e quintas-feiras.

Lembro que no mesmo equipamento esportivo existem cursos oferecidos pelo município às quartas e sextas-feiras durante o dia, às terças e quintas-feiras no período noturno, nas modalidades de ginástica, alongamento e *tai chi chuan*. Além dessas turmas de atividade física regular, acontecem também no espaço as oficinas de artesanato, sempre às segundas-feiras no período vespertino.

FIGURA 04 – Quantas vezes utiliza o Centro Esportivo na semana?

Mesmo com a diversidade de opções no local, os dados apontam que a maioria dos entrevistados visita o espaço apenas duas vezes na semana, ou seja, ousou afirmar que a frequência dessas pessoas acontece somente nos dias de oficinas do PELC. Refletir sobre essa informação cabe aos gestores locais, visto que, ainda que as pessoas digam não ter atividades profissionais, apontando para a possibilidade de ter maior tempo disponível para usufruir do espaço, nem todas o fazem. Em breve voltarei a esse ponto com outras contribuições das respostas dos entrevistados para tentar verificar o porquê dessa utilização reduzida.

Ressalto que as diretrizes do programa recomendam que a grade de atividades ofereça oficinas que contemplem os variados conteúdos culturais do lazer, no mínimo, três vezes por semana, permitindo, assim, ao beneficiado escolher, entre um repertório de atividades, aquelas que mais deseja participar (BRASIL, 2017, p.9). Ocorre, no entanto, que mesmo que o Centro Esportivo apresente uma variedade de oficinas, tanto pelo PELC, quanto pelo município, parte das pessoas aderem a uma modalidade e deixam de explorar outros conteúdos presentes na grade.

Sobre esse tema, o objetivo da questão seguinte foi investigar junto aos usuários seu interesse em participar de mais atividades no Centro Esportivo e o resultado apontou para o interesse da maioria, quarenta e cinco pessoas, manifestando vontade em participar de mais atividades. Trinta pessoas responderam não ter interesse em ampliar sua participação no local, e uma delas não soube responder.

Dentro desse universo de quase 60% dos participantes entrevistados que responderam demonstrando interesse em participar de mais atividades, quatorze delas argumentaram que não o fazem devido à falta de tempo; três pessoas relataram que participariam se houvesse outras atividades diferentes daquelas que já se realizam, e por fim, as demais não se manifestaram voluntariamente sobre a razão pela qual não se inscrevem em outros dos demais cursos oferecidos no local.

Importante refletir sobre a justificativa mais recorrente nas respostas, qual seja, a falta de tempo como elemento que impede a adesão a novas atividades. Se lembrarmos que a maior parte das pessoas afirma não possuir uma ocupação formal, poderíamos supor que o tempo seria o último aspecto limitador da adesão às oficinas. Ante o exposto, cabe mencionar que nem só o trabalho formal pode ser considerado como uma obrigação, pois, recorrendo as contribuições de Dumazedier (2008) e Marcellino (1987), existem as obrigações sociais, familiares, religiosas, políticas, entre outras, que também interferem no tempo que cada pessoa dedica ao lazer.

Neste sentido, ante os dados observados nas duas últimas questões, é possível inferir que, boa parte dos usuários expressa à vontade em participar de mais atividades, no entanto, não concretizam esse interesse. Acredito que tal constatação possa servir de ponto de partida para que os gestores públicos municipais verifiquem a possibilidade de realizar uma investigação mais detalhada sobre os interesses dos grupos que participam das oficinas. É plausível ainda que muitas dessas pessoas até desconheçam a existência de atividades nos demais dias, nesse caso, caberia uma integração ainda maior entre os programas para otimizar a utilização do espaço e assegurar novas possibilidades a todos.

Importante resgatar nesse momento, as contribuições de Bernet (2005) e Marcellino (1987; 1990) e Melo (2003), conforme já abordados anteriormente, sobre a importância de se pensar na ampliação do rol de atividades possíveis para uma intervenção no campo do lazer, buscando estabelecer relações com os diferentes interesses culturais, superando a tendência natural de concentrar a maior parte das atividades dentro da perspectiva da atividade física para a promoção da saúde. Acredito que os apontamentos dos autores devem servir de subsídio para uma reflexão sobre a oferta de atividades e oficinas no local, especialmente para contribuir com o objetivo principal do programa, que é o acesso e permanência ao direito ao lazer.

Ainda sobre tal conteúdo, perguntei aos beneficiados quais as atividades que eles praticam no local. Na figura 5 apresento os resultados da questão a partir do número de vezes que cada uma das modalidades e/ou oficinas oferecidas no Centro Esportivo foi citada pelos entrevistados. Lembro que é permitido que uma mesma pessoa realize mais de uma atividade,

seja pelo PELC, seja pelos cursos mantidos pela Secretaria de Esportes e Lazer, por esse motivo, o total de citações excede à quantidade de entrevistados.

FIGURA 05 – Quais atividades de que você participa?

Em relação às atividades escolhidas pelos participantes, percebo a predominância total das atividades físicas, em especial, de ginástica e alongamento. Nas entrevistas, pude constatar que muitos dos que utilizam o Centro Esportivo mais de duas vezes por semana, participam das oficinas de ginástica do PELC e, também, da ginástica oferecida pela Secretaria de Esportes, realizando, assim, atividades semelhantes quatro vezes por semana.

Oficinas como ginástica e alongamento ocupam quase 80% da preferência dos participantes, mesmo sendo oferecidas no local outras modalidades que também se constituem como atividades físicas, tais como *tai chi chuan*, caminhada, capoeira e dança. Neste aspecto, cabe novamente a sugestão ao grupo gestor do PELC no sentido de intensificar o debate sobre a importância de se diversificar os conteúdos do lazer vivenciados.

Esse movimento de ampliação cultural deve estimular a reflexão dos próprios gestores públicos a fim de que, no momento da construção das grades horárias de atividades, busquem assegurar maior diversificação destas, contemplando o leque de conteúdos culturais do lazer. É necessário, também, promover um processo educativo, de acordo com Bernet (2005) e Marcellino (1987; 1990) junto aos frequentadores do espaço para que experimentem novos conteúdos e vivências, especialmente, o público idoso, como adverte Melo (2003)

Já que estamos encarando as atividades de lazer fundamentalmente dimensionadas no campo da cultura, devemos estar alertas para que os programas com os idosos não se resumam ao oferecimento e estímulo a prática de atividades físicas. O lazer é um campo multidisciplinar e devem ser encaminhadas atividades ligadas aos mais diversos campos possíveis, às mais diversas “linguagens” (MELO, 2003, p. 70).

Sabendo que boa parte do público atendido no Centro Esportivo se enquadra nessa faixa etária, entre os pontos principais destacados pelo autor, é preciso considerar a importância do trabalho intergeracional, para não isolar ainda mais o idoso do restante da sociedade, assim como superar a tradicional oferta de atividades físicas e a ilusão, de acordo com o autor acima, de que apenas esse conteúdo seja suficiente para atender as necessidades desse segmento.

Quando o autor menciona a necessidade de oferecer as mais diversas “linguagens”, ele se remete às contribuições de Dumazedier (2008), complementadas por Camargo (1986), que tratam da diversidade de conteúdos culturais do lazer, sistematizados na classificação segundo interesses físico-desportivos, manuais, artísticos, sociais, intelectuais e artísticos. Lembramos que tal classificação é apenas uma sugestão que pode e deve ser ampliada de acordo com as contribuições da cultura de cada comunidade.

Outro ângulo essencial valorizado pelo autor, e que faz parte das diretrizes do PELC, é a intergeracionalidade, que deve ser estimulada nos programas destinados ao público idoso (BRASIL, 2017, p.11). Observo que embora o Centro Esportivo ofereça uma grade de atividades contemplando todos os dias da semana, nos períodos da manhã, tarde e noite, a variedade de conteúdos ainda é restrita, predominando uma tendência grande na oferta de atividades físicas, o que pode ser a justificativa para o fato de que muitas pessoas dispõem de tempo e demonstram vontade em participar de mais atividades, mas não o fazem.

Assim, após as primeiras reflexões realizadas com o objetivo de esboçar o perfil do grupo em foco, especialmente no que tange aos dados pessoais, frequência, participação e interesses, as próximas questões destinam-se a aprofundar aspectos relacionados ao PELC e ao seu desenvolvimento dentro do Centro Esportivo.

Ao se questionar os participantes sobre o fato deles conhecerem o equipamento esportivo antes da chegada do PELC ao local, cinquenta e quatro pessoas (71%) responderam que sim, já conheciam o espaço mesmo antes do início do programa.

Articulada com a questão subsequente, que teve por objetivo verificar se o entrevistado percebeu alguma mudança na organização do espaço e/ou, oferta de atividades e oficinas, após a implementação do trabalho promovido em parceria com o ME, observei que, a mesma

quantidade de pessoas que respondeu sim sobre conhecer o espaço antes do PELC, também apontou a percepção de mudanças no local após o início do programa.

Apesar do número de pessoas que afirmam ter conhecido o espaço antes do PELC ser o mesmo das pessoas que afirmam ter percebido mudanças no espaço, as respostas não foram dadas pelas mesmas pessoas. A maior parte dos entrevistados, que são os que já frequentavam o espaço, reconheceu mudanças na organização e funcionamento dele a partir do início do PELC, especialmente, no que tange à quantidade e variedade de atividades oferecidas no local, como podemos notar no registro da fala de alguns dos entrevistados.

B 05 – Sim, passou a atender mais pessoas;

B 10 – Sim, passou a ter mais opções de atividades;

B 19 – Sim, aumentou a variedade de atividades físicas;

B 63 – Mudou bastante, agora tem mais atividades e mais oportunidades;

B 71 – Sim, aumentou a oferta de oficinas; (Entrevista de campo – B, 2018).

Outras pessoas associam a mudança à diferença de método de trabalho do programa, comparativamente aos demais cursos oferecidos no local. Ressalto que avaliar ou comparar os métodos de trabalho de cada um dos agentes envolvidos e/ou professores, além de ser um procedimento subjetivo e complexo, não é papel da presente pesquisa. Porém, as informações são significativas, porque fornecem, a partir da voz dos beneficiados, indícios de como se efetivam no cotidiano as diretrizes e métodos diferentes que caracterizam cada programa. Além dos fundamentos, alguns entrevistados apontaram também o perfil de trabalho dos agentes sociais em comparação com os professores:

B 01 – Sim, o método de ensino é diferente dos outros professores;

B 24 – Com certeza, aumentou as atividades e os professores são mais dedicados; (Entrevista de campo – B, 2018).

Interessante também destacar que vários entrevistados usam palavras como interação, integração, socialização e participação como elementos para definir a mudança no atendimento após o início do PELC. Esse aspecto de integração e socialização também é expresso por algumas pessoas quando mencionam as amizades construídas a partir do programa e a possibilidade de coparticipação de pessoas de diferentes idades. Outro aspecto que pode ter contribuído com essa mudança de percepção é a sistemática realização de eventos,

especialmente os eventos de núcleo, que acontecem mensalmente e mobilizam e integram os participantes. Algumas observações sobre esta questão foram:

- B 06 – Aumentou a interação e a participação;
 - B 13 – Aumentou a participação das pessoas;
 - B 28 – Sim, aumentou a quantidade de pessoas e proporciona atividades que integram as pessoas;
 - B 44 – Acho que sim, as pessoas fizeram mais amizades, virou um lugar de lazer para o bairro;
 - B 60 – Sim, porque agora integra a família, independentemente da idade;
 - B 70 – Sim, aumentou as amizades próximas;
 - B 73 – Sim, o PELC ofertou muito mais coisas além das atividades;
- (Entrevista de campo – B, 2018).

Algumas pessoas, no entanto, remeteram as mudanças no espaço à reforma ocorrida anos atrás, lembrando o trabalho iniciado pelo PELC junto à comunidade e a transformação do local, que antes era somente um campo de terra, em um Centro Esportivo.

- B 38 – Mudou muito depois da reforma e da chegada do PELC;
- B 41 – Sim, moro aqui há 39 anos, era um barranco e um campo de terra;
- B 43 – Sim, antes era só lama, agora tá bem melhor;
- B 45 – Sim, antes tinha só um campo de terra, melhorou muito, tem mais atividades para crianças no futebol e para adultos na ginástica;
- B 47 – Sim, tinha um campo e um bar, antes eu vinha jogar futebol e fazer churrasco, agora melhorou 90%, porque o campo ficou bom e tem o salão de ginástica para as mulheres (Entrevista de campo – B, 2018).

Alguns entrevistados ainda guardam na memória o momento da reinauguração do espaço e primeira intervenção do PELC. Aproximadamente um terço das pessoas, vinte e duas especificamente, não soube identificar mudanças no espaço após o início do programa, sendo que, grande parte, informaram não conhecer o espaço antes da chegada do programa. Existem ainda, pessoas que não identificaram mudanças ou diferenças com a chegada do programa, talvez, como relata uma das entrevistadas, por não ter maior conhecimento do próprio programa e das diversas atividades desenvolvidas no espaço.

- B 33 - Não sei, a organização do espaço sempre foi muito boa;
- B 56 - Não sei, não conheço muito sobre esse PELC, eu participo, mas acho muito legal;
- B 58 - Não mudou; (Entrevista de campo – B, 2018).

A próxima questão procurou avaliar o nível de conhecimento dos entrevistados em relação ao programa de que participa. Perguntei se a pessoa sabia por que razão o PELC estava instalado naquele espaço. Surpreendentemente, a maior parte das pessoas desconhecia o motivo, o que é um sintoma preocupante, pois faz parte das diretrizes do PELC o trabalho de divulgação das ações junto à comunidade durante todo o processo de intervenção, desde a preparação, apresentando o sentido e o porquê do programa estar naquele lugar, o seu desenvolvimento e a sua continuidade após o término do convênio. Essas informações, porém, não chegaram a mais da metade dos participantes entrevistados.

Das vinte e sete pessoas que responderam que, sim, conheciam os motivos da realização do programa naquele espaço, a maior parte delas atribuiu a questões ligadas à prática de atividades físicas, à integração, à necessidade de promover melhoras na saúde das pessoas e, também, proporcionar lazer à comunidade. Quanto ao motivo para que o PELC estivesse naquele Centro Esportivo, as respostas foram as seguintes:

B 02 – Melhorar a saúde, sair do sedentarismo, proporcionar lazer e socialização;

B 04 – Promover a saúde e bem-estar das pessoas;

B 17 – Pra melhorar a qualidade de vida das pessoas e a socialização;

B 59 – Pra desenvolver um programa de ginástica;

B 75 – Pra dar melhor qualidade de vida e saúde para as pessoas; (Entrevista de campo – B, 2018).

Ainda que os temas da qualidade de vida e da saúde sejam fundamentais no debate sobre políticas públicas, especialmente quando tratamos daquelas que trabalham com atividades físicas de forma sistemática, torna-se preocupante a reiterada repetição dessa justificativa como fundamento de um programa que, em essência, é um programa de lazer e não de promoção da saúde. Mesmo sabendo que o PELC, em seus documentos estruturantes, contempla os princípios e diretrizes da promoção da saúde, seu objetivo final é promover o lazer, e na fala de alguns beneficiados, isso não se mostra com clareza.

Destaque-se, da mesma forma, que, de acordo com as diretrizes do PELC, é compromisso do programa se afastar das concepções funcionalistas de lazer (MARCELLINO, 1987), porém, em contrapartida, observo na transcrição da opinião de entrevistados, que alguns atribuem ao programa o objetivo de ajudar a população a ter uma vida melhor, encarando-o como uma mera prestação de serviço, cuja concepção se aproxima do assistencialismo.

- B 21 – Pra acolher pessoas da melhor idade;
- B 24 – Pra motivar as pessoas a sair dos bares no caso dos homens e fazerem atividade física;
- B 42 – Acredito que é pra passar lazer pra gente, ginástica, porque tem muitas pessoas que se livram da depressão por estar aqui;
- B 60 – Para ter benefício para os cofres públicos, devido a melhora na qualidade de vida das pessoas;
- B 72 – Acho que é pra ajudar as pessoas; (Entrevista de campo – B, 2018).

Lembro que já abordei, nas páginas iniciais deste trabalho, o caminho histórico percorrido pelo lazer em nosso país e as diferentes “funções” a que esteve submetido ao longo do século passado (MASCARENHAS, 2007; PINTO, 2008; CASTELLANI FILHO, 2007). Retomo ainda o fato de que, conforme nos aponta Castellani Filho (2007) busca por um lazer autônomo e transformador está na essência do discurso do PELC, especialmente por essa preocupação receber destaque nos documentos e ações que fundamentam o programa.

São poucas as pessoas que se aproximaram da percepção de que o programa defende a implantação de um núcleo de atividades de lazer e esporte recreativo, mediante iniciativa do Governo Federal, com o objetivo de ampliar o acesso ao direito social, promover a autonomia dos participantes e, especialmente conduzir a gestão local na direção da municipalização das atividades desenvolvidas. Algumas pessoas até citam a origem dos recursos que custeiam o programa, mas não avançam em apresentar os princípios e diretrizes do mesmo.

- B 19 – Porque veio verba do Governo Federal;
- B 28 – Por causa do subsídio do Governo Federal para atender a demanda que a prefeitura não consegue atender;
- B 31 – Sei que é do Governo Federal, acho que é para promover a saúde das pessoas;
- B 34 – Acho que foi um incentivo do Ministério do Esporte porque a prefeitura não dá conta;
- B 41 – Foi por uma emenda do Deputado Paulo Teixeira;
- B 44 - Não lembro muito bem, acho que é um contrato de 2 anos, acho que é muita gente e poucos professores, aí tem esse incremento de projetos; (Entrevista de campo – B, 2018).

Conforme vemos nos relatos apresentados, mesmo que algumas pessoas identifiquem o PELC enquanto um programa promovido pelo governo federal, muitas não citam por exemplo, os aspectos relacionados à organização comunitária, à participação nas decisões sobre o local, sobre o duplo aspecto educativo, que também serão alvo de perguntas seguintes, mas não aparecem nas falas dos beneficiados. Um aspecto interessante foi o fato de um participante

se remeter à emenda parlamentar de um deputado federal, que, na realidade existiu, mas foi destinada à reforma do espaço e não ao desenvolvimento do PELC.

A maior parte dos beneficiados, quarenta e nove pessoas (64%), admite não saber o motivo pelo qual o programa foi implantado naquele lugar, alguns ainda se arriscam a levantar um motivo, outros confessam que nunca perguntaram sobre isso, e um deles afirma que se trata do trabalho de uma organização não governamental.

B 33 – Não sei, uso a camiseta e não sei;

B 35 – Não sei, gostaria de saber;

B 38 – Não sei, nunca perguntei;

B 51 – Sei que é de uma ONG, mas nunca tive a oportunidade de perguntar;

B 53 – Não sei, acredito que seja para atender a comunidade, tem muita gente aqui que pode pagar, mas muita gente vem porque é de graça;

B 55 – Não penso que é um programa igual aos demais da prefeitura;

B 62 – Não, mas acho que é pra ajudar a população; (Entrevista de campo – B, 2018).

Percebe-se a dificuldade dos entrevistados em compreender e expor a amplitude da ação governamental realizada através dessa política pública. As pessoas participam, "vestem a camisa", mas não se preocupam em saber maiores informações sobre o porquê e qual o motivo da participação. Assim, acabam, de modo inconsciente, reproduzindo um viés assistencialista do lazer (MARCELLINO, 2008), que coloca o poder público como responsável por "ajudar" a população, ou até possibilitar o acesso gratuito àqueles que não podem pagar pelo direto.

Nesse ponto, convém destacar a responsabilidade dos gestores locais frente a falta de conhecimento sobre a política pública junto aos beneficiados. Importante salientar que tal informação deveria ser conhecida por todos os participantes, visto que, por se tratar de um programa que tem tempo determinado para seu desenvolvimento, com recursos destinados e com finalidade específica, ao se matricular, acredito que a primeira informação a ser transmitida ao interessado deveria ser sobre o motivo do programa estar acontecendo naquele espaço. Assim, acredito que esse aspecto deve ser repensado pelos gestores municipais, atentando à divulgação da origem dos recursos e finalidade do programa no local.

As próximas duas questões devem ser avaliadas conjuntamente, visto que a primeira teve por objetivo verificar se a pessoa participava de outros programas que ofereciam atividades físicas, similares às oficinas oferecidas pelo PELC, seja no mesmo local ou em outro centro esportivo. A segunda, foi direcionada somente àqueles que participavam de outros programas e buscava saber se o entrevistado percebia diferença entre as atividades oferecidas por esse

programa e as oficinas do PELC. Ainda que, a princípio, as perguntas sejam de cunho objetivo, algumas pessoas se manifestaram apontando aspectos qualitativos das diferenças entre os programas.

Em relação ao questionamento se a pessoa participa de outros programas, vinte e cinco pessoas afirmaram participavam. No entanto, a maior parte do grupo entrevistado, cinquenta e uma pessoas (67%), afirmaram que participavam apenas das atividades promovidas pelo PELC.

Curioso destacar nesse ponto, uma aproximação entre o quantitativo de pessoas que afirmam participar de outros programas com o quantitativo presente na figura 04. Quando questionadas sobre a periodicidade com que frequentam o espaço, vinte e sete pessoas responderam que compareceram quatro ou mais vezes na semana, número próximo da quantidade de pessoas que, entretanto, afirmaram participar de outros programas, neste caso, vinte e cinco pessoas. É possível que a divergência entre os dois dados tenha relação com o fato de que algumas pessoas desconhecem as diferenças entre os programas e, assim, pensaram que todas as atividades faziam parte de uma ação única promovida, ou pelo PELC ou pelo município.

Dos vinte e cinco entrevistados que responderam afirmativamente sobre a participação em outros programas, seis deles afirmaram frequentar o programa de ginástica oferecido pela prefeitura e/ou Secretaria de Esportes e Lazer, no mesmo local. Os demais entrevistados afirmam participar de outras ações e/ou programas realizados em outros centros esportivos ou espaços municipais.

B 33 – Sim, jogo vôlei no Jerusalém;

B 35 – Sim, participo do CRI (Centro de Referência do Idoso) e já participei da hidroginástica, mas é muito difícil conseguir vaga no sorteio;

B 49 – Sim, faço yoga e tai chi no CRI;

B 59 – Sim, participo, no Bezerra de Menezes, da ginástica; (Entrevista de campo – B, 2018).

Entre as respostas apresentadas acima aparece a referência ao trabalho desenvolvido no Centro Esportivo do Jerusalém, promovido pela Secretaria de Esportes e duas citações do projeto do CRI (Centro de Referência ao Idoso), que é uma ação desenvolvida pela Secretaria de Esportes e Lazer em conjunto com a Secretaria de Assistência Social e Cidadania de São Bernardo do Campo. Além desses, uma citação ao “Bezerra de Menezes”, que não tem vínculo com o serviço público, mas é uma entidade religiosa que promove ações junto à comunidade.

Em relação às pessoas que afirmam não participar de nenhum outro programa, ou seja, um total de cinquenta e uma pessoas, apenas cinco delas afirmam voluntariamente não saber da existência de outros programas semelhantes no município. Vinte e duas pessoas relatam conhecer a existência de outros programas, mas não participam, no momento, frequentando apenas as oficinas do PELC.

B 31 – No momento não, mas já participei;

B 34 – Sei que existe, mas não participo porque geralmente é longe;

B 37 – Não, só fazia parte do "De bem com a vida" no posto;

B 38 – Não, mas sei que existe; (Entrevista de campo – B, 2018).

O programa “De bem com a vida”, citado em uma das respostas, é desenvolvido pela Secretaria de Saúde do município, também dentro da perspectiva da promoção da saúde. Assim, observo, em um universo muito reduzido de pessoas, a coexistência no município de diferentes programas governamentais e iniciativas do terceiro setor compreendendo o mesmo nicho de atuação, a promoção da saúde.

Percebo que a multiplicidade de ações sem a conexão entre elas se mostra como resultado da ausência de diálogo entre os diferentes setores dentro de um mesmo território, no caso em questão, é possível identificar vários programas com objetivos semelhantes dentro do município. Essa ausência deveria ser superada através da implementação de políticas intersetoriais, conforme já abordamos anteriormente a partir das contribuições de Marcellino (2006; 2008), promovendo o diálogo entre todos os interessados no tema com a finalidade de construir uma rede de atendimento em prática sistemática de atividade física para a promoção do lazer.

Ainda que o PELC seja um programa de promoção do lazer e do esporte recreativo, enquanto política pública, ele pode e deve, de acordo com suas diretrizes, buscar estabelecer esses contatos intersetoriais no sentido de facilitar a integração de diferentes políticas públicas, especialmente, capacitando e formando gestores públicos atentos e comprometidos com essa perspectiva de atuação.

Quando falamos da intersetorialidade, como uma diretriz do PELC, estamos apontando para a necessidade de inter-relação entre os vários setores que compõem as políticas públicas e a disposição prévia deste programa de integrar-se.

[...]

Nesse sentido, as ações do PELC precisam estabelecer interfaces com outros programas e projetos realizados na cidade, buscando uma maior integração. Da mesma forma, necessitam estar imbricadas à cultura local (SILVA; GOMES, 2017, p.61).

Frente a esse particular, percebo que em relação ao diálogo com os programas internos da SESP o PELC cumpre o seu papel, pois, pôde ser verificado a existência de uma relação entre os profissionais e programas tanto nas oficinas quanto nos eventos e ações realizadas no núcleo, assim como, também se percebeu uma busca pela integração nas entrevistas dos gestores e agentes.

Essa mesma relação, no entanto, não se manifestou em nenhum momento durante o período de observação, uma relação de proximidade ou trabalho em conjunto frente a demais projetos e ações que acontecem na cidade, sejam eles desenvolvidos por outras secretarias, tais como a Secretaria de Saúde ou de Assistência Social, seja por ações desenvolvidas por demais entidades do terceiro setor ou da iniciativa privada. Penso que esse também é um aspecto que deve ser objeto de reflexão para os gestores locais, visto que, a intersetorialidade contribui significativamente para o sucesso das políticas públicas, tais como o PELC.

Importante ressaltar ainda que alguns dos espaços citados não estão localizados geograficamente próximos ao núcleo do Jardim Lavínia e, talvez, por este motivo, o diálogo não tenha se estabelecido. Merece destaque o fato de que, dos gestores e profissionais entrevistados, apenas a coordenadora pedagógica do programa mencionou em entrevista, que será apresentada posteriormente, o desenvolvimento de diferentes iniciativas relacionadas ao compromisso com a intersetorialidade preconizadas pelo PELC.

Partindo para a próxima questão, pretendeu-se investigar, junto aos entrevistados, se eles entendem o PELC como um programa diferente dos demais, permitindo ainda que apontem algumas características particulares a ele.

FIGURA 06 – O PELC é diferente dos outros programas?

Da totalidade de pessoas que responderam entender que o PELC se diferencia dos demais programas, parte delas justificou as diferenças a partir de aspectos já abordados em outras questões neste trabalho como, por exemplo, a realização de eventos, a possibilidade de atender diferentes idades, a forma como o agente interage com as pessoas, o entendimento de que o PELC trabalha mais próximo ao campo do lazer, a possibilidade de participar das atividades junto com familiares e, por fim, foi apresentado como diferença até o modo de contratação dos profissionais.

É relevante considerar que o que torna o PELC um programa diferenciado dos demais programas oferecidos na cidade, segundo relato dos entrevistados, são elementos que constam em suas diretrizes, tais como a realização de eventos, o trabalho intergeracional, o caráter recreativo das oficinas, o trabalho coletivo, dentre outros (BRASIL, 2017).

- B 05 – Sim, proporciona eventos;
- B 10 – Sim, tem mais eventos que na prefeitura;
- B 13 – Sim, atende crianças e adultos;
- B 17 – Sim, porque o PELC me resgatou e o professor é muito competente;
- B 18 – Sim, está mais voltado para o lazer e para o prazer;
- B 25 – Sim, o professor é muito atencioso;
- B 28 – Sim, pois o PELC não restringe a idade;
- B 49 – Sim, acho que os professores do PELC são mais atenciosos e maleáveis;

- B 55 – Acho que a mão de obra do PELC é terceirizada enquanto a da prefeitura é concursada;
 B 60 – Sim, porque o PELC integra a família e promove eventos;
 B 71 – Sim, o PELC não tem só parte física, mas envolve os eventos também;
 (Entrevista de campo – B, 2018)

Em contrapartida, uma grande quantidade de pessoas não soube responder ou não percebeu diferenças entre o PELC e os demais programas desenvolvidos no local. Das quatorze pessoas que afirmaram não perceber diferenças, os principais argumentos são que as ações se assemelham, inclusive, um dos entrevistados afirma que o PELC é parecido com os outros projetos, porém, oferece mais atividades de lazer.

- B 08 – Não, é tudo igual;
 B 12 – Não, é tudo igual;
 B 15 – É parecido, mas tem mais atividades de lazer;
 B 45 – Não, não vejo diferença;
 B 46 – Não, sempre gostei de todos; (Entrevista de campo – B, 2018)

Novamente os dados convergem, visto que a maioria das pessoas acredita que não existe diferença ou não sabe responder. É possível que parte dos entrevistados desconheça os demais programas ou até acredite que todos têm os mesmos objetivos. Pouco menos da metade dos entrevistados afirmaram que existem diferenças entre o PELC e os demais programas desenvolvidos na cidade.

Perceber as diferenças entre o PELC e os demais programas oferecidos pelo município não é tão simples, já que as pessoas dificilmente têm acesso aos documentos que estruturam tais ações, quando eles existem. É comum que os interessados se inscrevam em determinado curso ou oficina e participem das atividades visando seu aperfeiçoamento. No caso específico do PELC está previsto nas diretrizes que o seu conhecimento e fundamentos sejam compartilhados com os participantes, especialmente na figura do conselho gestor.

O conselho gestor do PELC deve ser implementado em cada um dos núcleos de atividade e, no caso de municípios que recebem mais de um núcleo, como é o caso de São Bernardo do Campo, deve-se instituir ainda um conselho gestor do programa, com representantes de cada um dos conselhos de núcleo.

Esse tema também foi objeto da pesquisa perguntando aos entrevistados se eles participam ou não do conselho gestor local. O resultado apontou que uma ampla maioria, sessenta e nove pessoas (91%) não participa desse espaço promovido pelo programa. Desse

quantitativo, apenas sete pessoas declararam voluntariamente ter conhecimento da existência do conselho e optaram por não participar, as demais não manifestaram conhecimento do mesmo.

É difícil mensurar um número ideal de representação para o desenvolvimento do Conselho Gestor, visto que não existe informações sobre esse quantitativo nos documentos que subsidiam o PELC, tão pouco os formadores e técnicos estipulam um valor. No entanto, merece ser objeto de reflexão o desconhecimento do tema para a maior parte das pessoas, mesmo sabendo que tal instrumento é parte relevante e obrigatória do desenvolvimento do programa.

Conforme apontam as diretrizes do PELC, o conselho gestor do espaço esportivo, além dos representantes dos beneficiados, deve ser composto por representantes de entidades parceiras, entidade de controle social, agentes sociais, coordenadores de núcleo e pedagógico e representantes da entidade conveniente, no caso, o município. Sobre a periodicidade das reuniões, as diretrizes sugerem encontros mensais ou bimestrais, de acordo com a realidade local (BRASIL, 2017, p.19-20).

É oportuno lembrar que, como as reuniões do conselho gestor devem ser realizadas com periodicidade e pressupõem certa obrigatoriedade de presença, são poucos os participantes com disponibilidade para se dedicar a um novo compromisso, sem remuneração e com responsabilidades, mesmo que mínimas. Motivar as pessoas a participarem de encontros fora dos horários predeterminados das oficinas, ainda que voltadas para o interesse coletivo, com certeza, é uma tarefa que dificulta a adesão dos beneficiados ao conselho gestor.

A questão que se segue aborda, exatamente, a utilização ou não que as pessoas fazem do Centro Esportivo fora dos horários em que estão matriculadas para cursos. Lembro que, por se tratar de um programa de promoção do lazer e do esporte recreativo é papel do PELC estimular a autonomia na utilização do espaço, de modo que a democratização deste permita ampliar as possibilidades de acesso e permanência no lazer, inclusive nos momentos em que não ocorrem oficinas. De fato, verifica-se certo equilíbrio entre a participação ou não nos horários alternativos às oficinas, porém, com uma ligeira vantagem na quantidade de pessoas que não utilizam o espaço fora dos horários tradicionais das oficinas do PELC.

Em termos quantitativos, trinta e seis pessoas (47%) afirmam utilizar o equipamento esportivo fora dos horários das oficinas do PELC, enquanto quarenta pessoas (53%) relatam a não utilização do espaço em horários alternativos a sua oficina. Ante essa constatação de que a maior parte das pessoas não utiliza o espaço fora dos horários das oficinas, somos conduzidos a diversos pontos de reflexão.

O primeiro aspecto tem relação direto com o espaço físico: um campo de futebol, equipamento específico (MARCELLINO, 1983) para essa prática esportiva que, mesmo abrigando um salão multiuso que recebe durante a semana diferentes oficinas monitoradas de práticas corporais, não deixa de ser um espaço destinado especificamente ao futebol, principalmente aos finais de semana, quando acontecem jogos de campeonatos amadores da cidade.

Nos finais de semana, geralmente, o salão fica fechado e os frequentadores do campo também não enxergam muita funcionalidade no salão, salvo para realizar festas ou atividades comemorativas, o que não é permitido pela administração. Assim, sem a presença de um agente facilitador, o espaço do salão não é usado, pois não tem equipamentos, brinquedos ou aparelhos para uso individual.

Novamente é preciso retomar que no que tange a esse cenário, acredito que o PELC deveria ter estruturado suas atividades com o compromisso de olhar e superar essa dificuldade, modificando assim esse cenário, visto que, por se tratar de uma política pública de promoção do lazer, oferecer uma programação que contemple atividades aos finais de semana, possibilita acesso a um grupo de pessoas que somente possuem tempo liberado das obrigações nesse período. Julgo ser de extrema importância a revisão dessa ausência de programação aos finais de semana pelos gestores públicos municipais.

Pode se dizer que o espaço tem um funcionamento e atende públicos diversificados de acordo com o dia da semana e horário ou período. Durante a semana, em horário comercial, a maior frequência é de crianças e adolescentes matriculados na escolinha de futebol e adultos e idosos, em sua maioria mulheres, que utilizam o salão para a ginástica. Nos dias de semana, à noite, o uso do campo é aberto à comunidade, que passa a ser frequentado comumente por adultos do sexo masculino, enquanto no salão, as oficinas de ginástica e dança recebem adultos e idosos de ambos os sexos. Por fim, nos finais de semana, o uso acaba se reduzindo a homens de diferentes idades, praticantes da modalidade de futebol.

Ainda assim, a pesquisa constata que uma parcela considerável dos participantes frequenta o espaço fora dos horários das oficinas. Entre os fatores que motivam essa frequência está a realização de eventos, geralmente aos sábados ou nas sextas-feiras à noite. Outro apelo é a utilização da pista de caminhada, anexa ao campo, que é pequena, mas é utilizada por parte dos usuários.

Das trinta e seis pessoas que afirmam utilizar o espaço fora dos horários específicos das oficinas do PELC, cinco dizem participar de outras aulas no local, vinte e três, mais do que

a metade, afirmam ir ao Centro Esportivo por ocasião de eventos ou festividades. Algumas das respostas estão transcritas abaixo:

- B 05 – Sim, nos eventos e aulas da prefeitura;
- B 06 – Sim, nos eventos, baile, festa junina;
- B 13 – Sim, nos eventos do PELC e aulas da Secretaria;
- B 14 – Sim, nos eventos como o Sarau e Festa Junina;
- B 21 – Sim, quando tem palestras;
- B 29 – Sim, no sarau e nas atividades do meu filho;
- B 38 – Venho trazer meu neto no futebol e uso a pista de caminhada;
- B 41 – Sim, venho cuidar das árvores e do espaço;
- B 49 – Sim, venho com minhas amigas fazer caminhada de manhã (Entrevista de campo – B, 2018)

A participação das pessoas nos eventos promovidos é muito grande e, geralmente, eles acontecem nos finais de semana ou no período da noite, com o objetivo de contemplar a participação de familiares dos participantes. Uma pessoa relatou o interesse por palestras, enquanto outras relacionaram sua ida ao Centro Esportivo por causa das atividades de futebol do filho e/ou neto. Uma das pessoas, no entanto, um senhor que é colaborador e membro do conselho gestor, afirma vir com frequência para organizar o espaço e cuidar das árvores.

Vale destacar que quando terminou a primeira intervenção do PELC no local foi realizado um evento de plantio de mudas de árvores no espaço, simbolizando a continuidade das ações pela comunidade após o encerramento do programa. A ideia inicial consistia em estimular as pessoas a cuidarem das mudas de árvores, assim como deveriam cuidar e usufruir do espaço público. Com o passar dos anos boa parte das mudas cresceram e muitas pessoas que fizeram o plantio ainda utilizam o espaço, mas esse senhor relatou que somente ele continua cuidando das árvores e as mudas já viraram árvores e possibilitam sombras e um ambiente mais verde para os novos frequentadores.

Já para muitas das pessoas que declararam não frequentar o espaço fora dos horários das oficinas, a principal justificativa foi a falta de tempo. Interessante destacar que um dos entrevistados afirma não frequentar o espaço, salvo quando o utiliza para trabalho, ou seja, quando marca alguma reunião com representantes ou consumidores de produtos de beleza. Convém salientar que o espaço em si não é um local para reuniões comerciais, porém, por se tratar de um ambiente amplo e de fácil acesso, é possível que seja utilizado para tratar de assuntos particulares, como é o caso relatado por B 40. Abaixo alguns dos relatos apontados, nesta questão.

- B 31 – Não, porque não tenho tempo;
- B 36 – Não, só nas férias eu fazia caminhada;
- B 40 – Não, só quando marco alguma reunião da avon;
- B 53 – Não, vinha antes quando meu filho jogava futebol
- B 56 – Não, caminhada eu faço perto de casa (Entrevista de campo – B, 2018).

O levantamento dessas informações junto aos entrevistados teve por objetivo caracterizar o desenvolvimento das atividades do programa a partir do olhar do participante, oferecendo uma perspectiva diferente à do pesquisador. Assim, verificar como cada participante estabelece uma relação pessoal diferente com o PELC, as oficinas, conhecer os motivos, as preferências e o entendimento dos beneficiados, nos permite entender um pouco mais sobre essa política pública.

No próximo tópico, pretendo dialogar sobre aspectos conceituais e operacionais do desenvolvimento da política pública, especialmente a partir das contribuições dos gestores do programa, a coordenadora pedagógica e a coordenadora de núcleo.

6.3.7 A “voz” dos gestores

Após as observações e entrevistas com os participantes pretendo discutir alguns aspectos conceituais e da estrutura do programa, a partir da percepção e entendimento dos gestores diretamente envolvidos. Serão utilizadas como subsídios para as discussões as entrevistas realizadas com a Coordenadora de Núcleo (CN), a Coordenadora Pedagógica (CP) e, em alguns pontos, as contribuições da Gestora dos Convênios anteriores (GC). Enquanto gestor geral dos convênios do PELC em São Bernardo do Campo pretendo expor também meu ponto de vista em alguns aspectos, mantendo o distanciamento necessário, buscando estabelecer relações entre o conhecimento produzido no campo e as determinações.

Sabendo da amplitude do rol de atribuições dessa equipe no desenvolvimento do programa, procurei priorizar alguns aspectos que considero relevantes a partir dos pressupostos apresentados no referencial teórico, nas diretrizes do programa e também, a partir das observações e entrevistas realizadas com os participantes. Assim, pretendo apresentar brevemente as principais atribuições de cada um dos gestores e a percepção de cada um deles sobre o processo de organização dos trabalhos nos núcleos, a importância dos eventos para o programa, a relação do PELC com os demais programas da Secretaria de Esportes e Lazer do

município e, por fim, o entendimento de cada um deles sobre as contribuições do PELC enquanto programa de promoção do lazer.

Antes de iniciar as reflexões é necessário apresentar as funções de cada um desses gestores em conformidade com as diretrizes do programa. Para ambos os cargos, Coordenador Pedagógico e de Núcleo, o ME determina uma carga horária de trabalho de 40 horas semanais e impõe como requisito a formação em nível superior, preferencialmente na área da Educação, Educação Física, Esporte e/ou Lazer, com experiência na elaboração e supervisão de projetos no âmbito das ações comunitárias e pedagógicas (BRASIL, 2017, p.14).

O coordenador pedagógico é aquele que tem a visão do todo, está em permanente contato com os núcleos, observando, fazendo sugestões e agindo de forma a qualificar o trabalho. Precisa conhecer profundamente o Programa, suas diretrizes, objetivos, orientações e socializar esse conhecimento (BRASIL, 2017, p.13).

O coordenador de núcleo é a pessoa que responde por aquele núcleo em relação ao trabalho dos agentes, às atividades desenvolvidas, à participação da comunidade nas atividades, aos eventos realizados e a outros aspectos relativos ao núcleo (BRASIL, 2017, p.16).

Além dessas duas funções, para convênios pactuados com mais de dez núcleos, o programa autoriza a contratação de um coordenador setorial, que não se aplica ao caso de São Bernardo do Campo. Para somar-se aos coordenadores e agentes sociais contratados com recursos do convênio, o ME solicita, em contrapartida, que o município ofereça ainda um servidor de carreira, com formação em Educação Física e/ou Lazer, para exercer a função de Coordenador Geral com o compromisso de acompanhar todo o desenvolvimento do convênio, mediando as relações entre o município e o ME, mantendo contato direto com os técnicos e formadores vinculados ao convênio.

As funções do Coordenador Pedagógico compreendem o contato direto com os coordenadores de núcleo e agentes sociais, especialmente em relação às demandas administrativas e operacionais do projeto, além da condução, junto à coordenação geral, do processo de formação continuada e acompanhamento geral das atividades. A percepção da coordenadora pedagógica, extraída da entrevista, revela-se alinhada com as diretrizes do programa, conforme ela própria descreve sua função no programa.

Dentro do trabalho que a gente desenvolve no projeto aqui, são várias ações, várias atividades, burocráticas de organização de equipe, organização de aulas, organização de eventos, desde eventos de núcleo até eventos macro, que são os eventos que vêm nas diretrizes do projeto. A gente também fica responsável pelo processo de formação, então a formação dos agentes que a gente desenvolve com eles. A ação também de criar ações intersetoriais com outras secretarias para que possa agregar tanto para o projeto, quanto o projeto possa agregar com outras ações que acontecem. Dentre outras coisas, temos mais demandas burocráticas, cuidar de RH, dentre outras (Entrevista de campo – CP, 2018).

O papel do Coordenador de Núcleo já compreende funções mais específicas, relacionadas ao desenvolvimento das oficinas, eventos e mobilização das lideranças locais. Com a responsabilidade de coordenar as ações de seis agentes sociais, cabe a ele construir junto à comunidade uma grade de atividades que contemple os objetivos do programa e organizar um calendário de eventos que envolva toda a comunidade. Em entrevista, a coordenadora destaca sua relação com os agentes e com a comunidade, afirmando que procura “[...] auxiliar o agente social nas demandas das oficinas, fazendo com que ele sempre trabalhe em cima das diretrizes do PELC, e além disso, fortalecer o trabalho com a comunidade e com o conselho gestor” (Entrevista de campo – CN, 2018).

Percebo que ambas as gestoras apresentam um entendimento coerente com suas atribuições, tanto a CP em relação ao seu papel enquanto gestora administrativa, atuando na organização das documentações, nas formações continuadas e no diálogo intersetorial que o programa pede, quanto a CN destacando na sua atuação a responsabilidade de fortalecer a participação da comunidade no programa e acompanhar o trabalho dos agentes sociais.

Evidentemente que cobrar a lembrança de todas as atribuições descritas nas diretrizes do programa não é razoável, mas entendo que, ao serem questionadas sobre o papel de cada uma para o desenvolvimento do programa, ambas destaquem aspectos ligados ao desenvolvimento da política pública na perspectiva de promover relações, sejam relações intersetoriais, sejam relações junto à comunidade.

Essa preocupação com a formação dos agentes sociais e representantes da comunidade, assim como com a importância da mobilização comunitária, aparecem na fala da coordenadora pedagógica quando questionada sobre como foi o processo de implementação e desenvolvimento do PELC na cidade.

Nesse PELC de São Bernardo a gente tem hoje dez núcleos, e três subnúcleos, que temos dentro do processo, cada espaço nós temos um coordenador de

núcleo e mais seis agentes que compõe o grupo. Essa equipe de agentes é composta por um agente de dança, um de artesanato e outro de artes marciais que são subdivididos entre judô e capoeira, além de três agentes de recreação que trabalham com diversas atividades no espaço. Os três subnúcleos que temos hoje é o Ferrazópolis, que tem o Centro Cultural e o Centro de Convivência, Alves Dias e Corintinhas, e Lavínia e Jerusalém. A organização assim, as equipes são bem diversas, bem ecléticas, tem agentes que fazem um trabalho bem bacana na comunidade, os coordenadores também, a gente tem um trabalho bem formativo com eles que acabam tendo um resultado bem positivo na ponta, principalmente nessa questão de mobilização comunitária, de organização do espaço, de organização de eventos, então eu acho que o trabalho está bem efetivado lá nas pontas (Entrevista de campo – CP, 2018).

Frisando a relevância dos eventos no desenvolvimento dos trabalhos, a coordenadora destaca a particularidade de cada núcleo em relação ao desenvolvimento do programa. No que diz respeito ao Lavínia, a CN lembrou que, no momento de organizar a grade de atividades, levou em conta as possibilidades de horário que o local oferecia e, também, os interesses da comunidade local.

Quando nós chegamos lá, precisamos nos adequar à disponibilidade do espaço né. Então, tinha somente dois dias da semana livre para o PELC estar atuando, que são as terças e quintas, e aí, devido à procura por ginástica e alongamento ser muito grande, e a prefeitura não conseguir atender a todos esses alunos, foi necessário abrir essas oficinas (Entrevista de campo – CN, 2018).

Outro aspecto relacionado às atribuições da coordenadora de núcleo é o acompanhamento dos trabalhos, em especial, o controle de frequência dos beneficiados. Recordo que, conforme já discutido neste trabalho, os documentos que fundamentam o PELC não apontam mecanismos de controle de frequência, tão pouco aludem a possibilidade da pessoa perder a vaga no programa por não comparecer à oficina, no entanto, na prática do trabalho nos núcleos, a realidade se mostra diferente.

Sobre a assiduidade dos participantes, a coordenadora diz:

Olha, o pessoal é bem assíduo e bem fiel, tem uma preocupação grande em perder a vaga, eles sabem que lá a procura é grande, eles mesmo sempre estão indicando por conta dos benefícios que o programa tem trazido pra vida deles e isso aumenta demais a procura, fazendo com que tenha até lista de espera. Então, devido a esse “medo”, digamos assim, de perder a vaga, o pessoal é bem assíduo (Entrevista de campo – CN, 2018).

A obrigatoriedade de controle de frequência, uma grande procura por vagas e a necessidade de se limitar a quantidade de vagas em determinadas turmas implicam a adoção de práticas que vão contra os princípios da livre adesão e participação voluntária, condizentes com as práticas ligadas ao lazer, conforme discutido na revisão bibliográfica feita no início deste trabalho (MARCELLINO 1983, 1987, 1996; CAMARGO, 1998. 1986; REQUIXA, 1974). Frente a esses fatores, a CN conta um pouco sobre a maneira como busca lidar com esse contexto:

Então, a gente sempre procura respeitar a individualidade de cada um né. Entendemos os problemas, mas a gente pede pra que quem precisa faltar, sempre avisar o professor, comunicar na aula seguinte e, não frequentando o mês inteiro, quando não há nenhuma frequência dessas pessoas, aí sim, a gente substitui por alguém que está na lista de espera; mas a gente respeita aqueles que vêm a ter algum problema pra não ficar nas aulas (Entrevista de campo – CN, 2018).

Outro aspecto destacado pela CN é a identificação dos participantes com os princípios do PELC, especialmente o envolvimento com a gestão e organização do espaço.

Então, lá tem um grupo de pessoas que é bem fiel ao local e por lá já ter tido outro PELC, a cultura local é de manter aquilo organizado, as cortinas, às vezes estão sujas, uma pessoa fala, "ah, professor eu posso levar pra lavar essas cortinas", mesmo ela não sendo do conselho gestor, que o conselho gestor no caso é o que nos dá bastante ajuda lá. Mas independentemente de ser do conselho gestor as pessoas têm cuidado do espaço (Entrevista de campo – CN, 2018).

Respondendo se os participantes entendem o Centro Esportivo do Jardim Lavínia como um espaço para a vivência do lazer, a CN deixa escapar uma concepção que diferencia as oficinas dos eventos. Para ela, nestes últimos, seria possível perceber mais abertura para vivenciar o lazer.

Uma parte das pessoas que frequentam as oficinas, sim, entendem que o espaço também é pra eles fazerem lazer, outras são muito voltadas pra busca da melhora da saúde apenas, então, estão lá só pra se cuidar mesmo e pronto, ou por que não têm tempo e não frequentam os eventos, mas uma grande maioria frequenta (Entrevista de campo – CN, 2018).

Tal visão se ratifica quando ela é questionada sobre o papel dos eventos no programa:

Então, como eu falei na pergunta anterior, boa parte das pessoas já entende que os eventos são pra eles se divertirem, pra levarem amigos, família, independente de fazer parte da oficina ou não, outra parte das pessoas está preocupada mais com a saúde e alguns alegam que o evento muitas vezes não cai na disponibilidade deles e por isso eles não frequentam. Mas os eventos lá têm sido bem legais (Entrevista de campo – CN, 2018).

Na concepção da CN os eventos são o diferencial do PELC, especialmente pela possibilidade de integrar a família às atividades desenvolvidas nas oficinas. Já na concepção da CP existem muitos aspectos que diferenciam o PELC de outras políticas públicas similares, entre eles, destaca o princípio da intergeracionalidade, a diversidade de conteúdos e, especialmente, o trabalho de formação e informação que é feito junto à comunidade.

[...] Esse programa (PELC) como ele é muito diferenciado né, ele é diferenciado pelas ações, pela própria estrutura que, por exemplo, ele pede dos profissionais que atuam nele. Então a gente trabalha com profissionais que eles não podem ter essa ideia de só dar aula, ter a concepção de dar aula pegar as coisas e ir embora, o PELC não tem essa concepção, ele tem uma concepção muito mais dialética, onde as pessoas discutem, inclusive, fazem muitas rodas de conversa sobre lazer. Eu acho que é a oportunidade da gente mostrar pra essas pessoas qual é de fato o papel social do lazer, como direito deles, como direito igual os demais direito como saúde, educação, o lazer também é um direito deles (Entrevista de campo – CP, 2018).

Nessa fala, a CP demonstra bastante domínio sobre as diretrizes e fundamentos do programa. Ao ser solicitada a discorrer sobre as diretrizes, ela salienta duas que se mostraram importantes no desenvolvimento do convênio, a intergeracionalidade e a intersetorialidade, e aponta as dificuldades iniciais na condução dos trabalhos e o caminho escolhido para vencer esses desafios.

Bom, dentro das diretrizes, a gente foi estudando uma de cada vez, então, junto com os coordenadores, eu fui alinhando com eles e a gente fez um trabalho de pesquisa, alguns questionários pra entender isso. Então, a gente tinha a questão da intersetorialidade, a gente estudar isso e entender como esse processo poderia ser feito, ou seja, fomos buscar parcerias com outras secretarias para que a gente efetivasse essa diretriz. Outra diretriz que a gente trabalhou bastante e discutiu bastante foi a questão da intergeracionalidade, que era essa questão das diferentes idades trabalharem juntas, que no começo, no início do

PELC, existia uma dificuldade por parte dos agentes e até coordenadores, que tinham muitas dúvidas de como realizar isso, e aí foi feito um trabalho que a gente foi trazendo as famílias pra dentro do projeto (Entrevista de campo – CP, 2018).

Interessante destacar o papel da pesquisa enquanto elemento para subsidiar o trabalho nos núcleos. Lembro que um dos objetivos específicos do PELC é promover a formação inicial e continuada de seus agentes e gestores. Além de ser um dos objetivos específicos, a formação continuada também é considerada uma iniciativa fundamental para atender as diretrizes do programa (BRASIL, 2017).

A preocupação com a formação continuada é um dos principais desafios à sua atuação, afirma a CP. Ao ser solicitada a falar sobre o tema, ela descreveu a estratégia utilizada para alcançar os objetivos do programa.

Eu acho que esse processo é o maior desafio enquanto coordenadora pedagógica, porque, quando eu assumi o PELC, foi necessário entender bastante como que seria essa formação continuada, visto que, a responsabilidade de direcionar seria do coordenador pedagógico e do coordenador geral. E aí o processo que eu criei para desenvolver essa formação, inicialmente, foi estudar bastante as diretrizes, entender a função dessas diretrizes em cada espaço e, depois, eu fui buscar saber como deveria acontecer essa formação. A partir disso, elaborei uma estratégia onde eu coloquei dentro dos grupos de cada núcleo, o projeto que dei o nome de “Compartilhar”. De início era função de cada área compartilhar seu conhecimento, então o grupo da dança, eles faziam uma formação só entre o pessoal da dança, do artesanato, só com o pessoal do artesanato e assim nós fizemos no 2º semestre de 2017, todo esse processo, foi feito só entre eles (Entrevista de campo – CP, 2018).

A proposta do projeto “Compartilhar” idealizado pela CP tem por pressuposto a troca de experiências. Por se tratar de dez núcleos de atividades, para cada um deles foi contratado um agente social com experiência no seu conteúdo específico, como por exemplo para a dança. A bagagem cultural de cada um dos dez agentes contratados possibilitou uma riqueza muito grande em relação a cada conteúdo do lazer. Assim, em toda reunião de formação, dois ou três agentes sociais elaboravam uma série de atividades e conceitos para dividir com os demais colegas, nesse primeiro momento, dentro da mesma área de atuação.

A segunda etapa do projeto, conforme relata a CP, foi organizada dentro de uma perspectiva semelhante, porém com a troca de experiências com pessoas de outras áreas, ou

seja, privilegiando a ampliação de conteúdos e campos de atuação. Vejamos a percepção dela sobre o trabalho.

Quando chegamos em 2018, a gente precisava dar continuidade e, aí, acreditando no potencial das pessoas e buscando ampliar e qualificar cada vez mais a formação, a gente fez o “compartilhar 2”; agora, esses formadores, esses agentes, eles tinham o processo de dar a formação para o grupo todo e não só para as pessoas da sua área, a área que você tinha domínio. E, aí, nós subdividimos os grupos e os desafios que nós tivemos nessa proposta do compartilhar seria despertar nos próprios agentes e nos coordenadores de núcleo o papel de formador, tendo em vista que, a gente enquanto educador lá com nossos alunos, o tempo todo a gente tem o papel de formador, de dialogar, de construir com eles. Então, o desafio maior para os coordenadores, pois, o coordenador ele tinha o papel de mediar o processo de construção desse compartilhar com pessoas que não eram da sua equipe (Entrevista de campo – CP, 2018).

A alternativa encontrada pela gestora se mostra bem eficiente e interessante, além de estar em conformidade com o previsto nas diretrizes do PELC sobre a proposta de formação em serviço, colocada abaixo

Formação em Serviço: Deve ocorrer durante todo o período de duração do convênio, em reuniões semanais, que servirão para estudo, troca de ideias, planejamento, palestras e oficinas, em cada um dos núcleos com organização, financiamento e realização sob responsabilidade da entidade conveniada. Tais encontros podem ser utilizados para estudo e trocas de experiências entre um ou mais núcleos, onde pessoas que estejam habilitadas para atender às especificidades do Programa local possam ser convidadas para contribuição, tendo em vista as dificuldades e dilemas diagnosticados no campo de atuação (BRASIL, 2017, p. 24).

Essa sugestão do ME, acatada pela coordenadora pedagógica, mostra-se viável, especialmente, pelo fato de não existirem recursos financeiros para a contratação de pessoas específicas para realizar essa formação. Além dessa modalidade de formação, é ofertada aos agentes sociais, coordenadores, gestores e comunidade a participação em cursos na modalidade de Educação à Distância (EAD) (BRASIL, 2017).

Ressalto que as três iniciativas que compõem o rol das diretrizes do programa são: a formação continuada, a implementação de núcleos e avaliação e monitoramento das atividades. Quanto a esta última, a CP também teve a oportunidade de apresentar as suas considerações que são as seguintes

Em relação ao processo de avaliação, “a gente” faz o monitoramento com as visitas que “a gente” faz, grande parte em eventos que “a gente” acompanha, mas também nas reuniões com os coordenadores, que são realizadas quinzenalmente. Então, “a gente” tem reunião com os coordenadores de núcleo quinzenalmente, nas reuniões gerais, que acontecem uma vez por mês, nas próprias reuniões de núcleo que acontecem semanalmente nos espaços. Então, em alguns espaços eu acompanhei essas reuniões, participei de algumas delas. Ele é feito também através de alguns momentos visitando os espaços pra acompanhar as oficinas, para verificar como está sendo desenvolvido esse processo (Entrevista de campo – CP, 2018).

A avaliação e o monitoramento, de acordo com as diretrizes do PELC, são atribuições tanto do CP, quanto do coordenador geral, e devem ser realizados com visitas aos núcleos, acompanhamentos dos documentos de controle de frequência, cumprimento das tarefas estabelecidas no plano de trabalho, através dos relatórios, da participação nos módulos EAD, dentre outras ações do programa (BRASIL, 2017).

Sobre os instrumentos de avaliação, o próprio programa prevê dois módulos de avaliação a serem realizados sob a supervisão dos formadores vinculados ao ME. No entanto, Capi, Tavares e Correia (2016) reconhecem as dificuldades em se avaliar o desenvolvimento de um programa como o PELC, especialmente pelo fato de se tornar fundamental considerar a participação de todos os envolvidos no processo e, também, pensar a avaliação dentro de uma perspectiva integrada e permanente. Assim, os autores entendem que “[...] o papel da avaliação na política pública de esporte e lazer é avaliar a política, o programa ou projeto e a própria atuação dos agentes sociais” (p.231).

A avaliação da política feita pelos formadores do ME compreende os módulos de avaliação que são encontros presenciais em que os formadores dialogam com os agentes sociais e coordenadores, mas também, visitam os núcleos de atividade. Capi, Tavares e Correia (2016) destacam a importância desses momentos, especialmente para perceber o desenvolvimento do trabalho, o olhar dos agentes sociais e coordenadores sobre as ações que desenvolvem, e também, a relação que estabelecem com o planejamento e participação da comunidade nas atividades.

Pela complexidade do tema, acredito que o ME deveria oferecer instrumentos específicos para a avaliação contínua das ações dos agentes e coordenadores, no entanto, a avaliação se faz ainda apoiada em aspectos subjetivos, relacionados diretamente com a formação dos gestores municipais que acompanham a rotina de trabalho nos núcleos. Assim,

mesmo elencando diretrizes, princípios e processos pedagógicos como elementos para se proceder a avaliação, penso que ainda se trata de um tema que ainda carece de maior atenção e aperfeiçoamento.

A ausência de documentos e orientações pré-determinadas pelo ME, no entanto, estimulou o estudo e a criatividade dos gestores locais, possibilitando que, a partir das orientações e diretrizes do programa, os coordenadores criassem seus próprios instrumentos de avaliação e monitoramento, a partir das contribuições da equipe técnica pedagógica responsável pelo convênio. Sobre o tema, a CP apresenta a alternativa que encontrou para dar conta de avaliar e oferecer respostas ao seu grupo de trabalho.

E sobre o processo de avaliação, ele é feito em cima de instrumentos que eu fui criando ao longo do trabalho, então, “a gente” criou alguns instrumentos que foram questionários que eles tinham que responder sobre as ações que eles estavam desenvolvendo, tanto eu fazia para o grupo todo, como também fiz só para os coordenadores, como também, “a gente” trabalhou com os coordenadores a ideia deles fazerem no próprio núcleo, então, quando tinha uma ação no núcleo eles criavam um instrumento de avaliação. Além desse processo, “a gente” criou também a ideia do roteiro em que “a gente” conta um pouquinho do que está acontecendo no núcleo, o que é feito e também, através de vídeos que “a gente” tem, fotos, então, a avaliação, ela se dá através desses instrumentos que a gente tem usado, além de depoimentos que “a gente” pegou tanto escrito quanto feito filmagem, às vezes só por áudio, pois aqueles alunos que têm mais vergonha, escolhiam fazer o depoimento só por áudio, falando. Mas foram esses os instrumentos que “a gente” usa dentro do projeto (Entrevista de campo – CP, 2018).

Interessante perceber que a equipe procura na criatividade e nas novas mídias digitais instrumentos para registrar as ações do programa. Podemos considerar que, ao mesmo tempo que se constata uma ausência de instrumentos de avaliação do trabalho ofertados pelo ME, o que poderia ser considerado um aspecto negativo do programa permite o exercício da criatividade e a exploração de diferentes mídias e possibilidades, tornando-se um aspecto positivo do trabalho.

A conversa com as coordenadoras incluiu, também, o tema da integração do trabalho do PELC com os demais programas e projetos presentes no Centro Esportivo. Nas entrevistas, optei por não abordar esse tema com os agentes sociais por considerá-lo próprio às atribuições dos coordenadores e gestores locais. Sobre a relação do PELC com outros programas, apresento, primeiramente, a percepção da CN, que traz novamente à luz o princípio da intergeracionalidade e o modo como se insere no trabalho realizado na cidade. Além disso,

evoca também uma saudável aproximação entre os dois programas, o municipal e o promovido pelo ME.

Atualmente está havendo uma parceria maior com os outros programas, então as atividades do núcleo não ficam restritas só às turmas do PELC, as campanhas são feitas dentro de todas as turmas, independentemente de ser do PELC ou da Secretaria de Esportes. Então esses dois programas têm conversado bastante e vêm obtendo maiores resultados, tanto na participação nos eventos quanto nas arrecadações, agora as principais diferenças que eu acho é que o PELC proporciona, ele abre muito mais chance para as pessoas participarem, ele não restringe a idade, até por estar vinculada à intergeracionalidade, isso já o programa da Secretaria faz a divisão por faixa etária, então isso é um relato do pessoal que frequenta, "ah eu sou idosa aos olhos do programa da prefeitura, mas eu me sinto à vontade de fazer uma atividade de uma pessoa de 30 anos, e eu não posso", já o PELC não faz essa diferença entre o público. Além de ser muito mais voltado para o lazer né, promove a socialização por conta dos eventos, passeios, enfim... (Entrevista de campo – CN, 2018).

A referência da CN ao fato de que os próprios beneficiados consideram a inexistência de turmas discriminadas por faixa etária como um dos diferenciais do PELC, se mostra em consonância com o que foi colhido nas entrevistas com os participantes. A opção por apresentar um aspecto técnico como diferencial tem relação direta com a atuação da coordenadora, que está em contato direto com o público.

A percepção da CP já caminha no sentido de avaliar as contribuições nos âmbitos administrativo e organizacional das ações da Secretaria, especialmente, em relação às contribuições que o programa tende a oferecer para a exigência de aumentar a capacidade de atendimento.

[...] penso que o projeto da Secretaria de Esportes, com o número de pessoas que tem, não consegue comportar a quantidade de pessoas que “a gente” precisa atender, de ofertar demanda de atividades para a comunidade e, com a chegada do PELC, eu acho que “a gente” ganhou nesse sentido, de ampliar o atendimento na Secretaria de Esportes. Então, ele traz uma ampliação muito grande, pois teve uma época que a gente chegou a atender no PELC uma média de 5.700 pessoas, nesse processo todo, e aí varia né, conforme o período vai variando os atendimentos, mas, quantitativamente é um número expressivo e grande pra gente, pro atendimento (Entrevista de campo – CP, 2018).

A essa avaliação soma-se o entendimento do PELC enquanto programa capaz de dialogar com diferentes programas, diferentes setores dentro da mesma secretaria e, também, dialogar com outras secretarias do município.

Então eu acredito que o PELC, dentro da Secretaria de Esportes, foi fortalecedor e acabou sendo uma referência muito grande, porque o grupo é muito ativo, então “a gente” conseguiu dialogar com outras secretarias, realizar muitas ações e “a gente” teve parceria com a Secretaria da Saúde, da Educação, com o departamento de lazer e outros setores que “a gente” foi buscando pra construir esse processo dentro da Secretaria. Então, eu vejo o PELC, hoje, dentro da Secretaria de Esportes, com um potencial muito grande em todos os sentidos, então eu acredito que foi muito positivo a chegada desse projeto na Secretaria. E vale lembrar que o que foi muito benéfico nesse projeto é o trabalho de parceria que foi desenvolvido com os professores concursados, eu acho que agregou bastante, grande parte dos professores recebeu de uma forma muito positiva e “a gente” conseguiu construir trabalhos bem bacanas com o grupo que já é da Secretaria (Entrevista de campo – CP, 2018).

Percebo na fala das duas gestoras uma convivência amistosa entre as duas políticas públicas, o PELC, promovido pelo governo federal, e o programa desenvolvido pela Secretaria de Esportes e Lazer. No entanto, nem sempre foi assim, conforme relata a gestora dos convênios anteriores em relação às primeiras experiências do PELC, contando as dificuldades enfrentadas que gradativamente foram superadas.

O PELC Todas as Idades foi uma inovação na Secretaria por conta das diretrizes e que gerou desdobramentos para os programas da SESP, porém, havia dentro da própria Secretaria diferenças, por exemplo, a questão de ter um profissional que está temporariamente vinculado ao Programa, as pessoas olhavam para esse profissional pensando assim: “olha, hoje você está aqui mas amanhã você não estará”. Não que eles fossem desrespeitados, não é nada disso, mas parecia que as ações deles também seriam temporárias, né, então foi bem difícil o primeiro todas as idades. Já no Vida Saudável, os professores da Secretaria começaram a olhar respeitosamente, reconhecendo o trabalho do PELC, mas, como a gente nunca trabalhou em espaços juntos, sempre aonde estava os professores da Secretaria de Esportes o PELC não estava, ele estava em outros espaços, então eu não conseguiria dizer se essa impressão foi realmente verídica, né. Essa foi a impressão que eu tinha com relação ao programa e aceitação do programa pelos profissionais e pelos professores SESP. A SESP passou a ter a cara um pouquinho mais parecida com o modelo do PELC, ter um formato de aula um pouco mais divertido, um pouco menos técnico, por conta das experiências do PELC e, eu achei que isso foi muito importante para a gente dar em um avanço nas nossas ações com os programas da Secretaria (Entrevista de campo – GC, 2018).

Alguns elementos importantes podem ser extraídos dessa fala, o primeiro diz respeito ao natural estranhamento frente ao novo. No caso da Secretaria de Esportes e Lazer de São Bernardo do Campo, essa transição foi bem difícil. Como professor integrante do quadro, presenciei em diversas reuniões, questionamentos sobre a qualidade do trabalho dos profissionais do PELC, sobre a temporalidade desse trabalho, sobre a preocupação do grupo de professores efetivos com a possibilidade de perder espaço para trabalhar, entre outras questões.

No entanto, a gestão municipal fez uma opção política pelo desenvolvimento desse programa e tal opção possibilitou uma transformação no perfil do atendimento da Secretaria de Esportes e Lazer. Um aspecto fundamental foi a gradativa redução das turmas por faixas etárias específicas, situação que há cerca de dez anos atrás seria algo aceito como consolidado. No entanto, nos dias atuais tal organização se mostra superada, com, praticamente, todas as turmas recebendo adultos e idosos de diferentes idades.

Ainda sobre as turmas de adultos e idosos percebo também uma superação do entendimento de turmas que deveriam atender somente mulheres. Documentos internos da Secretaria de Esportes e Lazer apontam que em 2008, por exemplo, os programas de atendimento aos adultos e idosos eram organizados em duas propostas, sendo o “MovimentoAção” destinado somente a mulheres com idade entre 17 a 59 anos e o “Idoso Ativo” destinado a idosos de ambos os sexos a partir de 60 anos. É fato que alguns professores em suas aulas não cumpriam essas regras, permitindo a participação de homens nas turmas exclusivas de mulheres. No entanto, não se pode ignorar que tais conceitos estavam registrados nos documentos e diretrizes dos programas naquele momento histórico.

Estimo que em relação ao atendimento ao público de crianças e adolescentes pouco se avançou a partir das contribuições do PELC. Faço essa avaliação da SESP com base no convívio com os profissionais ao longo dos últimos dez anos de atuação. Percebo que cada trabalho com crianças e adolescentes assume as características do profissional que o desenvolve. Assim, existem profissionais que atuam dentro de uma perspectiva mais lúdica e recreativa e, no mesmo grupo, há outros que estruturam suas ações dentro de uma perspectiva do esporte de alto rendimento, dividindo as turmas por idade e privilegiando as competências técnicas e a busca pelo talento esportivo.

Nos documentos internos da Secretaria que fundamentam os programas ainda se verifica a divisão por faixas etárias, sendo determinados para crianças de 07 a 09 anos, as vivências lúdicas e recreativas; de 10 a 12 anos, a iniciação nas quatro modalidades esportivas;

e, dos 13 aos 17 anos, o aperfeiçoamento em uma das quatro modalidades esportivas coletivas (futsal, voleibol, handebol ou basquete). Esse modelo idealizado a partir da visão de preparação de “futuros atletas”, organizado a partir dos princípios do esporte de alto rendimento é tão evidente que até o nome do programa se encaixa perfeitamente na proposta, “Hora do Treino”.

Esse processo histórico que representa a execução de quatro convênios com o PELC dentro da Secretaria de Esportes e Lazer de São Bernardo do Campo nos últimos dez anos, em permanente diálogo com demais programas e ações promovidas pela gestão municipal, representa uma possibilidade de municipalização que vai além daquela inicialmente considerada como fundamental pelo programa, que diz respeito a possibilidade do ME oferecer pelo período de 24 meses um suporte financeiro e pedagógico ao município, para que o mesmo se estruture e promova a continuidade das ações com recursos próprios. (PINTOS; ATHAYDE; GODOFLITE; 2017)

Acredito que no caso específico de São Bernardo do Campo, cidade com uma pasta específica para o esporte e o lazer, com dotação orçamentária razoável para o desenvolvimento de projetos e programas, assim como, com uma quantidade significativa de funcionários efetivos, a contribuição do PELC pode se apresentar dentro de uma nova perspectiva, a da tecnologia social e do estímulo a novos conceitos de trabalho, especialmente quando se trata da participação popular e da tomada de decisões coletivas.

Ainda que o município tenha um histórico significativo no campo do desporto de alto rendimento, possua uma infraestrutura esportiva invejável, abrigando equipamentos capazes de receber eventos de médio e grande porte, quando se trata da gestão participativa, constata-se a inexistência de um conselho municipal de esporte, por exemplo.

Neste sentido, o maior desafio para o município talvez não seja a municipalização das atividades, que conforme ressaltam Capi e Assis (2017), aconteceu com a contratação de novos profissionais efetivos ao final de um convênio do PELC. Penso que o maior desafio, no entanto, reside na possibilidade do município se apropriar dos princípios, diretrizes e processos pedagógicos do programa, reformulando seus valores e buscando estabelecer uma política mais próxima daquilo que a comunidade espera.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante considerar de início que, as reflexões por mim apresentadas no presente estudo tiveram como objetivo principal ampliar os elementos para se discutir o desenvolvimento do PELC enquanto política pública de promoção do lazer. Minha intenção não é a de esgotar o assunto, tão pouco, estabelecer conceitos rígidos e imutáveis sobre a temática do lazer.

Acredito, no entanto, que as considerações apresentadas ao longo do texto conseguiram atingir o objetivo proposto que consiste em colaborar com a leitura e interpretação de determinado fenômeno social, no caso específico, o PELC no Centro Esportivo do Jardim Lavínia. É fato, porém, que tal leitura pode e deve ser complementada, discutida e aperfeiçoada, especialmente mediante contribuição de novos estudos sobre o tema.

Para isso, em um primeiro momento, procedi o levantamento bibliográfico relacionado ao campo do lazer, em especial, no que tange a este enquanto manifestação social historicamente reconhecida na sociedade contemporânea ocidental, onde a sua caracterização é mais evidente. Reconhecendo a importância do fenômeno lazer reafirmo sua relevância como campo de estudo, notadamente, sua capacidade de transformação social, a partir do seu duplo aspecto educativo.

Um segundo passo foi o levantamento das políticas públicas de lazer realizadas no país nos últimos anos, identificando o papel do lazer em nossa sociedade em cada momento histórico e a contribuição da Constituição Federal de 1988 na efetivação dele como direito social. Esse marco importante na história do lazer no Brasil possibilitou o desenvolvimento de diferentes ações no âmbito acadêmico, na sociedade civil e no setor público, voltadas a elaborar e implementar políticas públicas nessa área, visando atender a previsão constitucional e assegurar o acesso e a permanência ao direito.

Durante esse processo de amadurecimento, nos últimos trinta anos, entre as diferentes iniciativas no campo do lazer, o PELC se apresentou como uma política pública federal alinhada com os princípios constitucionais, especialmente no que tange ao estímulo à participação social e valorização dos saberes locais.

Entre os diferentes aspectos que caracterizam o programa, o PELC se propõe a desenvolver o lazer de forma diferente em cada uma das comunidades em que se insere, no entanto, para atingir os objetivos que defende, estrutura-se em diretrizes e iniciativas que são únicas e devem ser respeitadas em qualquer local em que o programa aconteça.

Considerando a relevância dessa política pública de abrangência nacional, este estudo buscou identificar o que esta política representa na vida cotidiana das pessoas com a qual interage. Procurando maior riqueza de detalhes, optei pelo estudo de caso para identificar aspectos particulares de uma comunidade que se relacionou com o programa desenvolvido em um Centro Esportivo na cidade de São Bernardo do Campo

A escolha dessa comunidade, no entanto, não se fez de forma aleatória, pois, tratou-se de uma comunidade que vivenciou diferentes modalidades do PELC. O local era um espaço público que foi reformado e devolvido à população, ao mesmo tempo em que se implementava um núcleo do programa. Um lugar que se propôs a desconstruir estigmas de utilização do espaço público, um local em que se buscava a integração das diferentes idades, dos diferentes sexos, das diferentes classes sociais.

Essa tarefa, no entanto, não é fácil de se concretizar. Por se tratar de uma intervenção no campo da educação é preciso considerar que ela demanda um tempo para se efetivar. Após sete anos da reinauguração do espaço e três convênios distintos do PELC, pretendi investigar as particularidades da relação da comunidade com o programa, e, além disso, identificar quais aspectos previstos nas diretrizes do programa são percebidos pela comunidade e como eles se manifestam nas oficinas, nos eventos e na relação dos agentes sociais com a comunidade.

Para tal, me servi de um período de observação das diversas oficinas realizadas no núcleo, colhendo entrevistas com os participantes das oficinas, com os agentes sociais e com os gestores do programa e, também, acompanhando a realização de dois eventos do núcleo. A partir da coleta das diferentes informações em campo, o passo seguinte foi estabelecer um diálogo à luz das diretrizes do programa e contribuições de diferentes autores que subsidiam os debates no âmbito dos estudos do lazer, a fim de compreender o fenômeno examinado.

Alguns aspectos merecem ser destacados neste estudo, especialmente pelo fato de aproximar o observado em campo daquilo que determina a política pública. Destaco, primeiramente, a participação e envolvimento da comunidade nas ações e oficinas propostas pelo programa. Foi possível observar no semblante das pessoas uma sensação de prazer e satisfação durante a realização das oficinas e dos eventos. Essa impressão também foi reafirmada nas entrevistas com os participantes, e isso traz a percepção de que a motivação em participar do grupo e daquela atividade, com finalidade em si mesma, prevalece naquele momento.

Sobre o desenvolvimento das oficinas, assim como preceitua o programa, foi observada a participação de pessoas de diferentes idades e sexo dentro de uma mesma turma. Nas turmas de dança, capoeira e nos eventos, foi observado o concurso de crianças e adultos

para uma mesma atividade, prevalecendo o princípio da intergeracionalidade, conforme solicita o PELC. Mesmo considerando essa ocorrência enquanto positiva, fica evidente a urgência por ampliar ainda mais a diversidade de participação, especialmente de crianças e adolescentes no local, talvez pensando em novas possibilidades de oficinas que fujam ao caráter essencialmente físico-desportivo. Esse é um aspecto a ser reavaliado pelos gestores públicos municipais, a prevalência da oferta de atividades que contemplem somente os interesses físico-desportivos do lazer.

Ainda que o espaço seja um equipamento específico para a prática esportiva, no caso da modalidade futebol, com a construção de um salão multiuso, a exploração dos demais interesses culturais do lazer, deve ser reavaliada pelos gestores do programa diversificando as opções de lazer dos beneficiários. No entanto, é necessário um olhar mais atento para o tema. Um exemplo bem-sucedido no próprio local é a existência de uma pequena estante com livros que recebe o nome de “espaço de leitura”.

Mesmo observando uma pequena utilização desse espaço específico, percebi que é uma possibilidade a ser explorada, especialmente pelo fato de que contempla um dos interesses do lazer que não corresponde ao conteúdo físico esportivo, explorado com exaustão no local. Acredito que a oferta de atividades voltadas aos interesses intelectuais, manuais e artísticos do lazer poderia ampliar quantitativamente e qualitativamente o desenvolvimento das ações e o envolvimento da comunidade no programa.

Outro ponto que destaco na utilização do equipamento, diz respeito ao estímulo à autonomia e o envolvimento da comunidade nas ações do projeto, nos eventos e também na efetivação de ações sociais, tais como campanhas de doações para entidades assistenciais. Nesse particular, acredito que o engajamento em prol de um benefício comum fortalece o grupo e estimula a autonomia e a gestão participativa.

Durante o período de observação acompanhei o desenvolvimento de uma dessas campanhas, comprometida em arrecadar alimentos e cobertores com o objetivo de doar para os asilos da cidade. Relevante perceber que o esforço parte do grupo gestor e das lideranças locais, que passam a mobilizar os demais frequentadores do espaço, mobilizando também a administração municipal, cobrando o envolvimento e a participação dos servidores junto aos voluntários, inclusive solicitando transporte para a entrega dos materiais recebidos

Esse engajamento em prol do benefício comum e do zelo pelo espaço público se mostra também nas ações desenvolvidas pelo conselho gestor que, através da mobilização e da cobrança junto aos gestores públicos, vem constantemente conseguindo melhorias para o aperfeiçoamento do espaço. Cabe ressaltar que, após repetidas cobranças, no segundo semestre

deste ano, a Secretaria de Esportes e Lazer atendeu duas demandas antigas do conselho, que foram a pintura do salão de atividades e a construção de uma cozinha comunitária para que sejam desenvolvidas oficinas de culinária.

O envolvimento, a satisfação, a realização de eventos e a oferta de atividades que contemplem as diferentes idades são características que marcam o programa, reconhecidas, também, pelos próprios participantes. Além disso, a maior parte dos entrevistados identifica as diferenças do PELC comparativamente a outras iniciativas similares que acontecem na cidade, e citam além dos eventos, o envolvimento dos agentes sociais com a comunidade, destacando aspectos positivos relacionados ao trabalho dos mesmos, tais como, maior dedicação, atenção, envolvimento junto à comunidade, dentre outros.

Dentre os aspectos que merecem um olhar mais atento dos gestores, no sentido de melhorar o desenvolvimento da política pública, acredito que o esclarecimento e a retomada dos motivos pelo qual o PELC está inserido naquela comunidade deva ser potencializado. Nas entrevistas realizadas com os beneficiados, ampla maioria não soube responder sobre o motivo do programa estar naquele local, tão pouco sabiam relacionar a ação com uma intervenção promovida pelo ME.

Verifiquei também uma baixa adesão dos participantes na utilização do espaço esportivo fora dos horários tradicionais das oficinas. Ainda que se reconheça certa autonomia no uso do espaço no momento das oficinas, o estímulo à utilização nos finais de semana, por exemplo, praticamente não existe. Não são oferecidas atividades monitoradas nos finais de semana, tão pouco, se dialoga com o público que frequenta o espaço nesse período. Percebo a existência de um abismo entre o trabalho que é desenvolvido pelo PELC nas oficinas durante a semana, e a vida do Centro Esportivo no final de semana, totalmente vinculado a modalidade do futebol e sua rotina.

Entendo que se trata de um trabalho a longo prazo, especialmente pela tradição do esporte no local, mas ainda assim, proporcionar momentos em que atletas do futebol possam vivenciar outras possibilidades antes ou depois dos jogos, ou ainda, que permita aos atletas participar junto aos seus familiares de uma programação ampla no campo do lazer, junto com o desenvolvimento do futebol, pode e deve ser um campo de atuação do PELC.

Merece destaque positivo, a demonstração de compreensão das diretrizes e da proposta do programa, especialmente no caso da coordenadora pedagógica. Percebo na fala dela o total domínio e entendimento do conteúdo da política pública e, com certeza, isso se refletiu também nas ações dos demais coordenadores de núcleo e agentes sociais. Ressalto, também, o

compromisso da coordenadora com um processo de formação em serviço alinhado com o previsto nos documentos que orientam o programa.

Avaliando a atuação da coordenadora de núcleo, percebi um comprometimento com os aspectos formais do programa, especialmente em relação às questões documentais como controle de frequência e cadastro dos beneficiados. Além disso, pude observar uma boa relação junto ao Conselho Gestor do espaço, implementando ações em conjunto, especialmente campanhas solidárias e eventos no núcleo.

Em relação aos agentes sociais entendo que ainda faltam subsídios para o desenvolvimento específico no campo do lazer. Pude constatar a competência técnica de cada agente em relação a sua modalidade, no entanto, acredito que em relação aos conteúdos necessários para o aperfeiçoamento da política pública de promoção do lazer, tal qual preceitua o PELC, tendo como base os princípios da animação cultural por exemplo, sinto que ainda é necessário um processo de formação específico nesse tema com os agentes sociais.

Em relação às diretrizes do programa foi possível extrair do trabalho em campo elementos que convergem com a efetivação da auto-organização comunitária, o trabalho coletivo, a intergeracionalidade, o fomento e difusão da cultura local e o respeito à diversidade e cultura local. Registro, porém, que não identifiquei durante o período de observações, a existência de relações efetivamente intersetoriais, seja com a esfera pública, privada ou com o terceiro setor.

No que tange à municipalização da política pública entendo que se trata de um processo em construção, mas com avanços significativos. Especialmente pelo fato de que o espaço público recebeu três convênios do PELC, desenvolvidos ao mesmo tempo com políticas públicas locais e, ao fim de cada convênio, ou a comunidade passou a ser atendida por um programa promovido pelo município, ou ela mesma se organizou e utilizou o espaço para realizar suas oficinas, como por exemplo, no caso do artesanato.

Esse nível de mobilização local, em que os próprios usuários se organizam tanto para utilizar o espaço, quanto para cobrar a manutenção das atividades mesmo com o fim do programa, resulta, dentre outros, do trabalho conscientização e organização comunitária promovido pelo PELC, especialmente identificando lideranças e estimulando a participação dessas lideranças junto aos representantes políticos da cidade.

Dentro de uma perspectiva ampla, à luz da estrutura organizacional da Secretaria de Esportes e Lazer, a presença do PELC no município, em convênios anteriores, possibilitou a contratação de novos profissionais efetivos e a ampliação de locais, horários e modalidades alternativas às tradicionais turmas de ginástica ou escola de esportes, deixando ainda como

legado, a essência do trabalho de participação social através da instituição de conselhos gestores em alguns dos núcleos de atividade.

Em relação ao desenvolvimento do núcleo, em especial às contribuições específicas do PELC junto à organização e desenvolvimento das atividades locais, destaco o compromisso a gestão participativa, visto que, verifiquei em diferentes momentos, o estímulo a mediação dos conflitos pela via democrática da participação coletiva e também, recorrendo ao Conselho Gestor. Acredito ainda que, ao longo dos últimos convênios, o equipamento esportivo passou por um processo de qualificação e ressignificação, permitindo assim a ampliação do acesso e permanência no espaço e nas atividades propostas dentro da perspectiva de um equipamento específico de lazer.

Percebo, no entanto, uma necessidade urgente de se pensar uma maior oferta de atividades para todas as idades, especialmente crianças e jovens. Acredito ainda, ser urgente a adoção de um diálogo com demais setores do município, principalmente aqueles que atuam na mesma região, verificando a possibilidade de se ampliar o rol de conteúdos do lazer contemplados no local, pois, ainda são em sua maioria, pertinentes aos interesses físico-esportivos.

Acredito que o objetivo geral do programa, que é democratizar o lazer e o esporte recreativo, se efetiva nas ações dos gestores, agentes sociais e comunidade. Mesmo carecendo de ampliar e melhorar determinados aspectos, chego a essa constatação após vivenciar as diferentes situações relatadas neste estudo, e também, na imensa complexidade das relações humanas que fogem à capacidade de se mensurar e relatar em um trabalho científico.

Penso que a contribuição do PELC na comunidade que frequenta o Centro Esportivo do Jardim Lavínia foi capaz de oferecer, ao longo desses últimos sete anos, após a reforma do espaço, uma possibilidade de vivenciar, especialmente, os conteúdos físico-desportivos, artísticos, manuais e sociais do lazer, de forma lúdica e criativa. Acredito também que a inserção dessa política pública junto às demais iniciativas promovidas pelo município possibilitou a transformação do conceito de utilização do espaço de um simples campo para a prática do futebol para um equipamento capaz de promover diferentes oficinas para diferentes públicos.

Por fim, desejo que o presente estudo seja capaz de contribuir com o desenvolvimento dessa e de outras políticas públicas que busquem no lazer a transformação social, transformação essa que, em certa medida, pode ser observada em um núcleo de atividades, a partir da iniciativa do agente público, dentro de uma perspectiva de trabalho que entendeu como relevante ouvir e permitir a contribuição da comunidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, B.S; MARCHI JUNIOR, W. O financiamento dos programas Federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008). **Movimento** (ESEFID/UFRGS), Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 73-92, jul. 2010. ISSN 1982-8918. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/13103/10845>. Acesso em: 14 ago. 2017.
- AMARAL, M.T.M. Educação a distância no PELC: primeiras aproximações. In: **Formação de agentes sociais dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2016. (Coleção Educação Física e Esportes).
- ANDRADE, E. A.; ANDRÉ, L. M.; WESTPHAL, M.F. Promoção da Saúde: desenvolvimento e princípios. In: J. C. A. FERNANDEZ & M.A. Moraes (Orgs.). **Avaliação de projetos na lógica da promoção da saúde na Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo**. 1. ed. – São Paulo: Hucitec: Cepedoc, Cidades Saudáveis, 2014.
- BACAL, S. **Lazer e o universo dos possíveis**. São Paulo: Aleph, 2003.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BERNET, J. T. **Animação Sociocultural: teorias, programas e âmbitos**. Ed. Piaget. 2005.
- BONALUME, C.R. Controle Social no Programa Esporte e Lazer da Cidade. In: **Brincar, jogar e viver: Programa Esporte e Lazer da Cidade**. Volume 1, nº 1. Brasília: Ministério do Esporte, 2007.
- BONALUME, C.R. **O esporte e o lazer na formulação de uma política pública intersetorial para a juventude: a experiência do PRONASCI**. 215f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física. Universidade de Brasília, DF, 2010.
- BONALUME, C.R O paradigma da intersetorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 14, n.1. mar/2011.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em < http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html > Acesso em 28 mar. 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. **As Cartas da Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- BRASIL. Ministério do Esporte. **Política Nacional do Esporte**. Brasília: 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional da Saúde**. Brasília, 2006.
- BRASIL. Ministério do Esporte. **Programa Esporte e Lazer da Cidade: Diretrizes / Edital 2012**. Secretaria Nacional de Educação, Esporte, Lazer e Inclusão Social. Brasília: SNEELIS, 2012.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Programa Esporte e Lazer da Cidade: Diretrizes Vida Saudável** / Edital 2013. Secretaria Nacional de Educação, Esporte, Lazer e Inclusão Social. Brasília: SNEELIS, 2013.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Programa Esporte e Lazer da Cidade: Orientações preliminares para a implantação e desenvolvimento de núcleos de esporte recreativo e de lazer.** Secretaria Nacional de Educação, Esporte, Lazer e Inclusão Social. Brasília: SNEELIS, 2014.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Programa Esporte e Lazer da Cidade: Diretrizes** / Edital 2016. Secretaria Nacional de Educação, Esporte, Lazer e Inclusão Social. Brasília: SNEELIS, 2016.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Programa Esporte e Lazer da Cidade: Diretrizes** / Edital 2017. Secretaria Nacional de Educação, Esporte, Lazer e Inclusão Social. Brasília: SNEELIS, 2017.

BRASIL. **Portal de Convênios do Governo Federal – SICONV.** 2018a. Disponível em <www.convenios.gov.br>. Acesso em 19/09/2018.

BRASIL **Ministério do Esporte. Formação Continuada do PELC.** 2018b. Disponível em: <<http://projetos.eeffto.ufmg.br/eadpelc/>>. Acesso em 02/06/2018

BOBBIO, N. **A Era dos Direitos.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais.** 5ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CAMARGO, L. O. L. **O que é lazer.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

CAMARGO, L. O. L. **Educação para o lazer.** São Paulo: Moderna, 1998.

CAPI, A. H. C. **Uma análise sobre a trajetória e a formação de formadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC).** 2016. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer), Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2016.

CAPI, A.H.C.; TAVARES, M.L.; CORREIA, K.P. Avaliação do PELC: reflexões com base na formação. In: PINTOS, A.E.S; ISAYAMA, H.F. **Formação de agentes sociais dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS).** Campinas, SP: Autores Associados, 2016. (Coleção Educação Física e Esportes).

CAPI, A. H. C.; ASSIS, A. F. Programa Esporte e Lazer da Cidade e Programa Vida Saudável em Santa Cruz dos Milagres/PI e São Bernardo do Campo/SP: caminhos para a consolidação de uma política pública de esporte e lazer. **Revista Esporte e Lazer: Direito de Todos.** Brasília-DF, p. 64 - 77, 01 jul. 2017.

CASTELLANI FILHO, L. Gestão municipal e política de lazer. In: ISAYAMA, H.F.; LINHALES, M.A. (org.). **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer.** Belo horizonte: Editora UFMG, 2006.

CASTELLANI FILHO, L O projeto social Esporte e Lazer da Cidade: da elaboração conceitual a sua implementação. In: CASTELLANI FILHO, L. (Org.) **Gestão Pública e política de lazer: a formação de agentes sociais**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

CINTRA, A.C.A.; GRINOVER, A.P.; DINAMARCO, C.R. **Teoria geral do processo**. 26ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas**. 1948, disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf> . Acesso em 11/05/2019.

DIÓGENES, G. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip Hop**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1998. 247p.

DUARTE, B.A.F. Recriando o direito ao lazer. In: GOMES, C.L.; ISAYAMA, H.F. (org.). **O Direito social ao lazer no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva: SESC, 2008.

EWERTON, A. N. Programas Esporte e Lazer da cidade e Vida Saudável: passos para a qualificação das gestões de políticas públicas de esporte e lazer. In: PINTOS, A.E.S; ISAYAMA, H.F. **Formação de agentes sociais dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2016. (Coleção Educação Física e Esportes).

EWERTON, A.N; MATTOS, L.O.N; FERREIRA, M.P.A. Discussão do Projeto Social do Programa Esporte e Lazer da Cidade – Uma experiência de políticas públicas na esfera federal. In: FERREIRA, M.P.A; MARCELLINO, N.C. **Brincar, jogar, viver: programa Esporte e Lazer da Cidade – Volume II**. Ministério do Esporte. 2007.

FERREIRA, M.P.A; O Programa Esporte e Lazer da Cidade: a história e a prática como critérios de verdade. In: PINTOS, A.E.S; ISAYAMA, H.F. **Formação de agentes sociais dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2016. (Coleção Educação Física e Esportes).

FIGUEIREDO, P.O.F.N; ALMEIDA, D.F. Educação e formação dos trabalhadores do programa esporte e lazer da cidade. In: ALMEIDA, D.F. et al. **Política, lazer e formação**. Brasília: Thesaurus, 2010.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, M.G. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

HEIDMANN, I.T.S.B. **Promoção à Saúde:** trajetória histórica de suas concepções. Texto Contexto Enferm. Florianópolis, 2006. Abr-Jun; 15 (2): 352-8.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2015. Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/anos-de-estudo.html>> Acesso em 11/07/2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Cidades**. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-bernardo-do-campo/panorama>>. Acesso em 11/05/2019

ISAYAMA, H.F. Formação profissional no âmbito do lazer: desafios e perspectivas. In: ISAYAMA, H.F. (org.) **Lazer em estudo:** currículo e formação profissional. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço:** cultura popular e lazer na cidade. 3. ed. São Paulo: Hucitec/ UNESP, 2003.

MARCELLINO, N.C. **Lazer e Humanização**. Campinas: Papyrus, 1983.

MARCELLINO, N.C. **Lazer e educação**. 2ª ed., Campinas: Papyrus, 1987.

MARCELLINO, N.C. **Pedagogia da Animação**. Campinas: Papyrus, 1990.

MARCELLINO, N.C. **Capacitação de animadores socioculturais**. FEF/UNICAMP/DEL, Campinas- MEC- DESE- DIFOC, Brasília, 1994.

MARCELLINO, N.C. **Estudos do lazer:** uma introdução. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

MARCELLINO, N.C. O lazer e os espaços da cidade. In: ISAYAMA, H.F; LINHALES, M.A. (org.). **Sobre lazer e política:** maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo horizonte: Editora UFMG, 2006.

MARCELLINO, N.C. **Políticas públicas de lazer**. Campinas: Alínea, 2008.

MASCARENHAS, F. **Outro lazer é possível!** Desafio para o esporte e lazer da cidade. In: Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais. CASTELLANI FILHO, L. (Org.). Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

MELO, V.A. **Lazer e minorias sociais**. São Paulo: IBRASA, 2003.

MELO, V.A.; ALVES JUNIOR, E.D. **Introdução ao lazer**. São Paulo: Manole, 2003.

MELO, V.A. A Cidade, o Cidadão, o Lazer e a Animação Cultural. In: **Brincar, jogar, viver:** programa Esporte e Lazer da Cidade – Volume I. Brasília: Ministério do Esporte. 2007.

MENICUCCI, T. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, H.F.; LINHALES, M.A. (org.). **Sobre lazer e política:** maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo horizonte: Editora UFMG, 2006.

MINAYO, M.C.S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M.C.S. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. (pp. 9-29).

PADILHA, V. **Tempo livre e Capitalismo: um par imperfeito**. Campinas, SP: Alínea, 2000.

PERES, F.F. Contribuições das Ciências Sociais ao Estudo do lazer. In: MELO, V.A. (Org.) **Lazer olhares multidisciplinares**. Campinas, SP: Alínea, 2010.

PINTO, L.M.S.M. Políticas públicas de lazer no Brasil: uma história a contar. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Políticas públicas de lazer**. Campinas: Alínea, 2008. p. 79-95.

PINTO, L.M.S.M; SILVA, L.P. **Gestão participativa do PELC**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

PINTOS, A. E. S et al. O Direito ao Esporte e ao Lazer no Contexto da Política Nacional do Esporte. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 3, p. 38-52, 2016.

PINTOS; A.E.S.; ATHAYDE, P.F.A.; GODOFLITE, M.C.S. Municipalização do esporte e do lazer. In: **Revista Esporte e Lazer: Direito de Todos**. Brasília-DF, p. 64 - 77, 01 jul. 2017.

RAMOS, M.L.B.C. **Formação no Programa Esporte e Lazer da Cidade**. Brasília: Fields, 2011.

REQUIXA, R. **As dimensões do lazer**. São Paulo: SESC, 1974

RODRIGUES, R.P. et al. **Gestão da Política Intersetorial: contribuições do PELC**. Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011.

RUAS, M.G. **Políticas Públicas**. 3ª ed. rev. atua. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC (Brasília): CAPES: UAB, 2014.

SÃO BERNARDO DO CAMPO. **Sumário de dados 2012**. Município de São Bernardo do Campo, 2012.

SÃO BERNARDO DO CAMPO. **Portal institucional do município**. 2017. Disponível em: <<http://www.saobernardo.sp.gov.br/web/sbc/de-bem-com-a-vida>> Acesso em 30/05/2017

SECCO, E. B.; STOPPA, E. A. A Formação profissional de agentes sociais de esporte e lazer: considerações iniciais sobre o processo de formação do PELC no Jardim Lavínia, em São Bernardo do Campo. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 4, p. 03-21, 2017.

SERAFIM, M.P.; DIAS, R.B. Análise Política: uma revisão de literatura. **Cadernos Gestão Social**. Vol. 3, nº 1, jan./jun. 2012.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, D.A.M et al. **Gestão de políticas públicas de esporte e lazer: princípios e pressupostos teóricos**. Brasília: Ideal, 2011a.

SILVA, D.A.M et al **Sistema nacional de esporte e lazer**. Brasília: Ideal, 2011b.

SILVA, J.L.F; GOMES, C.L. **Princípios teóricos-metodológicos do PELC**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

SILVA, L.T; GUALBERTTO, C; CUNHA JUNIOR, C.F.F. Processos de seleção e formação continuada do Programa Esporte e Lazer da Cidade. In: PINTOS, A.E.S; ISAYAMA, H.F **Formação de agentes sociais dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2016. (Coleção Educação Física e Esportes).

STOPPA, E.A. **“Tá ligado mano”**: o hip hop como lazer e busca da cidadania. 2005. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2005.

STOPPA, E.A. Associativismo, sociabilidade e lazer. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (Org.). **Lazer e Cultura**. Campinas: Alínea, 2007.

STOPPA, E.A. (coord.) **Gestão de esporte e lazer**: análise dos espaços e equipamentos de esporte recreativo e de lazer em Ermelino Matarazzo, zona leste de São Paulo. São Paulo: Plêiade, 2011.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5a ed., São Paulo: Polis, 1987.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo. Atlas, 1987.

WERNECK, C.L.G. **Lazer, trabalho e educação**: relações históricas, questões contemporâneas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.

PESQUISA: O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e a promoção do lazer: um Estudo de Caso no centro esportivo do Jardim Lavínia no município de São Bernardo do Campo.

RESPONSÁVEL: Evandro Brandão Secco

ORIENTADOR: Prof. Dr. Edmur Antônio Stoppa

Observação Participante realizada em ____ / ____ / ____.

Aspectos relevantes a serem observados:

1. Funcionamento do Espaço:

- Organização do espaço físico, limpeza;
- Acessibilidade para pessoas com necessidades especiais;
- Horário de chegada e saída das pessoas
- Horários das oficinas;
- Processos de controle de frequência;
- Forma de planejamento das atividades;
- Características do espaço;
- Opções de lazer;

2. Oficinas Oferecidas:

- Conteúdos desenvolvidos;
- Características da atividade;
- Materiais utilizados;
- Quantidade de pessoas;
- Duração das oficinas;
- Necessidade de novosicineiros / agentes sociais;

3. Atuação dos envolvidos:

- Participação na atividade proposta;
- Possibilidade de sugestões;
- Características da participação dos envolvidos;

4. Relação Agente Social de Esporte e Lazer X Frequentadores;

- Acolhimento dos frequentadores;
- Forma de tratamento;
- Domínio do conteúdo desenvolvido;
- Espaço para participação do grupo;
- Receptividade aos novos alunos;
- Percepções sobre o desenvolvimento da oficina;

Manifestações dos frequentadores;

5. Elementos externos

A presença do gestor do espaço nas atividades;

Houve alguma ocorrência médica ou de semelhante natureza que promoveu alterações no planejamento inicial;

6. Demais aspectos relevantes:

**APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA COM
FREQUENTADOR DO NÚCLEO.**

PESQUISA: O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e a promoção do lazer: um Estudo de Caso no centro esportivo do Jardim Lavínia no município de São Bernardo do Campo.

RESPONSÁVEL: Evandro Brandão Secco

ORIENTADOR: Prof. Dr. Edmur Antônio Stoppa

1. Qual o seu nome?
2. Qual sua idade?
3. Qual sua escolaridade?
4. Você trabalha? Se sim qual o horário?
5. A quanto tempo frequenta esse Centro Esportivo?
6. Quantas vezes na semana frequenta esse Centro Esportivo?
7. Quais atividades você realiza aqui?
8. Gostaria de participar mais?
9. O que te motivou a participar das oficinas?
10. Você aprendeu algo aqui?
11. Você ensinou algo aqui?
12. Conhecia esse local antes da chegada do PELC?
13. Se sim, percebeu alguma mudança após o início do PELC?
14. Você sabe o porquê do PELC acontecer nesse local?
15. Você participa de outros programas como o PELC?
16. Você percebe diferença entre eles e o PELC?
17. Você participa do Conselho Gestor?
18. Você utiliza o Centro Esportivo fora dos horários do PELC?
19. O que você mais gosta no PELC?
20. Gostaria de falar algo que não perguntei sobre o programa?

APÊNDICE C – ENTREVISTA CENTRADA COM A GESTORA DE CONVÊNIOS

Entrevista realizada em 20 de agosto de 2018.

Fale sobre experiência profissional.

Sou formada a educação física trabalhei no setor privado ministrando aula em escola particular e publica até ver a trabalhar setor público depois do concurso quando assumi em 1993, mas não deixei as ações do setor privado com o passar do tempo dos anos fui me identificando mais com o setor público e as ações de gestão

Fale sobre a sua Experiência no PELC.

Eu tive experiências com o PELC PRONASCI, PELC Todas as Idades, PELC Vida Saudável e PELC Urbano. O PELC PRONASCI foi uma proposta escrita na gestão anterior à gestão do prefeito Luiz Marinho (2009-2016). Quando assumimos a gestão o recurso estava na conta e a gente teve que executar sem saber muito bem o que estava fazendo porque não foi a gente que escreveu, tivemos que fazer algumas alterações, foi bem conturbado o desenvolvimento do PRONASCI. Mas enfim, foi uma experiência válida que nos inspirou a escrever juntos o PELC “Todas as Idades” e o PELC “Vida Saudável” que, estes sim, foram executados durante a gestão Luiz Marinho. O PELC “Urbano” foi uma proposta escrita na gestão Luiz Marinho, porém, executada na atual gestão, como aconteceu com a gente no PRONASCI. Então, essa “nossa” experiência programas

Fale sobre o processo de implantação e desenvolvimento de um convênio PELC.

A gente (Secretaria de Esportes e Lazer) sempre procurou seguir as diretrizes do Ministério, então, os processos de implantação foram diferentes em cada um dos três programas, porque o Ministério muda, altera e, entendo que, sempre para melhor. Aquilo que “você” fez no programa anterior quando “você” está implementando um novo programa, aparecem mais detalhes, mais atenções para serem executadas antes de ordem de início e, isso aí veio caminhando e eu respeito muito esse trabalho que vem sendo monitorado e avaliado pelo Ministério, acreditando que sempre, sempre tem um jeito de se melhorar o programa. E nós vivenciamos, vamos dizer, três processos de implantação e desenvolvimento do convênio e nenhum deles foi igual ao outro. Claro tinham semelhanças, mas sempre com mais detalhes e mais aferição né, realizado pelo ministério

Fale sobre o processo de definição/escolha dos núcleos e bairros que vão receber o PELC.

O PRONASCI tinha uma proposta de ser realizado nos Campos de futebol e nós mudamos os núcleos, transferimos para as escolas públicas municipais, localizadas em bairros vulneráveis e com a questão da violência muito acentuada. Em relação ao PELC Todas as Idades, escolhemos locais onde existia a necessidade de uma ação pública, uma ação do governo e, como nos centros esportivos a Secretaria já oferecia atividades, a nossa opção foi implementar em escolas públicas, associações de bairro, buscando sempre ir nos locais onde o município não recebia essa assistência do Estado, vamos dizer do governo, em relação ao esporte e lazer. E no terceiro programa, que foi o Vida Saudável, também escolhemos locais onde se fazia necessário uma ação e a gestão achava isso superimportante.

Me fale sobre a escolha do Centro Esportivo do Jardim Lavínia como um núcleo do PELC. Esse foi um local que eu estive lá antes da reforma do espaço, era um campo de terra, com um matagal em volta, trave enferrujada, um espaço com lixo no entorno, muito ruim e, quando a gestão fez a reforma do campo e a gente inaugurou o campo, automaticamente iniciou o PELC naquele espaço, acredito que tenha sido um presente para comunidade em vários aspectos né, além do espaço físico estrutural, o programa ele veio sem vícios, não existia nada lá antes e foi totalmente inovador, entendo que a comunidade abraçou o programa, conseguiu se identificar com programa, conseguiu se ver como representante do bairro dentro do centro esportivo, ajudando a decidir, participando, criando ações eu achei que foi muito feliz a escolha PELC, ou de um dos núcleos do PELC nesse espaço, que foi o Todas as Idades e, teve um retorno bem interessante

Fale sobre a relação do PELC com os demais programas e ações da Secretaria de Esportes e Lazer.

O PELC Todas as Idades foi uma inovação na Secretaria por conta das diretrizes e que gerou desdobramentos para os programas da SESP, porém, havia dentro da própria secretaria diferenças, por exemplo, a questão de ter um profissional que está temporariamente vinculado ao Programa, as pessoas olhavam para esse profissional pensando assim: “olha, hoje você está aqui mas amanhã você não estará”. Não que eles fossem desrespeitados, não é nada disso, mas parecia que as ações deles também seriam temporárias né então foi bem difícil o primeiro o primeiro todas as idades. Já no Vida Saudável os professores da Secretaria começaram a olhar respeitosamente, reconhecendo o trabalho do PELC, mas, como a gente nunca trabalhou em espaços juntos, sempre aonde estava os professores da secretaria de esportes o PELC não estava, ele estava em outros espaços, então eu não conseguiria dizer se essa impressão foi realmente verídica né. Essa foi a impressão que eu tinha com relação ao programa e aceitação do programa pelos profissionais e pelos professores SESP. A SESP passou a ter a cara um pouquinho mais parecida com o modelo do PELC, ter um formato de aula um pouco mais divertido, um pouco menos técnico por conta das experiências do PELC e, eu achei que isso foi muito importante para a gente dar em um avanço nas nossas ações com os programas da secretaria.

Fale sobre os impactos do PELC na Secretaria de Esportes e Lazer e no Município de São Bernardo do Campo.

A gente não conseguiu mensurar isso, não foi feito avaliação, Mas como eu posso dizer, mais aprofundada né, ficou na uma avaliação assim relatos e enfim. A impressão que eu tenho é a avaliação que eu faço, que o programa ele chegou regiões mais afastadas e que os impactos aconteceram naqueles espaços naquele período mudou a vida de quem participou do programa naquele período e como são regiões afastadas, locais de pouca circulação da secretaria de esportes quando o programa se encerrava ele também deixava esse vazio porque nem todas as ações, quase todas, a gente não conseguia dar continuidade né, uma ou outra ação a gente conseguia que algum professor da secretaria desse continuidade, principalmente onde tinha crianças né, então agente buscava estar fomentando ainda. Imagino que é o impacto ele tem acontecido especificamente lá, onde aconteceu o programa, não reverberou na cidade, ou a gente não tem instrumentos para medir isso saber se isso reverberou no município ou na cidade.

Fale sobre o Conselho Gestor do PELC.

Digo que o PRONASCI eu nem vi o conselho gestor acho que não existia ainda no programa com o conselho gestor. Todas as idades e Vida Saudável a gente começou, foi um trabalho de

formiguinha. Todas as idades fizemos algumas reuniões a gente não conseguia fazer com que os participantes do programa entendesse que aquele era um espaço para eles um espaço democrático para ele se posicionarem então levou um bom tempo em especial porque como os programas não aconteciam em regiões mais centrais, culturalmente as regiões Mais afastadas, as pessoas não acreditam, não conseguem ver como protagonistas das ações. Então foi um trabalho assim acredito que em busca de que conseguissem perceber esse direito. Esta possibilidade uma ação concreta que a gente viu muito pouco nos conselhos gestores de todas as idades. O Vida Saudável já caminhou um pouco mais porque era feito um programa para adultos e idosos então houve uma facilidade um pouco maior da compreensão desse papel, do papel do beneficiário do programa E assim a gente caminhou um pouco mais na questão do Conselho gestor neste programa no Vida Saudável.

Fale sobre a continuidade das ações do PELC após o término do convênio.

Sobre a continuidade das ações, é o que eu já disse anteriormente, pelas escolhas dos locais, dos núcleos, serem locais mais afastados, onde a Secretaria de Esportes não está lá ainda, onde a secretaria não alcança ainda esses locais, então, nós estivemos lá enquanto programa em associações de bairro e nas escolas públicas nos horários noturnos, com o objetivo de estar podendo levar essa possibilidade do Esporte e do Lazer para essas Comunidades. Então, “a gente” conseguiu muito pouco e ter o programa desenvolvido, ou melhor, ter a continuidade do programa com os professores da própria secretaria. Os programas têm começo meio e fim e “a gente” não consegue dar continuidade sem interrupção. Algumas ações foram feitas através de professores nossos, funcionários públicos contratados pela secretaria de esportes, para estar assim dando continuidade as ações do PELC, mas foram, vamos dizer assim em 25% dos espaços, não se compara a o atendimento do programa como um todo. Mas foi uma opção, a partir do momento que eu desenvolvo um programa dentro de um espaço esportivo que já tem o professor, que já oferece atividades para os munícipes, quando o programa deixa, nada se interrompe, o professor da gestão, da Secretaria de Esportes continua lá trabalhando né, então não “morre” o programa, porém, a gente deixa de atender quem nunca foi atendido. Mas são as decisões da gestão.

APÊNDICE D – ENTREVISTA CENTRADA COM A COORDENADORA PEDAGÓGICA

Entrevista realizada em 18 de agosto de 2018.

Fale sobre sua trajetória profissional, formação e ingresso no PELC

Bom eu sou formada em educação física, pedagoga, formada em pedagogia, pós-graduada em lazer e recreação, e agora fazendo um MBA em gestão de pessoas. E aí trabalhei em diversas áreas, desde a educação, esporte, lazer, em 2003, entrei na área do Lazer, trabalhando especificamente com projetos educacionais em Santo André, e aí depois foi uma área que eu acabei me apaixonando, coordenei diversos projetos, inclusive o projeto Expresso Lazer em Santo André em 2005, depois trabalhei no outro projeto Expresso Lazer aqui em São Bernardo de 2011 até 2013, e aí após essa inserção aqui no trabalho em São Bernardo a gente ficou sabendo do processo seletivo do PELC, fizemos o processo seletivo e eu entrei como coordenadora pedagógica em 2016.

Fale sobre o papel da coordenadora pedagógica.

Dentro do trabalho que a gente desenvolve no projeto aqui, são várias ações, várias atividades, burocráticas de organização de equipe, organização de aulas, organização de eventos, desde eventos de núcleo até eventos macro, que são os eventos que vem nas diretrizes do projeto. A gente também fica responsável pelo processo de formação, então a formação dos agentes que a gente desenvolve com eles. A ação também de criar ações intersetoriais com outras secretarias para que possa agregar tanto para o projeto, quanto o projeto possa agregar com outras ações que acontecem. Dentre outras coisas, temos mais demandas burocráticas, cuidar de RH, dentre outras.

Fale sobre o processo de organização dos núcleos e equipes de trabalho.

Nesse PELC de São Bernardo a gente tem hoje 10 núcleos, e 3 subnúcleos, que temos dentro do processo, cada espaço nós temos 1 coordenador de núcleo e mais 6 agentes que compõe o grupo. Essa equipe de agentes é composta por 1 agente de dança, 1 de artesanato e outro de artes marciais que são subdivididos entre judô e capoeira, além de 3 agentes de recreação que trabalham com diversas atividades no espaço. Os 3 subnúcleos que temos hoje é o Ferrazópolis que tem o Centro Cultural e o Centro de Convivência, Alves dias e Corintinhas, e Lavínia e Jerusalém. A organização assim, as equipes são bem diversas, bem ecléticas, tem agentes que fazem um trabalho bem bacana na comunidade, os coordenadores também, a gente tem um trabalho bem formativo com eles que acabam tendo um resultado bem positivo na ponta, principalmente nessa questão de mobilização comunitária, de organização do espaço, de organização de eventos, então eu acho que o trabalho está bem efetivado lá nas pontas.

Fale sobre o processo de formação continuada do PELC.

Eu acho que esse processo é o maior desafio enquanto coordenadora pedagógica, porque, quando eu assumi o PELC, foi necessário entender bastante como que seria essa formação continuada, visto que, a responsabilidade de direcionar seria do coordenador pedagógico e do coordenador geral. E aí o processo que eu criei para desenvolver essa formação, inicialmente foi estudar bastante as diretrizes, entender a função dessas diretrizes em cada espaço e depois,

eu fui buscar saber como deveria acontecer essa formação. A partir disso, elaborei uma estratégia onde eu coloquei dentro dos grupos de cada núcleo, o projeto que dei o nome de “compartilhar”. De início era função de cada área compartilhar seu conhecimento, então o grupo da dança, eles faziam uma formação só entre o pessoal da dança, do artesanato, só com o pessoal do artesanato e assim nós fizemos no 2 semestre de 2017, todo esse processo, foi feito só entre eles. Quando chegamos em 2018, a gente precisava dar continuidade e aí, acreditando no potencial das pessoas e buscando ampliar e qualificar cada vez mais a formação, a gente fez o “compartilhar 2”, agora esses formadores, esses agentes, eles tinham o processo de dar a formação para o grupo todo e não só para as pessoas da sua área, a área que você tinha domínio. E aí nós subdividimos os grupos e os desafios que nós tivemos nessa proposta do compartilhar seria despertar nos próprios agentes e nos coordenadores de núcleo o papel de formador, tendo em vista que, a gente enquanto educador lá com nossos alunos, o tempo todo a gente tem o papel de formador, de dialogar, de construir com eles. Então o desafio maior para os coordenadores, pois, o coordenador ele tinha o papel de mediar o processo de construção desse compartilhar com pessoas que não eram da sua equipe, então por exemplo, o coordenador do Orquídeas, tinha o papel de mediar o grupo da capoeira, só que ele ia organizar esse grupo que tinha um professor do Baetinha, um do orquídeas, um do Alves dias, e ele organizava essa estrutura na construção da formação, e eles aplicavam para a gente. E aí foi assim com as artes marciais, depois com o pessoal da dança, e agora a gente tá finalizando, nós temos ainda 1 formação do compartilhar que vai acontecer dia 03/09 com o pessoal do artesanato que vai fazer o último dia do processo de formação com o grupo todo no compartilhar. Eu acredito que foi muito positivo, tivemos muitos ganhos, formações extremamente qualificadas, desenvolvidas por eles, a gente também, através desse processo, fez com que eles pesquisassem mais, e que eles avançassem numa direção de que, o projeto não tinha a ideia da prática pela prática, mas que tinha que ter um processo de pesquisa, de teoria, de construção, de diálogo, se colocar no papel de ouvir muito mais o aluno, e até nas avaliações que a gente coloca a gente tem um retorno muito positivo desse processo.

Fale sobre o processo de avaliação e monitoramento do PELC.

O processo de avaliação que é feito com eles, a gente faz o monitoramento com as visitas que a gente faz, grande parte em eventos que a gente acompanha, mas também nas reuniões com os coordenadores, que são realizadas quinzenalmente, então a gente tem reunião com os coordenadores de núcleo quinzenalmente, nas reuniões gerais, que acontecem 1 vez por mês, nas próprias reuniões de núcleo que acontecem semanalmente nos espaços. Então em alguns espaços eu acompanhei essas reuniões, participei de algumas delas. Ele é feito também através de alguns momentos visitando os espaços pra acompanhar as oficinas, para verificar como está sendo desenvolvido esse processo. E sobre o processo de avaliação, ele é feito em cima de instrumentos que eu fui criando ao longo do trabalho então, “a gente” criou alguns instrumentos que foram questionários que eles tinham que responder sobre as ações que eles estavam desenvolvendo, tanto eu fazia para o grupo todo, como também fiz só para os coordenadores, como também, “a gente” trabalhou com os coordenadores a ideia deles fazerem no próprio núcleo, então, quando tinha uma ação no núcleo eles criavam um instrumento de avaliação. Além desse processo “a gente” criou também a ideia do roteiro em que “a gente” conta um pouquinho do que está acontecendo no núcleo, o que é feito e também, através de vídeos que “a gente” tem, fotos, então, a avaliação ela se dá através desses instrumentos que a gente tem usado, além de depoimentos que “a gente” pegou tanto escrito quanto, feito filmagem, as vezes só por áudio, pois, aqueles alunos que tem mais vergonha, escolhiam fazer o depoimento só por áudio, falando. Mas foram esses os instrumentos que “a gente” usa dentro do projeto.

Fale sobre o PELC na Secretaria de Esportes e a relação com os demais programas.

O PELC aqui na Secretaria de Esportes, esse aqui é o primeiro que eu participo, sei que já houve outros PELCs aqui na cidade, acho que esse é o quarto que está acontecendo, mas assim, o processo que eu estou participando, eu vejo ele como grande ganho para a Secretaria de Esportes, por que eu vejo isso, pois, por mais que a Secretaria de Esportes de São Bernardo no meu olhar, é uma secretaria que está muito à frente de outras cidades, na questão de organização, de estrutura, do próprio espaço, do grupo de professores que tem, um grupo grande que compõe um bom trabalho, mas mesmo assim a cidade de São Bernardo é muito grande, e penso que o projeto da Secretaria de Esportes, com o número de pessoas que tem, não consegue comportar a quantidade de pessoas que “a gente” precisa atender, de ofertar demanda de atividade atividades para a comunidade e, com a chegada do PELC, eu acho que “a gente” ganhou nesse sentido, de ampliar o atendimento na secretaria de esportes. Então ele traz uma ampliação muito grande, pois, teve uma época que a gente chegou a atender no PELC uma média de 5.700 pessoas, nesse processo todo, e aí varia né, conforme o período vai variando os atendimentos, mas, quantitativamente é um número expressivo e grande pra gente, pro atendimento. Então eu acredito que o PELC dentro da Secretaria de esportes foi fortalecedor e acabou sendo uma referência muito grande, porque, o grupo é muito ativo, então “a gente” conseguiu dialogar com outras secretarias, realizar muitas ações e “a gente” teve parceria com a Secretaria da Saúde, da Educação, com o departamento de lazer e outros setores que “a gente” foi buscando pra construir esse processo dentro da Secretaria. Então eu vejo o PELC hoje dentro da Secretaria de Esportes com um potencial muito grande em todos os sentidos, então eu acredito que foi muito positivo a chegada desse projeto na secretaria. E vale lembrar que, o que foi muito benéfico nesse projeto é o trabalho de parceria que foi desenvolvido com os professores concursados, eu acho que agregou bastante, grande parte dos professores recebeu de uma forma muito positiva e “a gente” conseguiu construir trabalhos bem bacanas com o grupo que já é da secretaria.

Fale sobre as diretrizes do PELC.

Bom, dentro das diretrizes, a gente foi estudando uma de cada vez, então, junto com os coordenadores, eu fui alinhando com eles e a gente fez um trabalho de pesquisa, alguns questionários pra entender isso, então, a gente tinha a questão da intersetorialidade, a gente estudar isso e entender como esse processo poderia ser feito, ou seja, fomos buscar parcerias com outras secretarias para que a gente efetivasse essa diretriz. Outra diretriz que a gente trabalhou bastante e discutiu bastante, foi a questão da intergeracionalidade, que era essa questão das diferentes idades trabalharem juntas, que no começo, no início do PELC, existia uma dificuldade por parte dos agentes e até coordenadores, que tinham muitas dúvidas de como realizar isso, e aí foi feito um trabalho que a gente foi trazendo as famílias pra dentro do projeto. Então hoje a gente tem oficinas dentro do projeto que são intergeracionais, um exemplo que a gente tem, por exemplo, lá no Baetinha a oficina de recreação, tem as crianças mas os pais que acompanham, a agente social conseguiu desenvolver um processo para que eles também fizessem parte, e hoje os pais brincam juntos, alguns realizam a atividade em parceria com ela, etc. Os que mais vem na cabeça são essas duas diretrizes, mas tem as ações comunitárias, a mobilização que a gente trabalhou bastante com os coordenadores pra que a gente aprendesse de fato a criar essa mobilização com os alunos, para que gerasse uma autonomia, para que eles entendesse que o espaço não é apenas um espaço para a prática da atividade física, mas um espaço deles, que eles tinham inclusive potencial para realizar outras ações além de ir lá fazer a oficina somente. A própria questão da autonomia, de dar mais autonomia para eles, a apropriação do espaço, a gente também foi nesse viés de que, essas pessoas, conseguissem se

apropriar, entender a funcionalidade de cada espaço, sabendo que, ela tem a autonomia de uso daquele espaço, mas ela tem que entender a organização, que existe uma organização e porque ela existe. E que essa organização não é para atrapalhar o uso, pelo contrário, é para facilitar o uso deles. Então acho que foram muitas coisas que a gente conseguiu dentro das diretrizes ir trabalhando com eles. Acho que foi isso, tem outros exemplos, mas vou ficar nesses.

Fale sobre o conselho gestor.

O Conselho Gestor foi um desafio bem grande, pelo menos pra mim, enquanto coordenadora pedagógica, eu nunca tinha trabalhado na ideia de criar um conselho gestor e entender essa concepção do que seria um conselho gestor. Foi complicado, mas a gente teve a parceria da Sandra que trabalha aqui na Secretaria com a gente, que ela auxiliou bastante nesse processo, além de muitas leituras que a gente fez também, e aí a gente começou pequeno, começou ali uma mobilização em cada núcleo, para que a gente formasse esse conselho gestor, trazendo um grupo de pessoas de diversas áreas daquele espaço, como professor, comunidade, funcionário da limpeza, administradores do espaço, seguranças, para que a gente conseguisse mobilizar essas pessoas para fazer parte desse conselho. Foi um trabalho assim, no início bem difícil. E aí a gente realizou depois de muitas tentativas, de construir e entender esse conselho, a gente fez uma formação geral com todos os conselhos, que eu acho que foi o boom que a gente ganhou aí, porque, a partir dessa formação, onde nós fizemos o encontro dos conselhos gestores em que a gente levou uma discussão sobre qual o papel do Conselho Gestor, o que eles deveriam desempenhar dentro daquele espaço, a gente ouviu eles também, para saber o que cada Conselho Gestor já tinha realizado ou não tinha. E aí depois dessa reunião a gente teve um ganho pois, quem ainda não tinha efetivado nenhuma ação mais concreta, começou a se mobilizar e conseguiu alguma realização dentro daquele espaço, já os conselhos gestores que já estavam mais fortes, eles se fortaleceram mais ainda né, vou citar o exemplo do Paulicéia, que hoje tem uma autonomia, onde eles montaram uma comissão, fizeram um movimento, que colocaram presidente, vice presidente, ou seja, começaram a institucionalizar esse conselho gestor do modo que eles gostariam de ser feito. Depois dessa formação teve uma mobilização bem bacana, essa do Paulicéia já estava acontecendo antes da formação, porque era um conselho que já estava mais forte. A gente tem o conselho do Lavínia também, que sei que é um conselho que já vem do outro projeto do PELC que eles são bem fortes, bem efetivos, trabalham. E o que eu vejo assim, que eu acho que é uma participação fundamental nas políticas públicas da nossa cidade, pois, você ter em cada espaço um conselho gestor onde você tem a participação da comunidade de uma forma mais presente, em discussão e construção, eu acho que vai só fortalecer. Agora o próximo passo que a gente está organizando é a gente fazer um novo encontro do Conselho Gestor, que estamos chamando de 2 encontro, pra gente agora tentar trabalhar com eles o fortalecimento e a permanência desse processo, a ideia agora é, encerrando o processo do PELC, findando o projeto, como nós vamos trabalhar com os conselhos para que eles permaneçam ativos e até, na proposta de ampliar para todos os CRECs da cidade.

Fale sobre o trabalho no núcleo Lavínia.

O Lavínia, quando eu cheguei aqui no projeto, um dos primeiros lugares que eu fiz reunião com o Conselho Gestor foi no Lavínia e para minha surpresa, quando eu cheguei lá tinham 20 pessoas me esperando para participar da reunião. E assim, foi bem legal, elas adoraram a ideia do PELC estar voltando lá e começaram a contar como as coisas estavam e, aí a gente dialogou muito com eles, a coordenadora de núcleo, eu e esse conselho, aproveitando a coordenadora do núcleo lá, pra gente dar continuidade nessas ações. O Lavínia hoje e, aí com o subnúcleo do Jerusalém, mas o Lavínia especificamente, é um espaço em que as coisas acontecem e,

acontecem naturalmente. E o que é legal no Lavínia, sob meu olhar, é que muitas coisas que acontecem lá partem do desejo deles, dessas pessoas, do conselho, pois, eles cobram a gente, então por exemplo, se a gente deixa as vezes de propor alguma ação, eles já vem perguntar, “a não vai fazer tal coisa”, por exemplo, no caso do sarau, que eles fazem todo ano, então, quando na reunião com a gente, se a gente não tocava no assunto eles já começavam a se mobilizar, “mas e o sarau, quando nós vamos fazer”. Então a gente tem o trabalho lá como um trabalho bem qualificado, com uma participação bem grande, principalmente de adultos, não sei se é uma dificuldade, mas no Lavínia, acho que pela própria estrutura do espaço, a gente não conseguiu atingir tantas crianças no espaço, mas efetivamente com público adulto e da terceira idade, é um trabalho muito efetivo que acontece, e um ganho grande que tivemos no Lavínia também foi a parceria com o Professor Carlos da Secretaria de Esportes que iniciou no ano de 2018, pra que alguns professores se aproximassem do PELC como uma ideia de entender e de compreender sobre o que se trata esse projeto, como ele funciona, suas diretrizes, e, acredito que a vinda desses professores, que a gente pode falar também do Vila Marlene, mas acho que Carlos vindo houve um ganho muito grande para o espaço, pois, a gente conseguiu aproximar muitas atividades da prefeitura, da formação esportiva no programa Corpo em Ação, com o PELC, então a gente conseguiu de fato, juntar isso e tornar uma coisa única. Então hoje quando as coisas acontecem lá, não é um processo só do PELC, nem um processo só do Corpo em Ação, mas sim um processo da secretaria de esportes. Então eu acho que essa parceria e o trabalho que está sendo desenvolvido lá é bem bacana.

Fale sobre o PELC como um Programa de Promoção do Lazer.

Olha, eu enxergo o PELC como uma oportunidade pra política pública e pra população, como uma grande oportunidade. A oportunidade que a gente tem de ofertar essas atividades, de uma forma não tão automatizada, não tão amarrada, a oportunidade de dialogar com essas pessoas, entender diferentes concepções das pessoas, acho que é a oportunidade que a gente tem de promover ações para diversas idades, porque o PELC aqui de São Bernardo hoje é um privilégio, pois a gente atende pessoas desde 3 anos de idade, até 90 100 anos, enquanto estiver de pé estiver nas nossas aulas, junto aos alunos de inclusão. Então eu acho que essa oportunidade, esse programa (PELC) como ele é muito diferenciado né, ele é diferenciado pelas ações, pela própria estrutura que, por exemplo, ele pede dos profissionais que atuam nele. Então a gente trabalha com profissionais que eles não podem ter essa ideia de só dar aula, ter a concepção de dar aula pegar as coisas e ir embora, o PELC não tem essa concepção, ele tem uma concepção muito mais dialética, onde as pessoas discutem, inclusive, fazem muitas rodas de conversa sobre lazer. Eu acho que é a oportunidade da gente mostrar pra essas pessoas qual é de fato o papel social do lazer, como direito deles, como direito igual os demais direito como saúde, educação, o lazer também é um direito deles. Então eu acho esse projeto fantástico, espero que isso perpetue de alguma forma aqui na cidade, que se efetive, pois, eu tenho certeza que, com a perpetuação disso, independente das pessoas que vierem, o ganho é pra população. E penso que política pública a agente tem que ter sempre o olhar de ofertar sempre o melhor pra população que a gente atende. Então acho que o PELC é a cereja do bolo de qualquer Secretaria de Esportes que sabe aproveitar bem ele.

Algo que não perguntei.

Acho que somente agradecer por participar desse programa que me fez crescer muito profissionalmente, agradecer todo esse processo, agradecer todos da equipe, assim, porque, é um pessoal que realmente a gente põe a mão na massa e as coisas acontecem, então, eu acho que o programa, tingiu o objetivo efetivo dele né, que é a promoção do esporte recreativo e do

lazer na cidade, ele vem como transformação inclusive para os profissionais, porque, muitos dos profissionais que entraram no PELC de um jeito, eles estão saindo de outro jeito, e com um repertório muito maior pra ter até oportunidades melhores na vida profissional. Então acho que, além das mudanças na vida dos participantes, acho que a formação, o processo que existe dentro do PELC é um ganho para todas as pessoas que participam de alguma forma.

APÊNDICE E – ENTREVISTA CENTRADA COM A COORDENADORA DE NÚCLEO

Entrevista realizada em 22 de junho de 2018.

Fale sobre sua trajetória profissional e sua relação com o PELC.

Bom eu sou formada em educação física, sempre fui da área do ballet e da ginástica rítmica, já tinha sido coordenadora, mas não em projeto de lazer, só a nível de treinamento, e o PELC mudou completamente a minha visão com relação as atividades voltadas para o lazer, né, que eu vim de uma lado mais de treinamento, aquela coisa meio robótica que tem que acontecer, e o PELC vem falando totalmente o contrário disso, então foi muito bom, eu cheguei aqui através do concurso que eu vi no jornal, e prestei e estou muito feliz em participar desse programa.

Fale sobre o Trabalho do coordenador.

Então, eu procuro auxiliar o agente social nas demandas das oficinas, fazendo com que ele sempre trabalhe em cima das diretrizes do PELC, e além disso, fortalecer o trabalho com a comunidade e com o conselho gestor.

Fale sobre a organização do núcleo.

Atualmente só um agente do PELC está atuando lá com as atividades de caminhada, ginástica e alongamento, teve recreação e brinquedoteca também.

Fale sobre o processo de organização da grade.

Quando nós chegamos lá, precisamos nos adequar a disponibilidade do espaço né, então, tinha somente dois dias da semana livre para o PELC estar atuando, que são as terças e quintas e aí devido a procura por ginástica e alongamento, ser muito grande, e a prefeitura não conseguir atender a todos esses alunos, foi necessário abrir essas oficinas.

Fale sobre as oficinas.

Caminhada, ginástica e alongamento, somente essas atualmente.

E as oficinas de dança e de capoeira.

Sim, a capoeira e a dança ainda se mantem, somente a recreação e a brinquedoteca que não acontecem mais.

Fale sobre a participação, assiduidade das pessoas no programa.

Olha, o pessoal é bem assíduo e bem fiel, tem uma preocupação grande em perder a vaga, eles sabem que lá a procura é grande, eles mesmo sempre estão indicando por conta dos benefícios que o programa tem trazido pra vida deles e isso aumenta demais a procura, fazendo com que tenha até lista de espera, então, devido a esse “medo”, digamos assim, de perder a vaga, o pessoal é bem assíduo.

Fale sobre o controle de frequência.

Então, a gente sempre procurar respeitar a individualidade de cada um né, entendemos os problemas, mas a gente pede pra que quem precisa faltar, sempre avisar o professor, comunicar na aula seguinte e, não frequentando o mês inteiro, quando não há nenhuma frequência dessas pessoas, aí sim a gente substitui por alguém que está na lista de espera, mas a gente respeita aqueles que vem a ter algum problema pra não ficar nas aulas.

Fale sobre a relação das pessoas com o local.

Então, lá tem um grupo de pessoas que é bem fiel ao local e por lá já ter tido outro PELC, a cultura local é de manter aquilo organizado, as cortinas as vezes estão sujas, uma pessoa fala, "a professor eu posso levar pra lavar essas cortinas", mesmo ela não sendo do conselho gestor, que o conselho gestor no caso é o que nos dá bastante ajuda lá, mas independentemente de ser do conselho gestor as pessoas tem cuidado do espaço.

Fale o espaço enquanto um espaço de lazer.

Uma parte, uma parte das pessoas que frequentam as oficinas sim, entendem que o espaço também é pra eles fazerem lazer, outras são muito voltadas pra busca da melhora da saúde apenas, então, estão lá só pra se cuidar mesmo e pronto, ou por que não tem tempo e, não frequentam os eventos, mas uma grande maioria frequenta.

Fale sobre os eventos.

Então, como eu falei na pergunta anterior boa parte das pessoas já entende que os eventos são pra eles se divertirem, pra levarem amigos, família, independente de fazer parte da oficina ou não, outra parte das pessoas está preocupada mais com a saúde e alguns alegam que o evento muitas vezes não cai na disponibilidade deles e por isso eles não frequentam. Mas os eventos lá têm sido bem legais.

Fale sobre a importância dos eventos em relação a participação no programa.

Eu acho que isso é o que diferencia o PELC dos outros programas da cidade, é essa questão de levar o lazer pro público ali, pra comunidade local, e faz a diferença sim.

Fale sobre o conselho gestor.

Então, lá o conselho gestor é um grupo bem crítico, eles já vêm participando desde as outras edições do PELC, então é um grupo bastante crítico né, em relação aos deveres, digamos assim, a serem desenvolvidos. Chegaram pessoas novas nesse ano, por alguns membros do grupo há uma resistência em receber essas pessoas novas, mas essas pessoas que estão chegando têm agregado muito e dado um up assim no grupo, as propostas estão sendo bem legais.

Fale sobre a atuação do conselho no programa.

Ele atua nas atividades, participa das reuniões, quando fazemos ações sociais, tudo fica com conta deles, então eles são referência, geralmente em cada turma do PELC, tem de 2 a 3 membros do conselho gestor, e hoje eles já são referência dentro das oficinas. As pessoas vão até os membros do conselho gestor pra perguntar algumas coisas ao invés de ir ao agente social.

Fale sobre as ações que o conselho desenvolve.

Bom, o conselho ele atua efetivamente desde a elaboração dos eventos até a finalização dos mesmos, então assim, eles são parte fundamental para que os eventos aconteçam, além dessa atuação dentro dos eventos, eles organizam as ações sociais, de arrecadação de alimentos, de arrecadação de agasalhos, e em uma das entregas de agasalho em um asilo, eles notaram a dificuldade do asilo em conseguir fraldas geriátricas, e aí eles já voltaram com a proposta de realizar uma campanha para arrecadar fraldas geriátricas, então, eles são bem ativos mesmos nas atividades.

Fale sobre a relação do PELC com os outros programas da secretaria.

Atualmente está havendo uma parceria maior com os outros programas, então as atividades do núcleo não ficam restritas só as turmas do PELC, as campanhas são feitas dentro de todas as turmas, independentemente de ser do PELC ou da Secretaria de Esportes. Então esses dois programas têm conversado bastante e vêm obtendo maiores resultados, tanto na participação nos eventos quanto nas arrecadações, agora as principais diferenças que eu acho é que o PELC proporciona, ele abre muito mais chance para as pessoas participarem, ele não restringe a idade, até por estar vinculada a intergeracionalidade, isso já o programa da secretaria faz a divisão por faixa etária, então isso é um relato do pessoal que frequenta, "a eu sou idosa aos olhos do programa da prefeitura, mas eu me sinto à vontade de fazer uma atividade de uma pessoa de 30 anos, e eu não posso", já o PELC não faz essa diferença entre o público. Além de ser muito mais voltado para o lazer né, promove a socialização por conta dos eventos, passeios, enfim.

Fale sobre essa restrição por idade.

Conversando com as pessoas, o que as pessoas relatam, atualmente eu acho positivo, mas por exemplo, o que eu aprendi na faculdade é que cada faixa etária tem o seu desenvolvimento e muito mais, mas ouvindo o relato das pessoas eu noto que isso é um benefício pra elas, então eu acho positivo.

Fale sobre o que poderia melhorar no PELC.

O que poderia melhorar são algumas questões administrativas que a gente acaba esbarrando, com relação a burocracia da própria prefeitura, mas a gente sabe que isso dentro de prefeitura é sempre um pouquinho mais difícil, e o programa melhorar, eu acho que deveria aumentar o tempo, o tempo que ele fica na cidade, porque quando começa a o pessoal entender, a participar e a ver o PELC com os olhos que ele quer ser visto, ele acaba, então eu acho que ele deveria ser por mais tempo.

Fale sobre a proposta de continuidade do PELC.

Eu acho que é importante ele continuar, acho que ele não deveria acabar por que você com o passar do tempo passa a ter mais contato com os beneficiários e aí você a necessidade deles em participar do programa, e o que o programa traz de benefício para a vida deles. A municipalização seria o ideal já que não tem condição dele se manter de outra forma, então não deveria acabar não.

Fale sobre os entraves burocráticos.

É mais relacionado a material, as vezes você precisa de uma coisa para o seu evento que vai deixar ele melhor e você esbarra em algumas questões que não favorecem, e a manutenção também, por exemplo, algumas coisas que fogem da alçada do conselho gestor conseguir, tá, os ventiladores pifaram, eles vão lá, tem alguém que entende, eles vão lá e consertam, mas por exemplo, o telhado caiu e até agora nada foi feito. Então essas questões acabam prejudicando a manutenção do local

Gostaria de falar algo que não perguntei.

Não.

APÊNDICE F – ENTREVISTA CENTRADA COM O AGENTE SOCIAL DE RECREAÇÃO

Entrevista realizada em 21 de junho de 2018.

Fale sobre a sua trajetória profissional e sua relação com o PELC.

Bom eu iniciei na faculdade e consegui um estágio na prefeitura né, na secretaria através desse estágio abriu a oportunidade do PELC, me inscrevi, me candidatei as vagas que estavam disponíveis, concorri com o pessoal e quando eu fui chamado, assumi a parte das oficinas né, algumas aulas, vamos dizer assim, alongamento, ginástica e o acompanhamento da caminhada lá no centro esportivo do Lavínia.

Fale-me sobre suas oficinas.

As pessoas participam lá, principalmente quando abre as inscrições na época de inscrições, as vagas que ficam sobrando as pessoas vão aparecendo e vão perguntando, aí nós vamos passando as fichas pra elas, nós temos um limite de público até porque o espaço não comporta muita gente e a procura é muito grande, mas a gente tenta fazer do melhor jeito possível, atender a maior quantidade de pessoas possível né, e conforme as pessoas vão desistindo, as vezes sem justificativa muitas das vezes, aí acabamos retirando e colocando outras pessoas que estão a fim de querer participar né, e fazer. As oficinas são basicamente a parte de caminhada com o acompanhamento, porque lá "tá livre" né, o pessoal faz a caminhada, mas a gente vai acompanhando, vai passando alguma coisa de exercício, justamente para algumas pessoas já começar a entender como é que funciona a parte de ginástica né, e consequentemente eles procuram a parte de ginástica e alongamento e outras atividades, saindo daquela parte do sedentarismo né que eles se encontram ali, e acaba tendo uma evolução, vamos dizer assim, até mais por eles do que comigo, eu sou apenas uma pessoa que tá ajudando eles.

As pessoas podem participar de mais de uma oficina?

Sim, elas podem participar de mais do que uma, até nas 3 da sequência, dependendo da quantidade de vagas, as vezes "que nem" na (oficina) de ginástica por exemplo, que a aula fica "no meio" das aulas de caminhada e alongamento, às vezes a ginástica já tá cheia, o pessoal pode participar de uma, espera, aguarda pra participar da outra, e quando tem vaga ela pode participar da sequência das 3, ficando lá direto, desde que tenha as vagas certinho né, e as pessoas vão lá, participam.

Fale sobre a assiduidade, a participação, a frequência nas turmas.

Boa parte, 80% são fieis, eles frequentam mesmo, vão em busca, não falham, montam os grupinhos deles, dificilmente faltam, com chuva até estão lá, então, são muito poucas pessoas que faltam, é uma pessoa ou outra que tem esse hábito mesmo de as vezes não voltar, não falar nada, não trazer um atestado né, some, depois de um tempo aparece falando que teve um problema pessoal mas, aí não justificou a gente acaba tendo que tirar para dar oportunidade para outras, mas, 80% do público são fieis, são frequentadores mesmo, ali, e a procura também é muito grande, então as pessoas tem aquele receio de perder a vaga por causa da procura.

Como você organiza suas oficinas dentro das diretrizes do PELC.

Sim, a gente organiza né, não só as oficinas, mas deixando bem claro que o espaço também é deles, e que eles podem usufruir da melhor forma possível né, já começando a conscientizar eles pra se organizarem né, em questão de eventos próprios né, naturais que ocorrem ali, tradicionais ali, para que tenham uma melhora do espaço e eles consigam evoluir em outros aspectos como organização, limpeza e fazendo outros tipos de trabalho também, paralelo a isso, porque não fica só a atividade da oficina, mas uma integração também das pessoas em prol ou causa de alguma situação como é a arrecadação de doações para asilos, de alimentos, de roupas, e assim, se torna uma coisa também integrada onde as pessoas interagem junto com a atividade em busca de qualidade de vida e também uma socialização bacana entre eles ali, ajudando também na questão social.

Fale sobre os outros programas, diferenças semelhanças.

Eu acho interessante, eu acho bacana também os programas da Secretaria, eu não vejo diferença, a não ser a questão das modalidades que as oficinas oferecem, porém, a ideia é a mesma porque também as pessoas frequentam são as mesmas. As pessoas que frequentam as minhas oficinas também frequentam outras, então, as ideias, o procedimento acaba sendo um só, eles estão ali frequentando, as propostas são iguais também, muito próxima o trabalho do PELC com o trabalho da secretaria, e a gente trabalha junto em busca da qualidade de vida e também essa parte social também.

Fale sobre como as pessoas entendem as oficinas como um momento de lazer.

Sim, algumas, muitas pessoas vêm sem esse entendimento do lazer né, eles vêm com a ideia de, vamos dizer assim, de busca de resultados. Achando que ali é igual a uma academia, mas a nossa proposta ali também é ajudar a mudar esse pensamento, mostrar que o principal é a parte da socialização, do lazer mesmo e, daquela coisa de “ajuntar” e trazer todos juntos, agrupado, mas muitos vêm sem esse conhecimento e quando chega ali, começamos a explicar como funciona, eles passam a entender, entendem o contexto do programa que está ali e, também, têm essa parte de socialização que é ajudar o próximo também e acabam participando, entendendo e até nos surpreendendo porque, as vezes até eles mesmos tomam a frente de situações, e isso é muito bacana.

Fale sobre os eventos do PELC.

Sim, os eventos são bacanas, são diversificados, são cada um de um setor diferente, é muito bom, sempre estar aprendendo coisas que você não tinha vivência. "Você" passa a contribuir porque "você" participa desses eventos, de uma certa forma até ajudando e acaba entendendo de um outro parâmetro, e as pessoas também, algumas vem com conhecimento, as pessoas quando "você" acaba explicando, algumas pessoas nos surpreendem né, porque quando solicitados eles também passam a ajudar nós, mesmo sem ter conhecimento do que seria ali o evento, e acabam surpreendendo também, justamente por conta dessa força de união que o pessoal faz, se junta, socializa em prol do acontecimento ali, porque eles sabem que o evento não é "pro" PELC mas sim pra eles e pra comunidade.

Fale sobre o que poderia melhorar no PELC.

Eu acho que teria que expandir pra mais bairros, primeira coisa né, porque a demanda, infelizmente é grande, né, as vezes alguns bairros não é beneficiado, vamos dizer assim, e as

vezes eles tem que se deslocar até o núcleo, e tal, mas e abrir um pouco mais de outras oficinas, outras oportunidades, não só naquele aspecto básico, vamos dizer assim, do padrão, mas começar trazer outras formas, outros tipos também, uma coisa mais teatral, mas cultural, mas regional também, buscar bastante isso, então acho que, mas é pouca coisa na verdade, pois o formato do PELC é muito bom, é bacana e tem contribuído muito com as pessoas.

E em relação ao Lavínia tem algo que pode melhorar.

O espaço do Lavínia é ótimo, o que ele precisa na verdade ali é uma reforma pra ajudar a gente ali, colocar uma parte de uma pista de caminhada, uma parte de uma pistinha de corrida, porque as vezes a gente até gostaria de fazer alguma coisa ao ar livre né, com o pessoal, e o único horário que tem é só pela manhã mais cedo, e como o campo é ocupado, e lá fora o espaço tem o estacionamento e acaba não sendo muito bacana, mas o espaço do Lavínia é ótimo, é excelente, o tamanho, o material, tudo nós temos ali, é ótimo, não tenho o que reclamar.

Fale sobre o uso do campo nas suas oficinas.

Eles gostam de usar o campo, principalmente na época de calor, a época que tá sol, eles gostariam de frequentar mais ainda o campo, quando o tempo tá mais aberto, justamente para aproveitar essa parte de ao ar livre né. Quando tem oportunidade a gente faz um aquecimento no intervalinho ou outro né, curto né, mas o pessoal adora, por isso que teria que ter esse espaço, seria legal se tivesse, ajudaria muito fazer uma corridinha lá fora, e sair um pouco daquele negócio fechado né, que o pessoal as vezes enjoa.

Gostaria de falar algo que não perguntei.

Sim, gostaria de agradecer a secretaria de esportes por ter acreditado no meu trabalho, na minha proposta também, ao PELC por ter me dado essa oportunidade que pra mim foi uma oficina maravilhosa né, indico pra outros professores de iniciação, indico pra todos que queriam participar não só na área da educação física né, mas na área do lazer, da recreação, uma área de outras atividades como capoeira, ou até mesmo o pessoal do artesanato, que isso ajuda muito e te deixa capacitado, vamos dizer assim, te dá força pra você fazer seu trabalho bem e ajudar o próximo também, porque não se torna só uma coisa simplesmente de você ir lá e aplicar, mas você tentar dar o seu melhor ali e mostrar que os programas como o PELC é de qualidade e a pessoa vem e faz o trabalho de qualidade.

APÊNDICE G – ENTREVISTA CENTRADA COM O AGENTE SOCIAL DE DANÇA

Realizada em 29 de maio de 2018.

Fale sobre a sua relação com o Centro Esportivo do Jardim Lavínia.

Certo, o Lavínia, eu nasci no bairro, eu nasci na Vila Marchi, que é ali do lado, meus tios tinham uma chácara ali do lado do Lavínia onde era uma madeireira e hoje é um prédio, eram chácaras dos meus tios, não tinha nem o campo ainda. Mas eu conheci o Lavínia com 14 anos, através do futebol, tinha o time do Lavínia lá juvenil, eu comecei com os 14 anos, meu irmão jogou no time mais velho, time principal, e eu com 14 anos comecei no time juvenil, onde fiquei disputando a Copa São Bernardo, campeonatos, festivais pelo Lavínia, na época o presidente era o Bibi, que é irmão do Felipão, aí depois do Felipão passou a ser o presidente também, o Bibi, também já faleceu, fazem uns 5 anos, aí nós estávamos disputando a terceira divisão e depois subiu para a 2ª divisão, inclusive o Lavínia não mandava jogos do campeonato na sua casa, nós mandávamos jogos no campo do Jerusalém, porque o nosso campo não era cercado, era de terra e era todo aberto, só tinha o vestiário e uma casinha, e aí os jogos eram disputados tudo lá no Jerusalém.

Você lembra que ano era mais ou menos isso.

83, 84, eu fiquei lá mais ou menos até 85, aí depois eu fui pro São Bernardo com o Seu Brota lá no campo do Nova Petrópolis. Em 85 o Lavínia subiu pra 2ª divisão, teve até um jogo interessante que eu até comentei com você, na época o prefeito acho que era o Walter Demarchi e aí foi a entrega de faixa do Lavínia contra o 13 de agosto, que era um time da mesma rua e foi um jogo que antecedeu a abertura do campeonato da 2ª divisão, aí nós juvenis jogamos lá, ganhamos de 4 a 1, fiz os 4 gols e uma coisa que marcou muito é que o Demarchi estava com uma calça branca, e tinha chovido muito e o campo estava com muita lama, e aquela bola bateu na calça dele e ele ficou bravo e foi embora, manchou toda a calça dele toda.

Fale sobre as melhorias no Campo/Centro Esportivo ao longo dos anos.

Sim, lembro desde o primeiro alambrado, quando cercou a primeira vez e aí o Lavínia começou a mandar jogos dentro de casa, eu também estava lá, aí depois me afastei, fui pra treinar em outros times, segui a vida, deixei o Lavínia, mas continuei acompanhando, até que acabei vindo morar atrás do campo, nos prédios, e aí minha sacada, ficava aqui de fundo para o campo do Lavínia. Então, eu mesmo sem jogar, todo domingo de manhã eu tinha que acordar e acompanhar os jogos, os festivais, os fogos, muita disputa, eram muitos jogos que mandavam ali. E até que, não lembro o ano, se foi 2010, que começou a reforma, e aí eu vi que começou a desmanchar o campo do Lavínia e ia haver a reforma. Aí eu pensei, eu vou acompanhar a reforma e apesar de eu trabalhar na Volkswagen até às 17 horas, eu via a evolução da construção do novo CREC do Lavínia. Então eu pensei, vou tirar foto e filmar, e pensei, um dia alguém vai precisar dessas fotos, porque minha visão era privilegiada né. E toda vez que tinha alguma movimentação, alguma mudança brusca eu registrava, foram 10 meses de construção mais ou menos, foi 2010, 2011 acredito. E aí eu chegava do serviço à tarde e começava a tirar foto, tirando a foto da terraplanagem, da marcação, aí foi que as pedras chegaram, material chegando, a evolução toda. Toda semana eu ia lá e filmava até o dia da inauguração que teve a festa e eu peguei o finalzinho da festa.

Fale sobre o que mudou a partir dessas reformas.

Bom, melhorou muito, inclusive eu até esqueci de colocar que eu voltei antes a jogar no campo de terra como veterano, eu saí como juvenil e voltei como veterano. Foi aí que eu fiquei sabendo da reforma. No período da reforma os veteranos começaram a jogar fora, e aí quando teve a inauguração, mudou radicalmente pra melhor, não tem nem como falar, vestiário, virou CREC, salão de festas, salão de ginástica, o pessoal que frequentava que continuou jogando depois no gramado, que é outra coisa, você deixar de jogar na terra pra jogar num gramado oficial sintético não tem nem comparação, a organização ficou bem melhor, tem o espaço do presidente do Lavínia e também tem o espaço do administrador do CREC, os dois se conversam, são pessoas que acompanharam também a história do Lavínia, tem a ver. A prefeitura também agregou muitas coisas boas lá, muitos jogos de final de campeonato tá sendo lá, é, juvenil, copa São Paulo de Junior, os times de fora vão lá treinar, fazer aquecimento, treinamento, então tem muita coisa acontecendo depois da reforma, ginástica, aula de dança, depois entrou o PELC agregando mais ainda ao lazer

Fale sobre a sua atuação como agente social do PELC.

O PELC pra mim foi a abertura para o funcionalismo público, porque, eu sempre trabalhei em empresa, sou aposentado por empresa particular, foi o primeiro contato assim com a prefeitura, e através da dança, onde entrei como agente social né, e aí vocês me deram o espaço para eu poder colocar a dança country que é meu estilo lá, e agregou muito porque o pessoal não conhecia esse estilo lá, pois era uma aula diferenciada para as pessoas que frequentavam, diferente da dança de salão, e o PELC ajudou muito me dando a liberdade de expor meu trabalho e minhas qualidades, dentro do espaço do CREC Lavínia, e muita gente tinha, lá eu tinha cerca de 350 alunos, frequentando as aulas durante a manhã, a tarde e à noite, e nas aulas de fim de semana. Então foi ótimo pra mim, conhecer como funciona o agente social, ser servidor.

Fale sobre o controle de frequência.

Sim através do PELC nós tínhamos primeiramente, ter que fazer um cadastro no CREC Lavínia, onde a pessoa escolhia a aula e o dia que queria fazer, que era disponível, e sobre o limite de alunos por turma, nós tínhamos 90, chegamos a ter 100 alunos por turma porque o espaço permitia e a aula é aberta, então nós tínhamos controle de presença de alunos, todos os alunos diariamente nós tínhamos controle de presença, e semanalmente nós fazíamos um relatório sobre as aulas e acontecimentos da aula, e mensalmente, nós fazíamos um relatório geral.

Fale sobre as oficinas durante a semana e nos finais de semana.

São públicos diferentes, tínhamos turmas muito grandes de manhã, com o pessoal de mais idade, que eles não saíam à noite para fazer aula, eles preferiam de manhã, então a aula tinha que ser específica para o pessoal da terceira idade, uma aula mais leve, de semana à noite era o pessoal mais jovem, e eram pessoas que só trabalhavam, saíam do trabalho e iam fazer aula, então era um outro público, era uma aula mais dinâmica e cheia também, no final de semana, e outro diferencial, eram pessoas que, ou trabalhavam e estudavam à noite, e então não podia vir de manhã porque trabalhava e não podia vir à noite porque estudavam, ou vice versa, então, elas preferiam vir no sábado, também no sábado a frequência era muito grande.

E você percebeu se existiam pessoas que participavam de todos os horários?

Então, como o intuito do PELC é o lazer, nós não bloqueávamos, não proibíamos de fazer uma aula, ou duas aulas, mas tinham grupos, dessas 300 acho que 30 pessoas, 10% delas, que faziam todos os dias, de manhã a noite e de sábado, e quando eu faltava algum dia as pessoas reclamavam, queriam ter reposição de aula se por ventura não tivesse.

Fale sobre a participação de pessoas com deficiência nas oficinas.

Isso, tínhamos alunas mesmo com deficiência, elas ficavam sempre perto da gente, claro que elas sempre estavam acompanhadas com um adulto, com a mãe ou alguém responsável, pois eu não ficava responsável diretamente pela pessoa, mas o seguimento da aula, eu mantinha normal, não ficava me prendendo muito a eles, pra deixar eles a vontade, e não expor eles a nenhuma situação difícil, então eles iam lá e dançavam do jeito deles, e as músicas eram músicas que eles conheciam e eles cantavam juntos, e teve depoimento de mães que dizem que melhorou muito a coordenação, eles ficavam mais calmos e melhorou muito depois da dança.

Fale sobre o processo de planejamento e desenvolvimento das oficinas.

Por exemplo, na parte da manhã que era um pessoal de mais idade, o estilo sempre foi o sertanejo e o country, não tinha forró, não tinha chacha chá, não era dança de salão. E o estilo da dança, sempre foi passos livres, não foi de casal, então era mais pra se movimentar, como eu percebi que o pessoal de manhã era de mais idade, eu mudava um pouco os passos que eu criava, tirava giros, deixava com menos giros para que as pessoas não ficassem girando tanto e atacasse a labirintite né, não ficasse tonto, e a escolha das músicas, como era o pessoal mais antigo, eu pegava o sertanejo dos anos 90, anos 2000, que era as músicas do Bruno e Marrone, Rio Negro e Solimões, são músicas que o pessoal viveu aquela época. E a parte da noite como era um pessoal mais jovem, mais dinâmico, aí eu colocava uma dificuldade maior e umas músicas mais atuais, que eram onde o pessoal tá vivendo que é o Jorge e Matheus, Thaeme e Thiago, que são os sertanejos mais modernos.

Fale sobre o nível de dificuldade das coreografias e a relação com a participação das pessoas.

Lá chegou um momento, depois de uns 4 meses, toda turma tem um pessoal que evolui mais, e outros tem mais dificuldade de aprender, então, pra não ficar uma aula repetitiva, eu sempre voltando ao começo, eu comecei a separar por turmas, e coloquei um horário como turmas iniciantes, e outro como turma intermediária, então aquelas turmas iniciantes, eu poderia repetir o movimento quantas vezes fosse preciso, não teria problema, porque a pessoa estaria fazendo àquela hora, sabendo que eram passos fáceis, e depois na aula intermediária eu poderia puxar um pouco mais, passos com mais dificuldade, porque justamente a pessoa estava ali querendo sempre aprender mais. Mas as pessoas podiam participar das 2 aulas, mesmo que ela tem dificuldade, mas queria fazer a aula mais intermediária, sem problemas nenhum, podia fazer, só que aí a atenção ia ser diferenciada com as pessoas mais avançadas, não podia ficar tendo o mesmo tratamento, e a pessoal mais intermediária podia fazer a aula iniciante também, sem problema nenhum.

Fale sobre o trabalho com a autonomia nas suas oficinas.

Eu comecei o seguinte, eu criei uma turma, um horário, que era de monitores, ou seja, eles mesmos vinham em horário antes e treinavam os passinhos que eles aprendiam, só que quem passavam, eram eles mesmo, eu só colocava a música e olhava, então isso dá uma autonomia pra eles, mesmo um aprender com outro a fazer os passos, inclusive para descobrir novos

professores né, durante a aula, porque quem sabia bastante, era como se fosse um merecimento, um reconhecimento do que ele tá aprendendo na aula, e o pessoal ia lá e fazia a aula deles. Outro ponto, é que nós fazemos saídas de lazer, por exemplo, ir em um lugar, fazer um churrasco, tipo “Pousada dos Pescadores”, fazer um aniversário, e no bailão de música ao vivo, eles se divertirem, nesse momento que eles tão se divertindo, eles estão memorizando os passos, e em casa, nas festas deles em família eles ficam memorizando também, então eles ficam mais soltos, foi assim que fomos trabalhando.

Você colheu alguns depoimentos dessas oficinas onde eles mesmos davam a aula.

Eu colhi vários depoimentos, inclusive gravados, específico dessa aula, eu tenho depoimentos de 3 pessoas, mas foram de outro CREC do Baeta, mas elas acompanhavam o Lavínia também.

E elas gostavam?

Elas gostavam bastante porque elas estavam aprendendo e pegando uma didática né, de aula e isso que é importante.

No PELC temos a nomenclatura de Agente Social de esporte e lazer, que tem o objetivo de promover a mudança na vida das pessoas, enquanto agente social, como você percebe que a dança pode mudar a vida das pessoas.

Nesse período que nós ficamos lá, colhemos muitos depoimentos, uma por exemplo, foi da saúde, vários depoimentos de alunas que estavam na ginástica a algum tempo, querendo melhorar a saúde, perder peso e não conseguiam, mas com a dança, elas vinham e falavam que, poxa estou perdendo muito mais peso com a dança do que com a ginástica, aí eu expliquei que, com a dança te deixa com mais prazer, e a ginástica te deixa muito tensa, então, queima menos, e na dança como você faz com prazer vou queima mais rápido a caloria. Esse foi um depoimento. O outro foi de pessoas que dificilmente estavam com coordenação motora adequada, o direito e o esquerdo não sabiam, e no decorrer das aulas, melhorou muito né, a coordenação motora das pessoas. O giro por exemplo, muitas pessoas não conseguiam girar, e com a dança, com os movimentos que nós fizemos, elas já começavam a andar e girar sem perder o equilíbrio né, ajudou bastante. E a rotina do pessoal, muitos só ficavam em casa, e não tinham o que fazer, e com a dança mudou muito a rotina e ficou mais saudável a vida deles.

Fale sobre a participação de pessoas de diferentes faixas etárias nas oficinas.

Lá também não dividíamos por idade, dividimos por aprendizagem, mas não por idade. E aí, eu percebia que, no dia se tivesse pessoas de muita idade, eu colocava passinhos mesclados mais fáceis, e eu mesclava também as músicas, então de acordo com o dia a dia é que eu colocava nos passos a dificuldade, mas sempre lembrando pra eles que o importante pra eles era se divertir e se mexer, não precisava dar giro, pular igual nós fazemos, igual alguns conseguiam fazer, pois cada um tinha o seu limite e tinha que se sentir à vontade.

Fale sobre a compreensão das pessoas frente a oficina ser um momento de lazer.

Sim, (a oficina) é um momento de lazer e você reconhece isso quando chega o horário de terminar a aula e o pessoal não quer ir embora, quer continuar lá, e ficam sempre pedindo que querem mais dias, e mais dias.

Fale sobre o processo de organização das festas e eventos temáticos.

A organização (do evento) acontecia no decorrer das aulas, pois, nós percebemos o destaque de algumas lideranças de alunos, de frequentadores da aula. Então você começa passar pra eles informações pra eles aprender a organizar um evento, por exemplo, na parte de colaborar com comida, bebida, alguma coisinha, então eles vão trabalhando entre eles, conversando entre eles, e nós só vamos dando as ideias, por exemplo, pode ser legal isso, legal aquilo, e eles vão se organizando e aí a ideia foi colocar uma iluminação e um DJ, foi legal, eles gostaram, então eles viram, arrecadaram o pagamento de DJ, fizeram tudo entre eles, e nós ficamos de fora só observando e dando guia para eles.

E nesse dia da festa você permitiu que eles trouxessem pessoas que não participavam das oficinas.

Sim, toda festa que nós fazemos era pra eles trazerem familiares e amigos, mesmo que não participavam das aulas, e que muitos durante as festas eles voltavam e se tornavam frequentadores do PELC.

Ainda sobre a oficina, me fale sobre o que motiva a pessoa a participar e continuar na oficina.

Penso que é a liberdade que eles tem de lazer, por exemplo, lá o PELC deixa bem aberto e não há obrigação você estar lá, e você seguir uma competição, lá é lazer, você vai lá pra dança não pra se tornar um dançarino profissional, mas você vai lá pra se divertir, ouvir uma música que você gosta, ver a família, e conversar com os amigos.

Fale sobre a sua experiência com o PELC, sobre o trabalho com o lazer.

Pra mim foi o primeiro trabalho como servidor, como agente social né, trabalhar com o público eu trabalhei, mas com o público privado, em casas de shows né, com essa liberdade que o PELC deu, eu pude colocar novas ideias que eu tinha, observar melhor as pessoas e entender melhor as dificuldades do pessoal que forma a cidade, por exemplo, a variação de idade, dificuldades financeiras, muitos com problemas familiares em casa com filhos, ou com marido com esposa, deu pra entender melhor o que acontece em volta da cidade de São Bernardo do Campo.

E você relatou que trabalhou no serviço privado e também foi atleta, ou seja, dentro do âmbito competitivo, já o PELC apresenta outra proposta, como você enxerga essa diferença.

Então, no começo, com a dança, eu tive que desconstruir para construir, porque, como eu fui dançarino profissional, além de jogador, como dançarino profissional eu dancei em vários eventos, shows, rodeios, televisão, depois eu virei professor coreógrafo, também profissional, competição, campeonatos de dança, então sempre foi competição, quando eu entrei na prefeitura, que eu entrei no PELC e era um negócio totalmente oposto, pra mim foi muito difícil no começo, por que eu ia exigir das pessoas que realizassem o movimento corretamente, mas aí eu lembrava das diretrizes, a eu falava, não eu preciso mudar, aí eu comecei a entender as pessoas e deixar elas fazerem a vontade, mas várias vezes eu virava as costas e ficava me remoendo, porque, tinha os sentido de competição e não era, e aí com o decorrer do PELC eu fui me reconstruindo.

E hoje você, isso que você viveu no PELC você usa na sua vida pessoal.

Sim, eu separo bem, eu separo bem aonde eu estou, se eu faço um trabalho social pela prefeitura eu sou bem mais tranquilo, entendo melhor do que se me contratarem pro privado, que aí eu volto pra parte competitiva. Então agora eu estou nos dois lados, eu sei diferenciar de um e sei diferenciar do outro.

Você quer falar algo que não te perguntei, algo importante sobre o trabalho do PELC no Lavínia.

O PELC lá tem agregado muita coisa no Lavínia, principalmente nessa parte social em que as pessoas são muito carentes de lazer, na cidade devido a corrida do dia a dia, e no Lavínia antes agregou muito, nos bairros, a periferia da região. Principalmente na parte dos jovens, das crianças, com as festas temáticas, com as brincadeiras, os brinquedos também, acho que agregou muito, e tirou essa criançada da rua e trouxe mais pro lazer e começaram ver a sociedade de outra forma.

APÊNDICE H – ENTREVISTA CENTRADA COM A AGENTE SOCIAL DE CAPOEIRA

Realizada em 28 de julho de 2018.

Fale sobre sua trajetória profissional.

Eu iniciei capoeira no interior de São Paulo na cidade de São José do Rio Preto em 1999, desde então como aluna venho praticando a capoeira e em 2006 decidi trabalhar somente com a capoeira, aí me organizei, vim pra capital de SP em 2008, comecei a trabalhar com a capoeira, fui pra cidade de Campinas, lá me formei com alguns projetos sociais, trabalhando juntamente com um projeto da Petrobrás e com a penitenciária de Hortolândia, fiquei lá 3 anos até 2011, voltei para o interior, para Rio Preto por conta de uma lesão no joelho ligamentar, fiquei lá uns 8 meses, e retornei pra São Paulo em 2012, retomei o meu trabalho com a capoeira em São Paulo com um trabalho voluntário no Clube Escola, com a terceira idade e depois ingressei no projeto escolinha do futuro em Osasco. Aí fiquei mais 2 anos trabalhando com crianças, depois de Osasco, continuei com o trabalho voluntário lá em Osasco que eu já tinha, um condomínio em Alphaville que eu findei esse ano, passei para outro educador por conta da distância, e continuei meus trabalhos em 2015, vim trabalhar em São Bernardo em um ONG como educadora de capoeira, e continuei até o final de 2016, em 2016 também, ingressei no PELC em Osasco, fiquei até março de 2017, por conta dos horários não consegui dar seguimento, e aí resolvi me mudar para São Bernardo. Tive uma outra lesão ligamentar em outro joelho, fiz outra cirurgia, me recuperei, continuei com as atividades de capoeira, e me especializei, ingressei na faculdade de pedagogia, pra poder aprender melhor sobre meus alunos, e desde então continuo com as aulas no Jardim Ipê e em janeiro de 2018, ingressei no PELC em São Bernardo, e em abril de 2018, deixei o PELC e ingressei no instituto Cema de Santo André como instrutora de Capoeira atendendo o CESA, e nesse mês agora de julho ingressei no projeto mais educação, de São Bernardo também, atendendo crianças no contraturno escolar.

Fale sobre as oficinas desenvolvidas no PELC.

A gente começou com a construção de como foi criada a capoeira, a parte histórica, o porquê da capoeira e como a capoeira chegou hoje, com seu contexto esportivo, cultural, desmistificando a parte religiosa que ainda é um tabu, que ainda realmente é um processo que as pessoas precisam se apropriar, conhecer, pra não prejudicar o esporte, a arte que envolve a capoeira, que isso é muito importante trabalhar com todos os alunos, que vão ser protagonistas quando se perguntar sobre a capoeira. Depois a gente inseriu a movimentação básica né, como trabalhar com crianças, adultos e pessoal da terceira idade, com esse olhar, com essa importância de trabalhar os movimentos, mas com a percepção de atingir cada grupo com as especificidades, e que trouxesse uma melhora no dia a dia, na vida deles. E a gente foi inserindo a parte dos alongamentos, da movimentação da capoeira, e também da parte cultural que ela é muito rica, a parte instrumental, porque a capoeira ela traz muita musicalidade, é o que diferencia ela das outras artes marciais, e o que aproxima também os adeptos.

Fale sobre a relação das suas oficinas com as diretrizes do PELC.

Eu acho que elas se falam bem entre elas (as diretrizes e a modalidade) porque a capoeira também é tida como uma atividade de lazer, uma atividade que é bem vista pela comunidade,

pelas pessoas que estão ociosas, e precisam de ter uma atividade dentro da sua comunidade, dentro de um espaço esportivo, então eu acho que ela atinge todas as partes, tanto da parte cultural, esportiva, acho que ela veio trazer bastante benefício para o projeto com as diretrizes do PELC.

Fale sobre a assiduidade / participação nas oficinas.

No início, como tudo que é novo, todo mundo se permite experimentar e a gente gosta de falar que a capoeira ela é auto seletiva, por ela ser um esporte que ela requer muita repetição, algumas pessoas se identificam e outras não, e isso acaba selecionando aqueles que realmente gostam da parte de repetição da capoeira, que envolve a parte de movimentação, a parte muscular, a parte motora, né, e algumas pessoas aderiram e realmente levaram isso como uma filosofia de vida. Algumas mães sempre comentaram que algumas crianças melhoraram muito, até seu comportamento, sua agilidade, sua flexibilidade, a partir do momento que ingressaram e estavam seguindo na capoeira, a gente teve uma boa aceitação do público em geral.

Fale sobre as diferenças entre o PELC e outros programas que você já participou.

Eu acho que o PELC tem uma variedade e ele atinge a todos né, já trabalhei com vários projetos, projetos com idade determinada, e eu acho que a diferença do PELC é essa, tem projetos que atende crianças e adolescentes, e aí chega um momento que o adolescente não pode mais frequentar aquela atividade, por ser uma regra do projeto. E o PELC não, o PELC atinge as crianças, os jovens, adultos, a terceira idade, então existe um benefício a mais que o PELC tem de diferente dos outros projetos que eu já trabalhei.

Fale sobre o entendimento das pessoas sobre as oficinas como um momento de lazer.

Eu que acho que as pessoas ainda não têm essa percepção, até por conta da falta de conhecimento, de achar que a capoeira simplesmente é um movimento voltado para pessoas novas, para crianças, para o jovem, né, elas colocam muitas limitações de achar que a capoeira é simplesmente um esporte né, uma arte marcial, uma luta. Eles não acham que tem como trabalhar a capoeira como um momento de lazer, trazendo benefícios para o corpo, pra mente, então ainda tem muita dificuldade para eles ligarem a capoeira como um momento de lazer, só depois que eles se permitem experimentar, né participar da atividade com outro olhar, aberto a aprender, é que eles começam a assimilar um pouquinho como um momento de lazer também.

Fale sobre os eventos promovidos pelo PELC.

Os eventos são importantes, acho que toda a atividade direcionada a comunidade, o evento ele vem pra enriquecer. Eu acho que os eventos deveriam ser mais direcionados pra cada comunidade, se fazer uma pesquisa pra saber o que aquele público gostaria que tivesse, pesquisar mais datas pra não bater com algumas datas importantes né, datas comemorativas, que eu acho que isso prejudica um pouco a participação da comunidade nos eventos, mas os eventos são sempre enriquecedores, acho que só tem que se atentar realmente a ter essa pesquisa, saber o que as pessoas gostariam que tivesse ali, qual o melhor horário que a maioria poderia estar participando e usufruindo desse evento. Eu acho que só tentar ter esse olhar de direcionar e de tentar contar com a presença da maioria.

Fale sobre o que poderia melhorar no PELC.

Eu acho que melhorar, toda a área, todo projeto, até nós temos essa possibilidade de melhorar a cada dia, eu acho que realmente é simplesmente isso, é direcionar, é fazer uma pesquisa de campo, saber o que as pessoas querem naquele bairro, a divulgação também é muito importante, eu vi que estava um pouco falha, pois, por mais que a gente estivesse ali, direcionando, falando com os alunos, pedindo, ainda realmente, tá bem fraca a divulgação, pois, tem pessoas que moram do lado e não sabiam que ali tinha atividade. Nos locais que eu estava atuando, achavam que era mais direcionada ao futebol, que é uma atividade muito forte aqui, no Brasil em sim. Então eu acho que a divulgação é fundamental para que o projeto tenha um retorno macro, e eu acho que a pesquisa mesmo, saber o que aquela comunidade, o pessoal que frequenta aquele espaço, o que eles pretendem, e que atividades que eles gostariam que tivesse ali, que trouxesse benefício pra eles, eu acho que, já que a atividade é direcionada pra comunidade, nada melhor do que ouvir a comunidade, porque aqueles que estiverem ali presentes pra argumentar, pra pedir, pra dar ideias, eles vão se apropriar, eles vão estar ali porque eles que pediram a atividade, eu acho que isso é válido, é bacana.

Deseja falar algo que não perguntei.

Não acho que o projeto só veio pra agregar, o pouco tempo que eu fiquei, agregou coisas positivas pra mim, para as pessoas que estavam comigo né, eu gosto de falar que, sempre que eu passo por um projeto eu sempre trago um pouco de mim e levo um pouco das pessoas que estavam lá, então eu acredito que todos os alunos, todos os parceiros de trabalho, todos os coordenadores, a gente filtra coisas que não foram bacanas, mas também a gente fixa as coisas que não foram positivas. E isso faz com que a gente enriqueça cada vez mais o lado profissional e o lado humano, porque o nosso trabalho a gente lida com pessoas, e nós temos que ter esse lado mais refinado pra saber que, nem sempre tudo vai ser bom, mais que a gente pode estar melhorando sempre, por isso acho que foi bacana e foi maravilhoso do jeito que tinha que ser.

APÊNDICE I – REGISTRO FOTOGRÁFICO DE EVENTO – PELC ALEGRIA

Registros fotográficos do Evento de Núcleo realizado no Núcleo Jardim Lavínia a partir da temática do Carnaval com o nome “PELC Alegria”.

Material de Divulgação elaborado pela Coordenadora de Núcleo
Divulgado somente via redes sociais

Voluntários organizando os enfeites para decoração

Gestores e voluntários decorando o Espaço

Estação de Confecção de Máscaras de Carnaval

Estação com Pintura de Rosto e Maquiagem

Estação Ping-Pong

Estação Cama Elástica

Estação Estafetas – Corrida com Jornal

Voluntários organizando mesa de alimentos

Voluntários organizando mesa de alimentos

Crianças brincando livremente pelo espaço

Crianças brincando livremente pelo espaço

APÊNDICE J – REGISTRO FOTOGRÁFICO DE EVENTO - SARAU

Registros fotográficos do Evento de Núcleo realizado no Núcleo Jardim Lavínia com a apresentações culturais com a temática do respeito às diferenças.

Material de Divulgação elaborado pela Coordenadora de Núcleo divulgado somente via redes sociais

Participante chegando ao local, assinando a lista e prestes a receber um adesivo com o tema do Sarau.

Voluntários e seus materiais de artesanato produzidos em pedrarias, expondo junto aos demais participantes das oficinas.

Voluntárias abastecendo os potinhos de salgadinho para os participantes

Primeira apresentação da noite – Violão e Voz

Registro fotográfico dos participantes sentados, prestigiando a primeira apresentação da noite.

Painel construído pelos alunos com desenhos das palmas das mãos simbolizando as folhas de uma grande árvore colorida.

Apresentação de Dança Cigana

Apresentação Circense

Beneficiária declamando uma poesia

Tecladista se preparando para sua apresentação

Mesa plástica decorada com arranjos feitos pelo grupo de artesanato

Coordenadora e Agente do PELC em apresentação de voz e violão.
Espaço já com grande público presente.

Coordenadora do Núcleo chamando os agentes e voluntários para serem
homenageados no evento.

Apresentação de Ginástica Rítmica

Apresentação de Ginástica Rítmica

Teatro de Fantoques

Apresentação de Capoeira

Funcionários e voluntários limpando e organizando o espaço.

Crianças brincando e adultos conversando após o encerramento das apresentações.

Equipe de trabalho do núcleo e Coordenadora Pedagógica do PELC

Divulgação em cartolina no espaço dos próximos eventos.

Destaque citação PELC / SESP (Secretaria de Esportes).

APÊNDICE K – IMAGENS DA REFORMA DO CENTRO ESPORTIVO

Primeiras intervenções da reforma do espaço - agosto de 2010

Preparação do terreno para aplicar grama sintética - abril de 2011

Construção do salão multiuso – abril de 2011

Início da instalação da grama sintética - maio de 2011

Acabamento do salão multiuso – julho de 2011

Acabamento do estacionamento e campo finalizado – agosto de 2011

Inauguração da Reforma do Espaço - Agosto de 2011

Vista Aérea do Campo – agosto de 2011

APÊNDICE L – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, EVANDRO BRANDÃO SECCO, estudante de pós-graduação da em CIÊNCIAS DA ATIVIDADE FÍSICA da EACH-USP, estou realizando uma pesquisa intitulada de O PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE E A PROMOÇÃO DO LAZER: UM ESTUDO DE CASO NO CENTRO ESPORTIVO DO JARDIM LAVÍNIA NO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, sob a orientação de EDMUR STOPPA. Essa pesquisa tem como objetivos: investigar as principais contribuições do PELC enquanto política pública de promoção do lazer, assim como, levantar informações sobre o trabalho desenvolvido no referido centro esportivo.

Para tanto, gostaria que você participasse desta pesquisa, na qual me comprometo a seguir a Resolução CNS 96/1996, relacionada à Pesquisa com Seres Humanos, respeitando o seu direito de:

- 1- Ter liberdade de participar ou deixar de participar do estudo, sem que isso lhe traga algum prejuízo ou risco,
- 2- Manter o seu nome em sigilo absoluto, sendo que o que disser não lhe resultará em qualquer dano à sua integralidade,
- 3- Interromper a participação na pesquisa caso se sinta incomodado (a) com a mesma,
- 4- Responder as questões levantadas pela pesquisadora caso seja solicitado (a) para uma entrevista, onde será marcado um local na instituição, horário e data em que possa se sentir mais confortável,
- 5- Garantia de receber uma resposta a alguma dúvida durante ou após a entrevista.

Esclareço-lhe que ao participar dessa pesquisa, poderá correr risco mínimos devido a se tratar de uma pesquisa de levantamento de informações e conceitos, realizada através de entrevista.

Esclareço-lhe ainda que o tempo estimado de sua participação será de 40 minutos.

A sua participação nesta pesquisa poderá contribuir com a produção acadêmica da área do Lazer, em especial em relação, em relação às políticas públicas de promoção do lazer.

Este Termo de Consentimento será emitido em duas vias, sendo que uma via ficará em poder do pesquisador e a outra em poder do participante.

Deixo telefone para contato: (11) – 99656-4658, Professor Edmur Stoppa, e o endereço do CEPEACH-USP no rodapé deste impresso, para que possa obter mais esclarecimentos ou informações sobre o estudo e sua participação.

Grato (a) pela atenção

EVANDRO BRANDÃO SECCO

EDMUR STOPPA

Declaro que, após convenientemente esclarecido pela pesquisadora e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar do presente Projeto de Pesquisa.

São Paulo, ____/____/____.

Nome Completo e Assinatura do sujeito de pesquisa (ou responsável legal)

Identificação do CEP-EACH-USP: Endereço: Av. Arlindo Bettio, 1000 – Ermelino Matarazzo CEP:- 05508-000 – São Paulo – SP - Telefone: 3091-1046 - e-mail: cep-each@usp.br

APÊNDICE M – CARTA DE APRESENTAÇÃO AO COMITÊ DE ÉTICA

CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PROTOCOLO DE PESQUISA AO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS DA ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES DA USP

Nível de Pesquisa:

Graduação () – Pós-graduação (X) – Projeto Individual ().

Tipo de Pesquisa:

RP () – IC () – TCC () – *lato sensu* () – Mestrado (X)

Doutorado () – Projeto Individual () – Outros () _____

Título do Projeto: O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e a promoção do lazer: um estudo de caso no Centro Esportivo do Jardim Lavínia no Município de São Bernardo do Campo.

Pesquisador Executante: Evandro Brandão Secco

Pesquisador Responsável: Evandro Brandão Secco

Orientador: Prof. Dr. Edmur Stoppa

Instituição proponente:

Instituição co-participante (se houver):

Ilma. Sra

Profa. Dra. Rosa Yuka Sato Chubaci

Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa do

Envolvendo Seres Humanos da EACH – USP

Envio-lhe o Projeto de Pesquisa acima mencionado, para apreciação deste Comitê.

Confirmando que todos os pesquisadores envolvidos nesta pesquisa realizaram a leitura e estão cientes do conteúdo da Resolução CNS nº 466/12 e suas complementares e comprometo-me a:

- apresentar documentação idêntica em todos os centros participantes do Estudo, caso a Pesquisa seja realizada em mais de um centro.
- somente iniciar o Estudo após as devidas aprovações pelo CEP-EACH/USP e, se for o caso, pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/MS);
- zelar pela privacidade e pelo sigilo das informações que serão obtidas e utilizadas para o desenvolvimento da Pesquisa;
- utilizar os materiais e as informações obtidas no desenvolvimento deste Estudo apenas para atingir o objetivo proposto no mesmo e não utilizá-los para outros estudos, sem o devido consentimento dos sujeitos da pesquisa;
- informar a este Comitê qualquer alteração que eventualmente venha a ocorrer no projeto;
- comunicar e justificar a este Comitê caso haja desistência ou cancelamento da Pesquisa;
- apresentar a este Comitê relatórios parciais e final, de acordo com a Resolução CNS nº 466/12 – item XI.2.d .
- tornar públicos os resultados do Estudo, quer sejam favoráveis ou não, respeitando a privacidade e os direitos individuais dos sujeitos da pesquisa.

São Paulo, 27 de dezembro de 2016.

(assinatura)

Pesquisador Responsável: **Evandro Brandão Secco**

ANEXO A – CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
Secretaria de Esportes e Lazer SESP

OFÍCIO GSESP Nº 250

São Bernardo do Campo, 28 de Novembro de 2016.

Referência: *Responde Ofício*

Prezado Senhor,

Em resposta ao ofício recebido nesta Secretaria em 08 de Novembro de 2016, informamos que esta **autorizada** ao Sr. Evandro Brandão Secco a pesquisa sobre o tema “O Programa Esporte e Lazer da Cidade e a Promoção de Lazer: Um Estudo de Caso no Centro Esportivo do Jardim Lavínia em São Bernardo do Campo”, bem como a divulgação do nome e das imagens do Centro Esportivo Antonio Dias Amorim, sito à Avenida Capitão Casa nº 1500 – Jardim Lavínia.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

José Alexandre Pena Devesa
SECRETARIO DE ESPORTES E LAZER

Ilmo. Sr.

Edmur Antonio Stoppa

DD. PROFESSOR DOUTOR DA ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E
HUMANIDADES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Em mãos

ANEXO B – PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

USP - ESCOLA DE ARTES,
CIÊNCIAS E HUMANIDADES
DA UNIVERSIDADE DE SÃO

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e a promoção do lazer: um estudo de caso no Centro Esportivo do Jardim Lavínia no município de São Bernardo do Campo

Pesquisador: EVANDRO BRANDAO SECCO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 63777516.5.0000.5390

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.964.998

Apresentação do Projeto:

O Programa Esporte e Lazer da cidade (PELC), promovido pelo Ministério do Esporte, desenvolve atividades de lazer, com intuito de promover a inclusão social e a democratização do acesso aos espaços esportivos. Assim, o PELC se caracteriza como uma política pública de promoção do lazer que tem por objetivo geral, "contribuir com a democratização do acesso ao esporte recreativo e ao lazer, por meio da promoção das ações educativas". (BRASIL, 2012, p.4). Neste contexto, avaliar as possíveis contribuições e impactos resultantes da implantação e execução de uma política pública de promoção do lazer, promovida pelo governo federal em parceria com o município de São Bernardo do Campo, a partir da investigação do seu desenvolvimento em um dos núcleos de atividade, em especial, o núcleo situado na comunidade do Jardim Lavínia, torna-se algo relevante e merecedor de investigação científica, tanto com o objetivo de levantar informações sobre as contribuições do PELC na localidade, quanto para avaliar a efetividade da política pública e contribuir com o desenvolvimento de futuras intervenções no campo da promoção do lazer. Para atingir os objetivos deste estudo, optou-se pela pesquisa qualitativa tipo estudo de caso. A população será constituída pelos beneficiados do PELC Vida Saudável matriculados no Centro Esportivo do Jardim Lavínia. Inicialmente será realizada uma pesquisa documental e em seguida a pesquisa de campo, onde o principal instrumento de coleta de dados será a observação

Endereço: Av. Arlindo Bétio, nº 1000

Bairro: Ermelino Matarazzo

UF: SP

Município: SAO PAULO

CEP: 03.828-000

Telefone: (11)3091-1046

E-mail: cep-each@usp.br

USP - ESCOLA DE ARTES,
CIÊNCIAS E HUMANIDADES
DA UNIVERSIDADE DE SÃO

Continuação do Parecer: 1.964.998

participante, utilizando-se a observação direta e convívio com as pessoas a serem observadas por meio de diário de campo e ainda, serão realizadas as entrevistas individuais junto aos profissionais gestores por meio de questões semi-estruturadas e com os frequentadores dos espaços e equipamentos de lazer para aprofundar a investigação. Caso haja necessidade, depoimentos poderão ser gravados e/ou filmados. A definição de amostra será de forma não probabilística, intencional para os locais a serem estudados, documentos a serem analisados, bem como para os profissionais levando em conta critérios de representatividade e acessibilidade. Em conformidade com as discussões desenvolvidas na revisão bibliográfica, buscou-se organizar a pesquisa de campo em três grandes blocos de temas apresentados no trabalho. São eles: O Lazer enquanto manifestação social; O Lazer enquanto Política Pública; O PELC (Programa Esporte e Lazer da Cidade) e a Promoção do Lazer.

Objetivo da Pesquisa:

- levantar informações sobre o trabalho desenvolvido pelo PELC no município de São Bernardo do Campo, em específico o trabalho desenvolvido no núcleo do Centro Esportivo do Jardim Lavínia, dialogando e estabelecendo relações com os estudos do lazer e das políticas públicas de promoção do lazer;
- analisar as diretrizes do programa por meio dos documentos publicados pelo Ministério do Esporte, registros de experiências e orientações governamentais; - - -
- relacionar os princípios de promoção do lazer previstos nos documentos e sua possível aplicabilidade nas atividades e no modo de organização sugerido pelo Ministério;
- identificar os possíveis impactos das ações desenvolvidas no núcleo e a percepção dos beneficiários do programa sobre as intervenções;
- levantar e discutir conceitos e informações sobre a implantação de um núcleo de atividades, sua operacionalização, princípios, atuação dos agentes sociais e dos gestores públicos;
- investigar contribuições, avanços e dificuldades;
- identificar e conhecer melhor a dinâmica de atuação do programa, e suas implicações na vida dos beneficiados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O risco psicológico é mínimo.

O desenvolvimento da pesquisa poderá contribuir com a produção acadêmica da área do Lazer, em especial em relação às políticas públicas de promoção do lazer.

Endereço: Av. Arlindo Bettio, nº 1000

Bairro: Ermelino Matarazzo

UF: SP

Município: SAO PAULO

CEP: 03.828-000

Telefone: (11)3091-1046

E-mail: cep-each@usp.br

USP - ESCOLA DE ARTES,
CIÊNCIAS E HUMANIDADES
DA UNIVERSIDADE DE SÃO

Continuação do Parecer: 1.964.998

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante para os estudiosos da área de lazer, para os gestores avaliarem as políticas públicas e ainda, para toda a sociedade.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos exigidos pela CONEP foram inseridos na Plataforma Brasil e estão de acordo com as exigências da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde - Ministério da Saúde.

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto apresenta todos os quesitos exigidos pela Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde - Ministério da Saúde, assim está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_829878.pdf	28/12/2016 20:05:25		Aceito
Outros	Carta_de_Apresentacao_Evandro_Secco.pdf	28/12/2016 20:03:32	EVANDRO BRANDAO SECCO	Aceito
Outros	Carta_de_Autorizacao_Pesquisa_Evandro_Secco.pdf	28/12/2016 20:02:48	EVANDRO BRANDAO SECCO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Evandro_Secco.pdf	28/12/2016 20:00:07	EVANDRO BRANDAO SECCO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Dissertacao_Atualizada_Evandro_Secco.pdf	28/12/2016 19:59:46	EVANDRO BRANDAO SECCO	Aceito
Cronograma	Cronograma_Pesquisa_Evandro_Secco.pdf	28/12/2016 19:49:43	EVANDRO BRANDAO SECCO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Assinada_Evandro_Secco.pdf	28/12/2016 19:40:06	EVANDRO BRANDAO SECCO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Arlindo Bettio, nº 1000

Bairro: Ermelino Matarazzo

UF: SP

Município: SAO PAULO

CEP: 03.828-000

Telefone: (11)3091-1046

E-mail: cep-each@usp.br

USP - ESCOLA DE ARTES,
CIÊNCIAS E HUMANIDADES
DA UNIVERSIDADE DE SÃO

Continuação do Parecer: 1.964.998

SAO PAULO, 14 de Março de 2017

Assinado por:
Rosa Yuka Sato Chubaci
(Coordenador)

Endereço: Av. Arlindo Béttio, nº 1000

Bairro: Ermelino Matarazzo

CEP: 03.828-000

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3091-1046

E-mail: cep-each@usp.br

ANEXO C – MAPA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO